

Mestrado em Relações Internacionais (Área: Pró-Defesa “Paz, Defesa e Segurança Internacional”) Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP).

GUSTAVO FABIÁN CASTRO

**“A COOPERAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL NO SETOR DE DEFESA:
VISÃO E AÇÃO DA ARGENTINA (1983-2008)”**

Apoio: FAPESP

São Paulo

2010

GUSTAVO FABIÁN CASTRO

**“A COOPERAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL NO SETOR DE
DEFESA: VISÃO E AÇÃO DA ARGENTINA (1983-2008)”**

Dissertação entregue ao Programa de Pos-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP,
UNICAMP e PUC-SP). Área de concentração: Pro-
Defensa “Paz, Defesa y Seguridad Internacional”

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre

Apoio: FAPESP

São Paulo

2010

Castro, Gustavo Fabián

C355c

A cooperação entre Argentina e Brasil no Setor de Defesa : visão e ação da Argentina : 1983-2008 / Gustavo Fabián Castro. – São Paulo : [s.n.], 2010
187 f.

Orientador: Héctor Luis Saint Pierre

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” – UNESP, UNICAMP e PUC-SP / São Paulo

1. Argentina e Brasil – Relações Internacionais – Forças Armadas – 1938-2008. 2. Comunidade Pluralista de Segurança. 3. Segurança Cooperativa. I. Título. II. Saint Pierre, Héctor Luis. III. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. IV. Universidade Estadual de Campinas. V. Universidade Estadual Paulista.

CDD 327.82081

GUSTAVO FABIÁN CASTRO

**“A COOPERAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL NO SETOR DE
DEFESA: VISÃO E AÇÃO DA ARGENTINA (1983-2008)”**

Dissertação entregue ao Programa de Pos-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP,
UNICAMP e PUC-SP). Área de concentração: Pro-
Defensa “Paz, Defesa y Seguridad Internacional”

BANCA EXAMINADORA

Presidente _____

Orientador: Prof. Hector Saint-Pierre

1 Examinador

2 Examinador

São Paulo, _____ de _____, de 2010

Para Cecilia, que me apoiou e ajudou durante todo este processo,
além de suportar tudo, as coisas boas e más dessa aventura.

Agradecimentos

Aos meus pais, que me apoiaram ao longo de toda a minha carreira. A Héctor Saint-Pierre por ter me dado a grande oportunidade de fazer parte desse Mestrado, pela orientação e apoio desde o começo e por ter me ajudado durante esse período, mesmo quando a situação se apresentava difícil. Sua presença foi a de um amigo, um professor, um colega e um grande orientador; sua ajuda e apoio têm sido fundamentais durante esses anos. Aos inesquecíveis amigos e amigas com quem vivi em São Paulo e de quem nunca vou me esquecer, Renata, Leonardo e Luara, minha estadia no Brasil não teria sido a mesma sem eles. Aos meus outros amigos brasileiros, que tive a boa oportunidade de conhecer, especialmente Alberto, Angela e Helena. A Érica Winand, cuja orientação bibliográfica, naquelas conversas em Franca, foi fundamental para o êxito da dissertação. A FAPESP, pelo apoio financeiro concedido. Aos membros da banca examinadora, pelas suas valiosas considerações e sugestões. A RESDAL pelo tempo disponibilizado para que eu pudesse me dedicar ao Mestrado. A todos os profissionais que tive a honra de poder entrevistar, essa pesquisa não teria sido a mesma sem sua contribuição. E, finalmente, a Cecília, minha esposa, sua paciência, apoio e amor fizeram com que tudo chegasse a um porto seguro.

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é pesquisar o processo de cooperação em matéria militar e de defesa entre Argentina e Brasil, durante os primeiros vinte e cinco anos de retorno à democracia na Argentina (1983-2008). Analisamos, especialmente, a atuação argentina no período em questão, vinculando-a ao conceito de “comunidade pluralista de segurança”, examinando a viabilidade do conceito “segurança cooperativa” para entender as políticas argentinas nessa área.

O aspecto central dessa investigação é elucidar se a Argentina conseguiu criar uma Comunidade Pluralista de Segurança (CPS) juntamente com o Brasil. Desse modo, pretendemos analisar de que forma, desde 1983, a política de defesa argentina vem adotando, através de três etapas definidas, políticas inclinadas, em maior ou menor medida, à conformação de uma CPS com o Brasil.

Palavras-chave: Argentina-Brasil, Forças Armadas, segurança cooperativa, Comunidade Pluralista de Segurança.

RESUMEN

Con la presente disertación investigamos el proceso de cooperación en materia de defensa y militar entre Argentina y Brasil durante los primeros veinticinco años del retorno a la democracia en Argentina (1983-2008). Analizamos especialmente el accionar argentino durante ese periodo, vinculándolo con el concepto “comunidad pluralista de seguridad” y analizando la viabilidad del concepto “seguridad cooperativa” para entender las políticas argentinas a este respecto.

Es eje de nuestro trabajo fue dilucidar si Argentina logró crear una Comunidad Pluralista de Seguridad (CPS) junto a Brasil, para lo cual, veremos cómo, desde 1983, la política de defensa argentina ha ido adoptando, a través de tres etapas definidas, políticas proclives en mayor o menor medida a la conformación de una CPS con Brasil.

Palabras clave: Argentina-Brasil, Fuerzas Armadas, Seguridad Cooperativa, Comunidad Pluralista de Seguridad.

ÍNDICE

- LISTA DE ABREVIATURAS Y SIGLAS _____	11
- LISTA DE TABELAS _____	12
- INTRODUÇÃO _____	13
- CAPÍTULO 1: CONCEITOS E MARCO TEMPORAL _____	16
<i>1.1- Conceitos _____</i>	<i>17</i>
<i>1.1.1- Comunidade de segurança pluralista _____</i>	<i>17</i>
<i>1.1.2- Segurança cooperativa _____</i>	<i>19</i>
<i>1.2- Justificativa do marco temporal _____</i>	<i>28</i>
- CAPÍTULO 2: UMA RELAÇÃO DESCONFIADA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL, ANTES DE 1983 _____	31
<i>2.1- Argentina e Brasil ao longo do século XIX. A relação entre um Império e um país em permanente guerra civil _____</i>	<i>32</i>
<i>2.2- As relações entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina até a Segunda Guerra Mundial _____</i>	<i>36</i>
<i>2.3- 1940-1983. Distanciamentos e aproximações de uma relação competitiva instável _____</i>	<i>41</i>
<i>2.4- Conclusão sobre a história das relações bilaterais entre Argentina e Brasil até 1983 _____</i>	<i>51</i>
- CAPÍTULO 3: UMA NOVA ETAPA: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA COOPERAÇÃO (1983-1989) _____	53
<i>3.1- Democracia na Argentina, ditadura no Brasil (dezembro 1983 – março 1985) _____</i>	<i>55</i>
<i>3.1.1- Os militares argentinos e o poder. Reforma militar no governo de Alfonsín. _____</i>	<i>56</i>
<i>3.2- Brasil e Argentina na democracia (1985-1989) _____</i>	<i>58</i>
<i>3.2.1- A agenda militar do governo argentino _____</i>	<i>58</i>

3.3- A política externa após o retorno democrático	60
3.4- As hipóteses de conflito democráticas	61
3.5- As conferências Presidenciais Alfonsín – Sarney e a questão nuclear	63
3.5.1- O submarino a propulsão nuclear	70
3.6- A cooperação em matéria de defesa militar	71
3.6.1- Os Simpósios de Estudos Estratégicos	73
3.6.2- As resistências	76
3.7- Conclusão preliminar	78
- CAPÍTULO 4: COOPERAÇÃO E CONTROVÉRSIAS COM O BRASIL EM UMA ARGENTINA NEOLIBERAL: A ÉPOCA DAS ‘RELACIONAIS CARNAIS’ COM OS ESTADOS UNIDOS (1990-1999)	80
4.1- A política externa argentina nos anos noventa: Alinhamento automático da Argentina com os Estados Unidos	82
4.1.1- O Projeto Condor	84
4.1.2- A participação militar argentina na Guerra do Golfo pérsico e o envolvimento nas Missões de Paz das Nações Unidas	85
4.1.3- Argentina aliado extra-OTAN	88
4.1.4- A Argentina e a inclusão discursiva do conceito de segurança cooperativa	90
4.2- A política militar durante o Governo Menem	91
4.2.1- Cooperação militar com os Estados Unidos	94
4.2.1.1- Compra de armamento	94
4.2.1.2- Exercícios combinados	95
4.2.1.3- Acordos em Defesa	96
4.3- A relação bilateral com o Brasil	96
4.3.1- Brasil aliado, mas primeiro os Estados Unidos	97
4.3.2- As conferências presidenciais nos anos noventa, questões econômicas e nucleares	98
4.3.3- Cooperação em defesa e a paralisia pós-1997	104
4.4- A cooperação militar	106
4.4.1- Os Simpósios de estudos estratégicos	107
4.4.2- As reuniões do Estado Maior	108
4.4.3- Exercícios militares	111
4.4.3.1- Operativo ARAEX	111
4.4.3.2- Operação Cruz do Sul 1996	112

4.4.3.3- Exercício Fraterno_____	113
4.4.3.4- Exercício TANBA_____	113
4.4.4- Intercâmbio de pessoal_____	114
4.5- Breve conclusão. Uma década difícil para a cooperação política. _____	115
- CAPÍTULO 5: DE UMA ARGENTINA EM CRISE À ALIANÇA ESTRATÉGICA. VAI-VEM COMPLICADO PARA UM PRESENTE EXTRANHO (2000-2008). _____	117
5.1- Retomada da cooperação e colocação em prática do MCC, do MAE e do GTBD (2000-2004) _____	119
5.1.1- O Período De la Rúa (2000-2001)_____	119
5.1.2- O Grupo de Trabalho Bilateral (GTBD) em Defesa Argentina-Brasil_____	121
5.1.3- O colapso argentino e Duhalde presidente. (2001-2003)_____	124
5.1.4 - Primeiros anos da era K_____	126
5.1.5 - O MCC e o MAE em ação_____	130
5.2- Novo acordo de cooperação em defesa, paralisação do MCC e do MAE e nascimento da UNASUL (2005-2008). _____	134
5.2.1- O acordo quadro de cooperação de 2005. Retrocesso ou reformulação da cooperação?_____	134
5.2.2 - A era K 2005-2008. Criação do Mecanismo de Integração de Coordenação Bilateral_____	137
5.3 - A cooperação militar no século XXI: domínio militar ou controle civil? _____	142
5.3.1- Os exercícios combinados_____	142
5.3.2 - As Reuniões do Estado-Maior Conjunto_____	144
5.3.3- Intercâmbio de pessoal_____	149
5.3.4 - Iniciativas várias_____	151
5.4- Criação da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-americano: Como se pode entender a cooperação bilateral com o Brasil? _____	153
- CONCLUSÕES INCERTAS PARA UM TEMA INCONCLUSO _____	156
- ANEXO. INTERCÂMBIO DE PESSOAL ENTRE AS FORÇAS ARMADAS DA ARGENTINA E DO BRASIL NOS ANOS 2000, 2004, 2005, 2006 E 2008 _____	162
- BIBLIOGRAFIA _____	171

Lista de tabelas

- Tabela 1. Visitas presidenciais no período anterior a 1983_____	36
- Tabela 2. Visitas presidenciais 1983-1989_____	63
- Tabela 3. II Simpósio _____	75
- Tabela 4. III Simpósio_____	75
- Tabela 5. Conferências presidenciais 1989-1997_____	101
- Tabelas 6. Intercambio de pessoal militar nos anos noventa_____	114
- Tabela 7. Exercícios combinados Argentina-Brasil 2000, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006 e 2008_____	142

Lista de abreviaturas y siglas

ABACC: Agência Argentino-Brasileira de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

AIEA: Agência Internacional de Energia Atômica.

CAECOPAZ: Centro Argentino de Treinamento Conjunto para Operações de Paz.

CNEA: Comissão Nacional de Energia Atômica.

COMPERSEG: Comitê Permanente de Segurança.

CPS: Comunidade Pluralista de Segurança.

CS: Conselho de Segurança.

CSD: Conselho Sul-americano de Defesa.

EEMCFFAA: Estado Maior Conjunto das Forças Armadas.

GTBD: Grupo de Trabalho Bilateral em Defesa.

MAE: Mecanismo de Análise Estratégico.

MCC: Mecanismo de Consulta e Coordenação.

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul.

MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti.

ONU: Organização das Nações Unidas.

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte.

SC: Segurança Cooperativa.

SCCC: Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

UNASUL: União de Nações Sul-Americanas.

UNTAET: Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste.

UNFICYP: Força das Nações Unidas para a Manutenção da Paz no Chipre.

Introdução

“A cooperação é um fenômeno relativamente raro nas relações internacionais, que não surge da magia do mercado” (YOUNG, 1989, p. 4).

Nossa pesquisa, intitulada “A cooperação entre Argentina e Brasil no setor de defesa: visão e ação da Argentina (1983-2008)” tem como objetivo iluminar o processo de cooperação em matéria de defesa, especialmente militar, entre os dois países, durante os primeiros vinte e cinco anos do retorno à democracia argentina. Analisamos sua atuação durante esse período, vinculando-a ao conceito de “Comunidade Pluralista de Segurança” e analisando a fertilidade conceitual de “Segurança Cooperativa”, para entender as políticas argentinas.

A relação bilateral Argentina-Brasil reúne uma potência regional em declínio – Argentina –, frente à outra em franca consolidação – Brasil. Assinalamos esse fato, pois o mesmo tem sido, é, e acreditamos que será, o motor de percepções argentinas que podem gerar desentendimentos políticos em relação ao lugar que cada um dos países ocupa e pretende ocupar no mundo e na região.

Pretendemos demonstrar de que forma, desde o retorno à democracia, em 1983, a política de defesa argentina adotou, em maior ou menor medida, políticas inclinadas à conformação de uma CPS com o Brasil. A partir desse objetivo, cinco questionamentos nos orientaram: (I) Como se desenvolveu a relação histórica entre Argentina e Brasil no período anterior a 1983? (II) Como se processou a transição que levou ao desenvolvimento de medidas de cooperação bilateral entre ambos os países? (III) As principais teorias em matéria de segurança cooperativa podem ser aplicadas ao processo de cooperação bilateral em matéria de defesa entre os dois países? (IV) Como se desenvolveu, na Argentina, a cooperação bilateral em matéria militar e de defesa com o Brasil, entre 1983 e 2008? (V) Quais são e como funcionam os mecanismos e formas de cooperação existentes?

Dos cinco questionamentos propostos, surgiram quatro objetivos específicos a serem alcançados durante a pesquisa: (I) estudar o processo de transição e mudança histórica que levaram Argentina e Brasil, antes considerados inimigos, a desenvolverem medidas de cooperação e de confiança mútua; (II) analisar as teorias sobre segurança cooperativa e discutir sua aplicabilidade ao processo de cooperação bilateral em matéria de defesa entre os dois países; (III) analisar a influência do contexto internacional desse período sobre as

decisões da Argentina acerca do processo de cooperação em defesa; (IV) avaliar as políticas argentinas em matéria de cooperação militar e em defesa com relação ao Brasil, descrevendo e analisando o funcionamento dos mecanismos de cooperação na área de defesa, no período 1983-2008, sua criação, periodicidade, objetivos e resultados.

Para responder a esses questionamentos, analisamos fontes bibliográficas sobre as diferentes etapas históricas do processo de cooperação, recorremos a documentos e publicações oficiais do governo da República Argentina; analisamos conteúdos da imprensa escrita, disponíveis em páginas da internet, e realizamos entrevistas com atores considerados essenciais em relação à percepção e decisão da Argentina sobre cooperação com o Brasil em matéria militar e de defesa.

Assim, dividimos nosso trabalho em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, “Conceitos e Marco Temporal”, discutimos o marco teórico-conceitual dessa pesquisa. Partimos das definições de Karl Deutch sobre as comunidades pluralistas de segurança e o surgimento, na década de 1990, do conceito de “segurança cooperativa”, analisando seu conteúdo político e seu desenvolvimento acadêmico. Finalmente, procuramos fixar os marcos temporais de nossa investigação nas fases de nascimento, desenvolvimento e maturidade de uma CPS.

No segundo capítulo, “Uma relação desconfiada: antecedentes históricos da relação entre Argentina e Brasil, antes de 1983”, buscamos elucidar as percepções negativas que existiam na Argentina com relação ao Brasil e vice-versa. Para encontrar sua origem, remontamos ao momento em que ambos os países conseguiram sua independência, considerando sua raiz na herança colonial luso-espanhola. Analisamos as relações durante o século XIX, a efêmera aproximação quando o Brasil passou a ser uma República para, em poucos anos, novamente voltar às percepções negativas, especialmente pelo crescimento de frotas navais. Finalmente, tratamos das relações posteriores à II Guerra Mundial, quando se traçou a hipótese de guerra e se alcançou o ponto culminante da relação bilateral, seguido de uma tênue distensão.

No terceiro capítulo, “Uma nova etapa: o processo de transição e o início da cooperação (1983-1989)”, analisamos a desconstrução de antigas percepções dando um passo ao estabelecimento de uma situação de confiança mútua, símbolo do nascimento de uma incipiente CPS entre os dois países. Em primeiro lugar, buscamos mostrar a relação durante os meses em que a Argentina já vivia em um governo democrático e o Brasil ainda se mantinha sob a égide de uma ditadura militar (1964-1985). Investigamos a ênfase particular do governo argentino na reforma do setor de defesa e o papel das Reuniões Presidenciais

Alfonsín-Sarney, a partir de 1985, especialmente em matéria nuclear. Da mesma forma, mostramos a aproximação entre as Forças Armadas de ambos os países durante esse período.

“Cooperação e controvérsias com o Brasil em uma Argentina neoliberal: a época das ‘relacionais carnavais’ com os Estados Unidos (1990-1999)” é o penúltimo capítulo. Aqui, analisamos a denominada “época menemista” da Argentina. Um período dominado pelo alinhamento do país com os Estados Unidos, especialmente ressaltado em matéria de política exterior e de defesa. Mostramos como a Argentina levou a cabo essa aproximação e quais foram as consequências para a cooperação com o Brasil.

Finalmente, no capítulo cinco, “Da Argentina em crise à aliança estratégica: vai-e-vem complicado para um presente estranho”, analisamos a cooperação atual. Tratamos da aproximação da Argentina com relação ao Brasil, que se acentua com o passar dos anos. Nesse contexto, discutimos o irregular caminho percorrido pelos mecanismos de cooperação política em matéria de defesa e como ele contrasta com a cooperação em matéria militar colocada em prática pelas Forças Armadas, com escasso controle civil. Concluímos analisando o surgimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-Americano, além das mudanças nos parâmetros de cooperação bilateral.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS E MARCO TEMPORAL.

CAPÍTULO 1: CONCEITOS E MARCO TEMPORAL.

O objetivo do presente capítulo é desenvolver um marco conceitual que nos permita analisar se a política de defesa argentina adotou, durante os últimos 25 anos, em maior ou menor medida, características próprias de segurança cooperativa, originando com o Brasil uma imperfeita e incipiente comunidade de segurança pluralista. Para isso, dividimos o primeiro capítulo em duas partes. Na primeira, desenvolveremos o conceito de comunidade de segurança pluralista e o conceito de segurança cooperativa, compreendendo que ambos, de modo complementar, são os conceitos adequados para analisar o processo de cooperação bilateral entre Argentina e Brasil. Após isso, na segunda parte delimitamos o marco temporal da nossa pesquisa, a partir da identificação das diferentes fases históricas do relacionamento entre Argentina e Brasil, desde o século XIX até a atualidade.

1.1- Conceitos

1.1.1- Comunidade de segurança pluralista

Com o objetivo de estabelecer um quadro de análise para a presente pesquisa, adotaremos o conceito desenvolvido por Karl Deutsch sobre as comunidades de segurança pluralistas e a análise e debate posterior do mesmo por parte de Daniel Flemen, para então vinculá-lo ao conceito de segurança cooperativa, como ferramenta de análise operativa no marco oferecido por Deutsch, de forma a compreender e analisar a cooperação em defesa entre Argentina e Brasil.

Em sua obra “A análise das relações internacionais”, Deutsch desenvolve uma série de parâmetros e condições verificáveis a partir dos quais os países podem alcançar sua *integração*, constituindo-se em *comunidades de segurança pluralistas*, que se diferenciam das comunidades de segurança amalgamadas, onde as unidades políticas buscam uma “aquisição de maior poder para finalidades específicas gerais (...) com um governo comum” (DEUTSCH, 1974, p. 228).

Tomando como exemplo de uma comunidade de segurança pluralista a relação entre Noruega e Suécia, Deutsch aponta que o objetivo principal de uma comunidade de segurança pluralista é a preservação da paz entre as unidades políticas integradas (DEUTSCH, 1974, p. 228) e que para alcançar sua constituição deve-se cumprir pelo menos três condições fundamentais (DEUTSCH, 1974, p. 231):

- 1- Compatibilidade dos valores políticos fundamentais.
- 2- Capacidade dos governos e dos estratos politicamente importantes dos países participantes em responder de forma recíproca, veloz, adequada e sem recorrer à violência, às mensagens, necessidades e ações.
- 3- Previsibilidade mútua dos aspectos pertinentes da conduta política, econômica e social.

Como mostraremos ao longo de nossa pesquisa, estes três requisitos se vêm parcialmente satisfeitos na relação cooperativa entre Argentina e Brasil. A improbabilidade de uma guerra entre ambos os países – através, por exemplo, do abandono das antigas hipóteses de conflito -, a difusão de movimentos e tradições intelectuais a favor da cooperação e da integração, a preparação do clima político para isso, o desenvolvimento e a prática de hábitos e capacidades de atenção mútua, comunicação e sensibilidade recíproca, e a preservação de expectativas estáveis de paz e mudança pacífica entre Argentina e Brasil, atuam como elementos indicadores que, de acordo com Deutsch¹, marcam a existência de uma comunidade de segurança pluralista. Contudo, certas desavenças em temas estratégico-diplomáticos e uma previsibilidade mútua não consolidada em termos de condutas políticas funcionam como indicadores da atual imperfeição da comunidade de segurança pluralista.

Um dos objetivos da nossa pesquisa é analisar os mecanismos de cooperação criados entre Argentina e Brasil na área de defesa, os quais tem, em nível político, uma institucionalização precária. Entretanto, sustentamos a hipótese de que tal institucionalização pode não ser necessária para a consecução e o alastramento de políticas de segurança cooperativas no quadro de uma comunidade de segurança pluralista criada entre a Argentina e o Brasil. Nesse sentido, divergimos da afirmação de FLEMES de que

Relações estáveis e institucionalizadas de cooperação entre os sistemas políticos constroem a infra-estrutura necessária para a superação do dilema de segurança entre os países partes da comunidade de segurança. A falta de institucionalização da cooperação entre os Estados (...) parece refutar à primeira vista o desenvolvimento de uma comunidade de segurança (FLEMES, 2005, p. 7).

Para nós, o fator principal situa-se na mudança e alastramento das percepções de cada país frente ao outro, com um desenvolvimento estável e sustentado de políticas cooperativas

¹ Deutsch indica três processos para o estabelecimento de uma comunidade de segurança pluralista. O primeiro e principal é o atrativo decrescente e a improbabilidade de uma guerra entre as unidades políticas participantes, tal como as percebem seus governos, elites e, talvez, populações. Um segundo processo é a difusão de movimentos e tradições intelectuais a favor da integração e a preparação do clima político para tal. Finalmente, o terceiro processo consiste no desenvolvimento e na prática de hábitos e capacidades de atenção mútuas, comunicação e sensibilidade recíproca, de modo a possibilitar a preservação da autonomia e da soberania fundamental das unidades participantes, e a preservação das expectativas de paz estáveis e a mudança pacífica entre elas (DEUTSCH, 1974, p. 237)

na área de defesa, que definem costumes e consolidam uma nova cultura de cooperação e amizade. Em resumo, o importante é que se consolide a percepção por parte dos Estados de que a forma mais efetiva para cumprir seus objetivos é a cooperação.²

Ao nos referirmos à percepção que um país tinha do outro, consideramos o elaborado por Robert Jervis, que em *Hypotheses on Misperception* destacou que “Ao determinar a forma de se comportar, um ator deve tratar de prognosticar como outros vão atuar e como suas ações afetarão suas bases”. Diante disso, o ator desenvolve uma imagem dos outros e de suas intenções, a qual pode resultar inadequada, fazendo com que este perceba equivocadamente as intenções do outro. Isto devido a que

Os tomadores de decisões tendem a processar a informação que recebem com base nas suas próprias imagens e teorias prévias, as quais determinam em grande parte sua percepção; ou seja, em outras palavras, o ator tende a perceber o que ele espera perceber (JERVIS, 1968, p. 444-445).

Esse tipo de percepção é a que vemos refletida em toda a história bilateral entre Argentina e Brasil, e que tem sido modificada em grande parte a partir do processo iniciado em 1983-85.

1.1.2- Segurança cooperativa

No quadro da comunidade de segurança pluralista entre Argentina e Brasil, utilizaremos o conceito de segurança cooperativa a fim de analisar as políticas desenvolvidas pela Argentina em termos de cooperação bilateral em defesa. Tal conceito, como compreendido no início da pesquisa, era o adequado para compreender as coincidências e projeções que impulsionam, na atualidade, um Estado a desenvolver um relacionamento cooperativo em matéria de defesa.

Em primeiro lugar, assinalamos que, apesar da cada vez maior recorrência ao conceito de segurança cooperativa (SC) de diversos estudos sobre a segurança internacional, este segue sem uma definição clara, de aceitação universal, tanto no âmbito teórico da academia como no prático da segurança (LOPEZ, 2000, p. 43; HARDY VIDELA, 2003, p. 1). Enquanto alguns autores apontam que as origens da SC podem ser encontradas nos textos de Immanuel Kant (COHEN, 2002, p. 4), outros assinalam que estas surgem a partir da experiência europeia de controle de armamentos no pós-II Guerra Mundial (FONTANA, 1996, p. 12). No

² Nesse sentido, citamos Ángel Tello, que aponta que a cooperação bilateral entre Argentina e Chile avançou muito mais do que daquela com o Brasil no âmbito formal – institucional, com a assinatura de acordos, reuniões periódicas, medição conjunta de gastos em defesa, criação do Comitê Permanente de Segurança (COMPERSEG); mas que, na realidade, na prática com o Brasil se avançou e se fez muito mais, havendo hoje uma confiança maior com relação ao Brasil do que ao Chile. Entrevista realizada em 09/06/2009.

entanto, sustentamos que o conceito, como entendido hoje, tem seus primeiros desenvolvimentos em princípios da década de 90, quando Carter, Perry e Steimbruner publicam, em 1992, *“Excerpts from A New Concept of Cooperative Security”*, no qual desenvolvem um modelo teórico que interpreta a idéia de segurança por meio da cooperação, em lugar da confrontação. Com este trabalho, buscaram definir um novo modelo de estratégia de segurança internacional (HARDY VIDELA, 2003, p. 2), pensando em sua aplicação para a política norte-americana no pós-Guerra Fria. Entretanto, tal modelo não foi aplicado nos Estados Unidos, mas foi abarcado por parte dos países do Cone Sul³, em especial pela Argentina.

São vários e complexos os motivos pelos quais o conceito de SC foi tomado como eixo de debate e de forma de trabalhar pelo setor de defesa na Argentina. Aponta-se que uma combinação poderosa de circunstâncias foi transformando o desenho e a forma de pensar da segurança internacional, que necessitava agora se desenvolver sob os parâmetros da segurança cooperativa, com base na existência de interesses partilhados (DONADIO, 2001. Em: <http://www.resdal.org/Archivo/emco-2.htm>). Dentre estas circunstâncias, podemos mencionar: a superação das hipóteses de conflito; os processos de transição que levaram a que, em nossa região, predominassem os governos e princípios democráticos, e com eles, os debates sobre controle civil e as novas missões das Forças Armadas; o fim da Guerra Fria; e os processos de integração econômica.

Dessa forma, com um cenário regional completamente diferente ao existente nas décadas precedentes, os governos começaram a pensar as questões de segurança regional a partir de uma ótica cooperativa.

A cooperação e a crescente interdependência econômica impõem problemáticas que parecem ter uma origem comum, e que, portanto, necessitam de soluções em comum. Desta forma, a segurança passa a ser do tipo cooperativa, mais do que unilateral (LEYTON, 1999, p. 3).

Os Estados buscaram convergir através de objetivos comuns e compatíveis em matéria de segurança e defesa, considerando que, frente aos novos desafios que se apresentavam no cenário regional, os esforços e as políticas de segurança e defesa somente poderiam ser alcançados através da cooperação, tanto bilateral como multilateral.

No caso da Argentina, no início dos anos noventa, o governo manifestou expressamente sua intenção de elaborar suas políticas de defesa a partir do conceito de SC⁴.

³ Para efeitos práticos, entendemos por Cone Sul o conglomerado de países formado por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

⁴ Um desenvolvimento melhor sobre este tema será apresentado no Capítulo 4 da presente pesquisa.

Em 1993, o Presidente Carlos Menem destacou que “Meu país converge com outros em outorgar um interesse crescente a este enfoque [a segurança cooperativa]”.⁵ Essa mesma posição foi defendida pelo representante argentino na OEA, Hernán Patiño Mayer, e pelo Chanceler Guido Di Tella na Assembléia Geral da ONU (DIAMINT, 1993, p. 1). O governo, naquele momento, adotou a idéia de “comprar segurança por diplomacia, o que era novo na América Latina e antigo na Europa”⁶.

Carter, Perry e Steinbruner apontam que “O objetivo central da segurança cooperativa é evitar a guerra através da prevenção e fazer com que seja mais difícil que os meios necessários para uma agressão bem sucedida sejam encaixados”, sendo este “... o princípio correspondente para a segurança internacional do pós- Guerra Fria...” (CARTER; PERRY; STEINBRUNER, 1992, p. 183-184). Os autores destacam que “a segurança cooperativa assume que a guerra não é inevitável (...) e o compromisso de preveni-la pode pretender ser indefinidamente efetivo” (CARTER; PERRY; STEINBRUNER, 1992, p. 184), assumindo que a SC permaneceria como um anseio incompleto, porém útil para aqueles Estados que têm estado confrontados regionalmente durante muito tempo, como é o caso de muitos países na América Latina, ao fornecê-los um novo panorama de proteção e estabilidade em termos de segurança internacional. De forma inclusiva, a SC procura alcançá-lo

...incorporando o mais importante das capacidades militares assim como dos corpos castrenses. O arranjo restringiria as forças terrestres e as capacidades táticas aéreas, que são empregadas para operações ofensivas. Limitaria em menor medida aqueles sistemas que são mais ou menos ambíguos e que podem ser utilizados para a resistência de uma invasão, estruturando as forças somente para a defesa do território nacional. Restringiria as armas nucleares somente para funções dissuasivas (...) Eliminaría todas as armas de destruição em massa. Promoveria a transparência de modo que todos os corpos castrenses estejam informados das preparações militares dos demais (...) assim como sobre a dispersão de tropas e a produção, venda e compra de armas (CARTER; PERRY; STEINBRUNER, 1992, p. 184).

E tentando estabelecer sistemas de sanções e incentivos para que isso funcione e seja cumprida “a limitação resultante em termos de equipamentos e forças operativas de forma consensual e universalmente partilhada” (CARTER; PERRY; STEINBRUNER, 1992. p. 184).

O consenso significa que as premissas sobre as quais a SC se estabelece devem ser amplamente aceitas como legítimas, sob um sistema inclusivo, sendo recomendado pelos autores que “semelhante ordem de SC (...) provavelmente deve começar a partir de um

⁵ Discurso do Presidente Carlos Menem, **Conferência de Desarmamento**, Genebra, 8 de junho de 1993. Citado em: DIAMINT, R. La agenda de seguridad de Argentina. **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**. Ano 8, Nº 3, 1993.

⁶ Entrevista realizada com a ex-chefe de Gabinete do Ministro de Defesa (2004-2005), e Professora da Universidade Torcuato Di Tella, Rut Diaminta (06/07/2009).

conjunto de arranjos mutuamente reforçados, derivados de acordos previamente existentes”, com a SC atuando como reforçadora e fortalecedora de tal rede (CARTER; PERRY; STEINBRUNER, 1992, p. 185). Dessa forma,

Com as ameaças militares diretas reduzidas e com seu desenvolvimento mais controlado, os objetivos tradicionais de dissuasão e proteção do território nacional podem ser alcançados com forças substancialmente menores e a um custo muito menor (CARTER; PERRY; STEINBRUNER, 1992, p. 186).

Com base em tais premissas, vários autores analisaram o conceito de SC, sem alcançar uma definição homogênea sobre o que é a SC.

Dessa maneira, a SC pode ser descrita como “a criação de **um ambiente** de segurança estável e previsível através da regulação mútua das capacidades militares e dos exercícios operativos que geram, ou podem gerar, desconfiança e incerteza” (STARES, 1995, p. 25). Nessa linha, o então Secretário Geral da OEA, César Gaviria, lutou por uma nova doutrina de segurança para as Américas, sustentada na SC, “cujo objetivo principal é a criação de condições de segurança cuja estabilidade dependa da confiança mútua, da regulação da capacidade militar e da previsibilidade das ações de todos os participantes” (LOPEZ, 2000, p. 45).

Por outro lado, outra definição mais ampla e imprecisa aponta que a SC

é um **enfoque amplo** da segurança de alcance multidimensional, que enfatiza a confiança e a segurança, mais do que a dissuasão; é inclusiva mais do que excludente; não limita o ingresso de membros; favorece o multilateralismo mais do que o bilateralismo; não privilegia as soluções militares sobre as não-militares; supõe que os Estados são os autores principais no sistema de segurança; não exige a criação de instituições de segurança formais, mas tampouco as rechaça; e, acima de tudo, ressalta o valor do diálogo sobre uma base multilateral (EVANS, 2003, p. 224).

Outra acepção, também no sentido de analisar um modelo de relação entre Estados, destaca que a SC

é **um (...) modelo de** caráter preventivo no qual se gera um ambiente ou espaço de segurança caracterizado pela estabilidade e previsibilidade, através de: i) graus crescentes de confiança recíproca e transparência; ii) regulação mútua das capacidades militares; e, em etapas mais avançadas, iii) a geração de mecanismos multilaterais de verificação, prevenção de conflitos, administração de crises e cooperação em matéria de segurança (FONTANA, 1996. Em: RESTREPO, 2004, p. 47).

O mesmo autor, enfatizando as percepções, destaca que “a segurança cooperativa consiste, fundamentalmente, **em uma mudança de mentalidade**, uma mudança na forma em que os atores percebem sua prática e a de seus vizinhos” (FONTANA, 1996. Em: MILANESE, 2005, p. 145). Já Nolan enfoca a SC a partir da identificação de ameaças ou

riscos comuns aos Estados, destacando que a SC “constitui um **esforço coletivo**, tanto regional quanto municipal, tendente a resolver, principalmente, e de forma conjunta, os tradicionais e emergentes problemas de segurança e defesa militares” (NOLAN, 1995, p. 202. Em: LEYTON, 1999, p. 7). Essa concepção, com pequenas variações, é similar à sustentada por Mihalka, que aponta que

A [SC] são **aqueles esforços** sustentados desenvolvidos entre estados para reduzir a probabilidade de guerra, ou de suas conseqüências, em caso de ela ocorrer, os quais não são dirigidos contra um estado ou grupo de estados específicos. A segurança cooperativa somente pode ter lugar quando os países desenvolvem um senso de futuro comum (MIHALKA, 2001, p. 29).

Mais alinhado com o destacado por Carter, Perry e Steinbruner, outros autores vêem a SC baseada

na promoção de medidas de confiança entre os Estados que outorgam maior transparência a suas relações e, através das Nações Unidas, a implementação de políticas gerais destinadas à proscricção total de armas de destruição em massa, limitação de armas convencionais, participação em forças multinacionais, fomento de medidas de confiança entre os Estados (FICHERA, ESTEBAN, 1994, p. 219).

Finalmente, outra definição mais ampla é aquela que afirma que “... a segurança cooperativa constitui **somente uma estratégia parcial**, permitindo aproximar os organismos estatais a um regime de segurança pela conciliação” (LEYTON, 1999, p. 3).

De sua parte, outro autor, Richard Cohen, partindo da base apontada por Carter, Perry e Steinbruner sobre a complementaridade da SC e a segurança coletiva, e somando as questões do debate sobre a segurança humana, se referiu à SC fazendo uma relação entre o que se entende por segurança do indivíduo, do Estado, dos aliados e, finalmente, da consolidação do sistema de paz (COHEN, 2001, p. 1). Segundo esse modelo, todo esse conjunto constituiria um sistema de SC.

Vendo o expressado pelos diferentes autores, com relação ao que é a SC, vemos que eles diferem sobre se ela é um processo, um modelo de relacionamento, um sistema, uma visão; porém, coincidem em uma série de pautas que identificariam a existência de políticas de SC: a identificação do vizinho como inimigo; a visão de um futuro comum entre os atores envolvidos; a reestruturação do sistema defensivo, deixando de lado as projeções de invasão e projetando um sistema defensivo de dissuasão baseado na cooperação com os países vizinhos; a transparência em temas de defesa; a cooperação em outros âmbitos do Estado, diretamente relacionada com o surgimento da SC; a redução da probabilidade de guerra; que os mecanismos criados sejam inclusivos e não excludentes; e, em uma etapa posterior, o fortalecimento de mecanismos de controle e verificação para reforçar o regime, o sistema e as políticas de SC.

Autores como Cristian Leyton aumentam o espectro semântico do que se entende por SC ao propor modelos mais avançados de cooperação, visto que apontam que

O conceito de *Segurança cooperativa*, apesar de ter ajudado, de alguma forma, em seu momento, a compreender o surpreendente fenômeno de aproximação política, econômica e militar no Cone Sul da América Latina, não deu conta da complexidade dos fatores que alimentam a insegurança tradicional nessa zona estratégica, nem tampouco do processo de convergência de interesses entre os Estados vizinhos e regionais (LEYTON, 1999, p. 4).

Muitos países, dentro do Cone Sul, ainda continuam implementando políticas puramente dissuasivas, mesmo já considerados dentro do regime de SC, o que significaria, na visão do autor, uma deficiência explicativa e abrangente do conceito de SC que não leva em conta o fator de hostilidade entre os Estados. Cohen, por sua vez, aponta que o êxito da SC está ligado à existência de valores comuns e interesses geoestratégicos comuns entre os Estados que levem a cabo políticas, regimes e instituições de SC entre si.

Da proposição de Cohen surge um elemento polêmico com relação ao fator externo da SC. O autor aponta que um dos componentes da SC é sua função fiscalizadora em partes alheias ao território de seus estados membros (COHEN, 2001, p. 2). Entretanto, essa visão contradiz um dos princípios da SC, que sustenta que a força militar pode ser empregada somente sob o mandato da ONU ou em resposta a uma agressão militar externa (CARTER, PERRY, STEINBRUNER, 1992, p. 186, 190-191).

Mihalka, por sua vez, aponta que a SC é possível até em Estados que não tenham valores em comum, sempre e quando as elites governamentais dos países tenham confiança na visão de um futuro comum, crendo veementemente que através da cooperação alcançarão maiores resultados do que individualmente. A relação que Mihalka traça, com respeito à expansão do liberalismo e as maiores possibilidades de êxito da SC, tem uma ligação com a criação de uma comunidade de segurança pluralista e as expectativas de mudança pacífica, seguindo os termos de Deutsch, indicando que a SC seria uma consequência da implementação de uma comunidade de segurança. O autor aponta que um dos meios para que os Estados comecem a desenvolver políticas de SC é a visualização do “dilema de segurança”, pelo qual a busca individual da segurança só termina traduzindo em maior insegurança e ameaça para o Estado vizinho. Dessa forma, quando os Estados conseguem identificar este dilema e levam em conta os benefícios de se desenvolver políticas cooperativas, é que começam a implementar a SC, o que leva a uma economia significativa em termos de gastos militares (MIHALKA, 2001, p. 62-63).

Já Andrés Fontana aponta, em uma linha institucionalista, que a SC deve estar acompanhada por uma estrutura institucional baseada no desenvolvimento contínuo de

mecanismos de promoção da confiança entre seus associados, na prevenção dos conflitos, na solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da democracia (FONTANA, 1996. Em: MILANESE, 2005, p. 144-145). O autor, assim, ressalta as Medidas de Confiança Mútua (MCM)⁷ e sua aplicação, ligando diretamente a existência das mesmas à existência da SC. Fontana aponta que, como consequência da existência da SC, as Forças Armadas teriam uma função clara de vigilância, a espera de tarefas de manutenção da paz designadas pela comunidade internacional (FONTANA, 1996. Em: MILANESE, 2005, p. 144-145).

Hardy Videla soma a questão de que, para que a SC seja efetiva, deve desenvolver-se “... em torno de Estados cujas diferenças e assimetrias, nos âmbitos político, econômico e de defesa, sejam mínimas”, já que “quando existe uma assimetria considerável em algum âmbito, é possível assumir que aquele Estado que se encontra em superioridade verá com maior

⁷ “As medidas de confiança mútua são ações bilaterais e multilaterais destinadas a prevenir situações de crises e conflitos. Buscam fortalecer a paz e a segurança internacional. Contribuem para a comunicação entre os atores. Criam uma atmosfera propícia para estabelecer um quadro de entendimento que mitigue as percepções de ameaça imediata, e evite eventuais elementos surpresa. Pressupõem a existência de diferenças de interesses, e ainda de situações de tensão, em um contexto de baixa confiança nas relações recíprocas” (ROJAS ARAVENA, 2008, p. 19. Em: DONADIO, TIBILETTI. Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina. Edição 2008. SER em 2000. Buenos Aires: 2008.) Dessa forma, as MCM diferem da SC devido ao seu caráter instrumental e característico de uma primeira etapa de aproximação entre dois países.

Uma listagem das MCM mais comuns é a seguinte:

Adoção gradual de acordos sobre notificação prévia de exercícios militares;

Fomento da elaboração e intercâmbio de informação sobre políticas e doutrinas de defesa;

Consideração de um processo de consultas com vistas a avançar na limitação e controle de armas convencionais;

Acordos sobre convites de observadores para exercícios militares, visitas a instalações militares, facilidades para observar operações rotineiras e intercâmbio de pessoal civil e militar para formação, capacitação e aperfeiçoamento;

Reuniões e ações para prevenir incidentes e incrementar a segurança no trânsito terrestre, marítimo e aéreo;

Programas de cooperação em casos de desastres naturais ou para prevenir tais desastres, com base na petição e autorização dos Estados afetados;

Desenvolvimento e implementação das comunicações entre as autoridades civis ou militares de países vizinhos, em conformidade com sua situação fronteiriça;

Realização de seminários, cursos de difusão e estudos sobre medidas de fomento da confiança mútua e da segurança, e políticas de fomento da confiança com participação de civis e militares (Conferencia Regional sobre Medidas de Fomento de la Confianza y de la Seguridad de Santiago. Santiago de Chile, 1995). Em: <http://www.oas.org/CSH/spanish/mfclist.asp>. Acesso em 10 de maio 2010.

Estímulo de contatos e cooperação entre legisladores sobre medidas de fomento da confiança e temas relacionados à paz e à segurança hemisférica, incluindo a realização de encontros, intercâmbio de visitas e uma reunião de parlamentares, a fim de fortalecer este processo;

Identificação e desenvolvimento de atividades que promovam a cooperação entre países vizinhos em suas zonas fronteiriças;

Promoção do intercâmbio de informação, entre outros, através da publicação de livros de defesa ou documentos oficiais, se for o caso, que permitam uma maior transparência em termos de políticas de defesa de cada país, assim como sobre a organização, estrutura, tamanho e composição das forças armadas;

Estímulo para a realização de estudos tendentes a avançar no estabelecimento de uma metodologia comum que facilite a comparação do gasto militar na região, levando em conta, entre outros, o Informe Padronizado sobre Gastos Militares das Nações Unidas (Conferência Regional de San Salvador em seguimento à Conferência de Santiago, El Salvador, 1998). Em: <http://www.oas.org/CSH/spanish/mfclist.asp>. Acesso em 10 de maio de 2010.

desconfiança a cessão de sua fonte de poder perante outros Estados para substituí-la por outra comum” (HARDY VIDELA, 2003, p. 13).

Finalmente, Chris James Finocchio Jr apresenta o que considera dois fatores fundamentais para o surgimento da SC. O primeiro são as relações cívico-militares: o autor destaca que o fim das ditaduras e a consolidação do controle civil das Forças Armadas é um fator fundamental para o surgimento da SC, já que o domínio dos corpos castrenses sobre o âmbito político é um fator negativo para políticas cooperativas, devido às visões opostas e corporativas predominantes nos corpos militares. O segundo aspecto é o surgimento das políticas econômicas de livre mercado. O autor destaca que, com a consolidação dessas políticas, os Estados precisam eliminar as frentes externas de conflitos, reduzir custos orçamentários e assegurar um “ambiente seguro” para a chegada de capitais externos. Dessa maneira, a adoção dessas políticas econômicas tem como consequência o surgimento da SC como modelo político para temas de Defesa e Segurança regional e internacional.

Por fim, devido ao fato de que nossa pesquisa foca uma relação bilateral em matéria de defesa, destacamos o que tem sido desenvolvido em relação à viabilidade da SC para as relações bilaterais.

Em primeiro lugar, destacamos que “...os acordos de segurança cooperativa devem estar baseados em premissas que possam ser amplamente aceitas como legítimas. Tais acordos devem ser inclusivos...” (CARTER, PERRY, STEINBRUNER, 1992, p. 184). Com relação à viabilidade do modelo para um relacionamento militar bilateral, se afirma que a SC “pode ter lugar entre dois Estados, ou vários” (MIHALKA, 2001, p. 35) de forma indistinta; sobre isso, Hardy afirma que,

Muitas vezes se pensa que o conceito de um Sistema de Segurança Cooperativa deve se referir a uma relação multilateral entre um grupo de estados. Isso não é de todo correto, dado que, se o conceito for analisado com profundidade, se verá que essa relação pode perfeitamente desenvolver-se transitoriamente de forma bilateral, considerando somente dois Estados na associação, mas com uma visão de expansão futura (HARDY VIDELA, 2003, p. 4-5).

Em sintonia com tal afirmação, Rojas Aravena e Hoecker apontam que

...as relações cooperativas têm se mantido, até o momento, no plano essencialmente bilateral (...) [com a particularidade de que] a cooperação bilateral no âmbito da segurança externa entre os países da sub-região tem sido parte constitutiva do regime desde o início do processo de integração (ROJAS ARAVENA, HOECKER, 2002, p. 11).

Dessa forma, segundo o exposto pelos autores, a cooperação bilateral é muito útil para o estabelecimento da SC, sempre e quando for com parâmetros inclusivos frente aos demais Estados, mas com a vantagem de que as relações bilaterais têm muito mais possibilidades de

êxito em conseguir identificar interesses comuns e simetrias entre os Estados, fatores chave para a expansão da SC.

A falta de uma definição unívoca se deve ao fato de que o mesmo conceito de “segurança” possui características subjetivas e relativas a quem, e quando, o defina. Ainda, existem duas acepções diferentes sobre a SC. A primeira, descritiva, faz menção a um sistema interestatal de cooperação; e a segunda, propositiva, faz menção às políticas desenvolvidas por um Estado em particular. A primeira acepção, que se confunde com as definições de comunidade de segurança pluralista, é útil para entender se tal comunidade existe entre Argentina e Brasil, porém, a segunda acepção é a mais adequada para a análise específica da política de defesa argentina em direção ao Brasil.

Essa confusão em torno do caráter do conceito está intimamente ligada à natureza política do mesmo. Dois dos três autores do conceito – Carter e Perry – eram funcionários do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O primeiro como Assistente do Secretário de Defesa em temas de políticas de segurança internacional, e o segundo como Secretário de Defesa. Seus objetivos pareceram ser o de criar um novo conceito frente ao novo cenário internacional pós-Guerra Fria. Diante disso, destacamos que, tanto Carter como Perry, realizaram visitas às regiões nas quais buscaram implantar o conceito, sendo que a Argentina foi o único país que o incorporou ao seu discurso político.

Diante do surgimento do conceito, sucedeu-se um florescimento de análises acadêmicas que buscaram interpretá-lo, como já vimos anteriormente. Entretanto, a duplicidade do mesmo, presente desde a sua concepção, não foi esclarecida e permaneceu como um conceito ambíguo.

No entanto, entendemos que, através da análise do que foi desenvolvido pelos autores estudados, a SC possui certos aspectos descritivos centrais que podem ser identificados em uma política de defesa, determinando se um país ou um conjunto de países desenvolve políticas sob o quadro da SC: transparência em assuntos de defesa; fim das doutrinas e estratégias que visualizavam o país vizinho como um inimigo militar em potencial, dando início a uma relação cooperativa com o mesmo; percepção de um futuro comum; percepção de que as ameaças que o Estado enfrenta não podem ser combatidas de forma particular, mas sim de forma conjunta, cooperando; cooperação com a ONU, aceitando-a como o único organismo de uso legítimo da força; ratificação de tratados internacionais de desarmamento de controle de armamentos; eliminação das armas de destruição em massa; renúncia ao fator militar para a resolução de conflitos; expansão das MCM; e, finalmente, planejamento constante de atividades e debates sobre defesa, de forma conjunta.

Com base nos aspectos destacados, durante os capítulos 3, 4 e 5, analisaremos a política externa e de defesa argentina e os mecanismos de cooperação existentes com o Brasil, para descobrir se, desde o retorno à democracia em 1983, a política de defesa argentina foi adotando, em maior ou menor grau, características próprias da segurança cooperativa, gerando com o Brasil uma comunidade de segurança pluralista imperfeita e incipiente.

1.2- Justificativa do marco temporal.

Para analisar a questão da comunidade de segurança pluralista entre Argentina e Brasil, Hurrell (1998, citado em: FLEMES, 2005, p. 14) descreve a história de ambos os países a partir de três fases:

- Rivalidade (até 1985);
- Início da cooperação (1985-1990);
- Incremento da cooperação (1990-1995).

O autor dá maior importância ao processo de democratização, e, em especial, à liberalização das políticas econômicas que levaram a uma convergência dos interesses (na realidade, a liberalização na Argentina começou em 1976, mas a crise da dívida externa começou nos anos 80, e, com ela, a necessidade de força conjunta para negociar nos fóruns internacionais e maiores investimentos). É interessante o valor que o autor dispensa à mudança estrutural nas burocracias, à relevância das mudanças subjetivas na forma de pensar dos tomadores de decisão.

Por outro lado, Russel e Tokatlian dividem a análise da história entre ambos os países em três períodos diferentes, segundo os “modelos de inserção internacional argentinos” (RUSSELL, TOKATLIAN, 2003, p. 13):

- Relação especial com a Grã-Bretanha (fins do século XIX – 1940);
- Paradigma Globalista (1945 – 1989);
- Estratégia de Acedência pragmática (1990 – 2001).

Entretanto, estes períodos, que identificam os modelos de políticas da Argentina em sua inserção internacional, não levam em conta a particularidade do relacionamento com o Brasil, que sofre, como será apontada na presente pesquisa, uma clara mudança a partir de 1983, com continuidades nos governos subsequentes e com semelhanças com a história anterior a 1983.

Com os critérios para analisar o grau de constituição de uma comunidade de segurança, Adler e Barnett (ADLER y BARNETT. Cit. Em: FLEMES, 2005, p.15) avançam sobre o modelo de Deutsch e propõem três etapas, as quais cremos ser pertinentes e que se

emolduram no estabelecido por Saint Pierre, Winand e Pereira para analisar o período 1983-2008 (SAINT-PIERRE, PEREIRA, WINAND, 2004, p. 161). Adler e Barnett desenham um modelo no qual o desenvolvimento ideal de uma comunidade de segurança tem três fases: Nascimento, Ascensão e Maturidade.

Nascimento: a preocupação dos governos é coordenar suas relações para melhorar seus níveis de segurança, reduzir os custos de suas transações, assim como a promoção do comércio e outras áreas. Isso pode ser medido por um aumento nos níveis de relacionamento bilateral, visitas, etc.

Ascensão: é a condensação das redes, assim como a coordenação e cooperação de suas Forças Armadas. As hipóteses de conflito perdem importância. Incrementa-se a confiança mútua e buscam-se identidades comuns. Toma corpo a idéia de que desenvolvimento e segurança somente podem ser garantidos a partir da cooperação entre os membros da comunidade de segurança.

Maturidade: é alcançada de duas formas possíveis:

Comunidades de segurança “loosely”:

- As atividades multilaterais e a resolução de conflitos estão marcadas pelo consenso;
- Fronteiras desmilitarizadas;
- Mudanças no planejamento militar. O planejamento dos piores cenários já não leva em conta a probabilidade da guerra entre os membros da comunidade;
- Definição comum das ameaças externas;
- Linguagem comum expressada no discurso normativo dos membros que refletem valores em comum.

Comunidades de segurança “tightly”. Com um modelo similar ao que seriam as comunidades de segurança amalgamadas destacadas por Deutsch, com a criação de instituições e integração de funções (FLEMES, 2005, p. 14, 15). Aqui, os autores incluem a cooperação militar; no entanto, pelas características da mesma no caso argentino-brasileiro, o que deveria ser debatido é se ela é gerada entre os militares somente por coincidências burocráticas como instituições, ou se desde o nível político consolidado em termos de controle civil.

Em convergência com exposto por Adler e Barnett, Saint Pierre, Winand e Pereira dividem analiticamente a evolução das relações entre Argentina e Brasil a partir dos anos oitenta em três fases:

1) Desmantelamento das desconfianças e construção da amizade, que tem como causa a cada vez mais óbvia interdependência recíproca e, ao mesmo tempo, a necessidade da integração econômica como um fim;

2) Fase de consolidação da confiança mútua;

3) Fase embrionária de cooperação política em matéria de defesa.

Diante do exposto pelos autores mencionados, e para efeitos da presente pesquisa, dividiremos a história das relações bilaterais entre a Argentina e o Brasil em duas etapas gerais, sendo que na segunda é que se focará nosso estudo, já que é onde se dão os parâmetros de criação de uma comunidade de segurança pluralista e a aplicação por parte da Argentina de políticas de segurança cooperativa.

Primeira etapa: Século XIX – 1983: Rivalidade e competição entre Argentina e Brasil.

Segunda etapa: 1983 – atualidade: Cooperação.

Para a análise da segunda etapa, adotamos o modelo proposto por Saint Pierre, o qual de acordo com a visão de Adler e Barnett, seria de Nascimento, Ascensão e Maturidade. Para isso, modificaremos a definição da terceira etapa:

1) NASCIMENTO. Desmantelamento das desconfianças e construção da amizade;

2) ASCENSÃO. Fase de consolidação da confiança mútua;

3) MATURIDADE INCOMPLETA. Fase embrionária de cooperação em matéria de defesa.

Para a exposição de nossa pesquisa, depois do segundo capítulo, que estuda a relação entre Argentina e Brasil na etapa Rivalidade e competição, dividimos a etapa que concentra nossa atenção (1983-2008) em três capítulos que se assemelham com três períodos políticos particulares da Argentina: 1983-1989, 1989-2001, 2001-2008. Durante o primeiro período apresentado, mostraremos a etapa de nascimento e ascensão da comunidade de segurança, que tal ascensão continua sua consolidação na segunda etapa e que alcança uma maturidade incompleta de futuro incerto na terceira etapa.

CAPÍTULO 2

**UMA RELAÇÃO DESCONFIADA. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA RELAÇÃO
ENTRE ARGENTINA E BRASIL ANTES DE 1983.**

CAPÍTULO 2: UMA RELAÇÃO DESCONFIADA. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL ANTES DE 1983.

“Ningún tema dominó tanto la historia de la política internacional sudamericana durante la mayor parte del siglo XX como lo fue la rivalidad brasileño-argentina, y, desde el punto de vista de Brasil, ningún fenómeno externo ejerció mayor influencia sobre la estrategia de política exterior”

(MILTON, 1993, p. 54)

A lo largo de la historia independiente de la Argentina, y por diversos motivos, Brasil ha sido visto como el principal rival que amenazaba la seguridad y la integridad territorial del país”

(RUSSELL, TOKATLIAN, 2003, p. 7)

O presente capítulo abarca a etapa de rivalidades e competição entre Argentina e Brasil, compreendendo grande parte do século XIX até 1983. O nosso objetivo neste capítulo é fazer uma revisão histórica da relação bilateral, especialmente em termos estratégicos e de defesa, e como a mesma tem sido conduzida pela Argentina. Nos parágrafos seguintes, buscaremos identificar as percepções de conflito, desconfiança e competição que caracterizaram tal relação bilateral ao longo de mais de 100 anos, até o começo do período cooperativo na década de 80 do século XX. Entendemos que a identificação das características históricas que têm marcado a relação bilateral é de grande importância para podermos analisar e compreender o teor da mudança ocorrida a partir de 1983-1985 e a importância de consolidar os processos iniciados naqueles anos.

2.1- Argentina e Brasil ao longo do século XIX. A relação entre um Império e um país em permanente guerra civil

Durante seu processo de construção e consolidação como Estado-Nação, a Argentina criou uma visão antagonista em direção ao Brasil. Por um lado, motivada por uma questão ideológica, pelo fato de o Brasil ser uma monarquia. Por outro, devido a uma etapa na qual ambos os países procuravam definir seus limites territoriais, gerou-se a percepção de que o Brasil era um país puramente expansionista e imperialista, visão compartilhada pela maioria da administração argentina desde a origem do país (RUSSELL, TOKATLIAN, 2003, p. 20).

Todos os recursos, então, da audácia e da maldade foram postos a partir do Tratado de Tordesilhas pelos portugueses e seus descendentes para ampliar o território que ocupavam na América, porque, se tivesse se submetido aos tratados, o Brasil não seria hoje mais do que a área acordada por Tordesilhas; ou seja, a história do crescimento territorial brasileiro se funda, sobretudo, no espólio e na intrusão, sem resistência, durante três séculos nos domínios da Espanha. Sobre esses “títulos”, primeiro o Império e depois a República, haviam de fundar seus “direitos” (BOTELHO GOSÁLVEZ, 1974, p. 17).

Dessa forma, as interpretações que se percebiam sobre os interesses do outro foram mais relevantes ainda do que os próprios interesses. No caso da Argentina, a percepção geopolítica do Brasil era a de um país imperialista, hegemônico e expansionista por natureza, como parte de sua herança portuguesa⁸. Essa percepção foi a que contribuiu para que “as relações entre a Argentina e o Brasil tenham tido permanentemente um pano de fundo conflitante” (PEÑA, 1983, p. 174).

Após a constituição de ambos os países como Estados independentes, em princípios do século XIX, as relações mútuas estiveram fortemente marcadas pela “lembrança das desavenças da etapa colonial” (PARADISO, 2006, p. 178) entre as metrópoles de Lisboa e Madrid. Como apontam Cervo e Bueno, “após suas independências, Rio de Janeiro e Buenos Aires passam a administrar o conflito regional secular entre Portugal e Espanha relativo ao domínio do estuário do Rio da Prata” (BUENO; CERVO, 2008, p. 40), conflito que era próprio da luta de interesses entre espanhóis e portugueses por suas colônias sul-americanas desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas⁹.

Dentro de tal panorama, teve lugar o único conflito bélico que os dois países enfrentaram em toda sua história. Este foi denominado “Guerra com o Brasil”, como é conhecida na Argentina, ou “Guerra Cisplatina”, como é chamada no Brasil, que aconteceu entre 1825 e 1828, e que resultou na criação do Estado do Uruguai¹⁰.

⁸ Entrevista realizada com o Tenente Coronel (R) Juan Carlos Melián Massera. (10/07/2009)

⁹ O Tratado de Tordesilhas foi um acordo firmado em 7 de junho de 1494 entre os reis de Castilha e Aragão, Isabel e Fernando, e Juan II, rei de Portugal. O Tratado estabelecia uma linha divisória ao longo do Oceano Atlântico, que dividia as áreas que cada reino podia conquistar. Tal linha concedia uma pequena porção do atual Brasil a Portugal, sendo que, até esse momento, somente os reinos de Castilha e Aragão haviam se estabelecido no continente americano.

¹⁰ Em julho de 1821, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve incorporou a seus domínios, sob o nome de Província Cisplatina, a chamada Banda Oriental (atual Uruguai), a qual ocupava militarmente desde 1816. Depois disso, e seguido de vários debates, pressões e negociações, em abril de 1825 foi organizada em Buenos Aires uma expedição particular com o apoio de parte da elite portenha, conhecida como “os 33 orientais”, que partiu rumo à Banda Oriental. Tal expedição, segundo Escudé e Cisneros, tinha o objetivo de provocar na corte do Rio de Janeiro a percepção de uma violação aberta da neutralidade por parte do governo das Províncias Unidas, e obrigar este a adotar uma resolução em favor de seus interesses e preparar-se para os atos de represália que o Império poderia levar a cabo. Isso foi bem sucedido, já que depois da tomada de Montevideu por parte dos “33 orientais” e da organização de um governo provisório, em outubro de 1825 o Congresso das Províncias Unidas reconheceu por Lei a reincorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas. Diante de tal ação, em 10 de dezembro de 1825, o recentemente instituído Império do Brasil declarou guerra às Províncias Unidas, enquanto que estas declararam guerra em 1 de janeiro de 1826. Após uma série de enfrentamentos navais e terrestres, aconteceu, em 20 de fevereiro de 1827, a Batalha de Ituzaingó, com vitória decisiva das Províncias Unidas. Entretanto, o tratado de paz firmado foi rechaçado pelo Presidente das Províncias Unidas, prosseguindo com os combates de forma paralela às negociações, com a mediação de Lord Ponsonby, enviado inglês. O interesse britânico era a declaração de independência do Uruguai, e tendo isso em mente, levaram a cabo as negociações. Finalmente, as partes acordaram e, em 27 de agosto de 1828, foi assinado o tratado de paz no qual foi declarada a independência da Banda Oriental. No tratado, garantia-se a estabilidade interna da nova República Oriental do Uruguai por cinco anos, e se estabelecia que um novo conflito entre as Províncias Unidas

Após a guerra mencionada, houve um período de calma e neutralidade entre Argentina e Brasil. A Argentina entraria em um período de guerras civis e fortes lutas internas que terminariam apenas em 1860, com a unificação de Buenos Aires e a Confederação. Em tal período, a relação com o Brasil esteve marcada pela presença de Juan Manuel de Rosas como governador de Buenos Aires, a encargo do Executivo Nacional (1829-1832 e 1835-1852).

O período de Rosas foi marcado por uma luta de influências e receios entre Argentina e Brasil, que teve como ponto culminante a participação do Brasil nos combates travados entre Rosas e Urquiza em 1851¹¹. A decisão brasileira de intervir se baseou em uma série de percepções, tais como “Rosas saiu tão fortalecido do enfrentamento com os europeus que não duvidaria em levar a cabo seu expansionismo regional” (BUENO; CERVO, 2008, p. 114), refletido sempre no que se entendia como a tentativa argentina de recriar sob o seu domínio o extinto Vice-Reinado do Rio da Prata. Diante disso, a administração brasileira entendeu que devia atacar Rosas em primeiro lugar, para não ser agredida, devido ao fato de que um objetivo permanente da corte do Brasil era impedir por todos os meios possíveis a reedição do Vice-Reinado do Rio da Prata por parte de Rosas (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/4/4-002.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009).

Tal período, junto aos quarenta anos seguintes, são os correspondentes à conformação dos Estados latino-americanos, quando estes buscam definir as suas fronteiras, suas esferas de poder e influência, consolidar o seu poder interno, definir seus regimes de governo, assim como moverem-se entre os diferentes poderes internacionais, definindo aliados e modelos de inserção econômica. Com relação à Argentina e Brasil, esse período se caracteriza como uma luta para consolidar seus territórios, com fronteiras comuns, ainda que indefinidas, e uma competição, que se prolongará no tempo, entre quem objetivava se consolidar como potência subregional na América do Sul. Dessa forma, as décadas seguintes se caracterizaram por contínuas controvérsias e lutas pela influência regional, até chegar à Guerra da Tríplice

e o Império do Brasil somente poderia terminar em uma guerra depois de um período de aviso prévio; ainda, Cisneros e Escudé destacam que “a Grã-Bretanha não oferecia garantia alguma do cumprimento das partes com os termos do tratado, mas sua participação na gestão deste dava liberdade para a diplomacia britânica para defender suas disposições ou ignorar as violações às mesmas, segundo o que considerava oportuno”. CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/3/3-021.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009.

¹¹ Contudo, houve uma tentativa de aproximação entre ambos os países naquela época. Em 1841, o argentino Tomás Guido foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para representar a Confederação Argentina na coroação de Pedro II como imperador do Brasil. Durante sua viagem, realizou uma série de solicitações e assinatura de acordos que foram posteriormente rechaçados por Rosas. (CISNEROS; ESCUDE, 2003). Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/4/4-002.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009.

Aliança contra o Paraguai, e os conseqüentes enfrentamentos pela assinatura dos acordos de paz¹².

Naquele contexto anterior à Guerra da Tríplice Aliança, teve lugar a principal controvérsia do período, quando, em princípios de 1855, uma esquadra brasileira navegou o rio Paraná com o objetivo de realizar uma demonstração do seu poderio frente às autoridades paraguaias. Para tal ação, o Brasil não requereu uma permissão prévia para ingressar com a sua frota de guerra em tal rio, jurisdição de Buenos Aires, gerando uma controvérsia com o governo portenho (CISNEROS; ESCUDE. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/4/4-038.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009). O episódio foi debatido em Buenos Aires durante todo aquele ano por suas possíveis implicações: a hegemonia brasileira no âmbito do rio da Prata e o escasso interesse do Império na repercussão que suas ações poderiam ter nos Estados riopratenses portenhos (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/4/4-038.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009). Passada essa controvérsia, e durante os anos seguintes, as políticas argentinas se orientaram principalmente para os problemas de fronteiras da Argentina com a Bolívia e o Chile. Nas décadas seguintes, de calmaria nas relações de ambos os países, a Argentina se unificou como país (1860), deixando para trás a separação entre Buenos Aires e a Confederação Argentina e as lutas internas entre os “caudillos” no interior do território argentino.

Dessa forma, esse período de relacionamento entre a Argentina e o Brasil esteve fortemente marcado pela construção e consolidação de uma percepção de ameaça expansionista por parte da Argentina para com o Brasil, atenuada somente nos momentos em que os esforços argentinos se orientavam em direção a consolidação das fronteiras com o

¹² A Guerra da Tríplice Aliança aconteceu entre 1864 e 1870, e opôs Argentina, Brasil e Uruguai ao Paraguai. Com fortes debates que se mantêm na atualidade, as causas da guerra não estão ainda consensuadas, ainda que se sustente que a influencia britânica em defesa de seus interesses desempenhou um papel preponderante. Em 1864, tiveram início os enfrentamentos bélicos entre Brasil e Paraguai e, em 1865, aconteceu a intervenção argentina. Esta acontece logo depois que o “Paraguai reivindica à Argentina permissão para que as tropas paraguaias pudessem avançar por território argentino em direção ao uruguaio, onde, liberando o Uruguai dos brasileiros, o Paraguai esperava encontrar um aliado e um lugar de grande importância estratégica (uma saída ao mar)” (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/6/6-051.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009). Diante da negativa argentina, se rompem relações e o Paraguai inicia sua campanha bélica perante a Argentina. Após o fim da guerra, surgiram discórdias entre Argentina e Brasil, em especial na Argentina, onde foi repudiada a assinatura de uma série de protocolos entre Brasil e Paraguai que não correspondiam aos acordos firmados entre Brasil e Argentina em 1865, quando se estabeleceram questões limítrofes. Ante essa situação, foi levada a cabo uma série de negociações infrutíferas – no Rio de Janeiro e em Assunção – entre 1872 e 1875. Finalmente, no início de fevereiro de 1876 obteve-se um acordo através do Tratado Irigoyen-Machaín, que estipulava a retirada de tropas de territórios ocupados e um acordo sobre os limites fronteiriços, deixando uma parte do território para a decisão arbitral dos Estados Unidos – que sentenciou em favor do Paraguai em 1878 (atual departamento Presidente Hayes) -. (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/6/6-054.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009).

Chile. Essa percepção do Brasil como um Estado com pretensões imperialistas, com sua gênese no Tratado de Tordesilhas, permaneceria no coletivo imaginário argentino, ainda que sem a visão de uma “expansão territorial” e sim mais ligada à peleja entre Argentina e Brasil pela liderança regional.

2.2- As relações entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina até a Segunda Guerra Mundial

Em 1889, estabeleceu-se o sistema de governo republicano no Brasil, deixando para trás o regime monárquico imperial e inaugurando um novo período de relações com a Argentina, sendo este o segundo país a reconhecer o novo regime – o primeiro foi o Uruguai. A existência de uma coincidência de ideais liberais e republicanos nas classes governantes pareceu encaminhar as relações bilaterais a uma nova etapa. É assim que, somente após a criação da República do Brasil, um Presidente argentino visitou o Brasil e vice-versa – 1889 e 1900 respectivamente.

Tabela 1. Visitas presidenciais no período anterior a 1983¹³

ANO	PRESIDENTES	LUGAR
SÉCULO XIX		
1899	Roca – Campos Sales	Rio de Janeiro
1900	Roca – Campos Sales	Buenos Aires
1901-1950		
1933	Justo – Vargas	Rio de Janeiro
1936	Justo – Vargas	Buenos Aires
1950-1983		
1961	Fronzizi – Quadros	Uruguaiana
1967	Onganía– Da Costa e Silva	Buenos Aires
1972	Lanusse - Medici	Brasília
1980	Videla – Figueiredo	Brasília
1980	Videla – Figueiredo	Buenos Aires
1981	Viola – Figueiredo	Paso de los Libres

Após sua conformação como república, a primeira medida que o Brasil adotou em relação à Argentina foi o envio de seu Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, para solucionar o litígio fronteiriço da região das Missões, a fim de dividir o território entre ambos os países. Essa iniciativa fracassou, acordando-se em recorrer ao laudo norte-americano para sua solução, em 1895, sob a mediação do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland. Tal negociação

¹³ Em cinza se indica os presidentes provenientes do corpo castrense.

...colocou frente a frente [os chanceleres brasileiro e argentino] Rio Branco e Estanislao Zeballos¹⁴, que, ao ver-se derrotado tornou-se um crítico da política exterior brasileira, já que a solução do litígio alimentou a prevenção argentina e foi interpretado como uma manifestação de política expansionista (MALATIAN, 2004, p. 48).

Depois desse acontecimento, durante o período 1889-1902, a relação bilateral foi de boas “relações comerciais, e uma preocupação com o rearmamento naval argentino e a eventual hegemonia argentina na região do Prata” (CERVO; BUENO, 2008, p. 168). Neste contexto, em agosto de 1896, “quatro das mais poderosas unidades argentinas permanecem estacionadas vários dias no Rio de Janeiro” (PARADISO, 2006, p. 179). Três anos depois, esse fato se repete, somando-se a mencionada presença do Presidente argentino Julio Argentino Roca no Brasil, visita retribuída por seu par brasileiro, Manuel Ferraz de Campos Sales, em 1900. Essa aproximação histórica entre Argentina e Brasil foi motivada pela política exterior do Presidente Roca, que privilegiou tal aproximação. Devido aos problemas com o Chile “Roca se aproximou do Brasil com o objetivo de evitar uma segunda frente de conflito no Cone Sul (a primeira já existia com o Chile) e frear um possível cerco geopolítico que poderia surgir de uma eventual aliança Santiago-Rio” (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 22-23) e posteriormente mitigar a percepção de ameaça que reinava no Brasil frente ao armamento naval argentino. Ainda, Roca também pensava que “a consolidação da paz e da segurança na América do Sul requeria o melhoramento das relações da Argentina com Brasil e Chile” (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 23).

Esta época de ameaças navais e de “corrida armamentista” foi o contexto de criação das Forças Armadas argentinas como um corpo moderno

Parte do processo de consolidação do Estado Nacional foi a conformação das Forças Armadas modernas, permanentes e profissionalizadas que atuavam como garantidora da ordem e do funcionamento da unidade política”. As quais “... começaram a ser portadoras de um conceito de defesa que apoiava os eventuais conflitos e a demandar recursos para um equipamento capaz de afrontá-los” (PARADISO, 2006, p. 178).

Cervo e Bueno apontam que “uma vez passado o período de euforia republicana, as duas nações voltaram a se observar através de um espírito de rivalidade, apesar de não ter havido nenhum problema grave concreto depois da resolução do litígio pelas Missões” (CERVO; BUENO, 2008, p. 168), o que podemos relacionar com o citado anteriormente por Paradiso em relação à visão militar da defesa e o predomínio das escolas de pensamento militar nessa matéria. Esta época foi um momento chave para a formação das Forças Armadas

¹⁴ Estanislao Zeballos foi Ministro das Relações Exteriores da Argentina de 1889 a 1892 e de 1906 a 1908. Ainda, além de ter sido deputado em vários períodos, foi Plenipotenciário na missão pelo território das Missões.

de Argentina e Brasil, que estabeleciam para esses suas Escolas de Estado Maior (1900 e 1899 respectivamente) e criavam o serviço militar obrigatório (1901 e 1908 respectivamente), sob a baliza de missões militares européias que assessoraram os Estados para a modernização de seus corpos armados. Essa corrente contribuiu para uma nova tendência doutrinal e organizacional em matéria militar. Era a época do início das correntes de pensamento nacionalista, que convergiram com a conformação das Forças Armadas profissionais e a continuação da consolidação territorial e institucional dos Estados da região.

Essa foi uma época de turbulências na relação bilateral, apesar das aproximações e visitas presidenciais, sendo a primeira década do século XX um dos momentos mais críticos da relação (PARADISO, 2006, p. 180). Um ponto culminante foi “o projeto de rearmamento naval brasileiro aprovado em 1904 e modificado em 1906, que despertou a rivalidade argentina” (CERVO; BUENO, 2008, p. 194), acrescida pela influência do Chanceler Zeballos (PARADISO, 2006, p. 180) e pela aproximação que o Brasil manteve com os Estados Unidos (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 22), em favor de neutralizar o poderio militar argentino e as ameaças que o Brasil percebia que podiam surgir de uma coalizão sub-regional, liderada no Cone Sul pela Argentina.

A aproximação do Brasil com os Estados Unidos foi materializada pela decisão brasileira de aumentar o status de sua delegação perante Washington para o de Embaixada (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 21). Também, o Brasil havia manifestado abertamente seu apoio à Doutrina Monroe norte-americana, em oposição à Doutrina Drago propiciada pela Argentina¹⁵, fazendo parecer que, em 1907, o Brasil era “quase um representante dos Estados Unidos na Bacia do Prata” (FLEMES, 2005, p. 111).

Nessa época, o Chanceler Zeballos assegurava ter provas de que o Brasil atacaria assim que completasse seu plano de rearmamento, para o qual esboçou uma estratégia apresentada como defensiva, mas que contemplava preventivamente que, no caso de o Brasil não dissolver sua esquadra, proceder-se-ia à ocupação do Rio de Janeiro (PARADISO, 2006, p. 180). Tais planos estratégicos pareciam encontrar apoio no fato de que, em 1910, a

¹⁵ Em 1902, o Chanceler argentino, Luis María Drago, declarou que nenhum poder estrangeiro podia utilizar a força contra uma nação americana com a finalidade de efetivar a cobrança de uma dívida. Este princípio era uma resposta ao bloqueio naval sofrido pela Venezuela por parte da Grã-Bretanha, França e Alemanha, devido ao descumprimento do pagamento de dívidas. Essa doutrina de opunha aos Estados Unidos e seu Corolário Roosevelt baseado na Doutrina Monroe, que destacava que se um país americano pusesse em perigo os direitos ou propriedades de cidadãos ou empresas estadunidenses, os Estados Unidos interviriam em favor de seus interesses.

“Argentina era um dos países mais ricos do mundo” o que a levava a sentir-se destinada a “desempenhar um papel de liderança no Cone Sul” (FLEMES, 2005, p. 110).

Dessa maneira, pode-se entender a aproximação brasileira com os Estados Unidos como a busca de um equilíbrio frente o crescente poderio econômico argentino, ligado à proximidade da Argentina com a Grã-Bretanha, neutralizando o peso de suas possíveis alianças e áreas de influência. Como veremos mais adiante, essa situação se repetirá sessenta anos depois, quando o chamado “milagre brasileiro” despertará os temores argentinos.

Foi nesse contexto complexo e tenso, de constantes desacordos, que surgiu a idéia do ABC (Argentina, Brasil, Chile), projeto que se materializou em 1915, logo após a saída do Barão do Rio Branco da Chancelaria brasileira¹⁶. O ABC, destacado como o primeiro antecedente de cooperação sul-americana, foi promovido pelo Brasil “para atuar de acordo com o governo de Washington, em uma espécie de condomínio oligárquico de nações” (CERVO; BUENO, 2008, p. 195-196). Apesar do fracasso posterior do ABC, no contexto de negociação para sua criação, as relações pareceram melhorar entre Argentina e Brasil, dando continuidade às visitas por parte de algumas das mais poderosas unidades de ambas as frotas – fundamentais para atenuar a permanente percepção de ameaça que existia a partir do setor naval -, o que foi concluído em 1922 com a celebração do centenário da independência do Brasil e as declarações de amizade e cooperação entre representantes de ambos os países (PARADISO, 2006, p. 186-187).

Contudo, durante aqueles anos, a Primeira Guerra Mundial havia colocado o Brasil e a Argentina em posições opostas, devido ao neutralismo argentino e ao apoio brasileiro aos Estados Unidos – único país a apoiá-lo. “A Argentina acentuava sua neutralidade e o Brasil consolidava seu alinhamento com os Estados Unidos” (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 29), fortalecendo na Argentina a visão do Brasil como um “país-chave” de possíveis ações futuras estadunidenses no continente. Diante disso, após o fim da Guerra, a Argentina liderou um esforço diplomático permanente por parte dos países sul-americanos para que o Brasil não conseguisse obter um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. Essa pressão, junto com outros fatores próprios da negociação da Liga, fez com que, em 1926, o Brasil se retirasse da Liga das Nações (FLEMES, 2005, p. 111).

¹⁶ Pelo ABC, Argentina, Brasil e Chile se comprometiam a conjurar a possibilidade de conflitos violentos no futuro, com o propósito de cooperar para a confraternidade das repúblicas americanas (PARADISO, 2006, p. 185).

Outro espaço no qual se chocariam as posições de Argentina e Brasil seria a Quinta Conferência Panamericana, que aconteceu em Santiago do Chile em 1922. Ali, ainda que “o aumento do gasto militar e sua repercussão sobre o curso da economia causasse preocupação” (PARADISO, 2006, p. 187) em todos os países da região, fracassou qualquer possibilidade de acordo sobre a redução dos gastos militares. Por esse então

A capacidade militar argentina era superior à brasileira e o país podia respaldar sua posição com estabilidade política e bom desempenho econômico. Foi por isso que, desde fins da década de 20, vários estudos geopolíticos brasileiros trataram de mostrar uma situação de desequilíbrio adversa (PARADISO, 2006, p. 187).

Tudo isso surgiu pela decisão brasileira de contratar uma missão naval norte-americana que resultou na assinatura de um contrato firmado em Washington, em 2 de novembro de 1922, que “renovado em 1926, terminou em fins de 1930. A notícia da missão naval teve uma repercussão negativa na Argentina, sendo entendida como uma aliança Brasil-Estados Unidos” (CERVO; BUENO, 2008, p. 201).

Após o acontecimento mencionado, as relações mantiveram um nível de cordialidade e baixa agitação. Em outubro de 1933, o Presidente argentino Juan B. Justo visitou o Brasil – foi a segunda vez na história que ocorria um acontecimento de tal característica – sendo homenageado pelo Clube Militar. Em tal ocasião foi assinado, por proposta do Chanceler argentino Saavedra Lamas, um Tratado Anti-Bélico de Não Agressão e Conciliação, assinado também por Chile, México, Paraguai e Uruguai. O Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, retribuiu a visita de Juan B. Justo em 1936, chegando em Buenos Aires no momento da Conferência de Paz do Chaco¹⁷. Todavia, nem Ortiz e nem Castillo, os presidentes que sucederam Justo na Argentina, deram continuidade à política de aproximação com o Brasil, retornando à visão de inimizade clássica.

Em 1937, em pleno auge dos movimentos nacionalistas e fascistas em nível mundial, e com a Segunda Guerra Mundial em seu início, novamente os receios e desconfianças mútuas voltaram a aparecer a partir dos programas de reequipamento naval, devido a que a “Argentina seguia mantendo a primazia neste setor, e o Brasil se propunha a renovar uma frota que não se modernizava desde 1910” (PARADISO, 2006, p. 191). Somado a isso, os modelos autoritários exportados da Europa começavam a ter peso real nos governos e grupos de influência da América Latina, o que não contribuiu para a distensão entre ambos os países.

¹⁷ A Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai colocou extra-oficialmente ambos os países em lados opostos. O Brasil acabava de firmar acordos de infra-estrutura com a Bolívia e promulgava sua neutralidade, enquanto que a Argentina, ao mesmo tempo que apontava sua neutralidade, oferecia apoio ao Paraguai (CISNEROS; ESCUDE, 2003, Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/7/7-080.htm>. Acesso em: 18/10/09).

Esse período foi caracterizado por uma Argentina que, tendo consolidado seu espaço territorial, competiu abertamente com o Brasil pela liderança política, militar e econômica da América do Sul. Nesta etapa, a Argentina alcançou altos índices de crescimento econômico, o que a transformava no eixo da desconfiança do Brasil, que percebia a intenção de regeneração, por parte da Argentina, do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

O ponto mais delicado da relação girou em torno do poderio naval e dos projetos de modernização e expansão das frotas de cada país. Isso, por outro lado, motivou que as aproximações se fizessem também através deste âmbito, com as visitas da frota argentina ao Brasil. Nesta etapa, na qual se sucederam as primeiras visitas presidenciais entre ambos os países e quando uma série de chefes de Estado manifestou sua vontade de deixar para trás a etapa de competição mútua, não existiu nenhuma política de cooperação continuada no tempo. Sendo que primaram visões divergentes nos foros internacionais, relacionadas com os interesses nacionalistas que viam o país fronteiriço como uma ameaça à integridade territorial e aos planos de liderança a que cada um dos países aspirava.

2.3- 1940-1983. Distanciamentos e aproximações de uma relação competitiva instável

A partir de 1941, “a gravitação de Washington sobre a relação bilateral fez-se mais intensa” (PARADISO, 2006, p. 194). O Brasil aliou-se com os Estados Unidos, declarou guerra às potências do Eixo, cedeu território para bases estadunidenses e concordou com um programa de empréstimo e arrendamento. Enquanto a Argentina se declarava neutra e buscava manter-se à margem da guerra, comerciando com ambos os lados em conflito, “os militares brasileiros tinham uma preocupação constante em relação a que seu equipamento bélico não parecesse fraco frente a uma ameaça imaginária proveniente da Argentina” (SIEPE, 2004, p. 57).

Preocupação esta que podia encontrar apoio na declaração emitida em 1943 pelo G.O.U (Grupo de Oficiais Unidos), junta de militares argentinos que tomaria o poder em tal ano:

Na América do Sul existem apenas duas nações grandes e fortes o suficiente para encarregar-se da hegemonia: Argentina e Brasil. É nossa missão fazer com que a hegemonia da Argentina seja não só possível como também indispensável. As alianças serão nosso próximo passo. Paraguai já está conosco. Conseguiremos Chile e Bolívia. Juntos e unidos a estes países, será fácil exercer pressão sobre o Uruguai. Estas cinco nações podem facilmente atrair o Brasil, devido ao seu tipo de governo e a seus importantes grupos de alemães. Uma vez que o Brasil tenha caído, o continente

sul-americano será nosso (Liewn, 1960, p.92. Em: RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 30).

No entanto, isso não se refletiu em um enfrentamento político ou militar entre ambos os países, sendo que Getúlio Vargas “rechaçou durante a Guerra, em várias oportunidades, toda iniciativa provocativa, ou que se insinuasse como beligerante, proveniente do exterior ou do interior de seu governo contra a Argentina” (SIEPE, 2004, p. 57, 58). Isso é uma mostra do clima nas relações entre ambos os países, nas quais primava uma competição para exercer a liderança regional, junto a uma sensação de desconfiança e receio, que teve como consequência o fato de que as políticas foram ditadas em parâmetros de possíveis hipóteses de conflito, fato que continuou até a década de oitenta.

A hipótese de conflito com o Brasil sustentada pela Argentina a partir dessa época, e que se manteve em vigência até princípios dos anos oitenta, baseava-se na busca pela expansão territorial brasileira, com vistas à apropriação da Mesopotâmia argentina. Isso no panorama da denominada “geopolítica dos eixos cruzados” (Brasil-Chile e Argentina-Peru), com o Uruguai e o Paraguai equilibrando-se entre Argentina e Brasil. Por meio dessa hipótese, foi elaborada uma política de não ter pontes (exceto Uruguaiana) que conectassem a Argentina ao Brasil, e, do mesmo modo, impedir pontes ligando as províncias mesopotâmicas argentinas com o resto do país, de forma a isolar qualquer invasão. Também, os trilhos dos trens eram de medidas diferentes, e manteve-se uma política de não pavimentação das rotas mesopotâmicas com o objetivo de dificultar o avanço dos tanques de guerra brasileiros no caso de uma provável invasão. Por isso, a Argentina tinha uma forte dispersão militar nas províncias da Mesopotâmia com planejamento de combates fluviais. Se a Argentina invadisse, o faria pelo Rio Grande do Sul, mas em um quadro em que não se planejava uma guerra completa com o Brasil. Não havia projeções maiores, já que a visão predominante era que o Brasil, em tal área, tinha um poder incontrolável¹⁸.

Por outro lado, grande parte dos autores estudados enfatiza as influências de certos meios de comunicação ligados ideológica ou economicamente à idéia de rivalidade e conflito argentino-brasileira sobre os tomadores de decisão. Toda a política argentina, nessa época

¹⁸ Entrevistas realizadas com o Tenente Coronel (R) Juan Carlos Melián Massera (10/07/2009), com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009) e com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009). Duas anedotas relatadas ilustram a situação. A primeira remete aos fins da década de cinquenta: realiza-se um exercício de planejamento na Argentina no qual se coloca a realidade das tropas argentinas frente às brasileiras, resultando que a Argentina tinha, por exemplo, um regimento equipado com “máusers” à frente do Brasil, que na mesma posição, tinha três regimentos de tanques. A segunda conta as espionagens da época, com um militar argentino de férias por dois meses durante a década de cinquenta no Brasil para espiar as estradas e vias de aproximação em caso de guerra. Entrevista realizada com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009).

levada a cabo pelo governo do General Perón, em matéria de acordos sub-regionais ou de possível integração com os demais países sul-americanos, era interpretada pelos círculos de poder no Brasil como tentativas de “reviver o Vice-Reinado do Rio da Prata” (SIEPE, 2004, p. 82).

O governo de Perón declarou que a América Latina deveria ter uma política de cooperação entre seus países. Em especial a partir do que se passou a chamar “a Terceira Posição”, em alusão à nascente Guerra Fria, frente a qual a região deveria ter um posicionamento independente que se opusesse aos Estados Unidos. Porém, seguindo a linha histórica da percepção brasileira sobre as intenções argentinas de revitalizar sob o seu comando o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata,

a política latino-americana do peronismo colheu mais recusas do que adesões, e foi vista nos países vizinhos mais como uma tentativa expansionista do que como um projeto verdadeiramente cooperativo, (...) [sendo vista pelos] governantes brasileiros como uma ameaça à sua relação especial com os Estados Unidos. Essa preocupação foi uma constante da política exterior do Brasil para a Argentina (RUSSEL; TOKATLIAN, 2003, p. 35).

Note-se que, na percepção que a Argentina tinha do Brasil, também era possível encontrar remanescentes das percepções históricas de meados do século XIX. Na visão do governo argentino,

os principais obstáculos à cooperação com o Brasil se encontravam na Chancelaria brasileira, que considerava toda união com a Argentina como um ato não amigável frente aos Estados Unidos, e nas Forças Armadas imbuídas de uma doutrina estratégica que colocava a ênfase na rivalidade geopolítica com nosso país (RUSSEL; TOKATLIAN, 2003, p. 36).

Identificando a raiz deste problema nos “excessos imperiais que constituem, mais que nenhuma outra razão, os principais obstáculos para que o Brasil entre em uma união verdadeira com a Argentina” (LANUS, 1984, p. 288. Em: RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 36).

Nesta época, Argentina e Brasil começavam a desenvolver seus programas nucleares, sempre apontando fins pacíficos, apesar das suspeitas mútuas de corrida pela bomba nuclear. Nas décadas seguintes, Argentina e Brasil desconfiaram um do outro e competiram para alcançar vantagens em matéria nuclear.

Em 1950, cria-se na Argentina a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA). Começou-se a organizar os primeiros grupos de trabalho em investigação e desenvolvimento, e começou-se a capacitar pessoal, primeiro no exterior e depois no país, com a criação do

Instituto de Física Balseiro. Os primeiros resultados apareceram em 1958 com a construção do RA-1, primeiro reator experimental argentino. Ao mesmo tempo, criou-se, em 1951, no Brasil, o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq – que iniciou as pesquisas em matéria nuclear, em conjunto com a compra, em 1953, de duas ultra-centrifugadoras para o enriquecimento de urânio da Alemanha.

A questão nuclear possui relevância própria, já que a desconfiança e competição entre Argentina e Brasil,

começou a se agravar desde o momento em que, tanto a Argentina como o Brasil, começaram a desenvolver seus respectivos programas de energia nuclear. Sobretudo após nenhum dos dois ter ratificado o “Tratado de Tlatelolco para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina”, em 1967, nem o “Tratado de Não Proliferação da OIEA”, em 1968. Isso não só incrementou a sensação de desconfiança mútua, como também a das principais potências mundiais em direção aos dois países, por temor do risco de proliferação de armamentos nucleares” (MILANESE, 2005, p. 5).

No entanto, e sem deixar de lado a competição em matéria nuclear que permeará toda a relação entre Argentina e Brasil até a assinatura dos acordos de cooperação nuclear na década de oitenta, em princípios dos anos sessenta assumiram o poder, em ambos os países, governos liberais com a visão de que as rivalidades bilaterais eram coisa do passado. Dessa forma, nos dias 21, 22 e 23 de abril de 1961, os presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi se reuniram em Uruguai para firmar um acordo cultural, duas declarações (econômica e política) e um Convênio de Amizade e Consulta Internacional, sendo este o ponto culminante desse breve período de aproximação entre os países (CERVO; BUENO, 2008, p. 322). Essa relação continuou com uma declaração conjunta, em setembro de 1961, intercambiando viagens de chanceleres em novembro, reafirmando e ampliando declarações e convênios conjuntos e a proteção da democracia. Em relação a este período de entendimento, Cervo e Bueno apontam que “tanto San Tiago Dantas [Chanceler do Brasil] como o chanceler de JK [o presidente anterior do Brasil] acreditavam que o período de rivalidade entre os dois países já estava superado” (CERVO; BUENO, 2008, p. 331). O golpe militar argentino de 1962, junto com o golpe militar brasileiro de 1964, encerrou esse período de amizade e entendimento. Esses acontecimentos são um forte indício da importância da consolidação da democracia para a boa relação bilateral entre tais países.

Apesar do avanço até a concórdia dos governos democráticos, a partir da segunda metade da década de sessenta, com ditaduras militares em ambos os países, as relações bilaterais começaram a transitar por um caminho de divergência que a levou a alcançar um de seus piores momentos. No período compreendido entre 1964 e 1983, “o temor do Brasil e da

Argentina era de que um ou outro pudesse se tornar uma potência regional, sustentando uma impressão mútua de ameaça potencial” (WINAND, 2006, p. 10). Com golpes militares e o predomínio das doutrinas de segurança nacional, as políticas exteriores de ambos os países voltaram a girar fortemente em torno da ameaça do país vizinho com uma intensidade que alguns autores equiparam àquela do final do século XIX¹⁹.

Quando, em 1966, o General Onganía toma o poder na Argentina “... instaura-se uma política semelhante a dos militares brasileiros: alinhamento com os Estados Unidos e política de fronteiras ideológicas” (WINAND, 2006, p. 29), unindo Argentina e Brasil por concepções e objetivos comuns (a luta contra o comunismo). Essa etapa “caracterizou-se pela ausência de suspeitas quanto às intenções de hegemonia regional do Brasil, possibilitando a harmonia e o diálogo entre Argentina e Brasil, com Onganía defendendo o abasileiramento da Argentina” (VIZENTINI. Em: WINAND, 2006, p. 29).

Porém, já em 1967, com a ascensão do Marechal Da Costa e Silva ao poder no Brasil, potencializou-se o nacionalismo e a conseqüente necessidade de custódia de suas fronteiras, conjuntamente a um objetivo de converter-se em uma potência regional (WINAND, 2006, p. 29). Diante dessa política, na Argentina predominou um temor do “expansionismo brasileiro” e do isolamento da Bacia do Prata, o que levou os governos argentinos a “procurar uma aproximação com o Pacífico desde uma matriz geopolítica que compartilharam civis e militares” (WINAND, 2006, p. 38). Este fato terminou em 1973, quando o presidente chileno Salvador Allende presenciou a assunção do presidente argentino Héctor Cámpora.

No panorama da coincidência entre os governos militares e sob a influência direta da Guerra Fria, em 1967 os presidentes militares de ambos os países, diante do que eles identificavam como inimigos internos, anunciaram

... uma posição comum no relativo à necessidade de harmonizar as medidas destinadas a prever, conter e reprimir as atividades subversivas (...) manifestando-se também a necessidade de unir os exércitos para sustentar a soberania ante a agressão externa, onde quer que ela se manifeste para (...) enfrentar a expansão da revolução comunista na região (LLAIRÓ, 2004, p. 106).

Essa posição comum teve seu corolário na década de 70, no que ficou conhecido como “Plano Condor”. Esse foi um plano de coordenação, sob o assessoramento e direção da

¹⁹ Esta é a época do chamado “milagre brasileiro”, expressão que destaca o forte crescimento econômico experimentado pelo Brasil, especialmente entre 1970 e 1973, anos nos quais o país experimentou uma taxa de crescimento anual de 10%. Diante disso, políticos argentinos começaram a inquietar-se perante a ameaça de um possível imperialismo brasileiro fruto de tal expansão econômica; enquanto que, por sua parte, o Brasil continuava visualizando a Argentina como uma ameaça, devido aos supostos planos de reconstituição, por meio de alianças, do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata (PARADISO, 2006, p. 198).

Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) e dos serviços de inteligência das ditaduras militares que governavam o cone sul do continente, por meio do qual foram assassinados, detidos e desaparecidos suspeitos de serem oposição política em cada país. O Plano teve especial relevância em relação aos exilados políticos de um país em outro e a coordenação entre as Forças Armadas para tais detenções e assassinatos.

Por outro lado, um ponto que merece atenção especial e um desenvolvimento particular na relação bilateral, devido a que a marcou entre 1969 e 1979, foi o conflito em torno da represa de Itaipu. Logo após a assinatura do Tratado da Bacia do Prata, em 1969²⁰, começaram a surgir problemas em relação ao manejo dos recursos hídricos da bacia por causa da construção da represa de Itaipu. Durante a década de sessenta, os governos de Brasil e Paraguai mantiveram negociações em relação à construção da represa que confluíram em 1973 na assinatura do Tratado de Itaipu sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná por ambos os países. A Argentina reprovou este tratado, pois considerava que este violava os acordos sobre o aproveitamento dos rios comuns. A diplomacia argentina se orientou pela “diplomacia do kilowatt”, argumentando que a Argentina possuía o mesmo ciclo elétrico que o Paraguai, enquanto que o do Brasil era diferente. Na negociação para a construção da represa, o Paraguai havia acordado com o Brasil em mudar o seu ciclo elétrico para construir a represa e que esta seja viável para o Brasil. A Argentina, opondo-se ao Brasil, deu início a uma série de fortes negociações com o Paraguai para que este não mudasse o seu ciclo elétrico. No entanto, essa discussão técnica se moldurava pela competição geopolítica entre Argentina e Brasil (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-ree.com/14/14-036.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009).

O processo de negociação em torno da construção das represas no alto Paraná (...) tem muita importância para a Argentina. A cooperação era impulsionada pelo empenho comum em aproveitar os recursos energéticos de soberania compartilhada e o conflito arraigava-se na incompatibilidade objetiva entre os diferentes projetos, e na discrepância sobre os eventuais prejuízos que pudessem acarretar outros projetos, além do que havia uma rivalidade tradicional entre Argentina e Brasil pela hegemonia na Bacia do Prata. (...) [Durante o conflito] a posição argentina foi defensiva, sustentada pela crença de muitos geopolíticos influentes de que os grandes investimentos brasileiros em matéria de hidroenergia formavam parte de uma estratégia de “expansão” nacional para o sul. Por isso, a atitude argentina esteve muito dominada pela idéia do uso potencial que o Brasil poderia fazer das represas como parte de uma ofensiva expansionista contra a Argentina (DIETER NOHLEN, 1983, p. 171).

²⁰ Firmado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, o objetivo principal do tratado era a integração da Bacia do Prata através de esforços reunidos com o objetivo de promover seu desenvolvimento harmônico e integração física.

Essa disputa chegou aos foros multilaterais, onde ambos os países manifestaram suas posições. Em 1973, a Argentina conseguiu apoio internacional durante a Quarta Conferência de Países Não Alinhados e na plenária da Assembléia Geral da ONU.

Em 1976, começaram as reuniões tripartites de chanceleres entre Argentina, Brasil e Paraguai com o objetivo de compatibilizar os projetos de Corpus e Itaipu (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/14/14-056.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009). Com fortes impedimentos e ameaças cruzadas entre Argentina e Brasil²¹, finalmente, em 1979, obteve-se o Acordo Multilateral sobre Corpus-Itaipu que deu por finalizado o último conflito de caráter aberto entre Argentina e Brasil (MATHIAS; MEI, 2004, p. 140).

O conflito por Itaipu sempre foi operado pelas vias diplomáticas, sob um quadro no qual ambos os países percebiam-se como potencial inimigo um do outro sem desenvolver maiores planos estratégico-militares²². Uma explicação de porque o conflito não aconteceu destaca que existia uma “necessidade brasileira de não criar problemas adicionais com a Argentina, já que isso estreitaria ainda mais suas possibilidades de ação no continente” (LLAIRÓ, 2004, p. 115), onde o Brasil tentava acabar com os prejuízos históricos existentes sobre o suposto imperialismo ou sub-imperialismo brasileiro.

Por outro lado, voltando à questão nuclear, a partir de 1970, sob a presidência do General Médici, o Brasil iniciou uma política de acordos e alianças na América do Sul, firmando acordos com a Bolívia, Uruguai, Paraguai e aproximando-se do Chile, o que levou o Brasil a “rechaçar uma proposta argentina de cooperação nuclear em 1975, considerada de pouco interesse depois do acordo nuclear com a Alemanha” (CERVO; BUENO, 2008, p. 419). Llairó indica que,

em função da política expansiva implementada pelo Brasil na América Latina, a rivalidade pela Bacia do Prata agravou-se ainda mais (...) [já que] o equilíbrio de

²¹ Em junho de 1977, o Chanceler brasileiro sustentou que não pensava em consultar o governo argentino no que se referia à represa de Itaipu. No mês seguinte, o Chanceler destacou um possível fechamento das fronteiras brasileiras ao transporte argentino. Por sua vez, a Chancelaria argentina respondeu ameaçando denunciar o tratado de livre navegação sobre o Rio da Prata, firmado entre a Confederação Argentina e o Brasil em 1857, fator que, segundo o jornal argentino *La Opinión* e os jornais brasileiros *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, forçou o Itamaraty a aceitar a proposta argentina de iniciar as negociações tripartites até princípios de agosto de 1977 (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/14/14-036.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009).

²² O planejamento estratégico da Argentina no caso de atacar o Brasil compreendia uma invasão do território do Rio Grande do Sul. O planejamento militar nunca visualizou uma guerra completa com o Brasil, limitando-se ao território brasileiro que faz fronteira com a Argentina, junto com uma dispersão anfíbia para continuar a batalha. Entrevistas realizadas com o Tenente Coronel (R) Juan Carlos Melián Massera (10/07/2009) e com o Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

poder entre ambos os países, especialmente no âmbito continental, favoreceu o Brasil (...) [sendo que] ao contrário deste, a Argentina perdeu posições (LLAIRÓ, 2004, p. 112, 113).

Nesse contexto, o Presidente argentino de fato, Agustín Lanusse, visitou o Brasil em 1972, mas sua visita não conseguiu mudar o clima tenso existente entre os dois países (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/14/14-036.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009). Os presidentes Lanusse e Médici firmaram em Brasília uma declaração conjunta, cujos pontos mais salientes foram: a) a recusa da divisão do mundo em esferas de influência; b) o compromisso mútuo de sujeição a uma série de princípios, tais como o exercício efetivo da democracia representativa, a condenação das modalidades de violência, a adesão às declarações de Montevideu e Lima sobre o direito do mar; c) o compromisso de cooperação no aproveitamento dos recursos naturais; d) o propósito comum de levar adiante o programa multilateral da Bacia do Prata; e, e) a intensificação da cooperação em todos os campos.

Foi durante o governo de Lanusse que, no contexto de sua política de aproximação com o Brasil, a metade dos cadetes egressos do Exército foram enviados, em sua viagem de final de curso, para o Brasil – a outra metade foi para o Chile –, onde foram muito bem recebidos. Entretanto, tal política não foi continuada, sendo que, posteriormente, os cadetes foram enviados para a Europa ou Estados Unidos²³.

Durante os anos seguintes, “a Argentina se esforçou muito para melhorar suas relações com o Brasil e foi, principalmente por sua iniciativa, que se realizaram entrevistas presidenciais e se firmaram numerosos convênios de cooperação entre ambos os países” (DIETER NOHLEN, 1983, p. 172). Fruto de um de tais acordos foi que, em 1978, começou a realizar-se o exercício naval conjunto FRATERNAL, o qual acontece desde tal ano, de forma alternada e anual, em águas argentinas e brasileiras²⁴. Tal exercício foi, até finais dos anos oitenta, a única atividade combinada que as Forças Armadas realizaram fora da órbita dos Estados Unidos (FLEMES, 2005, p. 130).

Isso ocorreu à luz da crescente tensão que enfrentava a Argentina com o Chile, e que levou a que, em 1979, ambos os países dispersassem suas tropas e estivessem a poucas horas de começar uma guerra. Perante essa frente de conflito, a Argentina procurou distender sua relação com o Brasil, do mesmo modo que o fez durante o fim do século XIX, com o objetivo

²³ Entrevista realizada com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009).

²⁴ O fato de que a primeira atividade conjunta realizada entre as Forças Armadas de Argentina e Brasil tenha sido em matéria naval possui um alto simbolismo histórico, devido a que, como pudemos apreciar, as principais tensões históricas entre ambos os países foram pelo temor aos rearmamentos navais em princípios do século XX.

de fechar uma possível frente de conflito e também de bloquear uma possível aliança entre Chile e Brasil, que o deixaria em uma posição estratégica comprometida. Essa lógica de aproximação se modificaria somente a partir da década de noventa, quando os modelos de cooperação deixam de ser excludentes para dar lugar a políticas inclusivas em nível regional.

Em 1980, após a resolução do conflito por Itaipu, Videla, Presidente argentino de fato, viajou ao Brasil, visita retribuída nesse mesmo ano pelo seu par brasileiro a Buenos Aires. Em sua visita, Videla pronunciou um discurso mais próximo da Guerra Fria do que da détente, com ênfase em ações conjuntas destinadas a “neutralizar o ataque marxista”. Dessa maneira, a delegação argentina buscou, em sua visita ao Brasil, benefícios políticos que legitimassem a ditadura internamente e que, externamente, permitissem a unificação de critérios para os problemas de segurança. Por sua vez, o ditador brasileiro Figueiredo estava mais interessado na cooperação econômica bilateral (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/14/14-056.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009). No ano seguinte, aconteceu o encontro entre os presidentes de fato Viola e Figueiredo, na localidade de Paso de los Libres. Ambos os representantes elaboraram uma declaração conjunta na qual, como no fundamental encontro anterior Videla-Figueiredo, do lado argentino as preocupações de tom estratégico-geopolítico primaram sobre as econômicas (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/14/14-056.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009).

Foi nesse período de aproximação bilateral²⁵ que, na visita presidencial de Figueiredo a Buenos Aires, em 17 de maio de 1980, assinaram o “Acordo de Cooperação entre o governo da República Argentina e o governo da República Federativa do Brasil para o desenvolvimento e aplicação dos usos pacíficos da energia nuclear”. O eixo central de tal acordo,

... foi a necessidade de cooperar em uma área identificada por um interesse mútuo, que permitiria a ambos os Estados começar a construir um processo de consolidação da confiança recíproca, além de dar uma resposta (ainda que mínima) à pressão internacional pela não proliferação, já que a negativa em assinar o “Tratado de Não Proliferação” os havia deixado em uma situação incômoda, que dificultava o desenvolvimento dos programas nacionais (MILANESE, 2005, p. 7).

²⁵ Nesse contexto, tiveram lugar dois fatos isolados de cooperação castrense durante 1981. O primeiro foi quando o navio Oceanográfico brasileiro Almirante Saldanha realizou uma pesquisa oceanográfica em águas argentinas; e o segundo foi quando a Argentina convidou um “guardiamarina” brasileiro para fazer uma viagem de final de curso a bordo da Fragata de treinamento argentina, o que foi retribuído por um convite brasileiro similar.

No entanto, sob os regimes militares que governavam ambos os países “as expectativas de cooperação diluíram-se rapidamente pela impossibilidade de romper o isolamento que marcava os programas nucleares de cada um” (MILANESE, 2005, p. 8). Dessa forma, no mês de novembro de 1983, semanas antes do retorno à democracia na Argentina, o governo argentino de fato anunciava, inesperada e unilateralmente, que a Argentina havia alcançado o ciclo nuclear completo (através do enriquecimento de urânio natural na planta de separação isotópica de Pilcaniyeu), o que gerou “uma grande preocupação entre as autoridades brasileiras, fazendo retroceder, ainda mais, o escasso nível de confiança alcançado pelos dois países até o momento” (MILANESE, 2005, p. 9).

Finalizamos o presente capítulo discutindo a relação bilateral entre Brasil e Argentina durante a Guerra das Malvinas em 1982. A breve preparação estratégica argentina para o desembarque nas Malvinas, em 2 de abril de 1982, não considerou o Brasil (FLEMES, 2005, p. 43), com o que se interpreta que nessa época o Brasil já havia deixado de ser hipótese de conflito (FLEMES, 2005, p. 43).

Durante a Guerra, o Brasil sustentou sua posição em uma nota que sua Chancelaria emitiu em 1983, em apoio ao reclamo argentino sobre as ilhas. Sob tal posição

... a Chancelaria brasileira tentou desempenhar um papel de mediação entre Buenos Aires e Londres. Assim, ainda que o Itamaraty não tenha se alinhado com a posição argentina durante a guerra, tampouco respaldou as sanções econômicas adotadas pelos governos da Grã-Bretanha, em conjunto com os países da Comunidade Econômica Européia e com os Estados Unidos, contra o regime militar argentino (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/14/14-056.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009).

Sobre isso, João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral do Itamaraty naquele momento, e Ministro Interino por ausência do Ministro, destaca como o episódio mais delicado de tal período aquele no qual “um avião inglês aterrissou armado no [aeroporto do] Galeão. Os ingleses pediam que os entregassem o avião, e a Argentina que o confiscassem; finalmente, o avião foi desarmado e voltou à Inglaterra com o compromisso de não usá-lo nas Malvinas” (BAENA SOARES, 2006, p. 54).

Durante a guerra e depois do fim da mesma, um fato de grande importância foi que, por acordo com o governo argentino, a Embaixada do Brasil na Grã-Bretanha encarregou-se dos assuntos argentinos. Ainda, em agosto de 1982, os chanceleres de ambos os países assinaram em Buenos Aires um comunicado conjunto, no qual o governo brasileiro destacava seu reconhecimento dos direitos de soberania da República Argentina sobre as Malvinas.

Após a guerra, em um quadro de distensão, os presidentes Bignone e Figueiredo inauguraram, em janeiro de 1983, as obras da ponte internacional Foz do Iguazu- Puerto Iguazú, que construía a segunda via de comunicação terrestre entre ambos os países. Três meses depois, a Força Aérea argentina comprou, pela primeira vez na história, doze aviões do Brasil, o que destacou “a importância do Brasil como provedor de armas no processo de reestruturação militar pós-guerra das Malvinas” (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/14/14-056.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2009).

Depois de quatro décadas de aproximações tênues, fortes períodos de tensão diplomática, golpes militares, o contexto internacional da Guerra Fria e a contínua luta pela liderança regional, a etapa final dos regimes autoritários caracterizou-se por quatro fatos que criaram um quadro de distensão para a relação bilateral cooperativa que se desenvolveria a partir do retorno da democracia em ambos os países: a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Paraguai e Argentina, solucionando a questão de Itaipu em 1979; a assinatura do primeiro acordo de entendimento nuclear em 1980; o início, em 1978, dos exercícios navais combinados FRATERNOS; e o apoio brasileiro na questão das Malvinas. Estes quatro fatos assentaram as bases para uma distensão nas percepções, estabelecendo um panorama que, com a ascensão dos governos civis em 1983 (Argentina) e 1985 (Brasil) resultou no início da atual etapa de cooperação nas políticas bilaterais entre Argentina e Brasil.

2.4- Conclusão sobre a história das relações bilaterais entre Argentina e Brasil até 1983

Neste capítulo vimos brevemente as relações bilaterais entre Argentina e Brasil desde seus princípios, como países independentes, até 1983. No período descrito originaram-se as percepções que, posteriormente, tiveram que ser gradualmente revertidas: a visão do Brasil como um país expansionista por natureza e de claras tendências em direção à hegemonia regional com o apoio dos Estados Unidos; e a visão da Argentina como um país com sentimentos de superioridade perante seus vizinhos e destinado a exercer a liderança regional recriando, sob seu comando, o extinto Vice-Reinado do Rio da Prata.

Entendemos que a constante luta de poder entre os principais países da América do Sul permeou a relação bilateral durante o período estudado, ambos com o objetivo de predominar sobre seus vizinhos de menor tamanho, com divergências quanto a relação com os Estados Unidos. Nesse sentido, a Argentina obteve uma predominância durante fins do século

XIX e inícios do XX, e a partir desse momento, o Brasil começou a ampliar seu poder e obter a predominância manifestada na atualidade.

Ainda, destaca-se a influência do pensamento nacionalista e militar como fator fundamental ao aumentar a percepção de ameaça e hostilidade, enquanto que, durante a vigência dos governos democráticos, criaram-se maiores aproximações e distensões mútuas.

CAPÍTULO 3

**UMA NOVA ETAPA. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA
COOPERAÇÃO (1983-1989)**

CAPÍTULO 3: UMA NOVA ETAPA. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA COOPERAÇÃO (1983-1989)

“Todo nos une, nada nos separa”

ROQUE SAENZ PEÑA

Com o fim dos regimes autoritários e a restauração da Democracia, as relações em matéria de defesa entre Argentina e Brasil deram uma reviravolta histórica. A partir dos processos de transição e de seus primeiros gestos democráticos, ambos os países começaram a orientar sua relação pela implementação de medidas de confiança mútua e cooperação. As políticas externas e de defesa nacional nas relações entre Argentina e Brasil nos anos 80, como a transformação de programas nucleares nacionais competitivos em atividades permanentes de controle e cooperação técnica e industrial para fins pacíficos, e a iniciativa de intercâmbio tecnológico militar aeronáutico, se constituíram em mostras claras da convergência de interesses entre Argentina e Brasil (COSTA, 1995).

As pressões provenientes das potências ocidentais para a abertura econômica dos países subdesenvolvidos, junto com a busca de medidas atenuantes frente aos efeitos da crise da dívida externa, resultaram em uma onda de redemocratização que contribuiu para a reformulação de estruturas e metas internas. A estabilização econômica, a superação do esgotado modelo de substituição de importações e os riscos de ser marginalizado no cenário internacional, constituíram os principais problemas a serem enfrentados pela política externa nesse período (WINAND, 2006, p. 64).

No presente capítulo, apresentamos o período correspondente, segundo o modelo de análise adotado, ao nascimento de uma comunidade de segurança, com o desmantelamento das desconfianças e construção da amizade entre ambos os países. Especificamente, trata da presidência de Raúl Alfonsín na Argentina até a transferência precoce do poder em 8 de julho de 1989. A particularidade deste período é sua coincidência, em grande parte, com o mandato presidencial de José Sarney no Brasil (21/04/1985 a 15/03/1990). Sendo ambos os primeiros presidentes democráticos após o período dos governos autoritários. Dividimos este capítulo em: 1- democracia na Argentina, ditadura no Brasil (dezembro de 1983 – março de 1985); 2- as conferências presidenciais Alfonsín – Sarney e a questão nuclear; e 3- a cooperação em matéria de defesa e militar; para finalmente chegar a uma série de conclusões preliminares.

3.1- Democracia na Argentina, ditadura no Brasil (dezembro 1983 – março 1985)

Na Argentina, a Guerra das Malvinas “que havia feito com que a Argentina saísse da Guerra Fria sete anos antes da queda do Muro de Berlim²⁶” deixou duas conseqüências. Externamente, a percepção de que o Brasil não era um país inimigo, corroborada pelo apoio recebido nas apresentações brasileiras ante a ONU durante a vigência do conflito armado, tanto antes do ataque inglês de 1 de maio de 1982 como posteriormente, sendo o Brasil o único país a realizar apresentações desse tipo na ONU. Internamente, um forte descrédito e rechaço às Forças Armadas, junto a uma forte crise econômica, com taxas de desemprego em alta, o aumento exponencial da dívida externa e a crescente espiral inflacionária (LOPEZ, 1994, p. 43).

Frente a esta situação, o processo de transição da democracia ganhou um forte impulso, apesar de que passaram-se dezoito meses entre a derrota argentina nas Malvinas e a assunção de Alfonsín como Presidente. Nesses meses, quem dialogou com o governo militar no âmbito político-civil foi a chamada Multipartidaria, um bloco político composto principalmente pelo Partido Justicialista (PJ) e a União Cívica Radical (UCR). No entanto, dentro da Multipartidaria existiam posições encontradas sobre a transição e a questão militar (LOPEZ, 1994, p. 43). Um bloco que poderíamos denominar como mais conservador era o do PJ²⁷, que propunha aceitar uma transição comandada pelos militares. “Em tal contexto, a proposta alfonsinista de impor um presidente civil que administrasse a convergência em uma democracia plena ficou praticamente sem apoio dentro da Multipartidaria”. Essas diferenças se viam refletidas em um bloco que batalhava pelo julgamento e castigo aos militares, enquanto o outro lutava pela liberdade dos detidos políticos e sindicais e pelo esclarecimento apenas dos crimes do passado imediato. Diante dessa divisão, “os militares conduziram o processo de reinstitucionalização democrática até o final” (LOPEZ, 1994, p. 48)²⁸. Veremos

²⁶ Entrevista realizada com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009).

²⁷ Naquele momento, o PJ estava dominado pela sua ala mais conservadora, com forte influência de setores nacionalistas do interior do país, denominados de “velha guarda”. Esse setor também mantinha uma visão do Brasil como inimigo potencial, com ambições expansionistas sobre as Missões, fazendo menção a questões como a invasão cultural das rádios brasileiras, e o problema da necessidade de levar uma política de sustentação do equilíbrio. Desse setor surgiu parte dos redatores da plataforma eleitoral peronista, seguidores da revista *Estrategia*, de visão crítica do Brasil como país-chave com a potência hegemônica. Entrevista realizada com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009).

²⁸ O’Donnell destaca que as transições por colapso, como foi o caso argentino, são as que conduzem com mais probabilidade a um tipo mais completo, menos restrito, de democracia (O’ DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD; p. 22-23. Citado em: LOPEZ, 1994, p. 49). Nos anos seguintes à instauração do governo democrático, as Forças Armadas argentinas foram perdendo paulatinamente seu poder de pressão, ao tempo que os quadros civis foram se consolidando em sua função de controle e condução civil do setor castrense.

que essa divisão de blocos se refletiu nas posições encontradas quanto ao começo da cooperação entre Argentina e Brasil.

Finalmente, após as eleições presidenciais de 1983, Alfonsín foi eleito com 51,7% dos votos, obtendo 128 dos 254 assentos na Câmara dos Deputados, mas ficando em minoria no Senado, onde obteve 18 dos 46 assentos²⁹. Ressaltamos, em acordo com as divisões internas da Multipartidaria, que durante a campanha presidencial, “Alfonsín foi o candidato que mais claramente falou sobre o futuro papel das Forças Armadas como instituição subordinada ao poder civil, e em particular a ele como Comandante em Chefe, em sua natureza de Presidente da Nação” (HISTORIA ARGENTINA, CAPÍTULO XIII. Em: <http://www.portalplanetasedna.com.ar/alfonsin.htm>. Acesso em 05 de abril de 2010).

3.1.1- Os militares argentinos e o poder. Reforma militar no governo de Alfonsín.

Após sua assunção como Presidente, em um contexto regional desfavorável à democracia (Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai eram governados por regimes autoritários), o objetivo principal de Alfonsín foi que os militares não fossem nunca mais agentes de poder, segundo o declarado pelo General Torres, Chefe de Estado Maior Conjunto entre 1983 e 1985 (LOPEZ, 1994, p. 78), levando assim a cabo uma profunda reforma militar durante 1984.

A primeira medida a respeito veio três dias depois da sua assunção, ao pronunciar o decreto 167/83 sobre a perseguição penal dos chefes dos grupos armados subversivos, e o decreto 158/83, ordenando o ajuizamento, através do foro castrense, dos ex-comandantes das Juntas Militares do período 1976-1983. Isso foi seguido da aprovação da Lei 23023, pela qual as funções dos outrora comandantes-em-chefe de cada força se concentravam na figura do Presidente como Comandante em Chefe das Forças Armadas³⁰. Imediatamente à sanção de tal Lei, em 15 de dezembro, Alfonsín nomeou o General Fernández como Chefe do Estado Maior Conjunto, decretando permissão à aposentadoria de vinte e cinco Generais do Exército de maior importância que Fernández e de dezesseis Almirantes da Marinha³¹.

²⁹ Antes da reforma constitucional argentina de 1994, os senadores eram designados pelos governadores de cada uma das, naquela época, 23 províncias argentinas – Tierra Del Fuego era, naquele momento, considerada Território Nacional -. Nas eleições de 1983, a UCR só ganhou os governos de sete das vinte e três províncias, refletindo isso na composição do Senado.

³⁰ A UCR havia acordado com o governo militar, durante a etapa de transição à democracia, a aprovação de uma lei que suprimisse os cargos de comandante em chefe de cada força (LOPEZ, 1994, p. 73).

³¹ Os meios de comunicação da época ressaltavam o fato de que a oficialidade castrense não levantava queixas nem realizava declarações a respeito, devido a isso entendemos a saída dos mesmos pelo colapso do governo e o forte descrédito social que as Forças Armadas enfrentavam naquele momento. Podemos encontrar um exemplo

Ernesto López destaca que “a UCR tentou levar à prática um projeto de reforma cujos principais apoiadores foram o Ministro de Defesa Raúl Borrás e o Chefe de Estado Maior Conjunto, General Julio Fernández Torres” (LOPEZ, 1994, p. 73). Durante os primeiros vinte dias de governo, as principais medidas adotadas foram (LOPEZ, 1994, p. 73-75):

- Todos os órgãos que antes estavam sob jurisdição do Exército, Marinha e Força Aérea, passaram a depender do Ministério da Defesa;
- A chefia de cada Estado Maior passou a ser a máxima hierarquia militar, sem as atribuições anteriores das Divisões em separado;
- Baixa do decreto 280, em 23 de dezembro de 1983, dispondo sobre a transferência do pacote de ações das “sociedades anônimas com participação estatal majoritária investida nas Forças Armadas” ao Ministério da Defesa. A Direção de Indústrias Militares que dependia do Exército passou também ao Ministério da Defesa;
- Com o desaparecimento das comandâncias em chefe, desaparece também a Junta Militar, da qual dependia o Estado Maior Conjunto, que retornou a sua velha tarefa de encarregar-se do planejamento conjunto, ampliado após o fracasso das Malvinas.

Esta primeira etapa inclui também o decreto 436/84, pelo qual o Presidente delegava funções ao Ministro da Defesa, na época Raúl Borrás, e discriminava funções entre este e os Estados-Maior de cada força. Ainda, o decreto emitiu que as forças de segurança militarizadas “Gendarmería” Nacional e “Prefectura” Naval (dependiam respectivamente do Exército e da Armada) passassem a depender o Ministério de Defesa (LOPEZ, 1994, p. 74). Finalmente “entre dezembro de 1983 e março de 1985 aposentaram-se 50 generais. O número é significativo porque, previamente à instalação do governo democrático havia 53 Generais em atividade” (LÓPEZ, 1994, p. 83).

Depois dessas mudanças significativas, o governo se aproximou da aprovação de uma nova Lei de Defesa que tivesse uma redefinição estratégica da doutrina militar. “A proposta radical era taxativa no que se referia a eleger a defesa, frente a eventuais agressões externas, como a missão exclusiva a desempenhar pelas Forças Armadas (LÓPEZ, 1994, p. 76). Reconhecendo,

(...) a importância de sustentar uma relação fluente e permanente entre as áreas de defesa e relações exteriores em função da identificação de conflitos e a seleção de

eventuais hipóteses de guerra, e descontava a necessidade de produzir uma completa reprofissionalização das Forças Armadas (LÓPEZ, 1994, p. 78).

Entretanto, a oposição ao governo no Senado, onde a maioria era do PJ em sua ala conservadora, com muitos “de seus dirigentes, a título individual, [praticando] uma política de aproximação com os militares” (LÓPEZ, 1994, p. 85), fez com que a proposta fracassasse no final de 1984, quando o tema dos julgamentos das Juntas Militares – havia sido determinada a Justiça Federal como foro que julgaria os Chefes das Juntas Militares – foi colocado no ostracismo.

Após a resenha dessa primeira etapa, na qual se começam a assentar as bases do poder civil sobre a área de defesa, realizaremos um breve resumo de outros temas da política de defesa enfrentados no período 1984-1989. Parece-nos importante mostrar o quadro contextual interno que ajuda a compreender a situação do setor de defesa na Argentina naqueles anos, e porque essa etapa carece de medidas de cooperação em defesa, entendida em termos convencionais.

3.2- Brasil e Argentina na democracia (1985-1989)

3.2.1- A agenda militar do governo argentino

Entre 1985 e 1989 houveram quatro Ministros de Defesa: em maio de 1985 Raúl Borrás falece, assumindo Roque Carranza, que também falece em fevereiro de 1986. Assume Germán López, que permanece no cargo por três meses e se demite por problemas de saúde³². Finalmente, assumiria o Dr. José Horacio Jaunarena, que fora Subsecretário de Assuntos Militares desde o retorno à democracia e que permaneceria no cargo até o fim do mandato de Alfonsín.

Apesar das mudanças na pasta da Defesa, a política militar do governo manteve-se estável e pode ser enquadrada em quatro cenários, “dois principais e dois de menor repercussão. A saber: a reforma militar e o julgamento do passado. E o gasto em defesa e a educação militar” (LÓPEZ, 1994, p. 72).

³² Ainda que, também na época, se afirmou que Germán López teria sérias discrepâncias com a política militar implementada pelo governo. Ver: http://www.elpais.com/articulo/internacional/JAUNARENA/_HORACIO/ARGENTINA/DESAPARECIDOS_Y_DICTADURA_MILITAR_/1976-1982/tercer/ministro/Defensa/Alfonsin/dimite/mala/salud/discrepancias/Gobierno/elpepiint/19860604elpepiint_18/Tes/. Acesso em 01 de abril de 2010.

Quanto ao gasto em defesa, que se reduziu em 40%, López destaca que “a redução do gasto em Defesa foi uma decisão política dificilmente discutível no contexto de empobrecimento geral que o país atravessava” (LÓPEZ, 1994, p. 125). Em relação à educação militar, o eixo era eliminar o ensino da Doutrina de Segurança Nacional, e começar uma inter-relação entre os institutos de formação de oficiais com as Universidades Nacionais. Em 1985 houve uma nova tentativa de reforma militar que fracassou, sendo que no início de 1988 foi aprovada por consenso uma nova Lei de Defesa na Argentina, a qual restringia o modo de ação das Forças Armadas ao âmbito externo³³.

O ponto principal desde o final de 1984 foi o julgamento civil das Juntas Militares, com base nas pesquisas da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). O julgamento começou de forma oral e pública, em 22 de abril de 1985 – transmitido integralmente pela televisão pública – e terminou com fortes condenações por homicídio, tortura e desaparecimento forçado de pessoas dos Comandantes das Juntas Militares, em dezembro do mesmo ano. Depois dos julgamentos, seguido de dois anos de relativa calma na relação Governo - Forças Armadas começaram fortes pressões castrenses para encerrar os processos judiciais. Isso levou a que, em dezembro de 1986, o Congresso aprovasse a *Ley de Punto Final*, que fixava um prazo para a apresentação de ações judiciais contra os militares.

Entretanto, em 16 de abril de 1987, um grupo do Exército denominado *los carapintadas*, sob a liderança do Tenente Coronel Aldo Rico, tomou a Escola de Infantaria de Campo de Mayo, Buenos Aires. Sua exigência era o aumento do orçamento de defesa, eleição de um novo Chefe de Estado Maior do Exército sob a sua sugestão, fim dos julgamentos dos militares, e uma anistia ante seu levante. Depois de denunciar o levante, com mediação direta do Presidente Alfonsín, este encaminhou ao Congresso o que foi conhecida como *Ley de Obediencia Debida* que estabelecia que só seriam julgados pelos crimes cometidos durante o governo militar aqueles cujo cargo fosse maior que o de Brigadeiro. Após o levante, que ficou conhecido como *Levantamiento Carapintada de Semana Santa*, houve duas outras rebeliões de menor importância. Uma de 16 de janeiro de 1988, encabeçada também por Aldo Rico no

³³ A possibilidade de alcançar um consenso com o PJ, após a oposição da direita conservadora peronista denominada “guarda de ferro”, tem relação direta com o resultado das eleições internas de 1985 de tal partido na província de Buenos Aires, nas quais triunfou a ala renovadora, alinhada em termos de pensamento de Defesa com os postulados do governo.

Regimento de Monte Caseros, Corrientes, e outra em 4 de junho do mesmo ano, encabeçada pelo Coronel Mohamed Seineldin em Villa Martelli, Buenos Aires³⁴.

Dessa forma vemos como a questão da defesa esteve enfocada principalmente na reestruturação do setor, na luta pelo estabelecimento de um controle civil, e no julgamento dos responsáveis pelo governo militar, dificultando nesta etapa o desenvolvimento de medidas de cooperação militar com outros países, especialmente os fronteiriços que enfrentavam processos de transição democrática mais frágeis e recentes do que o argentino.

3.3- A política externa após o retorno democrático

Com Dante Caputo como Chanceler, a política externa no primeiro ano de governo de Alfonsín teve dois eixos principais, ambos sob um caráter de pacifismo internacional que remonta as políticas do Presidente radical Hipólito Irigoyen no início do século XX. Por um lado, a chamada política de “desmalvinização”, que buscava superar o estigma deixado pela Guerra das Malvinas, refletido em um isolamento internacional da Argentina, iniciando, segundo palavras de Alfonsín “um processo de recomposição das relações com outros países, que haviam ficado deterioradas como consequência da Guerra das Malvinas, sobretudo com os Estados Unidos” (GRECCO, GONZÁLEZ, 1990, p. 101). Por outro lado, permanecia não resolvido o conflito com o Chile com relação ao Canal de Beagle, finalmente superado após uma consulta popular não vinculante que aprovou por mais de 80% o laudo papal em relação à Beagle. Depois disso, o Congresso aprovou no final de 1984 o Tratado de Paz e Amizade com o Chile, ratificado pelo Chile em abril de 1985. Mais além da questão de Beagle, a vigência dos governos militares dos demais países da região fez com que os eixos da política externa argentina não se conduzissem para aprofundar as relações com eles. Sobre isso, Escude indica que

(...) as diferenças entre o regime argentino, de origem democrática, e o brasileiro, de origem militar, impediram, na primeira etapa do governo radical, um aprofundamento das relações políticas. Setores políticos e militares [do Brasil] expressaram certo temor às possibilidades de que o processo de democratização brasileiro sofresse um revanchismo como na Argentina (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/14/14-081.htm>. Acesso em 01 de março de 2010).

Isso mudou à medida em que a democracia era reestabelecida nos países vizinhos. Um primeiro exemplo foi a visita a Buenos Aires, em fevereiro de 1985, do Presidente eleito do

³⁴ Uma descrição completa do processo podemos encontrar em: SAIN, Marcelo. **Los levantamientos carapintada**. (dois volumes). Centro Editor de América Latina. Buenos Aires: 1994.

Brasil, Tancredo Neves (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/14/14-081.htm>. Acesso em 01 de março de 2010).

Durante essa década, como o Brasil contava com cinco Ministérios militares, quem levou adiante a relação bilateral foi a Chancelaria, que teve papel particular no manejo das questões estratégicas³⁵. Isso deu maior margem para que os alinhamentos em matéria de política externa “fosse[m] trasladados praticamente sem mediações para o terreno da Defesa” (LOPEZ, 1994, p. 82), o que se materializou, durante os primeiros meses de governo em 1984, em que “as Forças Armadas, por canais informais, deixaram ouvir, em várias ocasiões, suas queixas pela ausência de hipóteses de guerra” (LOPEZ, 1994, p. 82). Diante do que, Alfonsín, em 1990, declarou que “a afirmação de que não tínhamos hipóteses de conflito surgiu de um parágrafo de uma reportagem que fizeram comigo no exterior. O certo é que, desde 1984, as Forças Armadas argentinas tiveram as hipóteses correspondentes determinadas pelo Poder Executivo, e que foram a origem de todo o conseqüente planejamento militar” (GRECCO, GONZÁLEZ, 1990, p. 101). A realidade parecia indicar que esse suposto mal estar castrense estava relacionado também com o fato de que – como destacado anteriormente – o governo encontrava-se em processo de reformulação da missão das Forças Armadas, tirando destas sua atuação no plano interno. López, entretanto, concluiu que

houve uma escassa marcação de situações conflitivas frente às quais deveriam ter sido tomadas providências na área da Defesa. Houve, ao contrário, um pacifismo formalista que se refletiu, por exemplo, na “desmalvinização” e nos acordos com o Chile, tomados como políticas de defesa (LÓPEZ, 1994, p. 135).

3.4- As hipóteses de conflito democráticas

O governo de Raúl Alfonsín lutava pela necessidade de distensão regional e pela desativação das hipóteses de conflito que a Argentina havia mantido em seu passado.

Ainda, a desativação de toda a possível frente de conflito dava ao governo a possibilidade de concentrar-se no que eram suas principais prioridades: o grave problema econômico que o país enfrentava e o julgamento das juntas militares da ditadura (RUSSEL, TOKATLIAN, 2003, p. 48).

No entanto, os primeiros meses do governo democrático foram problemáticos ao tentar estabelecer e determinar as hipóteses de conflito. Sobre isso, citamos declarações do General Fernández Torres, que, já aposentado, destacou que

³⁵ Entrevistas realizadas com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009), e com o ex-Ministro da Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

quando chegamos ao Estado Maior Conjunto descobrimos que não existiam planos. Passou janeiro e em seguida fevereiro de 84' e nós seguíamos sem obter as hipóteses de conflito para começar a trabalhar. Diante de tamanha negligência do poder político, decidimos fazê-las nós mesmos. Em princípio, nos colocamos a elaborá-las no quadro regional porque, apesar de a guerra ser uma só, nós a havíamos dividido em dois âmbitos distintos: sabíamos que quando o governo visse a menção da luta contra a subversão reagiria negativamente. Por isso optamos por separar o quadro regional do quadro interno. Este último deixamos para mais adiante (GRECCO, GONZÁLEZ, 1990, p. 112, 113).

Destacando, por um lado, o débil controle civil sobre as Forças Armadas, cuja única prioridade parecia ser assegurar missões diante da reforma, esse fato também serviu de pressão efetiva sobre o governo que, por apelo de Fernández Torres, assinou nos meses seguintes a Diretiva Estratégica Nacional (DENAC) e a Diretiva Estratégica Militar de Emergência (DEMILE) “que examinavam o quadro de situação regional e estabeleciam como hipóteses de guerra o conflito com Chile e o Conflito no Atlântico Sul” (LÓPEZ, 1994, p. 80). Essas diretivas foram assinadas após um encontro realizado em 1984 entre as autoridades máximas políticas e militares, onde

se analisaram sete hipóteses de conflito, das quais três eram consideradas hipóteses de guerra, por entender que se tratavam de confrontações factíveis, sempre no plano das teorias militares. (...) Uma das primeiras conseqüências que esse levantamento trouxe consigo foi a posta em marcha do programa Cóndor II, um míssil com alcance suficiente para impactar nas Malvinas (GRECCO, GONZÁLEZ, 1990, p. 113, 114).

Em 1984, a Argentina obteve respaldo econômico do Iraque e Egito para o projeto Cóndor (que analisaremos no Cap. 4), mas sofreu uma forte pressão internacional estimulada pela Grã-Bretanha. Outra conseqüência das diretivas foi que “mediante um decreto secreto, se criaram os comandos estratégicos operativos conjuntos” (LÓPEZ, 1994, p. 80), inexistentes até esse momento, devido à auto-suficiência com a qual cada força se comandava durante o regime militar.

Após o estabelecimento da DENAC e da DEMILE, o governo estabeleceu a dissolução do I Corpo do Exército – localizado em Buenos Aires -, redistribuindo suas unidades: a I Brigada de Cavalaria Blindada passou a depender do VI Corpo do Exército, transformando-se em seguida em uma Brigada escola sem unidades de combate³⁶, e a Brigada de Infantaria ficou sob a dependência direta do Estado Maior Geral do Exército (LOPEZ, 1994, p. 86). Em seguida, em direta relação com o Brasil dispôs-se

A transformação mais audaz, (...) a dissolução da VII Brigada de Infantaria. [Sendo que suas] três unidades operativas (...) não foram desativadas, senão transferidas: os regimentos de Infantaria 9 e 29 e o Grupo de Artilharia 7 passaram a depender da XII Brigada de Infantaria (LOPEZ, 1994, p. 87).

³⁶ Entrevista realizada com o Tenente Coronel (R) Juan Carlos Melián Massera (10/07/2009).

Tal Brigada tinha como área de atuação a mesopotâmia argentina, especificamente as províncias de Misiones, Corrientes e Entre Ríos, limítrofes com o Brasil. Isso nos permite supor que no planejamento o Brasil já não era considerado como hipótese de conflito, especialmente considerando que

na Argentina, pelo menos desde a Guerra das Malvinas, e não só em círculos militares (cuja preocupação fundamental são Inglaterra e Chile), considera[va]-se como primordial o controle das ilhas do Atlântico Sul, da pouco povoada Patagônia, da plataforma continental e suas riquezas naturais. As preocupações geopolíticas passaram do nordeste até o “Sul e o mar” – como disse Alfonsín ao anunciar a mudança da capital a Viedma. O Brasil, de maneira simetricamente inversa, considera[va] que sua fronteira meridional estava consolidada. Sua região de fronteira com a Argentina, Bolívia e Paraguai já não representa[va] mais um fator de insegurança (MILTON, 1993, p.25).

O Brasil também mudou suas hipóteses de conflito. O General Teixeira, Chefe de Operações do Exército do Brasil, qualificou a hipótese com a Argentina como “hipótese de catástrofe”, destacando que os exércitos brasileiro e argentino eram os exércitos inimigos mais amigos do mundo. Diante do questionamento de porque ainda se mantinha – ainda que limitada – a hipótese do lado brasileiro, os interesses corporativos castrenses pareciam ter forte influência sobre os interesses nacionais³⁷.

3.5- As conferências Presidenciais Alfonsín – Sarney e a questão nuclear

O aspecto mais destacado da etapa analisada neste capítulo, que estabeleceu as bases para a cooperação bilateral e desmantelou as hipóteses mútuas de conflito, foi a dinâmica de conferências presidenciais de Alfonsín e Sarney, as quais primaram pelo fim das desconfianças em matéria nuclear e a busca por uma maior cooperação no âmbito econômico. A importância das conferências sobressai à primeira vista como podemos ver no quadro seguinte. Houve sete conferências presidenciais, que contrastam por sua magnitude com as dez que houve ao longo de todo o século XIX e XX, das quais somente uma (Quadros – Frondizi), foi protagonizada por presidentes de caráter civil eleitos democraticamente.

³⁷ Entrevista realizada com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009).

Tabela 2. Visitas presidenciais 1983-1989

ANO	LUGAR	PRESIDENTES
Fevereiro 1985	Buenos Aires - AR	Raúl Alfonsín – Tancredo Neves (Presidente eleito)
Novembro 1985	Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú – BR e AR	Raúl Alfonsín – José Sarney
Julho 1986	Buenos Aires – ARG	Raúl Alfonsín – José Sarney
Dezembro 1986	Brasília – BR	Raúl Alfonsín – José Sarney
Julho 1987	Pilcaniyeu – ARG	Raúl Alfonsín – José Sarney
Abril 1988	Iperó – BR	Raúl Alfonsín – José Sarney
Novembro 1988	Buenos Aires - BR	Raúl Alfonsín – José Sarney

Uma vez que José Sarney assumiu no Brasil se iniciaram rapidamente conversações bilaterais, sendo a primeira levada a cabo pelos chanceleres em maio de 1985. Seu eixo foi um dos temas que era visto como principal fonte de desconfiança mútua: a questão nuclear³⁸. Essa aproximação foi também possível porque a política externa do governo Sarney, com “um elevado grau de adesão aos princípios da política externa da era Figueiredo” (CAMILIÓN, 1988, p. 158), procurava uma

integração regional [que fosse] um suavizador da influência dos Estados Unidos na América Latina, e dessa forma permitisse que os países da região tivessem uma maior autonomia na eleição de suas políticas econômicas e políticas. A integração não era viável se persistissem as suspeitas de que os países nutriam-se de projetos militares que justificavam desconfianças e podiam por em risco a existência de alguns deles (WINAND, 2006, p. 69)

A vontade presidencial, assim como na Argentina, foi também chave no Brasil para avançar na cooperação bilateral, já que as Forças Armadas “continuavam exercendo influência no sistema político, em especial através do Ministro de Exército Geral Leônidas Pires Gonçalves” (WINAND, 2006, p. 74), fruto da negociação do processo de transição democrática que havia outorgado ao corpo castrense um papel de “tutoria sobre o governo civil” (WINAND, 2006, p. 73).

A primeira Conferência Presidencial aconteceu nas cidades fronteiriças de Puerto Iguazú (Argentina) e Foz do Iguaçu (Brasil), em 29 e 30 de novembro de 1985. Foram

³⁸ Este fato na Argentina foi foco de um duro debate nas elites políticas que se materializou no Congresso. Enquanto a postura oficial era a de propiciar uma aproximação com o Brasil, setores dos dois principais partidos, assim como setores da Chancelaria, sustentavam a visão de que o Brasil era uma potência imperialista e potencial inimigo da Argentina. Entrevistas realizadas com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009) e com o ex Vice-Ministro de Defesa (2000-2001) Ángel Tello (09/06/2009).

assinados acordos econômicos determinando a criação de uma comissão mista para estudar as possibilidades de cooperação e integração econômica, foi inaugurada a ponte Tancredo Neves que une os dois países, e foi assinado um documento que,

explicitava as posições convergentes de ambos os governos a respeito de temas tais como o Consenso de Cartagena, o Grupo de Apoio à Contadora, a criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, e a posição argentina de defesa de seus direitos soberanos sobre as ilhas Malvinas na ONU (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/14/14-081.htm>. Acesso em 01 de março de 2010).

Também, firmou-se o primeiro acordo em matéria nuclear na etapa democrática. Estiveram presentes os três comandantes das Forças Armadas da Argentina e os quatro Ministros militares brasileiros (SUNKEL, 1987, p. 29). Considerando que nem Brasil e nem Argentina haviam ratificado o Tratado de Tlatelolco para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina, nem o Tratado de Não Proliferação da OIEA, a “Declaração Conjunta sobre Política Nuclear de Foz do Iguaçu” constituiu-se em um marco chave na matéria em nível continental. Tal declaração estabelecia que,

a cooperação entre a Argentina e o Brasil constituirá um multiplicador dos benefícios que reciprocamente podem ser obtidos do uso pacífico da energia nuclear; e que permitirá aos dois países enfrentar, em melhores condições, as crescentes dificuldades encontradas no abastecimento internacional de equipes e materiais nucleares; que tal cooperação há de estar aberta a todos os países latino-americanos que se encontrem interessados em participar dela (...) [reiterando] seu compromisso de desenvolver a energia nuclear com fins exclusivamente pacíficos; seu propósito de cooperar estreitamente em todos os campos da aplicação pacífica da energia nuclear e de complementar-se nos aspectos que eles, reciprocamente, estimem conveniente acordar; e seu anseio de que esta cooperação seja estendida aos outros países latino-americanos que tenham os mesmos objetivos (...) [estabelecendo finalmente] um grupo de trabalho conjunto sob a responsabilidade das Chancelarias argentina e brasileira, integrado por representantes das respectivas comissões e empresas nucleares, para o fomento das relações entre os dois países nessa área, a promoção de seu desenvolvimento tecnológico nuclear e a criação de mecanismos que assegurem os interesses superiores da paz, segurança e desenvolvimento da região, sem prejuízo dos aspectos técnicos da cooperação nuclear, que continuarão sendo regidos pelos instrumentos vigentes (DECLARACIÓN CONJUNTA SOBRE ENERGÍA NUCLEAR, 1985).

Finalmente, a declaração convocava a uma reunião do grupo de trabalho criado em um prazo de 120 dias para examinar procedimentos para a implementação da declaração. Esse acordo acabou com os objetivos estratégicos opostos, eliminando definitivamente as hipóteses de conflito cruzadas e estabeleceu as bases para uma maior interação das Forças Armadas. Winand indica que “para o Brasil, os acordos bilaterais de 1985 tiveram uma maior importância no nível da mudança de mentalidade política que em nível de resultados práticos” (WINAND, 2006, p. 73). Em tal oportunidade, Sarney atribuiu a importância da declaração

destacando que era a revisão de um passado de divergências, receios e competição nas relações com a Argentina, sendo um dos fatos mais importantes da história do continente (WINAND, 2006, p. 74). Alfonsín, por sua vez, declarou durante a inauguração da Ponte Tancredo Neves:

É minha convicção que brasileiros e argentinos temos diante de nós novas responsabilidades históricas e que, com humildade, com firmeza e com a confiança serena de que somos protagonistas essenciais e irrenunciáveis de uma empresa comum, estamos em condições de construir, com o melhor de nós mesmos, para fazer desta América nossa, um espaço renovado para a liberdade, para a fraternidade e sobretudo para a esperança (GASS, 1988, p. 1986).

Após esse marco fundacional, começaram a desenvolver-se reuniões e firmar-se acordos com fluidez nunca vista, todos inéditos a partir de uma perspectiva histórica. Assim, em janeiro de 1986, foi assinado um acordo de cooperação técnica e industrial entre o MD argentino e a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A (EMBRAER) para projetar, fabricar e comercializar aeronaves (SUNKEL, 1987, p. 29), fortalecido pelo Acordo de Cooperação Técnica e Industrial entre a Fábrica Militar de Aviões (FMA) e a EMBRAER, assinado em 17 de outubro de 1986. O objetivo do projeto era,

desenvolver uma cooperação técnica, industrial e comercial tendendo à integração máxima possível das indústrias aeronáuticas brasileiras e argentinas para atender as necessidades de demanda de material aeronáutico, não só dos mercados internos de ambos os países através de: projeto, desenvolvimento, ensaios e fabricação em série, de forma conjunta de novas aeronaves, suas equipes, sistemas e componentes que sejam solicitados pelos mercados civis e militares, nacionais e internacionais; sub-contratações recíprocas de partes, conjuntos, peças, componentes, sistemas e equipamentos de aeronaves; treinamento recíproco de pessoal nas áreas de projetos, engenharia, controle de qualidade, processos, ensaios de terra e em vôo, produção, assistência técnica geral e comercial; intercâmbio e fornecimento recíproco da documentação técnica de projetos, fabricação, assistência técnica; montagem, ensaio e entrega por uma das partes das aeronaves já desenvolvidas e fabricadas pela outra (CANOURA, 1988, p. 43).

Pretendia-se criar um avião de transporte, de 40 lugares turbo hélice, com o motor e as hélices atrás das asas, no qual ambos os países iriam colaborar em partes para o projeto. Entretanto, na época de Memem, a Argentina abandonou o projeto e o Brasil avançou, mas com outro modelo³⁹.

A segunda Conferência presidencial aconteceu em Buenos Aires, em julho de 1986, precedendo o lançamento, um mês antes, do “Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)” que pretendia “reduzir os desequilíbrios comerciais bilaterais e promover uma recuperação dos fluxos de comércio aos níveis alcançados antes da crise externa de

³⁹ Entrevista realizada com o ex Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

princípios da década de 1980” (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/14/14-081.htm>. Acesso em 01 de março de 2010) e estreitar os laços econômicos. Nesta conferência, os presidentes assinaram a Ata de Integração e Cooperação Argentino-Brasileira junto a doze protocolos bilaterais que, em grande parte enfocados na área econômica, também estabeleciam maior cooperação em matéria de acidentes nucleares, emergências radiológicas e cooperação aeronáutica.

Escudé e Cisneros apontam que as motivações da Argentina nesses momentos eram:

neutralizar a militarização da área por parte do governo do Reino Unido, assegurando uma maior estabilidade no Atlântico Sul, e a necessidade econômica de superar o esgotamento do modelo de substituição de importações, promovendo uma abertura exportadora estimulada por alianças preferenciais (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/14/14-081.htm>. Acesso em 01 de março de 2010).

Nesse mesmo ano, reforçando o objetivo de alcançar maior estabilidade na zona do Atlântico Sul, o Brasil – de larga tradição política em seus vínculos com os países africanos -, promoveu, com apoio argentino, a conformação de uma “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul”, que incluía Angola, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Congo, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Uruguai. A proposta foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 27 de outubro de 1986, através da resolução AG/41-11, contra o voto negativo dos Estados Unidos, e “procurava a desnuclearização da zona e a solução pacífica dos conflitos, prevenindo a militarização da região, mantendo-a fora do conflito das superpotências” (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/14/14-081.htm>. Acesso em 01 de março de 2010).

Uma nova viagem de Alfonsín ao Brasil para reafirmar o crescimento em termos de cooperação e construção da confiança mútua na sensível área nuclear fechou o ano de 1986. Em tal conferência firmou-se a “Declaração Conjunta de Brasília em Matéria Nuclear” que outorgou “um novo dinamismo sob a coordenação dos organismos responsáveis pela política nuclear em ambos os países: a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina (CNEA) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear no Brasil (CNEM)” (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/14/14-081.htm>. Acesso em 01 de março de 2010). Isso devido a que, junto à Declaração conjunta, firmaram-se cinco novos protocolos de cooperação, dos quais o Número 17 versava sobre cooperação nuclear.

O Protocolo de cooperação nuclear detalhava campos de cooperação, tais como: o desenvolvimento de elementos combustíveis de baixo enriquecimento para reatores de pesquisa, o intercâmbio e desenvolvimento de instrumentação nuclear, a pesquisa

em matéria de fusão nuclear, a cooperação e complementação na implementação do sistema de salvaguardas da Associação Internacional de Energia Atômica (AIEA), o estabelecimento de dez projetos conjuntos na área de segurança nuclear e da proteção radiológica, com vistas a defesa do meio ambiente e a preservação da saúde da população. Também se previu o estabelecimento de um projeto conjunto para o desenvolvimento das tecnologias necessárias para a construção da futura geração de reatores núcleo-elétricos (*fast breeders*), estimando-se a construção de um protótipo para o ano 2010 (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/14/14-081.htm>. Acesso em 01 de março de 2010).

O salto qualitativo desta Conferência permitiu que as duas conferências subseqüentes tivessem como marco a visita, em primeiro lugar, de Sarney às instalações nucleares argentinas de Pilcaniyeu (Río Negro), e em seguida a visita de Alfonsín às instalações nucleares brasileiras de Iperó (São Paulo). Fato, o de Pilcaniyeu, de especial importância, especialmente porque a Argentina estava em condições de desenvolver uma bomba atômica e não necessitava tecnicamente cooperar com ninguém na questão nuclear, com o que a visita foi um grande passo para criar um âmbito de confiança e cooperação com o Brasil⁴⁰.

Destacamos o papel dos Presidentes de ambos os países para impulsionar a cooperação nuclear e abandonar definitivamente toda a suspeita na área, que repercutisse no âmbito da defesa. Para isso, requisitamos a licença de citar textualmente uma extensa declaração de José Sarney, realizada no ano de 2005:

O Conselho de Segurança Nacional me informou que havia, na Serra do Cachimbo⁴¹, um buraco no qual se pretendia fazer um teste de bomba nuclear. Inclusive com o plano de que Figueiredo fizera o anúncio. Por todo o esforço nacional daquela época em favor de que o Brasil não entraria no clube nuclear, e diante das relações com a Argentina, tal informação deveria ser guardada profundamente. Os dois países viviam um período de aproximação. A divulgação da notícia seria uma revelação de que o Brasil estava participando da corrida nuclear. Apesar de que os argentinos também estavam participando, tanto eles quanto o Brasil negavam. Quando tomei conhecimento disso, adverti o Secretário do Conselho de Segurança Nacional que imediatamente tampasse o buraco. Também determinei que ele anunciasse que o lugar estava na realidade destinado a tornar-se um depósito de resíduos nucleares. Minha função foi resguardar qualquer possível problema com a Argentina. A notícia prejudicaria nossas relações com a Argentina. Quando iniciei o entendimento com Raúl Alfonsín, minha primeira preocupação foi fazer um acordo nuclear para que desaparecesse qualquer impressão de que estávamos em uma corrida nuclear. Devo dizer que tivemos uma enorme colaboração da parte do Presidente Alfonsín, porque ele me convidou a ir à usina de enriquecimento de urânio de Pilcaniyeu – onde os argentinos faziam testes nucleares. Fui com ele. Alfonsín, o primeiro presidente argentino a ir à usina, não só me convidou: pediu que também fossem nossos técnicos de energia nuclear. Assim, ele abriu uma caixa preta argentina para que o Brasil tivesse acesso. De forma sigilosa, nós estávamos descobrindo o enriquecimento de urânio através do Projeto Aramar. Havíamos conseguido a tecnologia de enriquecimento nas centrífugas de Aramar, em um trabalho excepcional da Marinha.

⁴⁰ Entrevista realizada com o ex Vice-ministro de Defesa (2000-2001) Ángel Tello (09/06/2009).

⁴¹ Os equipamentos usados para a perfuração haviam sido trazidos dos Estados Unidos e transportados em aviões da Força Aérea Brasileira. A estrutura do poço era de 320 metros, compatível com as perfurações para testes nucleares realizadas nos Estados Unidos.

Convidei Alfonsín para a inauguração da Usina de Aramar. Anunciei à ONU que os dois países haviam feito um ato exemplar, único a nível mundial. Chegamos à conclusão de que a Argentina estava dez anos adiantada em matéria nuclear em relação ao Brasil (MORAES NETO, 2005, p. 24, 25, 26)

As visitas às quais se refere Sarney foram as que denominamos de terceira etapa das Conferências bilaterais. A primeira etapa é compreendida pela Conferência de novembro de 1985, na qual se firmam os primeiros acordos para analisar uma possível cooperação em matéria econômica e nuclear. A segunda etapa é caracterizada pelas Conferências de julho e dezembro de 1986, quando se aprofunda a decisão de cooperar e se estabelecem áreas específicas de trabalho. E a terceira etapa, na qual ambos os países abrem mutuamente suas centrais nucleares de enriquecimento de urânio para uma inspeção mútua, feito inédito historicamente.

Na primeira Conferência da terceira etapa foi assinada a Declaração Conjunta de Viedma em Matéria Nuclear, na qual

destacaram o marco fundamental dentro do processo de confiança mútua e o contexto de compromisso inevitável de ambas as nações para utilizar a energia nuclear com fins pacíficos, e a satisfação do trabalho das reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Política Nuclear criado pela Declaração de Iguazú (WINAND, 2006, p. 79).

Na segunda Conferência, foi assinada a Declaração de Iperó, de acordo com a qual ambos os países decidiram aperfeiçoar os mecanismos bilaterais de cooperação política e técnica, e transformar em Comitê Permanente o Grupo de Trabalho Conjunto de Energia Nuclear criado em 1985, com o objetivo de

fortalecer as posições de ambos os países frente às pressões externas – principalmente as norte-americanas -, para que a Argentina e o Brasil assinassem o Tratado de Não Proliferação e submetessem seus programas nucleares às agências de controle internacional (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/14/14-081.htm>. Acesso em 01 de março de 2010).

O processo de Conferências chegou ao fim com a última Conferência realizada em 29 de novembro de 1988 em Buenos Aires, onde foi assinada a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear de Ezeiza, que ratifica tudo o que foi alcançado nas conferências anteriores. Em tal Conferência também foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, considerado por alguns autores como “o momento em que se definiu uma transformação histórica na relação entre Argentina e Brasil” (MILTON, 1993, p. 54), já que neste se assentaram as bases para a futura criação do MERCOSUL.

A importância da diplomacia presidencial levada a cabo por Sarney e Alfonsín em matéria nuclear foi o fato que marcou o fim definitivo da desconfiança mútua, muitas vezes fundamentada na “corrida nuclear” iniciada na década de cinquenta. Os acordos Sarney-Alfonsín acabaram com os objetivos estratégicos opostos, eliminando a hipótese de conflito cruzado, beneficiando o início da interação no âmbito da defesa.

A fragilidade do controle civil sobre as Forças Armadas, crítica em muitos momentos do processo cooperativo que se iniciava, foi suprida pelo forte impulso direto dos presidentes⁴². Enquanto que no plano militar não havia condições para desenvolver uma cooperação bilateral⁴³, o avanço na área nuclear criou um cenário propício para que a cooperação em matéria de defesa e militar se iniciasse na década seguinte.

3.5.1- O submarino a propulsão nuclear

Na Argentina, o projeto de construção de um submarino a propulsão nuclear origina-se meses depois do fim da Guerra das Malvinas. Naquele momento, o Vice-Almirante Carlos Castro Madero, titular da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) “colocou em marcha de forma reservada a idéia de construir um submarino a propulsão nuclear como uma forma de acabar com a luta tecnológica com a Grã-Bretanha⁴⁴”. O mesmo autor, em um artigo publicado no jornal Clarín, da Argentina, afirma que “o projeto foi encomendado pela Armada ao INVAP⁴⁵ (...) [com] o desenho do reator a cargo do físico Juan José Gil Gerbino”.

⁴² Mármora destaca que “no plano da cooperação nuclear, houve pouca discussão pública no Brasil sobre o papel dos militares e o manejo da tecnologia nuclear. Sobre [a proposta] argentina de coordenar os sistemas de informação, com o que esperavam obter um acesso aos melhores sistemas de informação das Forças Armadas brasileiras, os militares brasileiros se opuseram”. Indicando também que “há maiores expectativas no plano da cooperação bilateral em matéria de produção e exportação de armamento. Mas a construção de um reator nuclear de reprodução rápida evidencia todas as preocupações e críticas”. O mesmo autor destaca a fragilidade interna brasileira apontando que “na Argentina, as negociações sobre o tema nuclear são conduzidas de maneira centralizada pelo governo, [enquanto que] no Brasil os militares mantêm uma forte influência que faz fracassar os projetos de controle conjunto” (MÁRMORA, 1988, p. 28).

⁴³ Uma visão oposta a tal afirmação destaca que, a partir do retorno à democracia em 1983 não houve uma interrupção nas relações militares entre ambos os Estados, devido a que as relações militares já eram fluidas por si mesmas. Afirmando-se que os próprios militares haviam desenvolvido uma relação fluida mútua em níveis superiores, que comprometia e impulsionava os políticos que deviam aproximar-se nos casos de visitas de, por exemplo, Coronéis estrangeiros. Entrevista realizada com o Tenente Coronel (R) Juan Carlos Melián Massera (10/07/2009).

⁴⁴ *La historia secreta del frustrado submarino a propulsión nuclear*. Disponível em: <http://old.clarin.com/suplementos/zona/2005/09/18/z-03801.htm> Acesso em 22 de maio de 2010.

⁴⁵ Segundo consta em seu website (<http://www.invap.net/about/perfil.html>) a INVAP foi criada em 1976, mediante um convênio entre a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina e o Governo da Província de Río Negro. A sede principal da INVAP se encontra em San Carlos de Bariloche, Río Negro, próxima a usina nuclear de Pilcaniyeu.

Após a ascensão de Alfonsín como Presidente o projeto manteve-se vigente, com o adicional de que, entre 1985 e 1987, se mantiveram reuniões com o governo brasileiro para que a construção do submarino fosse conjunta, em convergência com os acordos que haviam sido alcançados em matéria nuclear. Essas negociações começaram na gestão do ministro Carranza e continuaram inclusive na gestão do ministro Jaunarena⁴⁶; entretanto, problemas orçamentários argentinos fizeram com que o projeto conjunto fracassasse⁴⁷. Primeiro, deu-se por finalizada a possibilidade de cooperação com o Brasil em relação ao submarino e em seguida, no início dos anos noventa, suspendeu-se qualquer tentativa de desenvolver o submarino de maneira autônoma⁴⁸.

Por parte do Brasil, uma vez fracassada a tentativa de cooperação com a Argentina, em abril de 1987, o Presidente Sarney aprovou o início da construção do submarino “para a execução das etapas que seriam cumpridas durante seu governo, como a construção da fábrica de componentes em Iperó, e a reforma parcial do arsenal da Ilha das Cobras no Rio de Janeiro” (SUNKEL, 1987, p. 28).

Atualmente, o projeto de construção do submarino a propulsão nuclear não foi concluído e o mesmo é administrado pelas Forças Armadas brasileiras. Ressaltamos aqui o início do mesmo por sua relação direta com as primeiras etapas do processo cooperativo bilateral entre Argentina e Brasil.

3.6- A cooperação em matéria de defesa militar

Com a Argentina e o Brasil vivendo processos diferentes em matéria de estabelecimento do controle civil sobre o setor de defesa, e com a reforma do setor castrense dominando a agenda (na Argentina, como foi comentado, principalmente em questões de estabelecimento do controle civil e o julgamento das Juntas Militares; e no Brasil com o processo de reforma constitucional), as possibilidades de cooperar nesta matéria eram quase nulas. Também, a aproximação bilateral encontrava-se ainda em fase inicial de desmantelamento das desconfianças e construção da amizade.

Destaca-se o fato de que “durante a década de oitenta a cooperação na América do Sul

⁴⁶ Entrevista realizada com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

⁴⁷ Entrevista realizada com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

⁴⁸ Entrevista realizada com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

continuou sendo predominantemente realizada através da Junta Interamericana de Defesa (JID)” (FLEMES, 2005, p. 129), em conjunto com o fato de que desde a década de sessenta o Ministério de Defesa dos Estados Unidos organizava reuniões regulares como a Conferência de Exércitos Americanos para discutir sobre segurança regional e atividades como inteligência militar, de forma tal que as manobras militares combinadas continuavam acontecendo exclusivamente em tal contexto (FLEMES, 2005, p. 129). É por isso que nesta etapa não se registra nenhum tipo de exercício combinado entre as forças – à exceção do Exercício Fraternal que era desenvolvido desde 1978 -, nem memorandos, nem acordos entre o Ministério da Defesa argentino e os quatro ministérios militares do Brasil.

Citamos somente o acordo de cooperação técnica e industrial entre a Fábrica Militar de Aviação (FMA) e a EMBRAER, assinado em 1986 para projetar, fabricar e comercializar aeronaves, e que chegou a projetar-se em termos de avaliação econômica, materializando-se visitas de engenheiros brasileiros à Argentina para o seu êxito. Entretanto, por problemas orçamentários argentinos, o projeto foi abandonado⁴⁹.

Ainda, em nível de intercâmbio, nunca, ao longo de sua história, Argentina e Brasil realizaram intercâmbio de cadetes em nível dos Colégios Militares, fato que se sustenta na atualidade⁵⁰. Mas, sim, deu-se o fato de que as graduações dos Colégios Militares viajaram todos os anos para destinos diversos, incluindo o Brasil, o que foi especialmente impulsionado a partir dos anos oitenta⁵¹. O intercâmbio de oficiais do Estado Maior, entre as Escolas de Guerra da Argentina e do Brasil, já se realizava desde décadas anteriores de forma regular⁵², mas não pudemos averiguar quando começou e nem a quantidade de intercâmbios. Destaca-se que durante os anos oitenta e os noventa, o Chile não enviava alunos à Escola de Guerra Naval, mas o Brasil sim⁵³. Em termos de visitas castrenses, em 1983 e 1986, aconteceram visitas protocolares de altas autoridades castrenses brasileiras. Também, entre 1983 e 1987, houve convites recíprocos para a participação em cursos, que não prosperaram.

Os exercícios combinados entre Argentina e Brasil foram somente navais (uma história de receios mútuos em tal área funcionou como fator propulsor). O exercício naval combinado Fraternal teve suas edições N° VI, VII, VIII, IX e X sob um sistema de alternância

⁴⁹ Entrevista realizada com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

⁵⁰ Entrevista realizada com a Subsecretária de Formação do Ministério de Defesa, Sabina Frederic (21/10/2009).

⁵¹ Entrevista realizada com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

⁵² Entrevistas realizadas com o Coronel (R) Héctor Florez (08/07/2009) e com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

⁵³ Entrevista realizada com o ex-Vice-ministro de Defesa (2000-2001) Ángel Tello (09/06/2009).

geográfica, nos anos 1984, 1985, 1986, 1987 e 1988, respectivamente, com o objetivo de “consolidar um grau crescente de interoperabilidade entre ambas as armadas” (DEL POZZI, 2003). Finalmente, em 1989, o Navio Oceanográfico brasileiro Barão de Teffé foi autorizado a operar no Porto de Ushuaia no contexto da operação brasileira Antártica VIII.

3.6.1- Os Simpósios de Estudos Estratégicos

A partir de 1987 começaram a se realizar anualmente os “Simpósios de Estudos Estratégicos” organizados pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina (EMCFFAA) e o Estado Maior das Forças Armadas do Brasil. Estes tiveram sua origem na reunião de 1985 em Iguazú a partir de uma iniciativa das autoridades castrenses brasileiras⁵⁴. Os Simpósios podem ser considerados uma medida de confiança mútua e cooperação ao nível dos Estados Maiores. O primeiro deles aconteceu em Buenos Aires em 31 de março de 1987, sob o nome de “1er Simpósio de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileño” e foi inaugurado pelo Brigadeiro General Teodoro Guillermo Waldner, Chefe do EMCFFAA. Este Simpósio contou com sete expositores: dois deles professores universitários do Brasil, dois militares aposentados do Brasil, dois militares aposentados da Argentina e um embaixador aposentado da Argentina. Este primeiro simpósio teve como eixo principal analisar as relações históricas entre ambos os países, projetando a cooperação para o futuro. Os temas debatidos foram:

- Argentina-Brasil: Fim ou Transformação do Conflito;
- Exame dos modelos de Cooperação militar no mundo de hoje;
- Dissuasão convencional nos países em desenvolvimento;
- Identificação dos interesses estratégicos comuns.

No discurso de inauguração, Waldner destacou que a partir da Declaração de Iguazú, e da iniciativa dele e do Almirante de Esquadra Naval, Amaral Oliveira, é que surge o Simpósio. Waldner declarou que o objetivo do Simpósio era ser

o motor que gera encontros em outros campos subordinados à estratégia nacional, como podem ser a estratégia econômica e militar e a concepção tecnológica, como elemento indispensável para alcançar a liberdade de manobra necessária na tomada de decisões de nossos respectivos governos (WALDNER, 1987, p. 1)

⁵⁴ Tibiletti e Martínez afirmam que “os mesmos não haviam sido pensados pelos presidentes e seus respectivos ministros. Foi um chefe militar brasileiro, durante a reunião de Uguazú, quem – segundo nos relatou um de seus assessores – caminhando por toda a mesa de uma ponta à outra, disse à Sarney “E a nós, o que nos compete?”, ao que o presidente do Brasil perguntou “O que querem?” e a resposta que o militar lhe deu foi: “nós queremos pensar juntos os Estados Maiores” e assim nasceu sem nenhum protocolo a idéia dos simpósios” (TIBILETTI, MARTÍNEZ, 2009, p. 228).

Uma análise das exposições apresentadas no Simpósio e compiladas nas memórias dos mesmos, mostra que os principais temas debatidos e as concordâncias alcançadas foram:

- O desenvolvimento de marcos conceituais sobre o poder e a competição nas relações internacionais;
- Que o conflito argentino-brasileiro tem suas origens na época da colonização luso-espanhola;
- Que se não se assegura a cooperação, o conflito poderia ressurgir;
- Destaque das desconfianças históricas sobre rearmamento;
- Que atualmente não existe conflito e que sempre primou a vontade de cooperar;
- Análise dos modelos de cooperação típicos da Guerra Fria: Pacto de Varsóvia e OTAN;
- A importância das Forças Armadas como elemento dissuasório, especialmente em países em desenvolvimento, onde outras áreas do Estado são deficientes;
- Análise do conceito de dissuasão, e sua relação com a questão nuclear;
- Impulso da integração política regional como meio de fortalecer a capacidade negociadora frente a interesses extra-regionais;
- Desenvolvimento de programas conjuntos para a produção de material bélico.

O segundo Simpósio de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiro aconteceu em São Paulo, em abril de 1988. O mesmo foi inaugurado pelo General de Brigada D. Edson Alves Mey, que ressaltou que

É na cooperação e no esforço participativo mútuo que se encontra traçado o destino para que Brasil e Argentina alcancem a estatura estratégica que seja capaz de retirar qualquer risco à paz e tranquilidade regional, e de construir um dos pólos de motivação para que as nações sul-americanas aglutinem-se cada vez mais ao redor dos interesses e aspirações do continente (ALVES MEY, 1988, p. 9).

A seguir, apresentamos uma tabela indicando a condição civil ou militar dos expositores, sua procedência e o tema exposto.

Tabela 3. II Simpósio

Condição	País	Exposição
Civil. Professor no EMCO	Argentina	A importância da indústria bélica para a segurança nacional.
Vice-almirante aposentado *	Brasil	A importância da indústria bélica para a segurança nacional.
Capitão de Navio aposentado*	Argentina	Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul (idéias sobre as formas de implementação e participação comum)
Civil. Jornalista	Brasil	Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul (idéias sobre as formas de implementação e participação comum)
Civil. Assessora presidencial em política externa	Argentina	Mecanismo de defesa comum na América do Sul
Civil. *	Brasil	Mecanismo de defesa comum na América do Sul
General de Divisão aposentado	Argentina	Identificação dos eventuais interesses estratégicos divergentes entre Argentina e Brasil.
Civil*	Brasil	Identificação dos eventuais interesses estratégicos divergentes entre Argentina e Brasil.

* Participaram do I Simpósio.

O III Simpósio, último a se realizar nos anos oitenta, aconteceu em Buenos Aires em abril de 1989, com a particularidade de contar com o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFFAA) do Uruguai como convidado especial (nenhum uruguaio expôs trabalho). Inaugurando-se uma modalidade de amplitude do evento que se aprofundou nos encontros seguintes.

Tabela 4. III Simpósio

Condição	País	Exposição
Civil. Profissional da Escola Superior de Guerra	Brasil	Narcotráfico e Soberania Nacional-Influência nas relações entre Nações Sul-americanas
Comunicação conjunta: “Comodoro” e Coronel aposentado	Argentina	Narcotráfico e Soberania Nacional-Influência nas relações entre Nações Sul-americanas
Civil*	Brasil	Proposta para estimular os interesses comuns e para superar ou neutralizar os interesses divergentes para a cooperação Argentina-Brasil, e como implementá-los
“Contralmirante” aposentado*	Argentina	Proposta para estimular os interesses comuns e para superar ou neutralizar os interesses divergentes para a cooperação Argentina-Brasil, e como implementá-los

Vice-almirante aposentado*	Brasil	Argentina e Brasil no contexto da confrontação Leste-Oeste
General de Divisão aposentado*	Argentina	Argentina e Brasil no contexto da confrontação Leste-Oeste
Coronel de Aviação aposentado	Brasil	Influência do Fator Psicossocial na Cooperação Argentina-Brasil
Três civis universitários	Argentina	Influência do Fator Psicossocial na Cooperação Argentina-Brasil

* Participaram nos Simpósios anteriores.

Os Simpósios nessa época se caracterizaram por serem quase monopolizados pelos Estados Maiores, já que a maioria dos expositores civis possuía algum tipo de vínculo direto com a instituição castrense. Ainda, houve uma forte repetição dos expositores ao longo dos três Simpósios, fazendo com que a amplitude do debate dos mesmos fosse limitada. Por outro lado, na “análise temática dos simpósios pode-se observar a evolução das questões que eram motivo de preocupação para os militares da época (...) [pelo que é] importante compreender suas limitações e até riscos” (TIBILETTI, MARTÍNEZ, 2009, p. 229). Alguns têm indicado que os Simpósios surgiram do acordo dos Estados Maiores com o objetivo de gerar espaços de influência castrenses sobre o setor civil vinculado à defesa, buscando “liderar” o pensamento em defesa⁵⁵. Dessa forma, consideramos que os simpósios foram uma medida de confiança em nível de Estado Maior, surgida no âmbito corporativo castrense, com um baixo controle civil-político sobre os mesmos⁵⁶.

3.6.2- As resistências

As visões críticas daqueles primeiros anos de aproximação bilateral, se bem que não possuíam influência sobre os principais atores do processo cooperativo, funcionaram como indicador das desconfianças nos círculos militares e civis ao processo cooperativo. Sua característica é que na atualidade dificilmente se encontram escritos acadêmicos com posturas contrárias baseadas nos argumentos que se apresentavam na década de oitenta.

Rattenbach, um dos responsáveis militares por elaborar o informe que julgava a atuação militar durante a Guerra das Malvinas, destacava que

A derrota militar no Atlântico Sul deixou a Argentina afetada por três hipóteses de conflito e, portanto, vulnerável. A necessidade de encará-las e resolvê-las

⁵⁵ Entrevista realizada com a ex-chefe de Gabinete do Ministro de Defesa (2004-2005), e Professora da Universidade Torcuato Di Tella, Rut Diamint (06/07/2009).

⁵⁶ Exemplo disso é o caso do General Carlos Laidlaw, antigo secretário de Inteligência, e em seguida secretário de Planejamento do governo militar, que foi ativo participante desses encontros, inclusive, em 1988, como professor convidado da Escola Superior de Guerra (TIBILETTI, MARTÍNEZ, 2009, p. 229).

praticamente, dada a existência de um determinado sistema internacional e regional (presença britânico-norte americana no Atlântico Sul, Brasil como “país chave”, expansionismo do militarismo chileno sobre o Atlântico, etc) exige uma reformulação integral da política externa da Nação, (...) [indicando que] a Argentina deve assumir sua relação com o Brasil a partir do papel de país “chave” que a potência hegemônica atribuiu a esta nação sul-americana. Isso tem manifestações concretas e específicas no campo da produção militar e da defesa em geral (GARCIA, BALLESTER, RATTENBACH, GAZCON, 1987, p. 103, 104).

Pelo lado do Brasil, a revista *Política e Estratégia* publicava que

Para as Forças Armadas brasileiras, a Argentina continua sendo o único inimigo imaginável no caso hipotético de uma guerra. E como um Exército sem hipóteses bélicas quase não poderia existir, a possibilidade de que as tentativas de cooperação fracassassem a médio ou longo prazo e que se realizasse uma corrida armamentista convencional, incluindo o tema atômico, constitui um risco que, apesar de ser pouco provável, tampouco é impossível (MÁRMORA, 1988, p. 29)

Por outro lado, outros autores enfatizam os problemas internos que os governos de Sarney e Alfonsín enfrentavam e que podiam constituir um foco de conflito para o processo de cooperação, especialmente pelo forte caráter presidencialista da relação bilateral em tal momento.

Oliveiros Ferreira afirmava que

Os governos de ambos os países sofrem graves perturbações internas que geram sérios questionamentos sobre seu futuro em prazos relativamente breves, que poderiam comprometer a atual etapa de cooperação (FERREIRA, 1988, p. 279-280).

Também, Ubiratan Borges de Macedo, no mesmo ano, apontava que

Em agosto de 1986 a revista “Cabildo” [da Argentina] apresentava em sua capa “Integración con el Enemigo” e continuava profetizando “outro desastre geopolítico” na política de Raúl Alfonsín para com o Brasil. Nas páginas internas, o jornalista Álvaro Riva mencionava uma “integração suicida” com o Brasil “país expansivo e anexionista” e critica a política oficial (BORGES DE MACEDO, 1988, p. 296).

Ressaltando “as duras interpelações de alguns oficiais ao Ministro de Defesa argentino em visita ao seu congênere da ESG do Brasil” e destacando o fato de que

uma vitória peronista nas próximas eleições argentinas poderia trazer uma revisão fatal ao processo de integração todavia frágil e longe do ponto de estabilidade que se dará apenas depois de alguns anos (...) [e que] continua[va] havendo uma atitude hostil em direção ao Brasil na Argentina, coisa que constitui um interesse estratégico divergente grave (BORGES DE MACEDO, 1988, p. 296-297.)

Tais visões coincidem com a análise histórica que apresentamos no capítulo 1 da presente pesquisa, porém não incorporam os avanços que a defesa vinha tendo desde os retornos democráticos. Ressaltamos que na medida em que o processo de cooperação foi se consolidando, e – a níveis díspares na Argentina e no Brasil – o controle civil foi se

ampliando em ambos os países, esse tipo de visões confrontativas foi desaparecendo, símbolo dos avanços na relação bilateral.

3.7- Conclusão preliminar

Em uma época caracterizada por um cenário internacional em “uma crise econômica que teve impactos profundos na política e nas sociedades latino-americanas” (SAINT PIERRE, 2004, p. 150), Argentina e Brasil levaram a cabo uma série de medidas que, tendo em conta os objetivos dos atores envolvidos, marcaram o nascimento de uma comunidade de segurança, com o desmantelamento das desconfianças e a construção da amizade entre ambos os países.

Alguns autores consideram que “a localização no mercado mundial como países periféricos influi sobre a relação bilateral dando mais respaldo às solidariedades do que às confrontações” (PARADISO, 2006, p. 182), entretanto isso não justifica a aproximação, que não foi maior devido aos problemas internos em matéria militar que Argentina e Brasil enfrentavam naquele momento. Decididamente, concedemos ao fator democrático um valor agregado como propulsor da aproximação bilateral. Na Argentina

a democracia converteu-se em um dos elementos constitutivos de sua identidade internacional (...) e a política externa foi um instrumento que ajudou a fortalecer o processo de democratização, particularmente em sua primeira fase. (...) O governo de Alfonsín utilizou a política externa para reforçar a democracia de duas maneiras: mediante a criação e desenvolvimento de vínculos externos que ajudassem a dissuadir internamente setores anti-democráticos e através de grandes esforços para desconectar a Argentina das conseqüências do conflito Leste-Oeste (RUSSELL, 2004, p. 262-263).

Foi nesse contexto que a “visão cooperativa do Brasil se converte claramente na predominante” (RUSSELL, TOKATLIAN, 2003, p. 44). Para isso, o campo nuclear “tinha uma importância técnica, econômica e político-militar, porque significava terminar ou ao menos avançar na prevenção de fantasmas perigosos” (HIRST, 1988, p. 162). Assim, o processo de cooperação em matéria nuclear foi o início do “processo de conformação de uma comunidade de segurança pluralista e de aplicação de políticas de segurança cooperativa” (RUSSELL, TOKATLIAN, 2003, p. 44).

Argentina e Brasil coordenaram posições na Assembléia Geral das Nações Unidas, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, nas rodadas do GATT, dentro do Grupo de Contadora e no Grupo de Cartagena, assim como em relação às Malvinas, onde a Argentina seguia sem relações diplomáticas com o Reino Unido, sendo o Brasil o

porta-voz argentino encarregado de mantê-las. Finalmente, indicamos que ambos os países concordaram em manter a região fora do conflito leste-oeste.

Os países conseguiram colaborar mutuamente para suavizar os impactos da crise econômica, confirmando o estabelecimento de entendimentos no campo da segurança internacional – materializado em medidas de confiança mútua – buscando combinar suas iniciativas regionais. Não se pode afirmar que o processo de aproximação tenha sido fácil e contínuo. O período Sarney-Alfonsín evidencia a firme vontade de cooperação (WINAND, 2006, p. 79).

Os passos dados no período analisado neste capítulo continuaram nos anos seguintes com os vaivéns típicos das políticas de ambos os países⁵⁷. Porém, veremos que o impulso político a nível presidencial dado à cooperação bilateral se veria transportado em seguida à maiores políticas cooperativas em nível ministerial, parlamentar e das Forças Armadas.

⁵⁷ Cavagnari Filho afirmava em 1988 que “a perspectiva de alinhamento automático continua, todavia, sendo uma sombra de natureza estratégica” (CAVAGNARI FILHO, 1988, p. 139). Isso se verá refletido no capítulo seguinte, quando a Argentina adota sua política de alinhamento com os Estados Unidos e as conseqüências que isso trará frente ao Brasil.

CAPÍTULO 4

**COOPERAÇÃO E CONTROVÉRSIAS COM O BRASIL EM
UMA ARGENTINA NEOLIBERAL: A ÉPOCA DAS “RELAÇÕES CARNAIS”
COM OS ESTADOS UNIDOS (1990–1999).**

**CAPÍTULO 4: COOPERAÇÃO E CONTROVÉRSIAS COM O BRASIL EM
UMA ARGENTINA NEOLIBERAL: A ÉPOCA DAS “RELAÇÕES CARNAIS” COM
OS ESTADOS UNIDOS (1990–1999).**

La Argentina, que nunca miró con buenos ojos el acercamiento histórico de Brasil a Washington, procuraba en los noventa imitar al Brasil de ayer pero no al de hoy

(RUSSELL, TOKATLIAN, 2003, p. 51)

La novedad histórica es que la Argentina dejó atrás el marco regional y comenzó a pensar la seguridad del país en términos globales

(CASTRO, 1994, p. 39)

O período 1983-1989 marcou o início da conformação de uma comunidade de segurança pluralista entre a Argentina e o Brasil. Este processo se viu alimentado pelo fim da Guerra Fria, que possibilitou o surgimento de novas concepções sobre a segurança que destacavam as tensões comerciais e relativizavam as tradicionais questões militares. Sobre isso, Saín afirma que

O desaparecimento do conflito leste-oeste, da “ameaça comunista” e da busca permanente pela supremacia militar entre potências como coordenadas centrais das relações internacionais contribuiu para a perda da relevância e secundarização da dimensão militar no cenário internacional (SAÍN, 1997, p. 14).

Frente a tal processo, no qual a economia e as finanças se transformavam no ponto principal das agendas políticas, Paradiso afirma que

O mesmo processo de desarticulação do mercado mundial aumentava os fluxos comerciais recíprocos constituindo um conjunto cooperativo que, ainda quando não era suficientemente resistente não deixava de ter um efeito amortecedor de seus conflitos (PARADISO, 2006, p. 203).

Dado que “as demandas se tornaram mais notáveis e imperiosas (...) estimulando nos governos laços cooperativos em detrimento da competição” (SAINT PIERRE, WINAND, PEREIRA, 2007, p. 149).

Na Argentina, enquanto que internacionalmente se vivia o processo mencionado, após uma profunda crise econômica e social, e sem apoio do Congresso dominado pela oposição, o primeiro governo eleito democraticamente na Argentina, adiantou as eleições presidenciais, dando lugar à assunção como Presidente da Nação ao candidato eleito pelo Partido Justicialista, Carlos Saúl Menem, em julho de 1989.

O período com Menem como presidente, comumente conhecido na Argentina como “época menemista”, durou os dez anos analisados neste capítulo (primeira presidência 1989-

1995 e segunda presidência⁵⁸ 1995-1999), com traços marcantes que o particularizaram: estreita relação diplomático-estratégica com os Estados Unidos, aproximação econômica através do MERCOSUL com os países vizinhos, políticas neoliberais e de “encolhimento do Estado” a nível interno, e uma “inserção” da Argentina no sistema internacional pela adesão aos regimes de desarmamento e não proliferação internacional.

O presente capítulo corresponde à fase de “Ascensão” da Comunidade de Segurança Pluralista que “consolidaria” a confiança mútua. Analisamos o desenvolvimento da cooperação bilateral com o Brasil em defesa e militar, os acordos de 1997 e sua paralisação quase imediata, o começo de uma cooperação mais intensa das Forças Armadas, e a consolidação nos primeiros anos da década da cooperação nuclear. Porém, em primeiro lugar analisaremos a política externa do governo Menem, suas concepções e o entendimento do governo de “*segurança cooperativa*”, mostraremos sua aliança estratégica com os Estados Unidos e suas negativas à relação bilateral com o Brasil; ainda, discutiremos brevemente a política militar em tal época que foi característica do modelo de encolhimento do Estado.

4.1- A política externa argentina nos anos noventa: Alinhamento automático da Argentina com os Estados Unidos

Apesar de não nos determos na análise da relação da Argentina com os Estados Unidos, a magnitude e influência que tal relação exerceu sobre a política externa argentina nos anos noventa, acarretando conseqüências negativas para a relação com o Brasil, faz necessária uma breve reflexão sobre a mesma para entender melhor a relação com o Brasil.

Com algumas poucas exceções, historicamente a Argentina manteve uma política externa de forte retórica anti norte-americana, a qual pode ser encontrada nas primeiras conferências pan-americanas no final do século XIX. Essa política sofreu uma virada de 180 graus durante o governo de Menem, que se alinhou aos Estados Unidos com base na análise governamental sobre o cenário mundial.

O novo governo argentino, indo contra aquelas especulações que faziam pensar que, por ser do Partido Justicialista (Peronista) – tradicionalmente oposto aos Estados Unidos – desenvolveria uma política de traço popular/nacionalista, aplicou uma política pró-Estados

⁵⁸ Até 1994, o período presidencial na Argentina era de seis anos e os presidentes não podiam ser reeleitos. Isso foi modificado na Assembléia Constituinte de 1994 que reduziu o mandato presidencial para quatro anos com a possibilidade de reeleição para um novo período. Implementada a reforma constitucional, Menem ganhou as eleições presidenciais de 1995 com 51% dos votos a favor.

Unidos baseada na seguinte análise:

- Percepção de que a oposição tradicional aos Estados Unidos havia trazido sérios prejuízos à Argentina (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 48, 49);
- Percepção da necessidade pragmática de que o país deveria alinhar-se à potência hegemônica vencedora da Guerra Fria, já que “este país é e seguirá sendo – pelo menos no curto e médio prazo – a potência militar sem discussão em nível mundial e, especificamente, a potência hegemônica na região” (FRAGA, 1994, p. 68);
- Frente à crise econômica argentina, o governo requeria empréstimos dos organismos financeiros internacionais, pelo que também “se pode afirmar que a prioridade da Política Externa argentina com os Estados Unidos tinha uma razão de ser fundamentalmente pela influência que exerce esse país nos organismos financeiros internacionais (BOLOGNA, 1998, p. 11);
- Solução dos diferendos limítrofes vigentes e adesão aos regimes internacionais de controle de armamento e desarmamento, buscando oferecer a imagem de um país pacífico, estável e comprometido com o direito internacional;

Frente tal análise, a política externa argentina adotou como modelo o chamado “realismo periférico”, autoria de Carlos Escudé⁵⁹. Tal modelo baseava-se nos seguintes princípios:

- Um país dependente, vulnerável, empobrecido e pouco estratégico para os interesses vitais da potência de predomínio natural em sua região, como a Argentina, deve eliminar suas confrontações políticas com as grandes potências, reduzindo o âmbito de suas confrontações externas para os assuntos materiais vinculados de forma direta ao seu bem-estar e a sua base de poder. A política externa de um tal país deve ter, portanto, um perfil mais baixo possível em todos aqueles temas em que a política do país se contrapõe à das potências dominantes, e deve adaptar seus objetivos políticos aos da potência dominante em sua região, a menos que tal adaptação tenha custos materiais tangíveis.
- A política externa deve se calibrar não só em termos de um rigoroso cálculo de custos e benefícios materiais, mas também em função dos riscos de custos eventuais.
- A autonomia mesma deve se reconceitualizar e redefinir em termos dos custos relativos da confrontação (ESCUDE, 1992, p. 44, 45).

Alguns autores classificam este modelo teórico dentro do pragmatismo e do utilitarismo (COLACRAI, 2009, p. 42), baseados em um “cálculo racional de meios e fins,

⁵⁹ Carlos Escudé foi assessor pessoal do Chanceler Guido Di Tella no início dos anos noventa. Como exemplo da relação entre o governo e tal acadêmico citamos o seguinte parágrafo incluído na introdução de seu livro de 1992 “O realismo periférico”: “Tenho me sentido em dívida pessoal com o Presidente Carlos Saúl Menem e com seus chanceleres Domingo Cavallo e Guido Di Tella, pelo mero fato de que adotaram uma política que, além de que tenha sido a fonte de sua inspiração, a vivi como uma reivindicação pessoal (ESCUDE, 1992, p. 7).

[com a] atenção nos custos e benefícios, como determinantes na hora de fixar uma política ou tomar uma decisão” (COLACRAI, 2009, p. 42). Em uma linha similar, Tokatlian e Russell o denominam como o “paradigma da aquiescência pragmática”, acrescentando que tal modelo definia o interesse nacional em termos econômicos (RUSSELL, TOKATLIAN, 2003, p. 46, 47), possibilitado, segundo Fraga, pelo “escasso ou nulo poder dos militares para influir em temas de política externa (diferente do Brasil ou do Chile)” (FRAGA, 1994, p. 69), alimentado pela visão dos processos de transformação econômica que viviam os países do leste europeu e a aceleração do processo de globalização econômico-financeiro a nível mundial, frente aos quais o governo percebeu que o único caminho para o desenvolvimento econômico era uma rápida adaptação da economia nacional aos parâmetros do “Consenso de Washington” que organismos como o FMI e o Banco Mundial ditavam como necessários.

A aplicação deste modelo teve como expressão trivial as declarações de quem, em fevereiro de 1991, assumira como Chanceler argentino, Guido Di Tella, que declarou em dezembro de 1990, como Embaixador argentino nos Estados Unidos, que a Argentina queria ter uma “relação cordial com os Estados Unidos, e não um amor platônico [senão] um amor carnal com os Estados Unidos, porque nos interessa conseguir um benefício” (BOLOGNA, 1998, p. 11).

No plano diplomático, e estratégico-militar, essa relação com os Estados Unidos teve uma série de manifestações práticas chave, que descrevemos em seguida.

4.1.1- O Projeto Condor

O Projeto Condor⁶⁰, de construção de um míssil de alcance médio, cuja existência na década de oitenta mencionamos no capítulo anterior, foi cancelado nos primeiros anos da administração “menemista”. O objetivo foi enviar um sinal aos Estados Unidos de que a Argentina renunciava a uma “defesa ofensiva”, em especial frente aos membros da OTAN (o míssil estava projetado em sua concepção sob a hipótese de conflito com a Grã-Bretanha pelas Ilhas Malvinas⁶¹). Entretanto, alguns autores afirmam que o fim do projeto se relacionou

⁶⁰ O Condor foi exposto no 36 Salão de Aeronáutica e Espaço em Paris, em maio de 1985, por parte dos oficiais da Força Aérea argentina enquanto aconteceu uma prova de seus motores de combustível desenvolvidos na fábrica de Falda del Carmen (Córdoba) no início de 1988 (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-006.htm>. Acesso em 10 de junho de 2010).

⁶¹ O projeto Condor, devido a suas características de alcance médio, também era visto como uma projeção possível de conflitos com os países vizinhos como Brasil e Chile. Entrevista realizada com a ex-chefe de Gabinete do Ministro de Defesa (2004-2005), e Professora da Universidade Torcuato Di Tella, Rut Diamint (06/07/2009).

às pressões dos Estados Unidos para seu desmantelamento, sendo a desativação do míssil Condor II “o teste mais importante (...) com os Estados Unidos” (FRAGA, 1994, p. 70). Seguindo tal linha, Escudé aponta que

Durante a gestão de Menem, o processo de desativação do projeto Condor atravessou três etapas diferenciadas: etapa inicial, de demora na decisão de desmantelar o míssil – julho de 1989 a abril de 1990 -; etapa intermediária, de conflitos interministeriais a respeito do tipo do projeto e de resistência da Força Aérea argentina às pressões norte-americanas, (...) – abril de 1990 a maio de 1991 -; implementação da decisão [de desmantelamento] adotada pelo decreto 995 – maio de 1991 a setembro de 1993 -, data em que os últimos restos do Condor II chegaram à Espanha (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-006.htm>. Acesso em 10 de junho de 2010).

O projeto Condor se encontrava vigente sob os decretos secretos 604/85 – que aprovava o projeto – e o decreto 1315/87 – que permitia a continuação do Condor II e a exportação de parte de sua tecnologia -. Em 20 de junho de 1990 promulgou-se um decreto secreto que tirou o efeito de ambos os decretos. O decreto estabelecia que

Todos os elementos, partes e componentes do míssil Condor II em todas as suas versões e etapas de desenvolvimento foram desativados, desmantelados, reconvertidos e/ou inutilizados⁶² segundo suas possibilidades de uso em aplicações e destinos pacíficos de modo a efetivar de forma fidedigna e definitiva o cancelamento completo e irreversível do respectivo projeto (SAIN, 1997, p. 18).

A maior repercussão alcançada pela Argentina através da anulação do Condor foi que, em 1993, os países integrantes do Regime de Controle de Tecnologia Missilística (MTCR) – incluindo os Estados Unidos – convidaram a Argentina para incorporar-se nesse ano como reconhecimento aos “passos concretos dados pela Argentina no âmbito da não proliferação de armas de destruição em massa” (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-006.htm>. Acesso em 10 de junho de 2010).

4.1.2- A participação militar argentina na Guerra do Golfo pérsico e o envolvimento nas Missões de Paz das Nações Unidas

A Argentina foi neutra durante a I Guerra Mundial, entrou na II Guerra Mundial somente quando a Alemanha estava pronta para sua rendição. Não interveio em nenhuma das

⁶² No decreto não figurava a palavra “destruição”, o que, segundo Escudé, possibilitou que, durante 1991 e 1992, a Força Aérea e a área de Defesa, setores de forte oposição ao desmantelamento do projeto “aproveitaram isso através de dois métodos. Os oficiais aéreos ocultaram partes do míssil impedindo que o governo, e em especial a Chancelaria, pudessem contar com um inventário completo dos componentes distintos. De sua parte, a Defesa ateu-se ao texto do decreto e falou de reciclagem com fins pacíficos” (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-006.htm>. Acesso em 10 de junho de 2010).

guerras levadas a cabo pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria e sempre manteve um perfil neutro diante dos conflitos que afetaram a região. Entretanto, no contexto do alinhamento automático com os Estados Unidos, isso se modificou radicalmente com a decisão do governo de enviar tropas em apoio aos Estados Unidos na Guerra do Golfo de 1990-1991. A Argentina enviou tropas de sua Armada ao Golfo Pérsico desde setembro de 1990 até abril de 1991. Nesse panorama, o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, visitou a Argentina em dezembro de 1990, em um gesto interpretado como de agradecimento pelo apoio argentino e um passo em direção à consolidação das relações bilaterais. A Argentina foi o único país latino-americano a enviar tropas para o Golfo, o que “gerou um clima de suspeitas na América do Sul, principalmente no Brasil, que passou a confirmar suas suspeitas sobre a pretensão de liderança que a Argentina pretendia exercer na região” (CORTES, 2004, p. 189, 190).

A participação argentina foi relevante para entender a virada em direção à uma política pró - norte-americana, assim que Saín destaca que

A gestão militar de Menem começou a adotar um perfil próprio quando foi decidido o envio de tropas argentinas ao Golfo Pérsico para sua intervenção na coalizão bélica encabeçada pelos Estados Unidos contra o Iraque (SÁIN, 1997, p. 18).

A participação com tropas no Golfo Pérsico foi uma decisão presidencial que enfrentou resistências do Congresso e da Chancelaria. Nesse sentido, Escudé afirma que “o bloco de senadores do PJ demonstrou sua inconformidade com a decisão unilateral do governo, que incluiu uma acalorada discussão de tal bloco com o Chanceler Cavallo e com o Ministro de Defesa, Romero” (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-006.htm>. Acesso em 10 de junho de 2010). Ainda, o autor destaca que

o próprio presidente da Câmara dos Deputados, Alberto Pierri, criticou a decisão presidencial de enviar tropas ao Golfo Pérsico (...) [e que frente à isso] o ministro de Defesa, Humberto Romero, sustentou que os navios argentinos (...) levavam instruções precisas de não participar em missões ofensivas e poderiam responder somente a um ataque em defesa própria (CISNEROS, ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-006.htm>. Acesso em 10 de junho de 2010).

Também se destaca que “na época houve um grande debate na Chancelaria, [onde] a grande maioria, quase 99% dos quadros, estava contra a participação no Golfo Pérsico” (KROPP, 1994, p. 33).

Após a participação no Golfo, o governo começou a implementar uma política de ativa

participação argentina com contingentes militares e de forças de segurança intermediária, nas Missões de Paz da ONU, que começavam a proliferar após o fim de Guerra Fria. Até 1990, a Argentina só havia participado em Missões de Paz através do envio de observadores militares, entretanto, a partir desse momento “a participação argentina se generalizou até alcançar, por volta de 1993 e 1994, o envio de batalhões completos a lugares diferentes do mundo para o desenvolvimento de diferentes funções e tarefas” (SAÍN, 1997, p. 19). Dessa maneira, chegou-se ao ponto máximo quando, em 1994, a Argentina mantinha

em serviço 1321 efetivos militares e de segurança nas dez maiores missões de manutenção da paz das quais participou nosso país, destacando-se as missões da Croácia – na qual interveio um batalhão de infantaria do Exército com 900 efetivos – e de Chipre – da qual participaram 375 efetivos do Exército e da Armada (SAÍN, 1997, p. 19).

Enquanto que na Argentina a visão era de que “a participação nas forças multinacionais de paz surge como um novo elemento, que ainda que não seja comum aos cinco países da região, revela uma importância cada vez maior” (FRAGA, 1994, p. 70).

Com relação à intervenção no Haiti, a principal missão de paz da época, na qual se envolveu a Argentina, o Brasil, membro naquele momento do Conselho de Segurança, absteve-se de votar a favor da intervenção da ONU. Dessa maneira, a relação se desarticulou pela falta de cooperação entre ambos os países para participar conjuntamente nas Operações de Manutenção da Paz da ONU. O Brasil percebeu “a política de alto perfil praticada pela administração Menem, como uma tentativa da Argentina de assumir um papel de liderança regional em matéria de missões de paz, gerando assim uma nova rivalidade com o Brasil” (CORTES, 2004, p. 191). Essa percepção brasileira era fomentada, porque naqueles anos o Brasil havia começado a fortalecer sua participação em missões de paz por entendê-las necessárias para conseguir um assento no Conselho de Segurança da ONU⁶³. Cortes afirma que, neste tema, “houve uma falta de cooperação, uma busca de prestígio internacional e uma rivalidade entre ambos os países que impossibilitou que se estabelecessem relações bilaterais militares para o envio de forças conjuntas” (CORTES, 2004, p. 192). No entanto, veremos que nas Forças Armadas a possibilidade de cooperar foi pensada nas primeiras reuniões do Estado Maior, destacando como os canais de cooperação militares andavam em trilhos separados daqueles das desavenças políticas.

⁶³ Entrevista realizada com a ex-chefe de Gabinete do Ministro de Defesa (2004-2005), e Professora da Universidade Torcuato Di Tella, Rut Diamint (06/07/2009).

4.1.3- Argentina aliado extra-OTAN

Após a desativação do projeto Condor, o envio de tropas para a Guerra do Golfo, a mudança argentina em torno das votações na Assembleia Geral da ONU⁶⁴, e a intensificação do diálogo bilateral com os Estados Unidos, o governo argentino começou a implementar uma política de aproximação com a OTAN, com o objetivo de ser nomeado “Aliada Extra OTAN” pelos Estados Unidos.

A aproximação com a OTAN teve seu primeiro sintoma visível com a realização em Buenos Aires, nos dias 12 e 13 de outubro de 1993, do Seminário “Argentina-OTAN sobre segurança global” organizado pelo Conselho Argentino para as Relações Internacionais (CARI), o Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, e a OTAN. O mesmo constou de quatro painéis: A segurança global no cenário pós-Guerra Fria; Novo papel da aliança atlântica no mundo pós-Guerra Fria; Segurança Global e segurança regional; e Aspectos militares da segurança global. Participaram do Seminário o Presidente argentino, o Ministro de Defesa, Parlamentares, funcionários da Chancelaria, o Secretário Geral Adjunto da OTAN, o Segundo Comandante das forças da OTAN e um grupo de acadêmicos norte-americanos e argentinos. O Presidente Menem declarou “que seja este um testemunho mais do interesse do meu Governo em continuar e aprofundar o processo de aproximação e consultas com a OTAN” (MENEM, 1993, p. 15).

Funcionários da Chancelaria destacavam que o país havia feito “uma aproximação com a OTAN, [partindo do] reconhecimento do fato de que a OTAN é a única aliança militar que fica[va] ao fim da Guerra Fria com capacidade global”, ressaltando como algo positivo que no mencionado seminário “a OTAN pela primeira vez cruzou com equador” (KROPP, 1994, p. 35). A Argentina enviou legisladores a Washington para participar da Assembleia de parlamentares da OTAN e um oficial da Armada pela primeira vez ao colégio da OTAN em Roma (KROPP, 1994, p. 36). Isso como parte de um projeto do governo para criar uma “estrutura de segurança no Atlântico Sul (OTAS) vinculada à OTAN” (FRAGA, 1994, p. 71).

O processo de negociação e aproximação com a OTAN foi realizado sem mediar consulta ou aviso aos países vizinhos que viram na Argentina como Aliado Extra-OTAN uma ingerência de uma potência extra-regional na região e a tentativa argentina de estabelecer-se como líder regional. O Chile manifestou publicamente sua inconformidade, enquanto que o

⁶⁴ A Argentina passou a ter um índice de coincidência com os Estados Unidos nas votações, de 13,3% em 1989, para 68,8% em 1995 (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 57).

Brasil não emitiu nenhuma declaração, sendo que sua inconformidade, como veremos mais adiante, se manifestou no terreno prático, com a paralisação da cooperação bilateral em matéria de defesa (FLEMES, 1995, p. 131) e durante vários anos nenhum presidente brasileiro visitou a Argentina. O Brasil considerou que o que havia sido feito pela Argentina era uma aliança particular com os Estados Unidos que o deixava de fora, dado que a Argentina havia tomado a decisão de forma unilateral, com o governo brasileiro interando-se através dos jornais⁶⁵. Como Cortes afirma “nada afetou tanto as relações bilaterais no plano estratégico-militar como a iniciativa de negociar, sem consultar, a condição de aliado extra OTAN da Argentina” (CORTES, 2004, p. 192).

Em 1996, o Ministério de Defesa, em um relatório de atividades, afirmava que

O Ministério de Defesa estudou a possibilidade de ser aliado extra OTAN, qualificação que não só pressupõe um tratamento diferencial por parte do governo dos Estados Unidos, mas também materializa um nível destacável de confiabilidade e vontade de cooperação binacional por parte da única superpotência que sobreviveu como tal ao final da Guerra Fria (MINISTERIO DE DEFENSA, 1996, p. 265).

Em dezembro desse ano, durante a visita do Presidente argentino a Washington, este propôs a ele “estabelecer uma aliança militar plena com os Estados Unidos fora da OTAN, como Israel” (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-012.htm#001>. Acesso em 13 de junho de 2010). Finalmente, em 1997, o Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em uma visita à Argentina na qual se reuniu com o presidente argentino, anunciou que a Argentina era incluída como aliado extra-OTAN⁶⁶, sendo este “a chave de ouro das melhores relações existentes historicamente entre os dois países” (BOLOGNA, 1998, p. 12), e visto como um triunfo por parte do governo argentino que perseguiu essa designação durante sete anos. Depois disso, em uma nova visita de parlamentares argentinos à OTAN, a Argentina tentou somar-se à OTAN como membro pleno, o que foi indeferido de pronto pelas autoridades da Aliança devido a que o posicionamento geográfico argentino não era coincidente com aquele dos membros da OTAN (CISNEROS; ESCUDE, 2003. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-012.htm#001>. Acesso em 13 de junho de 2010).

⁶⁵ Entrevista realizada com o ex- Vice-ministro de Defesa (2000-2001) Ángel Tello (09/06/2009).

⁶⁶ Até esse momento, só eram aliados Extra-OTAN: Austrália, Egito, Israel, Japão, Coréia do Sul, Jordânia e Nova Zelândia.

4.1.4- A Argentina e a inclusão discursiva do conceito de segurança cooperativa

Em 1993, o Presidente Menem afirmou que a Argentina “coincidia com outros em conceder um interesse crescente ao enfoque [da segurança cooperativa]”, posição defendida pelo representante argentino perante à OEA, Hernán Patiño Mayer e pelo Chanceler Guido Di Tella na Assembléia Geral da ONU. Entretanto, apresentamos aqui o que o governo argentino entendia por segurança cooperativa, já que a adoção política do conceito se deu em um panorama onde a cooperação estratégica não era regional, mas sim com os Estados Unidos. Fichera e Esteban assinalam que “o apoio à construção de um sistema global, baseado nos princípios cooperativos é o resultado de um caminho eleito para o alcance dos interesses nacionais [da Argentina]” (FICHERA; ESTEBAN, 1994, p. 217), sendo que,

A Argentina anuncia uma segurança cooperativa que não aspira a criar um supragoverno, a eliminar todas as armas, a prevenir toda a forma de violência, a resolver todos os conflitos ou harmonizar os valores políticos divergentes, mas sim que tem como finalidade prevenir e desencorajar a acumulação de meios que conduzam à possibilidade técnica de uma agressão, deliberada e organizada. [Sendo que] a Argentina considera que os princípios cooperativos são de validade universal e devem ser implementados simultaneamente em todos os âmbitos de interesse para o Estado: o global, hemisférico e sub-regional (FICHERA, ESTEBAN, 1994, p. 218, 219).

Essa afirmação está ligada ao que a Chancelaria argentina destacava como o “conceito de segurança global” para a área de segurança internacional (KROPP, 1994, p. 33). Este conceito partia do realismo periférico, situando a Argentina como um ator vulnerável no sistema internacional e necessitando aliar-se à potência hegemônica. Como era do interesse estadunidense que se consolidassem regimes internacionais de desarmamento e ao mesmo tempo ser apoiado nas iniciativas bélicas para “consolidar a paz e a democracia a nível global”, a Argentina deveria aderir a essa tendência e tomar para si tal concepção. Kropp aponta que

A Argentina teve que elaborar uma política de segurança adaptada à este cenário que, de alguma maneira, aumentou primeiro a segurança do país frente ao exterior, e que ao aumentá-la diminuiu a possibilidade de conflitos com os países vizinhos. Esse enfoque abandonava a possibilidade de uma política externa que enfocava uma aproximação cooperativa com os vizinhos. Para alcançar o conceito de segurança cooperativa, iniciou-se uma política nova que se concretizou, em um primeiro prazo, em um mecanismo de reuniões periódicas de segurança com os Estados Unidos (KROPP, 1994, p. 35).

A Argentina entendia, assim, a segurança cooperativa em termos globais, em um contexto internacional onde o país deveria primeiro consolidar sua aliança “cooperativa” e disciplinada com a potência dominante para obter benefícios derivados da mesma sub-

regionalmente. Dessa forma, a integração econômica a nível regional se separa da política de segurança cooperativa projetada globalmente em direção aos Estados Unidos – da qual se derivariam linhas subsidiárias para os estados vizinhos, sempre e quando não afetem a relação com a potência hegemônica -, “o emprego da segurança regional devia ser independente, mas coerente com o que corresponde à segurança global” (FERRER, 1994, p. 44).

O conceito de segurança cooperativa nunca foi parte do discurso político do governo brasileiro, que rechaçava o desarmamento anunciado pelos Estados Unidos na região⁶⁷ e o via como “uma manifestação dos Estados Unidos para o exercício de uma política hegemônica na região” (CORTES, 2006, p. 185).

4.2- A política militar durante o Governo Menem

A política militar argentina durante a década de noventa orientou-se por duas questões principais: a relação com os Estados Unidos e a aplicação no setor militar das políticas neoliberais de encolhimento do Estado, ferreamente empreendidas pelo governo Menem. Ainda, certas questões irresolutas em torno do julgamento dos militares envolvidos na Ditadura da década de setenta marcaram a agenda nos primeiros três anos de governo.

Uma das primeiras questões em matéria militar que o governo enfrentou foi apelo castrense em favor de uma solução política para a revisão judicial do passado (SAÍN, 1997, p. 13), que se somou à “ativa presença no interior do Exército do setor político *carapintada* que havia protagonizado três rebeliões durante o governo radical e que pretendia projetar-se sobre a condução do Exército” (SAÍN, 1997, p. 13), ambos temas que desafiavam uma consolidação do controle civil sobre o setor defesa. Nesse sentido, uma das primeiras atitudes do governo foi a promulgação dos decretos 1.001/89, 1.003/89 e 1.005/89, em 6 de outubro de 1989 pelo qual o Presidente absolvía os militares, policiais e civis condenados e/ou processados por delitos cometidos durante sua participação na repressão à subversão e aos civis pertencentes às organizações guerrilheiras da década de 70 (SAÍN, 1997, p. 15), complementando-se com os decretos promulgados em 29/12/1990, que absolviam os ex-comandantes da última ditadura militar e o ex-chefe dos Guerrilheiros, Mario Firmenich, aplicando a política que o governo denominava “pacificação e reencontro nacional” (SAÍN, 1997, p. 15).

⁶⁷ Entrevista realizada com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009).

O protagonismo dos *carapintadas* teve como ápice o último levante militar na Argentina, que teve um forte aspecto de resistência ao estabelecimento do poder civil sobre o setor militar. A relevância deste levante em comparação aos anteriores foi que

Em relação às rebeliões anteriormente produzidas, esta foi a maior e mais violenta, seja pela importância e a quantidade de unidades comprometidas, pelo elevado número de quadros implicados, pelo nível hierárquico de sua condução – todos eles eram coronéis – ou pela crueldade do enfrentamento desenvolvido (SAÍN, 1997, p. 17).

Depois da repressão ao levante e as absolvições mencionadas, aconteceu uma reunião em fevereiro de 1990 no Ministério de Defesa com o Presidente Menem e seu gabinete, onde o Chefe de Estado Maior Conjunto apresentou as hipóteses de conflito da Argentina (GRECCO; GONZÁLEZ, 1990, p. 93). O interessante dessa reunião foi a reafirmação da inexistência de hipóteses com o Brasil⁶⁸ e que o foco estava no Chile, que 48 horas antes da reunião “havia mobilizado unidades militares ao sul de tal país e isso havia causado alarme no corpo castrense argentino” (GRECCO; GONZÁLEZ, 1990, p. 93). No entanto, o que diferenciou essa reunião daquelas referidas no começo do governo de Alfonsín é que não se elaborou uma Diretiva secreta – nem pública – de planejamento militar⁶⁹, o que motivou queixas de setores das Forças Armadas⁷⁰.

⁶⁸ Após essa reunião, o Ministro de Defesa argentino, Humberto Romero, declarou: “O Brasil sempre foi entendido como nosso grande inimigo. Reparem que em Corrientes ninguém nunca pavimentava ruas e nem fazia melhoras nos acessos localizados sobre a fronteira, porque se falava da resistência que colocavam os acidentes geográficos em caso de um ataque brasileiro. Porém, todo esse critério foi modificado. Com o Brasil, estamos andando o caminho dos parceiros, tendendo a que exista uma complementação antes de uma competição” (GRECCO; GONZÁLEZ, 1990, p. 107).

⁶⁹ Em 1996, o Poder Executivo promulgou o decreto 1116/96, Diretiva para a realização do Planejamento Militar Conjunto, o qual a diferença daquele dos anos oitenta só apontou a reestruturação do corpo militar. Após sua promulgação, em novembro de 1997, a Câmara dos Deputados aprovou uma declaração solicitando ao Poder Executivo a elaboração de uma diretiva militar secreta que possibilitasse a realização do planejamento militar estratégico, o qual nunca foi realizado.

⁷⁰ Em algumas jornadas desenvolvidas no Círculo Militar argentino, militares aposentados destacavam que o “Brasil é, sem dúvidas, a potencia latino-americana; provavelmente por essa razão o Conselho de Segurança das Nações Unidas o tenha proposto como membro permanente desse organismo para representar a América Latina. (...) Suas Forças Armadas são superiores à soma dos países do sub-continente, mantendo em funcionamento importantes indústrias militares, terrestres, navais e aéreas e é um dos cinco principais exportadores de armas do mundo. (...) Apesar de seu evidente poderio, não deixou entrever ambições que pudessem resultar preocupantes para nosso país. Não obstante, não tê-lo como inimigo potencial é simplesmente uma imprudência extremamente grave (BOCALANDRO, 1998, p. 50, 51). Outro dos painelistas, também militar aposentado, destacava, por sua vez, como possível situação de litígio nacional “a presença do Brasil como primeira potencia naval sul-americana e sua desejada projeção antártica, ainda que caiba destacar que ambos os dados não têm significação contemporânea nas relações com nosso país” (BONIFACINO, 1998, p. 60). O mesmo autor descontextualizava as palavras do Ministro do Exército do Brasil – que fazia referência à Amazônia –, e o citava “As hipóteses de conflito não tem sido de todo superadas na região e nada garante que não apareçam antigos conflitos ou surjam outros. O entorno vizinho continua apresentando riscos que serão sempre um fator de nossa política de defesa”, para assim afirmar que a Argentina “[devia] manter uma atitude de acordo com as políticas de defesa realistas de nossos dois vizinhos maiores [Brasil e Chile] e o litígio irresoluto nas Malvinas (BONIFACINO, 1998, p. 65).

O objetivo do governo, indeferindo as hipóteses de conflito (especialmente em um período no qual se estava negociando a demarcação final dos limites com o Chile), buscava apresentar um espaço que legitimara a redução do setor castrense que marcaria os anos seguintes do governo “menemista”. O Ministro de Defesa Romero destacava que “desde o ponto de vista de nossas Forças Armadas, essa nova situação possibilita[va] sua reestruturação, reabastecimento, tendo em conta que a falta de conflitos faz diminuir o custo dos armamentos” (GRECCO; GONZÁLEZ, 1990, p. 107). Assim,

Em uma segunda etapa, a política militar “menemista” se reduziu ao desenvolvimento de iniciativas derivadas do modelo de reconversão econômica e da política de inserção internacional, tentando adaptar as instituições armadas e a política militar à (...) novas condições econômico-orçamentárias vigentes no país (SAÍN, 1997, p. 13).

Durante os anos seguintes, o gasto militar se reduziu em mais de 50%, sob um modelo que significou “um corte orçamentário profundo a instituições que mantiveram o mesmo esquema organizativo de funcionamento” (SAÍN, 1997, p. 19), com o qual o encolhimento do aparato castrense manteve os mesmos parâmetros que Ernesto López destacava que haviam marcado a administração “alfonsinista”. Diante desse quadro, por volta de 1995, o Ministério de Defesa iniciou, junto às três Forças e ao Estado Maior Conjunto, um processo de análise e desenho de um programa de “reestruturação militar”, que derivou em um projeto de lei aprovado pelo Congresso em 1998 sob o nome de Lei 24.948 de Reestruturação das Forças Armadas, a qual supunha

Um traslado, reagrupamento e recolocação de unidades, a dissolução de outras, a privatização de colégios, a venda de prédios e imóveis, a descentralização da estrutura de apoio logístico, a reforma do esquema de dispersão, a concentração de centros de educação e formação militar, a criação de centros regionais conjuntos, a constituição de forças de dispersão rápida e a redução de pessoal das três forças (SAÍN, 1997, p. 19).

Entretanto, com o fim do governo de Menem, com a Argentina ingressando em uma de suas piores crises econômicas de sua história, a lei não foi implementada, ficando a reforma militar em uma mera redução orçamentária, o fechamento de certas unidades em Buenos Aires e as zonas de fronteira, e a implementação do serviço militar obrigatório em 1994.

No último ano de governo “menemista”, o Ministério de Defesa lançou, em acordo com a política fomentada pela OEA, o Livro Branco da Defesa da Argentina. No qual, apesar do alinhamento automático com os Estados Unidos, se reconhece o caráter estratégico da cooperação com os países vizinhos:

Nesse novo contexto, a velha valorização do vizinho como adversário e eventual

ameaça para a própria segurança, se vê recolocada por outra equação: seus riscos são agora também nossos. A vontade de cooperação manifestada pelos Estados cria, assim, condições para avançar em direção a entendimentos em matéria de segurança e de defesa, pois ao se recolocar a visão do vizinho como perigo, por associação, se modificam substancialmente essas questões em seu enfoque e conseqüentemente em suas respostas. O rival de outrora se converte no aliado de hoje, com ou sem instrumentos legais que assim o determinem (LIBRO BLANCO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1999).

4.2.1- Cooperação militar com os Estados Unidos

Durante 1992, as sucessivas visitas do secretário de Defesa dos Estados Unidos, do Chefe do Comando Sul, e do Chefe do Estado Maior Conjunto, General Colin Powel, marcaram um ponto culminante no último ano da administração Bush para as relações militares entre Argentina e Brasil. Nesse ano, acordou-se a compra dos aviões Skyhawk que significou o primeiro acordo relevante para a aquisição de material militar nos Estados Unidos desde fins da década de 70 (FRAGA, 1994, p. 68). Continuou com a mudança de administração estadunidense. Em 1996, o Ministério de Defesa argentino assinalava que “não é necessário aprofundar o porquê as relações entre os sistemas de defesa dos Estados Unidos e de nosso país adquirem uma relevância e prioridade transcendental”, ao tempo que destacavam o fato de que

Partindo da qualificação de primeira prioridade com que foi assumida a relação com os Estados Unidos (...) o Ministério de Defesa argentino tem aprofundado com a Secretaria de Defesa dos Estados Unidos um sistema integral de intercâmbio de experiências sobre temas vitais da defesa, em um exercício de inter-relação bilateral que é o único estabelecido entre aquele país e um Estado latino-americano (MINISTERIO DE DEFENSA, 1996, p. 264, 265).

Tais afirmações reforçam a ideia de que a cooperação militar entre a Argentina e os Estados Unidos foi especialmente abundante durante o governo “menemista” – a qual, com certos atenuantes, continuou vigente na década seguinte – e que se pode notar o contraste da mesma em relação à incipiente cooperação militar argentino-brasileira. Em seguida, destacaremos os exercícios combinados realizados por cada um dos ramos das Forças Armadas, assim como os acordos firmados em nível de defesa entre Argentina e Estados Unidos.

4.2.1.1- Compra de armamento

Após o pronunciamento da emenda Humphrey-Kennedy – que proibia as vendas militares, a ajuda e os empréstimos à Argentina ou o treinamento estadunidense de seus efetivos desde a última ditadura militar -, em 1992 a Argentina negociou com os Estados

Unidos a aquisição de radares Westinghouse e de aviões Skyhawk junto à promessa de compra de aviões “Pampa” argentinos pelos Estados Unidos. Enquanto que, em 1997, os Estados Unidos enviaram os cinco primeiros aviões de um total de 36 comprados, a venda de aviões argentinos nunca foi concretizada. A venda estadunidense incluiu a manutenção a cargo da Lockheed Martin e a provisão de radares de última geração a cargo da empresa Westinghouse. Finalmente, em 1999, os Estados Unidos doaram 93 veículos de combate à Argentina. A cessão deste material se converteu na primeira deste tipo que surgiu da cooperação estabelecida na lei norte-americana de assistência exterior, e esteve vinculada à categoria de aliado Extra-OTAN (CISNEROS; ESCUDE. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-012.htm#001>. Acesso em 13 de junho de 2010).

4.2.1.2- Exercícios combinados

Em setembro de 1989 aconteceram os primeiros exercícios navais conjuntos. Estes consistiram em práticas de guerra anti-submarina, eletrônica e antiaérea efetuadas por navios de guerra argentinos e norte-americanos no Atlântico Sul. De 8 a 12 de março de 1990, a Armada argentina realizou exercícios de adestramento combinado com o porta-aviões estadunidense *Constellation*. No ano seguinte, a Argentina hospedou o Operativo UNITAS XXXII, no mar argentino, enquanto que, em 1992, nas mesmas águas, a denominada Fase 2 da UNITAS XXXIII. Em 1991, houve uma participação combinada entre aviões da Armada e da Marinha norte-americana no porta-aviões estadunidense *Kitty Hawk*. Da Armada foram convidados, em 1993, oficiais para visitar o Comando Conjunto do Atlântico (USCINCLANT).

Em agosto de 1997, em exercícios combinados na província de Tierra del Fuego, participaram efetivos do exército e da Armada argentina junto a um grupo de forças especiais do Exército estadunidense. Um mês depois, quase 300 pára-quedistas do Exército foram lançados em uma só passada de quatro aviões Hérculos, dois da Força Aérea argentina e outros dois da Guarda Aérea Nacional dos Estados Unidos. Em tal exercício participaram também efetivos da Armada argentina. Outro exercício combinado ocorreu em agosto de 1997, no qual a Armada argentina e o corpo de infantaria da Marinha estadunidense realizaram operações combinadas na zona de Zárate, Buenos Aires. Finalmente, em princípios de setembro de 1998, a Argentina abrigou novamente a XXXIX edição dos exercícios UNITAS.

A Força Aérea realizou, em 1993, um exercício de busca e resgate com aviões de transporte Hérculos C-130, na província de Buenos Aires. Cinco anos depois, em agosto de 1998, houve novamente exercícios aéreos combinados com sede na Argentina, consistindo em simulação de combate.

Sobre as operações das quais participaram os Exércitos de ambos os países houve, em 1990, exercícios na zona do Delta. Esse exercício motivou protestos parlamentares. Em 1991 e 1993 se desenvolveram jogos de guerra por simulação computadorizada na Escola Superior de Guerra com participação de efetivos do Exército argentino e do Comando Sul dos Estados Unidos. Ainda, em 1993, foram realizados exercícios sobre o terreno nas Missões, sob o nome de Forças Unidas 93 (CISNEROS; ESCUDE. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-012.htm#001>. Acesso em 13 de junho de 2010).

4.2.1.3- Acordos em Defesa

Em 12 de março de 1997, o General Chefe do Comando Sul dos Estados Unidos assinou um convênio com o Ministro de Defesa argentino pelo qual dois oficiais argentinos atuariam no Comando Sul, com assentamento no Panamá. No ano seguinte, o Ministro de Defesa argentino assinou três acordos com o Secretário de Defesa dos Estados Unidos: o Acordo Geral sobre Intercâmbio Informativo; acordo de cooperação entre as Forças Armadas de ambos os países em temas referidos ao meio ambiente; e uma declaração de intenção em defesa e meio ambiente. Os três documentos seriam ratificados em uma nova reunião desenvolvida no mesmo ano em Buenos Aires.

Por outro lado, ao final de 1998, o presidente da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) argentina e o chefe da Comissão Regulatória Nuclear dos Estados Unidos (USNRC), assinaram um memorando de entendimento para o intercâmbio de informação técnica sobre a segurança dos reatores nucleares de potência e pesquisa (CISNEROS; ESCUDE. Disponível em: <http://www.ucema.edu.ar/ceieg/arg-rree/15/15-012.htm#001>. Acesso em 13 de junho de 2010).

4.3- A relação bilateral com o Brasil

Apesar de não nos determos na constituição do MERCOSUL, vários autores refletem sobre sua criação e o início de seu funcionamento como “o fato mais importante da aliança

argentino-brasileira da década de 1990” (CORTES, 2007, p. 175). Ressaltamos que a dimensão comercial entre a Argentina e o Brasil foi o eixo da relação, surge daí a importância do MERCOSUL, o qual nunca teve e nem tem nenhum componente relacionado à defesa ou à segurança regional⁷¹. Pelo qual, em um momento no qual a Argentina definia seu interesse nacional em termos econômicos, “a institucionalização do MERCOSUL foi o ápice da eliminação das desconfianças entre Brasil e Argentina” (WINAND, 2006, p. 93), em um contexto em que “a integração em blocos foi a alternativa contemplada para atender novas demandas da economia internacional, que se tornou muito mais competitiva com o fim da Guerra Fria” (WINAND, 2006, p. 93).

Dessa maneira, Argentina e Brasil, tendo superado durante a década passada as desconfianças históricas, se lançaram em um processo conjunto de inserção internacional no qual – principalmente a Argentina – buscavam promover uma imagem de zona de paz desmilitarizada e estável, atraente aos investidores, ao mesmo tempo em que buscavam formar um bloco de comércio e negociação que reforçasse suas posições perante o sistema internacional. Brasil e Argentina tiveram o objetivo de “mostrar ao mundo sua condição de sub-região estável e pacífica; de principais pólos em um processo de integração dinâmico e aberto como sócios na construção de uma ordem internacional baseada em valores compartilhados” (SACONNE, 1998, p. 298).

A seguir, descreveremos o vaivém da relação bilateral durante o governo “menemista”. Uma relação conflitiva quanto à dimensão diplomática e estratégica pela forma em que cada um dos países se inseria no cenário internacional pós- Guerra Fria. Um vaivém marcado pela tentativa de institucionalização da cooperação na área nuclear, mas também por fortes diferenças frente à relação com os Estados Unidos e as Nações Unidas. Em suma, a época na qual a Argentina definia o Brasil como seu aliado estratégico, condicionado à aliança estratégica que a Argentina tentava estabelecer com os Estados Unidos.

4.3.1- Brasil aliado, mas primeiro os Estados Unidos

Apesar de que alguns autores falam de uma “mercosulização” da política externa argentina (SACCONE, 1998, p. 283), a diferença do governo Alfonsín que priorizou a relação

⁷¹ O único componente relacionado é aquele das Reuniões de Ministros do Interior do MERCOSUL. Tal mecanismo, de reunião anual e funcionamento contínuo, agrupa em grupos de trabalho as autoridades nacionais de diversos níveis hierárquicos da área de segurança pública dos países membros do MERCOSUL e associados. Dentro de seus grupos de trabalho, interagem membros das políticas nacionais e das forças de segurança intermediárias argentinas (“Gendarmería” e “Prefectura”).

com a América Latina, o governo Menem implementou uma política pela qual a Argentina deixou “de lado a América Latina em favor do Ocidente” (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 52). Com uma Argentina dirigindo seus olhares aos Estados Unidos, “o Brasil contemporâneo era percebido como politicamente incorreto” (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 52).

Via-se o Brasil em um contexto em que “as percepções de equilíbrio haviam se movido para Buenos Aires” (WINAND, 2004, p. 204), começando a perfilar seu discurso de líder regional e a evidenciar suas intenções de obter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, dentro de uma política que rompia com o clássico alinhamento automático brasileiro com os Estados Unidos e que lutava por uma autonomia frente à potência do norte⁷². Dessa forma, se dava um choque entre o realismo periférico argentino e a busca por autonomia do Brasil, tendo como consequência um período em que aumenta a cooperação comercial, mas que desacelera a cooperação em política externa e em defesa⁷³.

Diante disso, o paradigma de política externa argentina “atribuía ao Brasil um lugar de destaque mas de menor importância estratégica ao que se referia aos Estados Unidos” pelo que o “Brasil era economicamente necessário mas politicamente inconveniente” (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 54). Por outro lado, também se pode considerar que a aliança com os Estados Unidos – fomentada pelos Ministros Cavallo e Di Tella – tinha como objetivo ganhar um poder maior de negociação frente ao Brasil⁷⁴, que se percebia como um ator internacional de poder crescente. Apesar disso, pode-se afirmar que cada crise superada pode ser vista como um avanço na construção da comunidade de segurança pluralista.

4.3.2- As conferências presidenciais nos anos noventa, questões econômicas e nucleares

Os documentos que consolidam a confiança mútua e a cooperação econômica começaram a ser firmados a partir de 1990, particularmente no governo de Fernando Collor de Mello, e os documentos que anunciavam o início de atividades conjuntas entre as forças armadas de ambos os países e a gestação de uma cooperação em matéria de defesa e

⁷² De acordo com Jorge Castro, “a diferença entre Brasil e Argentina não consiste em uma doutrina de política externa, nem em uma percepção oposta da situação internacional. Surge da posição distinta dos dois países na nova estrutura de poder mundial que emerge no pós-Guerra Fria, em que se colocaram a uma distancia diferente dos Estados Unidos devido à exigências internas, o peso da história e o nível de desenvolvimento industrial alcançado” (Castro, 1994, p. 71).

⁷³ Entrevista realizada com o Presidente da ONG SER em 2000, Luis Tibiletti (15/04/2009).

⁷⁴ Entrevista realizada com a ex-chefe de Gabinete do Ministro de Defesa (2004-2005), e Professora da Universidade Torcuato Di Tella, Rut Diamint (06/07/2009).

segurança foram firmados a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (WINAND, 2006, p. 158, 159).

Em 9 de julho de 1989, Carlos Saúl Menem assumiu a presidência da Argentina. De 22 a 24 de agosto do mesmo ano, Menem visitou o Brasil com o objetivo de ratificar o Tratado de Integração e Cooperação assinado por Sarney e Alfonsín e que já estava ratificado pelos respectivos poderes legislativos. O principal da visita foi a constituição de uma Comissão de Execução do Tratado e a Comissão Parlamentar Binacional, a assinatura de uma Declaração Conjunta sobre Cooperação Bilateral para o Uso Pacífico do Espaço Exterior, um protocolo sobre políticas macroeconômicas, e o Protocolo N° 17 sobre Cooperação nuclear possibilitando o intercâmbio mútuo e o estabelecimento de condições aduaneiras preferenciais para o comércio de bens das usinas nucleares de ambos os países (CORTES, 2004, p. 184).

No ano seguinte, em 15 de março assume como Presidente no Brasil Fernando Collor de Mello, que em janeiro de 1990 havia viajado à Argentina como símbolo da continuidade da cooperação. Collor de Mello voltaria a viajar para a Argentina, já como presidente, em julho do mesmo ano, assinando a Ata de Buenos Aires, que previa a criação de um mercado comum para 1 de janeiro de 1995. Em tal reunião, coordenou-se uma reunião bilateral (agosto de 1990) em nível de chanceleres para elaborar uma resposta conjunta à Iniciativa para as Américas do governo de Bush a favor da constituição do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Apesar da importância do nascente MERCOSUL, no plano estratégico, os próximos três anos estariam selados pela consolidação da cooperação em matéria nuclear. Após a assinatura do protocolo nuclear de 1989, a cooperação nuclear sofreu um forte impulso conjunto com a apresentação, em setembro de 1990, de uma declaração conjunta durante a IV Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação Nuclear, no qual Argentina e Brasil reafirmaram seu compromisso com o uso pacífico da energia nuclear e a não proliferação de armas nucleares. A cooperação continuou na conferência de Foz do Iguaçu de novembro de 1990, onde os Presidentes assinaram um Acordo de Cooperação para o uso pacífico da energia nuclear. Tal declaração estabeleceu o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC) com o objetivo de garantir o desenvolvimento de atividades nucleares de ambos os países. Ao mesmo tempo, os Presidentes emitiram uma declaração conjunta pela qual buscavam estabelecer emendas ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, de forma que ambos os países finalmente aderiram aos regimes de não proliferação nuclear. O acordo deixou explícita a vontade de aprofundar a cooperação dos dois países em matéria de

pesquisa, informação e intercâmbio de material nuclear, desenvolvimento de projetos comuns e coordenação política.

Assim, o processo de cooperação em matéria nuclear, que havia se iniciado na década de oitenta e que foi de vital importância para o início de toda a cooperação bilateral entre Argentina e Brasil, estava sendo finalmente consolidado e institucionalizado no início dos anos noventa, fechando uma etapa e abrindo a possibilidade para a cooperação em outros âmbitos estratégico-militares.

Em junho de 1991, em Guadalajara, ambos os países assinaram o Acordo Argentina-Brasil para o Uso Exclusivo da Energia Nuclear e criaram a Agência Argentino-Brasileira de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), primeiro organismo bilateral criado entre ambos os países e que fiscalizaria o cumprimento de tal acordo. A culminância desse processo teve lugar em dezembro de 1991 com a assinatura em Viena do acordo quadripartite entre Argentina, Brasil, a ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a aplicação de salvaguardas e pelo qual Argentina e Brasil submetiam suas instalações nucleares ao controle internacional (WINAND, 2004, p. 184). A criação de salvaguardas nucleares, assim como as declarações bilaterais entre Argentina e Brasil em torno da confiança mútua propiciaram um equilíbrio no desenvolvimento de tecnologia nuclear (SAINT PIERRE; WINAND; PEREIRA, p. 159). Com tal acordo, ambos os países conseguiram a aprovação de emendas ao Tratado de Tlatelolco, ratificando-o, para logo em dezembro de 1994 ratificar o TNP. Assim, ambos os países institucionalizavam um processo de cooperação inédito em matéria nuclear, ao mesmo tempo em que aderiram aos regimes internacionais de controle em tal área. Uma etapa histórica estava encerrada entre ambos os países⁷⁵.

Em 1992, após uma forte crise política em meio a escândalos de corrupção, Collor de Mello renunciou ao seu cargo, o qual assumiu o Vice-Presidente Itamar Franco. O período de Franco, assim como o de seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, esteve marcado, quanto à relação com a Argentina, por uma série de encontros presidenciais no quadro do MERCOSUL, dos quais também participaram os presidentes do Paraguai e Uruguai. Esses

⁷⁵ Junto ao Chile, em setembro de 1991, Argentina e Brasil firmaram o Compromisso de Mendoza, uma declaração através da qual os três países renunciavam ao uso, produção, aquisição e transferência de armas químicas e biológicas, de maneira que a região passava oficialmente a ser uma zona livre de armas de destruição em massa. Isso se materializou oficialmente em julho de 1998, com a assinatura da Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como Zona de Paz, em Ushuaia, Argentina.

encontros foram sobre questões econômico-comerciais, com a exceção de declarações a favor do fortalecimento da democracia na região e do respaldo à demanda argentina pela soberania das Ilhas Malvinas.

A primeira reunião bilateral sob a presidência de Franco aconteceu em Buenos Aires, nos dias 25 e 26 de maio de 1993, durante a qual ambos os presidentes assinaram uma declaração conjunta ressaltando a vontade mútua de fortalecer a integração bilateral (CORTES, 2006, p. 178). Dois anos depois, já com Cardoso como presidente brasileiro, teve lugar outra conferência presidencial, desta vez na cidade de Puerto Uguazú. A particularidade dessa reunião foi de caráter econômico-financeiro, sem menção a temas de caráter estratégico.

Tabela 5. Conferências presidenciais 1989-1997

ANO	LUGAR	PRESIDENTES
1989	Brasília	Menem - Sarney
1990	Buenos Aires	Menem - Collor de Mello
1990	Foz de Iguazú	Menem – Collor de Mello
1993	Buenos Aires	Menem - Franco
1995	Puerto Iguazú	Menem - Cardoso
1996	Buenos Aires	Menem - Cardoso
1997	Rio de Janeiro	Menem – Cardoso
1997	Brasília	Menem – Cardoso

A conferência presidencial seguinte teria maior importância na área estratégica. Em 1996 o presidente brasileiro realizou uma visita à Argentina na qual ambos os presidentes firmaram acordos de cooperação em matéria nuclear, de meio ambiente, de cooperação técnica, integração física, energética e cultural (CORTES, 2004, p. 293) e espacial possibilitando sua associação para o desenvolvimento de satélites (WINAND, 2006, p. 189). Nessa conferência, o Mecanismo bilateral de cooperação em matéria de defesa tem sua origem. Pela primeira vez na história, um Presidente brasileiro se apresentou no Congresso argentino e expôs na Assembléia Legislativa, diante de deputados e senadores (CORTES, 2004, p. 293).

Nesse mesmo ano, durante o lançamento do documento brasileiro Política de Defesa Nacional, no qual o governo brasileiro afirma que sua preocupação estratégico-militar está colocada na zona do Amazonas, o governo de Cardoso abandona definitivamente como hipótese prioritária de conflito uma guerra com a Argentina depois da qual “por decisão do Presidente Cardoso, em outubro de 1996, as Forças Armadas brasileiras deslocariam seus efetivos do sul em direção ao Amazonas” (CORTES, 2004, p. 293).

Em 1996, aconteceu o conflito bélico conhecido como Guerra de Senepa, entre Equador e Peru. Quando termina o conflito, as diplomacias argentina e brasileira coincidem na mediação das partes em conflito e terminam, junto ao Chile e Estados Unidos, como garantidor do acordo de paz firmado no Rio de Janeiro e enviam observadores militares como parte da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE). Entretanto, a participação da Argentina em tal processo terminou em um escândalo devido a que, enquanto era garantidor e mediador do conflito, vendeu por contrabando armas ao Equador.

A última Conferência presidencial dos anos noventa teve lugar em 27 de abril de 1997, na qual, além das habituais questões econômicas, foi assinado um memorando de entendimento sobre Consulta e Coordenação sobre Temas de Defesa e Segurança Internacional, que será tratado a seguir. Nessa conferência, Argentina e Brasil molduraram sua relação sob os termos de uma aliança estratégica (GIACCAGLIA, 2009, p. 96), mencionada explicitamente na declaração. A acepção “Aliança Estratégica” passa a ser entendida como um “tipo de relação interestatal que por certos motivos e fatores [se destaca] quanto à consideração e importância frente ao resto das relações bilaterais que compõem o universo diplomático de um país” (CORTES; CREUS, 2009, p. 120). Este termo estará presente nas declarações seguintes. Colacrai destaca que o conceito foi

Sistematicamente utilizado desde fins dos anos noventa em diferentes acordos e conferências de Chefes de Estado e reuniões de alto nível de diversos ministérios para denominar as respectivas relações bilaterais (...) [não obstante] sua colocação em prática resultou muito lenta e muito tímida e, em todo caso haveria de discernir se esta é real ou se trata meramente de uma virada discursiva de costume (COLACRAI, 2009, p. 36).

Destacamos aqui que nessa conferência se realizou um Seminário – por iniciativa brasileira – que contou com a presença de um grupo de intelectuais que elaboraram um Documento chamado “Informe Final do Seminário MERCOSUL e a integração sul-americana: além da economia”, apresentado aos Presidentes e em que sugerem uma série de medidas para impulsionar a expansão de outras dimensões do MERCOSUL (SACCONE, 1998, p. 300). A importância dessa Conferência foi o relançamento por parte da Argentina e do Brasil do MERCOSUL, assim como a implementação de mecanismos políticos de cooperação estratégica. Entendemos que os governos de ambos os países consideravam o âmbito da segurança como parte da última fase do processo de integração,

Em uma Conferência dada no Instituto Rio Branco do Brasil, em junho de 1997, o embaixador argentino no Brasil, Diego Ramiro Guelar, assegurou que a primeira fase da integração no campo da defesa estava concluída, já que havia cooperação e uma irrefutável confiança entre as Forças Armadas do Brasil e da Argentina. Segundo o

Embaixador, o próximo passo consistia em trabalhar no pensamento conjunto em matéria de defesa, com o objetivo de chegar à terceira fase que era a conformação de um Comando Militar Conjunto (SAINT-PIERRE; WINAND; PEREIRA, 2004, p. 160).

Não obstante, tal conferência, assim como significou o ponto máximo quanto à cooperação bilateral, também significou o afloramento de desavenças mencionadas entre ambos os países: a aliança argentina extra-OTAN e a pretensão brasileira frente ao Conselho de Segurança da ONU que vemos a seguir. O alcançado até ali ficaria paralisado até o novo governo na Argentina.

Em julho de 1997, os Estados Unidos apresentaram um projeto na ONU promovendo a incorporação de dois novos membros permanentes ao Conselho de Segurança da ONU, mais a abertura de três lugares para regiões que podiam ser ou não rotativas. A motivação norte-americana era reduzir as contribuições monetárias que os Estados Unidos davam para as Nações Unidas de 25 a 20%. Diante disso, a Argentina enviou uma carta à Secretaria de Estado estadunidense manifestando o interesse do país em que um assento fosse rotativa para a América Latina⁷⁶. Tal iniciativa argentina foi uma resposta à pretensão brasileira para que tal assento fosse diretamente para o Brasil. Enquanto o Brasil argumentava sua posição como resposta à aliança argentina, a Argentina rebatia que a eventual nomeação do Brasil produziria um desequilíbrio político na região⁷⁷. Esta situação, que se tornou pública através de declarações do Presidente Menem, que afirmou que “o acesso do Brasil ao Conselho de Segurança quebraria o equilíbrio que existe atualmente na região⁷⁸” se produziu nos dias anteriores a uma reunião do Grupo Rio, a acontecer no Paraguai

gerando uma atmosfera de tensão que colocou a questão como um dos temas políticos pendentes mais importantes, pois ia em direção ao interesse nacional de ambos os países no contexto de sua atuação nas relações internacionais e em sua relação com os Estados Unidos (CORTES, 2006, p. 291).

A situação pareceu ganhar em tensão devido ao manifesto mal-estar sub-regional frente à aliança extra-OTAN argentina, tendo em consideração que também nesse momento, o Presidente chileno havia manifestado sua inconformidade com a mesma ao declarar que “a concessão de privilégios a alguns países do continente em detrimento de outros pode acarretar conseqüências estratégicas para estes ou países terceiros, em função de balanços

⁷⁶Conflito aberto no coração do Mercosul. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/1997/08/20/t-00401d.htm>. Acesso em 14 de junho de 2010.

⁷⁷ Le bajaron el tono, pero sigue la pelea con Brasil. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/1997/08/20/t-00201d.htm>. Acesso em 14 de junho de 2010.

⁷⁸ Una historia de intrigas. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/1997/08/24/t-00601d.htm>. Acesso em 14 de junho de 2010.

estratégicos”⁷⁹. Diante da escalada retórica, Argentina e Brasil decidiram retirar o tema da agenda pública, manifestando que haviam alcançado um acordo⁸⁰, que não foi tal, senão que tão somente celebrou como um *stand by* nas relações bilaterais entre ambos os países, o primeiro desde que havia começado o processo de distensão e cooperação em princípios da década de oitenta. A Argentina pagava, assim, o custo a nível sub-regional pela aplicação de sua política de realismo periférico e alinhamento automático com os Estados Unidos.

4.3.3- *Cooperação em defesa e a paralisia pós-1997*

A cooperação política entre a Argentina e o Brasil teve sua primeira institucionalização em 1997, depois de quatorze anos de aproximações e desmantelamento das desconfianças, com a criação do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação em matéria de defesa e segurança internacional (MCC). Tal mecanismo rivalizaria com o Comitê Permanente de Segurança argentino-chileno (COMPERSEG), criado em 1995 e implementado automaticamente⁸¹.

A origem do MCC, produto de anos de aproximações e discussões em torno das conferências presidenciais, começou a gestar-se definitivamente em 1996, quando se iniciaram as gestões no nível do Ministério de Defesa argentino⁸² em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, os Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e a Secretaria de Assuntos Estratégicos, para sua possível constituição. Finalmente, na conferência presidencial entre Cardoso e Menem ocorrida no Rio de Janeiro em abril de 1997, os presidentes decidiram:

- que se estabelecerá um mecanismo permanente de consulta e coordenação para o fortalecimento das relações bilaterais em matéria de defesa e segurança internacional;
- o objetivo do Mecanismo será o exame, a avaliação, a implementação e o seguimento das questões de defesa e segurança internacional de interesse mútuo;
- as Chancelarias convocam a primeira reunião dentro de noventa dias, com o propósito de estabelecer as regras de seu funcionamento (MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA Y

⁷⁹ Chile critica la alianza militar entre EE UU y la Argentina. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/1997/08/21/t-00801d.htm>. Acesso em 14/06/2010.

⁸⁰ La Argentina y el Brasil encontraron una salida para la crisis por la ONU. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/1997/08/24/t-00201d.htm>. Acesso em 14/06/2010.

⁸¹ A única diferença principal com o COMPERSEG, seria que o MCC não teria uma parte acadêmica – no COMPERSEG eram a CLACSO Chile e a SER, em 2000 – que debatesse e propusesse ações a nível bilateral, o que foi especificamente exigido pelo Brasil.

⁸² Um documento do Ministério de Defesa argentino de 1996 afirmava que naquele momento “em ação coordenada com a Chancelaria, o Ministério de Defesa tem trabalhado para estreitar os vínculos bilaterais com os países da região, ao superar os intercâmbios tradicionais e a cooperação específica entre as Forças Armadas, alcançando as mais elevadas posições da condução política das áreas de defesa. (...), a constituição do COMPERSEG e possíveis semelhantes com o Brasil, Bolívia e Paraguai são fatos significativos que propõem clarear as relações entre os sistemas de defesa (MINISTERIO DE DEFENSA, 1996, p. 265).

EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL DE CONSULTA Y COORDINACIÓN).

Em agosto do mesmo ano, as partes designadas como responsáveis pela implementação do Memorando se reuniram para assinar a Ata de Itaipava que criou formalmente o MCC e estabeleceu seus mecanismos de funcionamento. Participaram da reunião, pela Argentina, os Ministros de Relações Exteriores e de Defesa, e, pelo Brasil, o Ministério de Relações Exteriores, o Chefe do Estado Maior Geral, os Chefes de Estado Maior da Armada e o Exército do Brasil, e “na falta de um Ministro de Defesa do Brasil, esteve presente o Ministro Naval, Almirante Rodríguez Pereira” (FLEMES, 2005, p. 134).

O MCC funcionaria a partir de reuniões anuais a nível Ministerial, que teriam lugar alternativamente na Argentina e no Brasil, Também se decidiu criar uma secretaria executiva, chamada Mecanismo de Análise Estratégica (MAE), dirigida pelos Vice-ministros de Relações Exteriores e de Defesa⁸³. O MAE estaria encarregado da

implementação prática das medidas adotadas pelo MCC, levar a cabo as decisões das Reuniões de Ministros e preparar as reuniões subseqüentes do MCC, conduzindo temas de política de defesa e segurança internacional [apesar de que] a Ata de Itaipava mencionava explicitamente temas de desarmamento, não proliferação de armas de destruição em massa e operações de paz da ONU (FLEMES, 2005, p. 134)⁸⁴.

No entanto, esse impulso inicial e inédito rapidamente permaneceria por vários anos como letra morta, devido a que, após a nomeação da Argentina como Aliado Extra-OTAN, as relações bilaterais na área de defesa com o Brasil se congelariam, devido ao desconforto brasileiro com a política argentina⁸⁵, com o que o MCC e o MAE não foram implementados durante a etapa aqui analisada. FLEMES destaca que pode ter havido outros motivos para a não implementação prática dos mesmos devido à “hostilidade brasileira para com a institucionalização e formalização, profundamente instalada na sua cultura política, em contraste com as virtudes prussianas dos chilenos” (FLEMES, 2005, p. 134), isso especificamente porque o Chile, que também manifestou um forte desconforto com o status de aliado Extra-OTAN argentino, não freou o COMPERSEG, o qual funcionou durante 1997,

⁸³ Até a criação do Ministério de Defesa no Brasil, em julho de 1999, o Brasil não havia determinado especificamente quem seria a contraparte vice-ministerial no nível de defesa a cargo do MAE. Depois da constituição do Ministério, nomeou-se o Chefe da Secretaria de Assuntos Políticos, Estratégia e Assuntos Internacionais (a cargo de um Almirante) do Ministério de Defesa do Brasil como contraparte (FLEMES, 2005, p. 135).

⁸⁴ Isso em sintonia com os eixos da política externa que o governo argentino vinha manifestando.

⁸⁵ Fora do âmbito do MCC, durante 1999, o Ministro de Defesa argentino, Jorge Domínguez, solicitou reuniões com seu recentemente nomeado par brasileiro, as quais não foram contempladas, sendo que por volta do ano 2000, com a mudança de governo na Argentina, ambos os Ministros de Defesa se encontraram.

1998 e 1999 com total normalidade.

No capítulo 5 analisaremos o funcionamento do MAE e do MCC. Destacamos aqui a importância desses mecanismos não só a nível exterior, já que

O maior impacto que esses mecanismos obtêm se dá não tanto por seu nível de resolução – inexistente -, mas pela inter-relação política que provocam que poderá no futuro derivar-se em linhas de ação presidencial e parlamentar. Favorecem a comunicação “para o exterior” mas também “para o interior” ao relacionar funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores e de Defesa, membros das Forças Armadas e círculos acadêmicos (DONADIO, 1997, p. 112).

4.4- A cooperação militar

Após o período de distensão político-estratégica entre Argentina e Brasil, as Forças Armadas estabeleceram uma série de mecanismos de reuniões bilaterais periódicas. Estes mecanismos permitiram, em um primeiro momento, realizar um levantamento da cooperação militar bilateral desenvolvida até então, e a partir dali projetar e identificar atividades comuns. Daniel Flandes destaca que “a cooperação em matéria militar nos anos noventa foi mais além das medidas comuns de confiança mútua e é um indicador do desenvolvimento de uma comunidade de segurança na América do Sul” (FLEMES, 2005, p. 130).

Não obstante, apesar de que grande parte da cooperação militar foi produto em primeiro lugar de uma aproximação e cooperação política, logo funcionou pelas próprias instituições castrenses diante das quais, especialmente no caso brasileiro, o poder civil não exercia controle nessa área. Durante essa etapa parecia existir uma revisão mínima de tais mecanismos, como se o poder político, só de saber que as Forças Armadas estavam cooperando, se formara. O ex-Ministro de Defesa Horacio Jaunarena assinala que, até 1999, as relações com o Brasil foram do tipo força-força, devido a que o setor de defesa no Brasil era conduzido pelos militares, o que dificultava tratar de temas especificamente políticos⁸⁶. Assim, as referências que encontramos sobre cooperação nessa área destacam, prescindindo do poder político, que

especialistas militares e chefes das forças armadas mantêm contatos com seus pares estrangeiros e tentam encolher, com atividades conjuntas, as distâncias da situação institucional pela qual passam as nações na relação político-militar (...) incrementando no curto prazo as relações inter-forças na região e as medidas de confiança (CASTRO OLIVERA, 1995. Em: DONADIO, 1997, p. 109).

⁸⁶ O entrevistado assinala também que era normal que, segundo o tema tratado, o Ministro argentino falava diretamente com o Chefe da Armada, ou do Exército, ou da Força Aérea brasileira. Entrevista realizada com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

4.4.1- Os Simpósios de estudos estratégicos

Durante essa etapa os simpósios continuaram, só que incluindo cada vez mais países participantes. Constatamos que “os Simpósios iriam diminuindo gradualmente sua importância”, sendo que “os três primeiros foram os mais relevantes para romper o gelo existente” e que a partir de quarto perdem relevância (SANTANA MOREIRA, 2005, p. 197-202). Isso devido a que

A maior burocratização e menor representatividade dos expositores subseqüentes em acordo com a abertura dos Simpósios a outros pode ter dificultado a manutenção de diálogos francos e abertos [como nos três anteriores] (SANTANA MOREIRA, 2005, p. 201, 202).

A pouca influência do setor civil sobre a agenda dos simpósios e o surgimento das reuniões bilaterais do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas como forma de cooperação são fatores a levar em conta ao se analisar o declínio dos Simpósios, finalmente cancelados em 2006, quando o Brasil decidiu não colaborar⁸⁷.

O IV Simpósio de Estudos Estratégicos se desenvolveu em setembro de 1990, em Brasília, somando o Uruguai como membro organizador e o Paraguai como convidado. O simpósio foi aberto pelo General do Exército Jonas Moraes Correia Neto. Os temas foram:

- Estratégia subversiva e Atividades contrárias às Forças Armadas dos países comprometidos;
- Meios de comunicação social como fator de poder, em particular no continente americano e sua influência na formação da consciência nacional;
- Implicações da integração econômica da Argentina, Brasil, e Uruguai no contexto político sul-americano;
- Meio ambiente, problemática global e regional, níveis e linhas de ação conjunta.

Em julho de 1991, em Montevidéu, aconteceu o 5to Simpósio de Estudos Estratégicos, organizado pelos Estados Maiores de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Foi inaugurado pelo Dr. Mariano Brito, Ministro de Defesa Nacional do Uruguai, sendo o primeiro simpósio fora das sedes argentinas e brasileiras. Seus eixos de debate foram:

- Proteção dos recursos naturais vivos do Atlântico Sul;
- O papel do fator militar no atual cenário global;
- Visualização das Forças Armadas Sul-americanas, a partir do ano 2000, frente à evolução da conjuntura mundial, já perceptível;

⁸⁷ Entrevista realizada com o Coronel (R) Héctor Florez (08/07/2009).

- A energia elétrica como fator de integração e desenvolvimento.

Rosendo Fraga afirmava, em 1994, que “os simpósios sobre problemas estratégicos realizados anualmente pelos Estados Maiores Conjuntos (...) se destacam como o âmbito militar mais importante para a análise conjunta da temática de segurança da região” (FRAGA, 1994, p. 70, 71). Não obstante, apesar do tom positivo da declaração, cremos que ali se encontrava a debilidade dos mesmos. Os expositores recorrentemente se repetiam ano a ano, sendo ex-militares ou civis especializados em defesa provenientes de outros âmbitos e a agenda ainda mantinha resquícios de décadas passadas (luta anti-subversiva). Após ir perdendo relevância durante a década de noventa, os simpósios permaneceram como um espaço de debate próprio de um setor conservador da defesa. Essa perda de relevância se acentuou com a constituição das reuniões bilaterais de Estados Maior, já que as cúpulas castrenses em atividade começaram a relacionar-se a partir delas.

4.4.2- As reuniões do Estado Maior

Após a assinatura da Ata de Itaipava, de forma similar a como se aproximaram as Forças Armadas de Argentina e Brasil depois da conferência Sarney-Alfonsín na década de oitenta, os Estados Maiores iniciaram um rápido processo de aproximação gerando, apenas três meses da assinatura da Ata, uma primeira reunião de trabalho bilateral, nomeando secretarias permanentes em cada país encarregado de levar adiante as reuniões.

O que distinguirá, a partir da primeira reunião, em novembro de 1997, esse processo de cooperação militar daquele no âmbito político da defesa é a sua continuidade, que não se viu afetada pela controvérsia em torno da aliança extra-OTAN. Isso pode ser atribuído tanto à falta de controle civil sobre o mecanismo de cooperação militar, como à sinergia burocrática com a qual duas instituições militares, que compartilham um conjunto de valores e formas de ação, podem desenvolver mecanismos próprios de cooperação, sempre no momento em que o poder político permita a aproximação bilateral⁸⁸.

Nestas reuniões principalmente o “objetivo é compartilhar experiências através de apresentações e exposições; nelas se estabelecem “entendimentos”, que é o mais específico a

⁸⁸ Em entrevista com um militar aposentado argentino, o mesmo assinala, relatando uma experiência pessoal como militar aposentado em uma companhia sobre a fronteira argentino-brasileira “nós sempre tivemos muito bom trato com os brasileiros, alguns fins de semana almoçávamos juntos, se organizavam eventos esportivos, etc, de forma que sempre estivemos prontos para cooperar, assim que quando o poder político resolveu implementar uma distensão nas relações, gerando o processo de integração, as Forças Armadas já estavam prontas para inserir-se em tal processo, já que nós nunca havíamos tido, nem temos, um conflito com o Brasil”. Entrevista realizada com o Tenente Coronel (R) Juan Carlos Melián Massera (10/07/2009).

ser atingido neste mecanismo de cooperação militar”⁸⁹. Em seguida, comentamos suas atas finais.

Buenos Aires, 20 e 21/11/1997. Reunião de trabalho com vistas ao estabelecimento das “Reuniões de conversações entre o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina e o Estado Maior das Forças Armadas do Brasil”. Revisou-se o estado das relações bilaterais entre ambas as Forças Armadas para estabelecer um mecanismo institucional que permitisse um intercâmbio fluido de informação, conhecimento e experiências entre os Estados Maiores. Simultaneamente foi realizada a reunião preparatória do que seria a I Reunião de Conversações do ano seguinte. Os resultados foram:

- Aprovação de um estatuto de funcionamento e o estabelecimento do caráter anual das reuniões.
- Assinatura de uma declaração conjunta (de caráter reservado).

Buenos Aires, 24, 25 e 26 de agosto de 1998. I Reunião de Consulta cuja dinâmica consistiu de duas sessões plenárias e dois grupos de trabalho, nos quais expunha um representante do Brasil e um da Argentina para cada tema trabalhado. Os temas tratados foram os seguintes:

- Definição do papel das Forças Armadas no processo de integração regional;
- Inteligência estratégica, desafios do século XXI;
- Forças de Paz. Visão nacional;
- Atividades complementares/ subsidiárias das Forças Armadas;
- Forças de Paz. Possibilidades de cooperação bilateral;
- Estudos iniciais para a elaboração de um glossário de termos comuns às Forças Armadas da Argentina e do Brasil. Nesse ponto, decidiu-se a conformação de um grupo de trabalho que começaria com o intercâmbio dos termos existentes em ambas as Forças Armadas;
- Estudos iniciais para o desenvolvimento da cooperação no campo da logística. Para tal tema, a proposta do Brasil decidiu aguardar as mudanças institucionais que o Brasil enfrentava com a criação do Ministério da Defesa, e em seguida analisar as possibilidades de cooperação.

⁸⁹ Entrevista realizada com o Major Rodolfo Etchegaray, Chefe da “División Subregional Relaciones Internacionales, Jefatura V Planeamiento”, Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (11/05/2010).

Manaus, 26, 27 e 28 de outubro de 1999. II Reunião de Consulta e última realizada no período analisado no presente capítulo, os grupos de trabalho e as sessões plenárias levaram adiante os seguintes temas:

- Glossário de termos comuns que foram incorporados;
- Missões subsidiárias das Forças Armadas. Possibilidades de cooperação em sua execução. Nesse ponto, a delegação brasileira consultou sobre a posição das Forças Armadas argentinas em matéria de incêndios em aeroportos, abatimento de aeronaves suspeitas e luta contra o narcotráfico. Ainda, o Brasil ofereceu cooperação para a instalação de um sistema de radares de vigilância na Argentina;
- Operações de manutenção da paz: intercâmbio de experiências e estudos sobre possibilidades de realização de ações integradas entre os dois países. A delegação argentina propôs a criação de um grupo ad hoc de militares experientes em missões de paz para o estudo da possibilidade de concreção de um elemento bilateral combinado. Finalmente, decidiu-se criar um Grupo de Trabalho ad hoc nas secretarias permanentes para avançar nos possíveis temas de cooperação nessa área. A Argentina ofereceu vagas para alunos e instrutores brasileiros para participar de atividades de CAECOPAZ e o Brasil convidou a Argentina para participar do contingente brasileiro empregado na Missão de Paz do Timor Leste (ambas as medidas foram implementadas);
- Síntese do livro branco da defesa argentina, sistema de defesa argentino e nova estrutura de defesa no Brasil;
- Cooperação no campo da logística. Ressaltaram-se as possibilidades ilimitadas de cooperação e os problemas de limitação orçamentária. A delegação castrense argentina propôs a redação de um projeto de abastecimento e serviços logísticos recíprocos e o impulso da assinatura de um protocolo de convênio de cooperação tecnológica industrial e comercial entre CITEFA e IMBEL. Sobre isso, foi decidido manter um canal de diálogo aberto sobre temas logísticos e de missões subsidiárias.

Além das reuniões de Estado Maior Conjunto, cada uma das Forças Armadas – Exército, Armada e Força Aérea – realizou reuniões bilaterais próprias. As reuniões de cada força são específicas às mesmas, que discutem os exercícios combinados, intercâmbios de estudantes, professores e instrutores, convites a cursos, exposições sobre temas de interesse comum. As atas dessas reuniões não são encaminhadas regularmente ao Estado Maior Conjunto⁹⁰. Somente no caso da Armada, as reuniões se realizavam antes de 1997, já que

⁹⁰ Entrevista realizada com o Major Rodolfo Etchegaray, Chefe da “División Subregional Relaciones

desde 1995, os vice-chefes de Estado Maior da Armada foram autorizados a manter contatos diretos entre si para cooperar⁹¹. Destacamos que nas reuniões das três Forças Armadas foi observado através do tempo a mesma regularidade citada para a reunião do Estado Maior Conjunto.

Finalmente destacamos que, no caso da Argentina, a implementação dos entendimentos da reunião de Estado Maior Conjunto devia ser considerada e referendada pelas autoridades do Ministério de Defesa, assinalando um crescente controle civil sobre a área⁹².

4.4.3- Exercícios militares

A década de noventa significou uma mudança quantitativa nos exercícios combinados entre Argentina e Brasil, já que implicou dois novos exercícios que conseguiram manter uma regularidade nos anos seguintes, um entre as Armadas e outro entre os Exércitos, enquanto a Força Aérea realizou o Exercício TANBA, o primeiro bilateral entre ambos os países. Em seguida, nos referiremos ao Exercício ARAEX, o mais relevante na época devido ao conteúdo político que levou à sua criação. Logo depois, relataremos a operação Cruz do Sul 1996, exercício do Exército em Monte Caseros, Corrientes, Argentina, e o Fraternal, durante a década de noventa.

4.4.3.1- Operativo ARAEX

Durante o processo de encolhimento do aparato de defesa argentino, com forte recorte do orçamento militar e encolhimento das instituições militares, o porta-aviões argentino 25 de Maio, que sem condições operativas desde 1982, após a Guerra das Malvinas, foi tirado de serviço. Construído em fins da II Guerra Mundial e comprado pela Argentina em 1968, esse porta-aviões encontrava-se ancorado na Base Naval Puerto Belgrano. Seu conserto, com um custo estimado em US\$ 200 milhões, foi objeto de debates no setor de defesa. Em meio à esse debate⁹³, em 1993, a Argentina acordou com o Brasil um exercício combinado entre suas

Internacionales, Jefatura V Planejamento”, Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (11/05/2010).

⁹¹ A influência de vários anos de desenvolvimento conjunto do Fraternal e uma maior aproximação entre essas Forças foi um fator influente para que isso ocorresse.

⁹² Algumas considerações sobre o funcionamento dessa relação Ministério de Defesa – cooperação militar desenvolveremos no capítulo seguinte, ao refletir sobre a atualidade da cooperação militar e de defesa.

⁹³ No início de maio de 1997, o Presidente Menem assinou um decreto que estabelecia a venda como sucata do porta-aviões 25 de Maio, a qual finalmente se concretizou com a Índia. O debate em tal momento girou em torno da compra chilena de aviões F-16 dos Estados Unidos, frente a qual se especulou deixar implícita a venda do 25 de Maio como sinal diante do “rearme chileno”. Ver: La venta del portaaviones frustra una señal a EE.UU. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=68318. Acesso em 14 de junho de 2010.

Armadas, no qual o Brasil proveria seu porta-aviões Minas Gerais – único na América Latina – e a Argentina utilizaria os aviões Super Etendard de sua Marinha para as manobras conjuntas.

Em 1993, aconteceu o primeiro Operativo ARAEX, com operações do Grupo Aeronaval da Frota Argentina na cobertura do porta-aviões brasileiro, dando como fato histórico a incorporação de um Super Etendard à cobertura do Minas Gerais. A relevância do exercício está na decisão argentina de confiar na disponibilidade do porta-aviões brasileiro para práticas cooperativas⁹⁴, evidenciando e reforçando a confiança entre os países. O interesse brasileiro, já desde os anos oitenta⁹⁵, era capacitar sua aviação naval com a experiência argentina⁹⁶. Este exercício desenvolveu-se exitosamente através dos anos, contabilizando somente um acidente por parte de um avião argentino durante o ARAEX II em 1994⁹⁷.

De 8 a 15 de novembro de 1996 aconteceu o operativo ARAEX IV, no qual, separadamente do porta-aviões Minas Gerais brasileiro e do Grupo Aeronaval da Frota do Mar argentino, participaram pelo Brasil o caça-torpedo “Maris e Barros” e pela Argentina a fragata ARA “Spiro” em “operações de aterrissagem e decolagem de aeronaves navais próprias na cobertura do porta-aviões brasileiro, manobras que implicam progressos nos níveis de complexidade técnica dessa cooperação significativa” (MINISTERIO DE DEFENSA, 1996, p. 281).

O ARAEX manteve-se até a sua V edição em 1997 de forma continuada, entrando em seguida em uma pausa até 2001, devido a que o porta-aviões Minas Gerais entrou para o porto para medidas de inspeção geral.

4.4.3.2- Operação Cruz do Sul 1996

De 13 a 19/10/1996, realizou-se no campo de treinamento de Monte Caseros (Argentina) a operação de manobras combinadas entre os exércitos do Brasil e da Argentina, Cruz do Sul 1996. A operação contou com mais de mil militares argentinos e quinhentos brasileiros, assim como com observadores do Paraguai e Uruguai (CORTES, 2007, p. 178). Tal operação foi de grande valor simbólico, por ser a primeira vez que os exércitos de

⁹⁴ Entrevista realizada com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena (15/07/2009).

⁹⁵ Entrevista realizada com o Coronel (R) Héctor Florez (08/07/2009).

⁹⁶ Entrevista realizada com o ex- Vice-ministro de Defesa (2000-2001) Ángel Tello (09/06/2009).

⁹⁷ Entrevista realizada com o Major Rodolfo Etchegaray, Chefe da Jefe de División Subregional Relaciones Internacionales, Jefatura V PlaneamientoEstado Maior Conjunto das Forças Armadas (11/05/2010).

Argentina e Brasil atuaram juntos desde a Guerra da Tríplice Aliança (FLEMES, 2005, p. 226). Esse exercício foi enquadrado pelos presidentes de Argentina e Brasil dentro do processo de integração do MERCOSUL, que o observaram junto ao chefe do Estado Maior Conjunto do Brasil, autoridades das chancelarias e membros do Ministério de Defesa argentino. A finalidade do mesmo foi “consolidar a interação militar já existente, a complementação operacional, compatibilizar as doutrinas e aprofundar os laços de amizade”, segundo assinalou o Ministério de Defesa⁹⁸.

4.4.3.3- Exercício Fraternal

Realizado desde 1978 de forma permanente, o Fraternal continuou durante a década de noventa, etapa na qual foi ampliado progressivamente. O Fraternal XII (de 8 a 16/11/1992), contou com a participação de unidades de submarinos argentinos e brasileiros (CORTES, 2007, p. 178).

Na reunião bilateral dos Estados Maiores da Armada em 1997, foi decidido incluir manobras de desembarque com veículos anfíbios. Nesse ano isso só aconteceu no nível de planejamento, enquanto se avaliavam questões legais de ingresso de tropas ao território nacional (FLEMES, 2005, p. 210). Já nos anos seguintes, as manobras desenvolveram-se a nível prático, até que em 1999 se decidiu incrementar o número de pessoal de infantaria envolvido nas manobras (FLEMES, 2005, p. 210).

4.4.3.4- Exercício TANBA

Em 1997, aconteceu o primeiro exercício combinado bilateral entre as Forças Aéreas de Argentina e Brasil. O nome faz menção à uma fusão das palavras Tango e Samba. O TANBA baseou-se no controle da zona de fronteira entre o sul do Brasil e a província argentina de Missões em relação ao contrabando aéreo na zona, mediante manobras de intercepção com o emprego de radares de ambos os países. Participaram do mesmo cento e sessenta e cinco membros da Força Aérea brasileira e vinte e cinco membros da Força Aérea argentina.

⁹⁸ Estadísticas de accidentes en las Fuerzas Armadas. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=173298. Acesso em 14 de junho de 2010.

4.4.4- Intercâmbio de pessoal

Em seguida, apresentamos tabelas mostrando o intercâmbio de pessoal militar entre Argentina e Brasil durante 1999, ano no qual não se desenvolveu nenhum exercício combinado entre as Forças Armadas de ambos os países.

Tabela 6. Intercambio de pessoal militar nos anos noventa.

Estado Maior Conjunto

Ano	Lugar	Atividade
1999	Brasil	Oficiais argentinos participam do curso de política e estratégia na Escola Superior de Guerra do Brasil
1999	Chipre	Oficiais e suboficiais brasileiros se integram ao contingente argentino na UNFICYP

Exército

Ano	Lugar	Atividade
1999	Argentina	Oficiais brasileiros assistem ao Curso de pos-graduação em Inteligência no Centro de Inteligência Militar da Argentina.
1999	Brasil	Um oficial argentino participa como instrutor no Curso de operações na Selva Tropical.
1999	Argentina e Brasil	Programa de intercâmbio entre as academias militares no nível de sargentos.
1999	Argentina	Convite a cadetes brasileiros para auxiliar o Colégio Militar da Nação.

Armada

Ano	Lugar	Atividade
1999	Argentina e Brasil	Intercâmbio de oficiais das academias navais.
1999	Argentina e Brasil	Intercâmbio de oficiais para viagens de estudo.

Força Aérea

Ano	Lugar	Atividade
1999	Argentina	Curso de inteligência aérea sob direção brasileira.
1999	Brasil	Curso sobre medidas de abastecimento sob direção argentina.
1999	Brasil	Oficiais argentinos assistem ao curso sobre emprego de radares.
1999	Argentina e Brasil	Intercâmbio de instrutores da aeronave T-27 Tucano.
1999	Brasil	Oficiais argentinos participam da Simulação de vôo do T-27.
1999	Argentina	Intercâmbio de pilotos da aeronave C-130.
1999	Brasil	Intercâmbio de esquadrões de busca e resgate.
1999	Argentina	Nove pilotos brasileiros participam do programa de treinamento para pilotos argentinos.

Fonte: <http://www.oas.org/csh/spanish/mfcinfo.asp#AMFCS>. Acesso em 12 de abril de 2010.

Como se pode observar, as maiorias dos intercâmbios são entre oficiais e instrutores, e não entre cadetes, momento chave na formação militar, quando só se registra um convite da Argentina para o Brasil, não correspondido. Infelizmente, não contamos com dados de intercâmbios entre Argentina e Brasil anteriores a 1999. Porém, pudemos constatar em diversas entrevistas⁹⁹ que o intercâmbio de oficiais nos curós de Estado Maior se realiza há várias décadas, sendo tradicional nas Forças Armadas, alheias ao transcurso político da relação bilateral.

Dessa forma, a cooperação militar se incrementa nos anos noventa, a partir das reuniões bilaterais ao nível do Estado Maior, de um incremento nos exercícios combinados e do início das atividades de reparação de equipamento, entre as quais citamos a manutenção de turbinas Tyne das Fragatas classe Greenhalg da Marinha Brasileira nas instalações argentinas durante 1995. Não obstante, a partir de 1999 as atividades bilaterais começaram a estabilizar sua tendência de crescimento.

4.5- Breve conclusão. Uma década difícil para a cooperação política.

Com a constituição do MERCOSUL, a partir dos anos noventa, o Brasil passou a ser o parceiro mais importante da Argentina, começando “a possuir um lugar prioritário no eixo das relações bilaterais regionais, definindo-se o vínculo entre ambos como aliança estratégica” (CORTES; CREUS, 2009, p. 121). Não obstante, a política exterior argentina do “menemismo” apontou a aliança estratégica somente em termos econômicos, “sem prever simultaneamente uma coordenação de políticas externas e de segurança, devido ao privilégio concedido para as relações com os Estados Unidos” (CORTES; CREUS, 2009, p. 121).

Dessa maneira, a década de noventa caracterizou-se, por um lado, pela consolidação da cooperação nuclear, criando a agência bilateral de contabilidade nuclear por meio da qual firmou-se um acordo com a AIEA, o Tratado de Tlatelolco e o TNP. Por outro lado, um crescimento na área de cooperação militar se constata especialmente a partir de 1997, com a criação das reuniões bilaterais dos Estados Maiores. Não obstante, a prioridade do governo argentino pela aliança com os Estados Unidos no plano estratégico tornou quase nula a cooperação com o Brasil na área política da defesa. Dessa forma, a insistência argentina em aliar-se aos Estados Unidos “propiciou o fato de que o subsistema regional tenha sido sede de

⁹⁹ Entrevistas realizadas com o Tenente Coronel (R) Juan Carlos Melián Massera (10/07/2009); Coronel (R) Héctor Florez (08/07/2009); Subsecretária de Formação do Ministério de Defesa, Sabina Frederic (21/10/2009); e o Major Rodolfo Etchegaray, Jefe de División Subregional Relaciones Internacionales, Jefatura V Planeamiento, Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (11/05/2010).

receios, rivalidade e emulações (...) propiciando visões competitivas do interesse e políticas de poder e influência” (PARADISO, 2006, p. 201). Não obstante, a assinatura dos acordos de 1997 que criaram o MCC e o MAE gerou a base para que na década seguinte a relação pudesse ser retomada desde um nível institucional.

CAPÍTULO 5

**DE UMA ARGENTINA EM CRISE À ALIANÇA ESTRATÉGICA. VAI-E-VEM
COMPLICADO PARA UM PRESENTE EXTRANHO (2000-2008).**

CAPÍTULO 5: DE UMA ARGENTINA EM CRISE À ALIANÇA ESTRATÉGICA. VAI-E-VEM COMPLICADO PARA UM PRESENTE EXTRANHO (2000-2008).

Neste capítulo, apresentaremos o final da nossa pesquisa correspondente à etapa que denominamos como “maturidade incompleta”. Pretendemos, também, analisar o decorrer da cooperação bilateral durante os últimos oito anos e examinar qual o estado, ainda embrionário, da mesma no presente imediato.

A principal característica do período analisado se apresenta pela quantidade de mandatos presidenciais nele compreendido. No capítulo 3 analisamos o período presidencial de Alfonsín (1983-1989) e no capítulo 4 o período presidencial de Menem (1989-1999). Entre 2000 e 2008 a Argentina teve cinco presidentes, além de dois interinos, a saber: Fernando De la Rúa (1999-2001), Adolfo Rodríguez Saa (1 semana em dezembro de 2001), Eduardo Duhalde (2002-2003), Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-em exercício). Os interinos foram Ramón Puerta (48hs em dezembro de 2001) e Eduardo Camaño (72hs entre dezembro de 2001 e janeiro de 2002). Devido à breve duração da presidência de Rodríguez Saa, contamos com quatro períodos presidenciais fortemente marcados pelas consequências do colapso econômico de dezembro de 2001, que mantiveram uma política exterior similar frente ao Brasil, distanciando-se, paulatinamente, do alinhamento automático com os Estados Unidos, reforçando, no decorrer dos anos, uma visão mais próxima da América Latina, que teve seu corolário no apoio argentino à constituição da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho Sul-Americano de Defesa (CSD).

Sem dúvida, quanto à cooperação bilateral Argentina-Brasil em matéria de defesa, o período aqui analisado divide-se em duas etapas claramente diferenciadas: (I) retomada da cooperação e colocação em marcha do MCC e o MAE (2000-2004); (II) novo acordo de cooperação em defesa, paralisação do MCC e o MAE e nascimento da UNASUL (2005-2008). Dando continuidade, desenvolveremos ambos os períodos e seu decorrer, através dos diversos períodos presidenciais neles compreendidos.

5.1- Retomada da cooperação e colocação em prática do MCC, do MAE e do GTBD (2000-2004)

5.1.1- O Período De la Rúa (2000-2001)

Fernando De la Rúa assumiu como presidente argentino em 10 de dezembro de 1999 e renunciou dois anos depois, em 20 de dezembro de 2001, em meio à pior crise social, política e econômica argentina desde o retorno à democracia. Durante seu breve período na Presidência “não mudou, salvo no estilo, os lineamentos básicos da política exterior seguida por Menem” (RUSSELL, TOKATLIAN, 2003. p. 56).

A principal mudança com relação à década de 1990 foi o congelamento da condição de aliado extra-OTAN, fato que havia estado presente na campanha presidencial, com De la Rúa criticando a política de alinhamento automática e advogando por uma nova aproximação com o Brasil, para intensificar a cooperação em políticas de defesa e segurança (FLEMES, 2005. p. 131).¹⁰⁰ Ángel Tello, vice-ministro naquele momento, chama atenção para o fato de que “na gestão De la Rúa a aliança extra-OTAN se congelou, sendo que nesse momento discutiu-se denunciá-la, mas só se decidiu deixá-la sem efeitos práticos.”¹⁰¹ Com dita posição tomada, Tello, recém-assumido vice-ministro “assegurou aos diplomatas brasileiros que a cooperação em política de defesa com o Brasil era uma das suas prioridades máximas, devendo-se, sobretudo, restabelecer Itaipava” (FLEMES, 2005. p. 131).

Diante disso, o Brasil aceita receber o novo ministro da defesa Ricardo López Murphy, quando, como indicamos no capítulo anterior, meses antes Brasília havia ignorado o pedido de reunião de Jorge Dominguez para encontrar-se com o ministro da Defesa brasileiro, Élcio Alvarez (FLEMES, 2005, p. 131). A visita de López Murphy a Brasília, em 2000, representou a primeira reunião oficial de ministros de Defesa da relação Argentina-Brasil. Tal reunião relançou vínculos bilaterais e possibilitou a concretização do “documento de política exterior mais importante do governo De la Rúa” (FLEMES, 2005, p. 132). A Declaração de Buenos Aires materializou-se durante um encontro dos ministros das Relações Exteriores, Defesa e Economia, realizado em Buenos Aires, nos dias 27 e 28 de abril de 2000. Na

¹⁰⁰ Nos meses anteriores à eleição presidencial de 1999, a equipe de assessores de De la Rúa trabalhou com base na ideia de estabelecer um Estado-Maior Combinado do MERCOSUL, como modelos de integração e cooperação a nível militar subregional. Sem dúvida, dita proposta foi rechaçada pelo Uruguai, e logo abandonada (Entrevista realizada com o ex Vice-ministro da Defesa (2000-2001) Ángel Tello. (09/06/2009). Esta iniciativa é uma mostra clara de como se perfilava uma mudança no eixo das relações de política externa no novo governo.

¹⁰¹ Entrevista realizada com o ex Vice-ministro da Defesa (2000-2001) Ángel Tello. (09/06/2009).

ocasião, Tello assinalou que, reunidos com o ministro da Defesa brasileiro, Quintão, este apresentou o tema da aliança extra-OTAN, frente ao qual a delegação argentina afirmou que ela havia ficado sem efeito, depois disso o tema não voltou a ser apresentado, nem voltou a ser fonte de controvérsias.¹⁰² Com tal ponto solucionado, a cooperação bilateral em defesa nasce a partir da Declaração Ministerial de Buenos Aires, que constou de 30 pontos, entre os quais se assinalou, novamente, a existência de uma aliança estratégica entre Argentina e Brasil; sublinhou-se que o MERCOSUL era o projeto internacional mais relevante de ambos os países; e se indicou que estavam assentadas as bases para o estabelecimento de linhas e ações de política exterior convergentes. Quanto ao campo estratégico e de defesa, a declaração indicava, especificamente, o seguinte:

Sublinham que o tratamento dos temas de defesa, em sua dimensão político-estratégica, deve estar sempre presente na relação bilateral e contribuir ao fortalecimento das instituições democráticas e a uma visão continental caracterizada pela confiança e pela cooperação. Da mesma forma, mantiveram um franco e frutífero intercâmbio de ideias em matéria de defesa e segurança internacional, assim como sobre as mudanças nos cenários global, hemisférico e regional, e sobre o estado atual e das perspectivas das relações entre as Forças Armadas dos dois países.

Concordam quanto à conveniência de reativar o processo inaugurado em 1997, em Itaipava, com a celebração de uma próxima reunião do Mecanismo de Consulta e Coordenação Bilateral na Área de Defesa e Segurança Internacional, e a convocação para agosto de 2000, na Argentina, do Mecanismo de Análise Estratégica, previsto na Ata de Itaipava.

Igualmente, decidiram pelo estabelecimento do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil-Argentina (GTBD), conforme o acordado pelos ministros da Defesa.

Destacam a importância da cooperação em matéria nuclear, tanto desde o ponto de vista da não-proliferação – sublinhando-se o trabalho da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) – como de seus usos pacíficos, que contribui para o processo de transparência e consolidação da confiança entre os dois países.

(DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE BUENOS AIRES, 2000)

Tal documento significou um relançamento do MERCOSUL e, especialmente, uma retomada das relações bilaterais na área de defesa, congeladas desde o final de 1997. Dessa maneira, nesse mesmo ano, a Argentina enviou um submarino de sua Marinha para ser consertado nos estaleiros do Rio de Janeiro, fato que é destacado como uma medida de confiança dura, dada a sensibilidade tecnológica que um submarino implica.¹⁰³ Existia, no governo da época, uma visão de que “os vínculos com o país vizinho resultavam essenciais no econômico e no político por igual” (RUSSELL TOKATLIAN, 2004. p. 56), havendo-se passado de “relações carnis” a “relações maduras”, segundo o chanceler argentino Rodríguez Giavarini.

¹⁰² Entrevista realizada com o ex Vice-ministro da Defesa (2000-2001) Ángel Tello. (09/06/2009).

¹⁰³ Entrevistas realizadas com o ex Vice-ministro da Defesa (2000-2001) Ángel Tello. (09/06/2009) e com o ex-Ministro da Defesa da Argentina (1986-1989 e 2001-2003), Horacio Jaunarena. (15/07/2009).

O período De la Rúa foi concluído com a publicação da Revisão da Defesa, em março de 2001. Em tal documento, assinalava-se que o setor de defesa estava marcado por uma “mudança estrutural em um contexto de restrições econômicas, pelo qual é prioritário avançar até uma maior racionalidade e eficiência no gasto” (REVISÃO DA DEFESA, 2001), assinalando uma continuidade das políticas neoliberais dos anos 1990. sem dúvida, o mais destacado documento foi a oficialização do fim das hipóteses de conflito com os países vizinhos. Destacava o documento que

nos últimos anos as antigas relações de tensão que imperavam no Cone Sul do continente americano, entre Argentina, Chile e Brasil, foram sucedidas pela superação das hipóteses de conflito, fundamentalmente pelo forte e significativo processo de integração regional que se concretizou na constituição do MERCOSUL e a assinatura de acordos entre o MERCOSUL, Bolívia e Chile, substituindo as antigas atitudes de rivalidade entre seus signatários por acordos de cooperação. (...) Contribuindo à geração de um marco de confiança mútua mediante a realização de exercícios combinados de crescente complexidade, intercâmbios profissionais sem reservas e empreendimentos cooperativos no desenvolvimento e manutenção de meios, entre outras iniciativas de avanço. (REVISÃO DA DEFESA, 2001).

Este breve período, no qual não se registraram reuniões presidenciais, sendo o documento mais importante uma declaração ministerial, que auxilia a dar por terminada a etapa iniciada no final de 1997, de congelamento da cooperação bilateral em defesa entre Argentina e Brasil. Assim mesmo destaca-se a declaração oficial argentina em relação à superação das hipóteses de conflito. A Argentina entraria logo em dezembro de 2001 em uma etapa introspectiva por causa da grave crise que assolou o país, da qual surgiria, como consequência, uma maior aproximação com o Brasil.

A seguir, veremos como durante o ano 2000 criou-se o Grupo de Trabalho Bilateral em Defesa Argentina-Brasil, e se deu início aos mecanismos criados em 1997 e nunca implementados.

5.1.2- O Grupo de Trabalho Bilateral (GTBD) em Defesa Argentina-Brasil

O Ministério da Defesa do Brasil foi criado, formalmente, em 1999.¹⁰⁴ Horacio Jaunarena assinala que no momento de se posicionar um civil como ministro da Defesa no Brasil, a relação bilateral teve uma mudança qualitativa devido ao fato de que a partir desse momento as conversas entre ministros se davam em um nível político de maior confiança

¹⁰⁴ No momento de se gestar o Ministério, as autoridades brasileiras solicitaram assistência à Argentina, marco no qual quadros da Chancelaria brasileira foram incorporados ao novo Ministério. Entrevista realizada com o ex Vice-ministro da Defesa (2000-2001) Ángel Tello. (09/06/2009).

mútua, fato dificultado quando quem dominava a pasta de Defesa no Brasil eram militares.¹⁰⁵ Nesse mesmo sentido, Fledes afirma que, desde o começo, a ausência de um Ministério de Defesa civil no Brasil, contribuiu a uma assimetria nas relações bilaterais, sendo que o Ministério criado em 1999, só conseguiu envolver-se no trabalho dos grupos bilaterais mais intensamente a partir de 2002 (FLEMES, 2005. p. 137).

Depois da sua criação, o Ministério da Defesa do Brasil começou a impulsionar a criação de grupos de trabalho bilaterais com seus homólogos regionais, criando grupos com Bolívia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela (FLEMES, 2005. p. 130). O objetivo destes grupos é “ser foros inter-governamentais de discussão sobre temas de política de defesa existentes entre Brasil e a contraparte” (FLEMES, 2005. p. 138).

Dessa maneira, em julho de 2000 foi criado o GTBD entre Argentina e Brasil, que tinha como objetivo a manutenção da reunião anual de forma regular, alternando a sede entre ambos os países, para contribuir com uma cooperação em defesa mais eficiente (FLEMES, 2005. p. 138). Dito mecanismo é o único a nível político que tem mantido uma periodicidade regular desde sua criação até os dias atuais. A seguir, descreveremos o desenvolvimento de sua primeira reunião, a partir das fitas obtidas por Daniel Fledes. Lamentavelmente não pudemos ter acesso ao material, nem à cronologia das demais reuniões realizadas,¹⁰⁶ ainda que tenhamos confirmado com autoridades ministeriais argentinas que as reuniões do GTBD mantiveram-se regularmente desde 2001 até os dias atuais, sendo que na reunião de 2004 a agenda do Grupo foi organizada em quatro campos para estruturar uma agenda permanente: Política de Defesa; Cooperação em Defesa; Ciência e Tecnologia; Segurança Subregional (RELATÓRIO DE MEDIDAS DE CONFIANÇA MÚTUA PARA A OEA, ARGENTINA 2005).

A primeira reunião do GTBD aconteceu em 26 de outubro de 2001, em Brasília. Dela participaram os ministros de Defesa Horacio Jaunarena e Geraldo Quintão. A delegação brasileira estava composta por cinco militares, um assessor do ministro e um diplomata, enquanto que a delegação argentina foi constituída por quatro civis e cinco militares (FLEMES, 2005. p. 139).

Fledes destaca que a agenda esteve dominada pelos atentados de 11 de setembro, frente ao qual o ministro Quintão enfatizou a necessidade de fazer uma análise conjunta de tais eventos, vendo possíveis consequências da situação estratégica da região e quais seriam

¹⁰⁵ Entrevista realizada com o ex-Ministro da Defesa de Argentina (1986-1989 y 2001-2003), Horacio Jaunarena. (15/07/2009).

¹⁰⁶ Daniel Fledes sustenta que todas as reuniões efetuadas tem sido gravadas pelo país anfitrião de cada uma delas. (FLEMES, 2005. p. 138).

os ajustes que poderiam derivar do planejamento em defesa. O ministro argentino aderiu a ele e indicou que o processo de integração devia intensificar-se (FLEMES, 2005. p. 139). Em seguida, o chefe do Departamento de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa do Brasil apresentou uma avaliação estratégica da situação da segurança regional e internacional (FLEMES, 2005. p. 139). Posteriormente, o grupo de trabalho dedicou-se a três áreas:

Cooperação em políticas de defesa. Foi feita uma recontagem de todos os memorandos, acordos, manobras combinadas, programas de intercâmbio militar e reuniões de defesa realizadas entre Argentina e Brasil. Ambos os países acordaram em manter todas as atividades e dar-lhes um maior desenvolvimento no futuro. Concluíram que a cooperação bilateral militar já havia obtido um logro ao consolidar a segurança bilateral e regional.

Acordo sobre o controle de aeronaves não identificadas. Assinalou-se que como acordo bilateral de Cooperação entre Argentina e Brasil para o combate do tráfico de aeronaves supostamente envolvidas em atividades ilícitas internacionais, o tráfico ilegal entre ambos os países seria dificultado, sendo este principalmente de drogas e armas. O chefe da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais brasileira, apresentou um esboço de tratado feito pelo Brasil, que foi analisado pela Argentina e assinado na reunião pelo ministro Jaunarena. Ressaltou-se que o acordo (que deveria entrar em vigência em dezembro de 2001) implicou em uma melhora da comunicação e da coordenação entre as Forças Aéreas, quanto ao controle do espaço aéreo comum. Nessa ocasião ficou decidido: criar um sistema para o intercâmbio bilateral de informação, cooperação e treinamento das Forças Aéreas, incluindo o estabelecimento de programas especiais de intercâmbio em matéria de controle do espaço aéreo, mútuo apoio técnico e exercício conjuntos. Estes objetivos deveriam ser atingidos em um espaço de dois anos. Os chefes das Forças Aéreas seriam os responsáveis pela sua implementação.

Estabelecimento de um centro regional estratégico de estudos e capacitação. Essa foi uma proposta argentina que o Brasil não aprovou, indicando que já existia o Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, subordinado ao Ministério de Defesa, e assinalou que, primeiramente, deveriam vincular os centros existentes nos Ministérios, de maneira virtual, para garantir um intercâmbio fluido de informações. O vice-ministro argentino, Ángel Tello, assinalou que, enquanto isso, os Ministérios deveriam desenvolver mecanismos através dos quais se conseguiria uma avaliação estratégica conjunta da situação. Em relação a esse ponto, Horacio Jaunarena, ministro da Defesa argentino naquele momento, assinalou que a proposta argentina tinha como objetivo a geração de uma visão da defesa

como algo regional, em pos de enfrentar ameaças consideradas como regionais. Pretendia-se, dessa maneira, estabelecer, em primeiro lugar, um eixo entre Argentina-Brasil-Chile, para depois somarem-se países como Bolívia, Paraguai e Uruguai. Buscava-se estabelecer uma visão estratégica regional, através do Centro, no qual os três países concorreriam para elaborar planos, uma estratégia comum e identificar os desacordos.¹⁰⁷

5.1.3- O colapso argentino e Duhalde presidente. (2001-2003)

A crise de dezembro de 2001, que acarretou na renúncia do presidente De la Rúa, teve fortes consequências para a Argentina no plano externo. O colapso da economia nacional, com uma dívida externa multiplicada, quebra simultânea de entidades bancárias e desvalorização da moeda em 300%, gerou uma cessação de pagamentos frente aos organismos internacionais de crédito. Essa situação significou uma queda, a nível internacional, da imagem do país, cuja maior consequência, no que se refere ao tema da nossa investigação, foi o fim da relação especial com os Estados Unidos e uma forçada reorientação para a América Latina, por parte das autoridades nacionais. Cortes e Creus assinalam que

a crise de 2001 inaugurou um novo momento na relação caracterizada pelo estado de vulnerabilidade da Argentina. Diante desse panorama, Buenos Aires buscou fortalecer sua aliança com o país vizinho para sustentar-se internacionalmente, tratando de recuperar algumas capacidades perdidas. (...) O vínculo com este país erige-se em uma pedra angular da política exterior argentina pós-crise (CORTES, CREUS, 2009. p. 119).

Em função da situação política e econômica após a renúncia de De la Rúa, o governo de Duhalde desenhou um esquema de inserção do país e sua política exterior muito atada á conjuntura interna, sem uma política de situação. Foi nesse contexto que o chanceler Ruckauf falou de uma política exterior de poligamia com os distintos continentes (LECHINI, 2009. pp. 108, 109), voltando a fazer referência àquelas relações carnis da década de 1990.

Apesar de que, durante o governo da Aliança Argentina, o país já havia começado a voltar sua atenção para os países vizinhos, quando Duhalde assumiu como presidente, em janeiro de 2002, um setor do governo ainda brigava por manter uma relação especial com os Estados Unidos “alentando uma visão negativa do Brasil, apresentado como de futuro incerto e com uma política exterior que podia arrastar a Argentina a retomar caminhos equivocados” (RUSSELL TOKATLIAN, 2003. p. 59). O objetivo de manter a aliança com os Estados Unidos era similar ao buscado a princípios dos anos 1990, ou seja, ter um apoio frente aos

¹⁰⁷ Entrevista realizada com o ex-Ministro da Defesa da Argentina (1986-1989 y 2001-2003), Horacio Jaunarena. (15/07/2009).

organismos internacionais de crédito em um momento no qual a Argentina encontrava-se imersa em uma grave crise econômico-financeira.

Sem dúvida, ao tempo em que “a prioridade do governo estado-unidense pela América do Sul se viu diminuída, logo dos acontecimentos do 11 de setembro de 2001” (GIACCAGLIA, 2009. p. 69), o governo do presidente Bush não ofereceu nenhum tipo de ajuda a Argentina, para que esta pudesse superar a crise. A única preocupação estado-unidense naquele momento era com o terrorismo e suas suspeitas com relação à Tríplice Fronteira argentino-brasileiro-paraguaia.¹⁰⁸ Foi nesse contexto que a Argentina não foi incluída pelos Estados Unidos “em suas coalizões flexíveis: Brasil, Canadá, Chile, Colômbia e México (também hoje o Peru)” (RUSSELL TOKATLIAN, 2003. p. 64). A consequência foi que, paulatinamente,

a partir do governo Duhalde, a relação começou a aprofundar-se, fundamentalmente, pela mudança de percepções no lado argentino e pela síndrome de irrelevância internacional que sofreu a Argentina após a crise de 2001. Esse novo cenário levou, então, a começar a considerar o Brasil como um sócio fiel (GIACCAGLIA, 2009. p. 85).

As declarações brasileiras em apoio a Argentina nesse momento, fizeram com que “depois da crise, o Brasil fosse visto como um companheiro fiel” (RUSSELL, TOKATLIAN, 2003. p. 64). Assim sendo, com ambos os países coincidindo suas posturas frente às Guerras do Afeganistão e Iraque e frente às votações com relação a Cuba nas Nações Unidas, foi cobrado um “corpo” à imagem do país vizinho como “modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberal e como principal carta de inserção internacional da Argentina para dar um passo ao plano de campanha eleitoral à visão do outro como sócio político” (RUSSELL TOKATLIAN, 2003. p. 64), o qual foi potencializado com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil.

Dessa maneira, durante a breve presidência de Duhalde, a posição argentina no sistema internacional levou o país a orientar-se em prol de uma aproximação [Angela Mo] com o Brasil. Superados os planteamientos do setor governamental, que brigava por uma maior relação com os Estados Unidos, o Brasil surgiu como um parceiro confiável. Esse cenário deixou, em 2003, uma imagem do Brasil “altamente positiva, acentuando uma tendência observável desde o final dos anos 1990 (...) mesmo para uma integração militar” (RUSSELL TOKATLIAN, 2003. p. 64), fato que seria reforçado após a eleição de Nestor Kirchner como presidente da Argentina, em maio de 2003.

¹⁰⁸ Os Estados Unidos não querem que a Tríplice Fronteira refugie terroristas. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=459614 Acesso em 20 junho 2010.

Finalmente, assinalamos que foi nesse período que se deu a iniciativa de uma cooperação parlamentar em temas de defesa. Em agosto de 2002, reuniram-se em Buenos Aires o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara de Deputados do Brasil, com os presidentes da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Defesa da Câmara de Deputados da Argentina, e assinaram um Memorando de Entendimento com o objetivo de “apoiar a comunicação sobre os objetivos comuns da política exterior e de defesa e buscar caminhos para sua concretização, assim como para a integração de ambos os países nestas políticas” (FLEMES, 2005. p. 132). Em tal documento, os parlamentares decidiram organizar reuniões regulares, cursos e conferências nas quais atores acadêmicos e políticos poderiam participar (FLEMES, 2005. p. 132). No entanto, nenhuma reunião ou atividade foi realizada posteriormente à assinatura do memorando, ficando o mesmo vigente, mas sem aplicação prática. Tibiletti assinala que o fracasso do mesmo é um exemplo de como a falta de compromisso de certos atores afetou a cooperação, levando à não implementação desta medida.¹⁰⁹

5.1.4 - Primeiros anos da era K

O período compreendido entre 2003 e 2005 corresponde ao de maior intensidade na imperfeita e embrionária comunidade pluralista de segurança, composta por Argentina e Brasil.

A chegada à Presidência de Kirchner, na Argentina, e Lula, no Brasil, abriu novas possibilidades, pautadas na vontade política de desenvolver ações conjuntas. Perceberam-se coincidências em uma série de questões, tanto no que concerne a perspectiva ideológica, como na vocação multilateral e de recorrer à ONU, na relevância do cenário latino-americano e na necessidade de avançar na institucionalização do MERCOSUL como um projeto estratégico (CORTÉS, 2007. p. 194).

Nesse período, conjugam-se a consolidação da confiança das últimas duas décadas, a continuidade da cooperação militar, uma coincidência de visões no plano estratégico dos presidentes Lula e Kirchner e um estímulo aos mecanismos institucionais de cooperação a nível bilateral. A Argentina, sem pensar em termos de segurança cooperativa (ausente no discurso político desde 1999), visualiza que sua inserção internacional deve ser através do Brasil. Ao mesmo tempo, o governo de Lula inicia uma forte política regional com uma ênfase na Argentina, coincidindo as visões e necessidades de ambos os governos.

Nestor Kirchner assume como presidente argentino em 25 de maio de 2003 e com sua chegada ao poder “é possível detectar no discurso da política exterior a ideia de cooperação

¹⁰⁹ Entrevista realizada com o presidente da ONG SER en el 2000, Luis Tibiletti. (15/04/2009).

Sul-Sul (...) conceito [materializado] em variadas iniciativas multilaterais e bilaterais, com nações que enfrentam (...) similares desafios ao desenvolvimento” (LECHINI, 2009. p. 109). Este tom da política externa argentina encontrou apoio para uma cooperação com o Brasil, devido à fortalecida imagem brasileira na Argentina, que “possibilita pensar a relação bilateral em termos de uma legítima cultura de amizade” (RUSSELL TOKATLIAN, 2003. p. 66). Lula e Kirchner sustentavam um discurso de que “a diferença de décadas passadas enfatizava a necessidade de alcançar uma autonomia regional” (GIACCAGLIA, 2009. p. 78), dessa forma “as bases da aliança estratégica proclamada por Lula e Kirchner já estavam dadas” (FLEMES, 2005. p.132).

É por isso que após assumir como presidente, Kirchner viaja a Brasília, no que foi sua primeira viagem ao exterior como presidente, em 11 de junho de 2003. Nesta ocasião, ambos os mandatários assinaram um comunicado conjunto denominado Documento de Integração entre Argentina e Brasil, que contou com 32 pontos, destacando a necessidade de intensificar a consulta e coordenação política, assim como a urgência em coordenar políticas macroeconômicas. Os presidentes assinalaram

O ímpeto renovado com que Brasil e Argentina retomam as consultas bilaterais, depois da eleição do presidente Kirchner.

A grande convergência de valores e objetivos que guiam seus governos e a prioridade que ambos os países atribuem ao MERCOSUL e à integração sul-americana, tal convergência ao traduzir-se em consultas freqüentes e permanente coordenação política entre os dois governos, fortalece consideravelmente a aliança estratégica Argentina-Brasil.

O compromisso dos dois países de reforçar a aliança estratégica através do aprofundamento do diálogo nos temas de defesa e segurança. Nesse sentido, acordaram um próximo encontro do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação sobre Temas de Segurança e Defesa para o mês de novembro de 2003, na cidade de Calafate. Assim mesmo, combinaram a realização de uma próxima reunião do Mecanismo de Análise Estratégica para o próximo mês de outubro, na cidade de Buenos Aires (DOCUMENTO DE INTEGRAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL, 2003).

Depois deste encontro, os chanceleres de ambos os países reuniram-se em 15 de agosto de 2003, na cidade de Assunção, no Paraguai, no marco de uma reunião do MERCOSUL e assinaram um Memorando de Entendimento, que estabelecia, entre outros pontos:

Reafirmar seu compromisso com o desarmamento e a não proliferação de armas de destruição em massa, destacando o trabalho desenvolvido pela Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares no campo nuclear;

Impulsionar a cooperação comercial e não comercial nos usos pacíficos da energia nuclear, em particular na medicina nuclear, por meio, entre outras iniciativas, da ampliação e do aprofundamento das relações entre agentes econômicos, técnicos e científicos dos dois países;

Iniciar consultas com vistas ao desenvolvimento de projetos conjuntos no quadro dos programas espaciais nacionais, com vistas à cooperação regional em áreas, entre outras, de pesquisa e desenvolvimento de satélites e sensores para uso nos campos da

saúde, do meio ambiente, da agricultura e outros de interesse comum; tratar, ainda, da participação argentina nas atividades futuras do Centro de Alcântara, com relação a sua utilização para lançamento de satélite;

Iniciar consultas tendentes a estabelecer o quadro empresarial e a projeção comercial pertinente para a co-produção de aeronaves e de material aeronáutico (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, 2003).

Este dinâmico processo de aproximação e reafirmação da cooperação foi coroado no dia 16 de outubro do mesmo ano, na ocasião da visita de Lula a Buenos Aires (a primeira visita de um presidente brasileiro a Argentina desde 1996). Nessa ocasião, Kirchner e Lula assinaram o Consenso de Buenos Aires, documento de 22 pontos, que reafirmava uma aliança estratégica entre ambos os países, assentando as bases para uma nova relação bilateral, fazendo uma ênfase especial às coincidências de ambos sobre a problemática social que a região enfrenta e sobre os métodos para tentar encontrar uma solução. Assim mesmo, através do documento, ambos os países buscavam projetarem-se conjuntamente como referência para os países vizinhos sul-americanos. O documento destacava, entre outras questões

reafirmamos o nosso desejo de intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social em concordância com os valores, propósitos e objetivos estabelecidos na Cúpula do Milênio.

(...) Consideramos que muitos dos problemas que hoje enfrentamos baseiam-se nos fortes desequilíbrios e desigualdades regionais existentes no âmbito de nossas nações.

(...) Entendemos que a integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos.

(...) Reafirmamos a necessidade de combater as ameaças à paz e à segurança internacionais e o terrorismo, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos nos quais o Brasil e a Argentina são parte.

Fazemos extensiva nossa convocatória a todos os países latino-americanos (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003)

Durante esse encontro presidencial, ambos os mandatários discutiram o tema do assento no Conselho de Segurança da ONU, tema que havia trazido problemas à relação bilateral em 1997. De tal reunião, surgiu uma iniciativa intitulada Procedimento especial de cooperação e trabalho conjunto no âmbito do Conselho de Segurança. Por meio do qual, quando Argentina ou Brasil ocupassem um lugar como membro não permanente no Conselho de Segurança, um diplomata do país vizinho faria parte da delegação nacional (CORTES, CREUS, 2009. pp. 135, 136).

Em 16 de março do ano seguinte, Kirchner visitou o Rio de Janeiro e assinou, juntamente com Lula, a Ata de Copacabana. Em tal documento, ambos os presidentes trabalharam temas como a evolução dos vínculos bilaterais, o estabelecimento de consulados conjuntos com experiências piloto nos consulados de Hamburgo e Boston, assim como propuseram concretizar intercâmbios de funcionários entre ambas as Chancelarias. Da mesma forma, estabeleceram que em 30 de novembro de cada ano seria celebrado o Dia da Amizade Argentino-Brasileira, e reiteraram a ideia de uma aliança estratégica, entendendo-a como a ferramenta necessária para fomentar um desenvolvimento econômico com equidade e definir uma posição convergente nos temas comuns (GIACCAGLIA, 2009. p. 85). A ata ainda previa a construção de uma Comunidade Sul-americana de Nações.¹¹⁰

Durante o ano de 2004, depois da crise haitiana, Argentina e Brasil, conjuntamente com outros países da região, concordaram em tomar parte de uma missão das Nações Unidas no país caribenho. A Conformação da Missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) foi um fato de relevância histórica. Um representante chileno foi designado como Representante do Secretário-Geral da ONU, o Brasil obteve o Comando Militar da Missão e a Argentina o Sub-comando. O grosso das tropas militares enviadas eram sul-americanas (1.200 brasileiros, 1.100 uruguaios, 500 argentinos e 500 chilenos, totalizando mais de 50% da missão), e os postos de mando estavam em mãos sul-americanas. Apesar de no decorrer dos anos a importância latino-americana haver decrescido, a Missão de Paz no Haiti significou, para a região, o início da cooperação em uma área que, naquele momento, foi vista como competitiva.¹¹¹

Após o estabelecimento da MINUSTAH, o evento de maior destaque político foi a criação do mecanismo conhecido como 2x9,¹¹² cuja primeira reunião aconteceu em maio de 2005. Este mecanismo, impulsionado pela Subsecretaria de Política Latino-americana da Chancelaria argentina, reúne, periodicamente, os Vice-Ministros de Relações Exteriores e os Vice-Ministros de Defesa, para debater estratégias e posições comuns sobre a MINUSTAH, já tendo realizado oito reuniões entre 2005 e 2008.

O último ponto de concordância entre Argentina e Brasil, nesse período, esteve presente por conta da crise sócio-política boliviana, em 2004, diante da qual ambos os países

¹¹⁰ Na Ata de Copacabana. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/2004/03/17/p-00402.htm> Acesso em 21 junho 2010.

¹¹¹ Ver Capítulo 4.

¹¹² Criado em 2004, inicialmente esteve composto por Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (2x4), logo se somaram Equador, Guatemala e Peru (2x7) e, finalmente, se somaram Bolívia e Paraguai (2x9).

uniram esforços e enviaram uma missão diplomática conjunta (CORTES, CREUS, 2009. p. 136).

Depois disso, o ano encerrou-se com um episódio no qual as suspeições com relação à luta pela liderança regional voltaram a surgir. Em 8 de dezembro de 2004, levou-se a cabo a III Reunião de Países da América do Sul, na qual se firmou a Declaração de Cuzco, que criou a Comunidade Sul-americana de Nações (CSN). O presidente argentino não participou da mesma, alegando problemas de saúde. Sem dúvida, várias versões circularam em torno da sua ausência, que foi entendida como um rechaço ao Brasil, país responsável pela iniciativa de criação do CSN. O governo argentino, nesse momento, entendeu a CSN como “uma estratégia funcional ao interesse brasileiro de liderar a região [ao tempo em que criticou] o protagonismo outorgado pelo Brasil à CSN, em detrimento do MERCOSUL (CORTES, CREUS, 2009. p. 136), especialmente após a série de documentos assinado entre Argentina e Brasil durante todo o ano de 2004. Tal fato gerou certos desentendimentos políticos em relação ao lugar que cada um dos países possui e tenta ocupar, no mundo e na região.

Destacamos esse último fato porque acreditamos que se refere a uma situação que cruza, atualmente, de maneira transversal com a relação bilateral e que o continuará fazendo no futuro imediato. Isso devido ao fato de que “nas últimas décadas tem-se incrementado as assimetrias de poder a favor do Brasil” (CORTES, CREUS, 2009. p. 126), pelo que “a primazia brasileira na América do Sul implica em uma série de desafios para ambos os países [e a] Argentina deve aceitar que essa liderança regional é um fato real” (GIACCAGLIA, 2009. 85). Como destacamos na Introdução do presente trabalho, a relação bilateral consta de uma potência regional em declínio, frente a outra em franca consolidação.

5.1.5 - O MCC e o MAE em ação

Após o congelamento dos mecanismos bilaterais no final de 1997, a primeira conferência do MAE somente aconteceu em 2000, depois da saída de Menem como presidente e da eleição de Fernando De la Rúa. Foi nesse ano que teve lugar, durante o segundo semestre, na Argentina, a assembleia constitutiva do MAE.

O MCC só se reuniu duas vezes, sendo a primeira durante o ano de 2000, assinalando, portanto, sua irrelevância em comparação com o COMPERSEG, que manteve reuniões anuais entre 1995 e 2008. dessa forma, em nenhuma de suas conferência houve uma abertura para a sociedade civil, diferentemente do COMPERSEG (FLEMES, 2005. p. 135). A segunda e última Conferência do MCC foi programada pelo presidente para outubro de 2003, sendo

levada a cabo com um mês de antecedência, na cidade de Buenos Aires (FLEMES, 2005. p. 135). Uma terceira reunião do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação havia sido programada e organizada para dezembro de 2004, mas segundo o que foi declarado pelo governo argentino, foi necessário postergá-la por questões de agenda (RELATÓRIO DE MEDIDAS DE CONFIANÇA MÚTUA ANTE A OEA, ARGENTINA, 2005).

Por sua parte, o MAE realizou quatro conferências, nas quais a agenda de segurança internacional tem sido o objeto principal do diálogo bilateral. Assim, a coordenação do comportamento de ambos os países no marco da OEA foi de especial atenção (FLEMES, 2005. p. 135). Sem dúvida, os participantes, geralmente, têm-se restringido a informar sua contraparte sobre as posições de seus governos com relação aos temas de segurança internacional e regional. Devido à falta de demandas específicas por parte do MCC, o MAE foi utilizado somente como um mecanismo de intercâmbio de informação (FLEMES, 2005. p. 135).

A primeira reunião do MAE teve lugar no dia 6 de outubro de 2000, em Buenos Aires. Momento no qual o Ministério da Defesa do Brasil recentemente havia sido criado, e seu “mando” civil não havia sido completamente instalado, o que motivou o Brasil a enviar somente um representante do Itamaraty (FLEMES, 2005. p. 135). A agenda dessa reunião esteve limitada à análise da situação regional e internacional de segurança, sobre a qual cada parte expressou suas visões e interesses. Destaca-se, nessa reunião, o fato de que, pela primeira vez, Argentina e Brasil discutiram a possibilidade de uma futura colaboração científica e tecnológica no setor de defesa (FLEMES, 2005. p. 135).

A segunda reunião do MAE aconteceu no dia 14 de outubro de 2002, em Brasília. Os representantes de ambos os países trabalharam questões precisas em relação à cooperação em matéria de defesa:

- Prioridade de ambos os países para com a agenda regional e global de segurança;
- Listar a participação argentina e brasileira em missões de paz da ONU e discutir a possibilidade de participar conjuntamente no futuro;
- Discutir sobre a compra comum de sistemas e equipamento para as Forças Armadas;
- Análise da eficácia do TIAR;

- Consultas sobre a posição que ambos os governos deveriam defender na Quinta Conferência de Ministros da Defesa das Américas, que iria acontecer no Chile, em novembro de 2002;
- Consultas sobre a posição que ambos os governos iriam defender na Conferência do Comitê de Segurança Hemisférica (CHS) sobre Medidas de Confiança Mútua, em dezembro de 2002, em Miami;
- Consultas sobre a posição que ambos os governos iriam defender na Conferência Especial de Segurança da OEA, no México, em outubro de 2003;
- Aspectos sobre o balanço estratégico na região;
- Possibilidade de um acordo bilateral sobre cooperação científico-tecnológica no setor de defesa;
- Fortalecer o balanço estratégico das já implementadas medidas de confiança mútua e planejar novas medidas no futuro;
- Consultas sobre os programas antárticos de ambos os países.

A terceira reunião do MAE foi em 30 e 31 de outubro de 2003, em Buenos Aires. Nela, as delegações da Argentina e do Brasil articularam suas visões sobre a situação da segurança internacional e regional e se consultaram sobre a próxima conferência de ministros de defesa. Trabalhou-se sobre os seguintes pontos:

- Imunidade de tropas estrangeiras (forças da ONU) em seus territórios;
- Foram relacionados os mecanismos bilaterais de consulta, coordenação e cooperação vigentes, incluindo uma lista atualizada dos exercícios militares bilaterais;
- Intercâmbio de pessoal mútuo, enviando oficiais de enlace a UNFICYP (de presença argentina) e à UNTAET (de presença brasileira).

A quarta e última reunião realizou-se, novamente, em Buenos Aires, de 2 a 5 de março de 2004. Com somente cinco meses de diferença entre a reunião anterior e esta, mantiveram-se os mesmo tópicos e se especificaram os passos dados em matéria de cooperação em defesa:

- Manutenção das turbinas propulsoras de navios da frota e da Marinha brasileira, em estaleiros argentinos (Arsenal Comandante Espora), começando em 1998;

- Manutenção geral do submarino argentino ARA Santa Cruz, no Rio de Janeiro, completado em 2001;
- Manutenção geral do submarino argentino ARA San Juan, pela Marinha brasileira – as negociações começaram em março de 2003.
- Assinatura, em agosto de 2003, por parte dos chanceleres de ambos os países, de um acordo bilateral sobre a produção comum de aeronaves e outros bens de defesa entre as Forças Aéreas argentina e brasileira;

Nessa reunião, discutiram sobre os resultados da Conferência Especial de Segurança do México, em outubro de 2003, e conversaram sobre a futura Conferência de Ministros da Defesa, que aconteceria em Quito, no Equador, durante este ano.

A informação disponível sobre o MCC e o MAE é quase nula, não existem relatórios governamentais sobre eles e ambos os mecanismos não têm sido objeto de estudo acadêmico, como o foi o COMPERSEG. Flandes afirma, sobre o MCC, que este

tem-se mantido ativo para uma comunicação vaga de informação sobre políticas de defesa, como o é o intercâmbio das respectivas certificações de informações relevantes entre Argentina e Brasil. Este mecanismo, junto ao seu ente coordenador é de pouca relevância estratégica para a relação (FLEMES, 2005. pp. 134,135).

Esse autor afirma, também, que o funcionamento do mesmo, ainda sendo quase nulo, tem estado a cargo da iniciativa argentina, uma vez que este país é quem está mais interessado na cooperação bilateral – três das quatro reuniões do MAE foram organizadas pela Argentina e tiveram lugar em Buenos Aires (FLEMES, 2005. p. 137). Sem dúvida, devemos destacar que, durante seu funcionamento, o MAE foi utilizado para acordar posições comuns frente a foro multilaterais, terceiros atores e sobre segurança global e regional. Flandes assinala, também, o fato de que em nível de cooperação militar e tecnológica, o MAE e o MCC tem levado a um incremento de quase todas as atividades bilaterais no setor técnico-militar (FLEMES, 2005. p. 138).

A falta de informação sobre o decorrer do GTBD impossibilita-nos de comparar seu desenvolvimento frente ao MCC e ao MAE, e poder inferir se ambos os mecanismos se superpõem em suas funções práticas. Assim sendo, questionamos a afirmação de Flandes sobre a influência destes mecanismos acerca da cooperação militar. Em primeiro lugar, porque a regularidade das reuniões bilaterais de Estado-Maior contrastam com a instabilidade

do MAE e do MCC; em segundo lugar, porque o Estado-Maior não tinha participação nem no MAE, nem no MCC; e em terceiro lugar, porque entendemos que o êxito da cooperação militar, colocada em prática pelas Forças Armadas da Argentina e do Brasil, apesar de estar baseada em acordos políticos prévios, deve seu impulso às dinâmicas próprias das instituições castrenses.¹¹³

5.2- Novo acordo de cooperação em defesa, paralisação do MCC e do MAE e nascimento da UNASUL (2005-2008).

5.2.1 - O acordo quadro de cooperação de 2005. Retrocesso ou reformulação da cooperação?

Em dezembro de 2005, os ministros da Defesa da Argentina e do Brasil, reunidos na cidade de Puerto Iguazu, assinaram o Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre Argentina e Brasil. Este novo acordo foi assinado conjuntamente com o Ajuste Complementar do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Argentina e Brasil.

O Acordo Quadro não veio suplantar o Memorando de Entendimento de 1997, uma vez que o tinha presente em um dos seus “considerando”. Sem dúvida, após sua assinatura, o que havia sido estipulado no acordo de 1997 deixou de ser aplicado na prática. A esse respeito, Roberto Bloch afirma que “a cooperação bilateral entre Argentina e Brasil sofreu uma mudança a partir de 2005, com a assinatura do Acordo Quadro. Dito acordo substituiu, de certa maneira o anterior, de 1997, que embora não tenha sido denunciado, sofreu uma paralisação de seus mecanismos de funcionamento.”¹¹⁴ O novo acordo, que não estabeleceu nenhum mecanismo formal de reuniões, tem sua ênfase na cooperação científica e tecnológica, sendo seus eixos principais: integrar o desenvolvimento de insumos e equipamento; compensação mútua de desembolsos efetuados e dos gastos em pesquisa; utilização do pagamento em moeda local.¹¹⁵

Seu texto, em um total de quinze artigos, afirma que:

ARTIGO 1. Objeto.

¹¹³ Em entrevista com um militar argentino este não assinalava que “no interior das Forças Armadas, as Forças de outros países não são vistas como inimigas, mas sim como pares, uma vez que a visão de inimigos ou aliados é dada pela política, que gera outra dinâmica de relação diferente”. Entrevista realizada com o tenente-coronel (R) Juan Carlos Melián Massera. (10/07/2009).

¹¹⁴ Entrevista realizada com Roberto Bloch, Assessor do Secretário de Assuntos Internacionais, Ministério de Defesa. (18/05/2010)

¹¹⁵ Entrevista realizada com Roberto Bloch, Assessor do Secretário de Assuntos Internacionais, Ministério de Defesa. (18/05/2010)

(...) [O Acordo tem] por objetivo principal fortalecer a cooperação política em matéria de defesa, por meio da troca de experiências em desenho e gestão de políticas de defesa e de ações nas áreas de planejamento, gestão orçamentária, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa [art. 1º].

ARTIGO 2. Ações.

- a. compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas na área de operações, em particular na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, na padronização e interoperacionalidade, bem como em operações internacionais de manutenção da paz e no apoio mútuo no cumprimento dos regimes internacionais de desarmamento de que as ambos os países participam;
- b. compartilhar conhecimentos nas áreas de ciência e tecnologia, por meio de contatos científicos e de pesquisa nas diferentes áreas da defesa, mediante troca de informações, visitas recíprocas e outras iniciativas de interesse mútuo;
- c. colaborar em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares na área da indústria da defesa, promovendo a participação conjunta em programas de investigação, intercâmbio de informação técnica e encontros de especialistas em armamento e equipamento;
- d. promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados, bem como a troca de informações correspondente; e,
- e. cooperar em outras áreas de defesa que possam ser de interesse mútuo.

ARTIGO 3. Alcance da Cooperação.

1. A cooperação entre as Partes, no campo da defesa, se desenvolverá da seguinte forma:

- a. visitas mútuas de delegações civis e militares de alto nível dos respectivos Ministérios de Defesa a entidades civis e militares;
- b. visitas mútuas de delegações, reuniões de pessoal e reuniões técnicas;
- c. reuniões entre as instituições de defesa equivalentes;
- d. intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares;
- e. participação em cursos teóricos e práticos, seminários, debates e simpósios em entidades militares, bem como em entidades civis de interesse para a área de defesa e de comum acordo entre as Partes;
- f. visitas de navios de guerra;
- g. eventos culturais e desportivos;
- h. criação de facilidades na relação entre as bases industriais de defesa de ambos os países.

ARTIGO 4. Implementação.

As Partes decidem estabelecer um grupo de trabalho conjunto, sob responsabilidade da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa brasileiro e da Secretaria de Assuntos Militares do Ministério de Defesa argentino, integrado por representantes dos respectivos Ministério das Relações Exteriores e de outras instituições relevantes, a serem designadas pelas Partes, para decidir sobre as formas institucionais de implementação do presente Acordo Quadro, inclusive no que se refere à revisão dos mecanismos atualmente existentes na área de defesa. Até a conclusão desta tarefa, este grupo de trabalho conjunto continuará coordenando as atividades de cooperação em matéria de defesa entre ambas as Partes (ACORDO QUADRO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ARGENTINA, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005).

Este novo acordo, mais específico que aquele de 1997, que só afirmava que “O objetivo do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação será o exame, a avaliação, a implementação e o seguimento das questões de defesa e de segurança internacional de mútuo interesse” (MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO

BRASIL DE CONSULTA E COORDENAÇÃO, 1997), ainda não chegou, em seus quatro anos de existência, a materializar seus objetivos. Isto porque tudo que é relativo ao acordo de 2005, até o presente momento não passou de diálogo.¹¹⁶

Sem nenhum mecanismo institucional criado, como aconteceu em 1997, através da Ata de Itaipava, o grupo de trabalho conjunto que deveria decidir sobre as formas institucionais de implementação do Acordo Quadro, até o momento não foram expedidas a esse respeito. Certo esfriamento das relações entre os Ministérios da Defesa, segundo alguns autores, a partir da nomeação de Nelson Jobim como ministro no Brasil, em julho de 2007, pode haver levado à sua não implementação.¹¹⁷ Afirma-se isto com relação à composição dos quadros importantes no Ministério brasileiro, ocupados por generais conservadores, que temem perder sua influência nas políticas de defesa e segurança (FLEMES, 2005. p. 138). Tibiletti e Martínez afirmam, a esse respeito, que

quando Lula decidiu levar Nelson Jobim ao Ministério da Defesa, as coisas começaram a mudar (...). Jobim, sem nenhum tipo de aproximação prévia com o tema militar, decidiu confiar nos chefes militares em atividade ou na reserva, para implementar a política de defesa e os colocou em todos os postos importantes do Ministério, substituindo aos poucos os civis que haviam alcançado cargos de relevância (TIBILETTI, MARTÍNEZ, 2009. pp. 233, 234).

Ainda que esta seja uma suposição válida frente aos eventos ocorridos no fim de 2009,¹¹⁸ acreditamos que, como analisaremos no parágrafo final do presente capítulo, o surgimento da UNASUL e seu Conselho de Defesa Sul-americano, durante 2008, implicou em uma reorientação das prioridades dos Ministérios da Defesa argentino e brasileiro, que começaram a dirigir seus esforços de institucionalização em direção ao novo organismo regional criado – Brasil, inicialmente, como quem promoveu a proposta e, posteriormente, Argentina, com maior ênfase na consecução do mesmo.

¹¹⁶ Entrevista realizada com Roberto Bloch, Assessor do Secretário de Assuntos Internacionais, Ministério de Defesa. (18/05/2010)

¹¹⁷ Já no período 2003-2005, as relações interministeriais estavam “frias”, assinalando-se que o Ministério da Defesa argentino havia realizado intentos de fortalecer as relações entre os dois Ministérios, que não foram correspondidos pela contraparte brasileira. Entrevista realizada com a ex-chefe de Gabinete do Ministro da Defesa (2004-2005), e professora da Universidade Torcuato Di Tella, Rut Diamint. (06/07/2009).

¹¹⁸ No final de 2009, uma publicação argentina especializada em Defesa, convidou como expositor em um evento o ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim. Este aconteceu na Argentina, sem dar aviso nem no Ministério da Defesa argentino, nem na Chancelaria, diante do que, aparentemente, as autoridades de defesa argentinas haviam dado ordem de que nenhum membro do Ministério ou dos corpos castrenses assistisse ao evento. Durante sua exposição, o ministro Jobim havia feito críticas à política de defesa argentina, o que acarretou um forte esfriamento das relações bilaterais entre os Ministérios, relações estas que já estavam tensas. Nesses mesmo período, o Ministério da Defesa argentino não participou como expositor no I Encontro Sul-americano de Estudos Estratégicos, realizado na Escola de Guerra do Exército Brasileiro, que organizou o evento juntamente com seu Ministério da Defesa.

Enquanto a falta de institucionalização do Acordo, somada à inexistência de relatórios sobre seu avanços, dificulta uma análise de seu decorrer, acreditamos que o destaque do Acordo aparece no fato de que ele tem um caráter de cooperação horizontal. Referimo-nos a esta última, pois ela se dá

“entre Estados de similar desenvolvimento, referindo-se à cooperação técnica e científico-tecnológica. A cooperação técnica alude à transferência de capacidades técnicas e administrativas entre os países em desenvolvimento, no entanto, a segunda orienta-se à realização de atividades conjuntas de investigação para promover avanços científico-tecnológicos que lhes permitam um desenvolvimento integral” (LECHINI, 2009, p. 100).

Dessa forma, o Acordo Quadro enquadra-se nas declarações que, nos anos seguintes, os presidentes da Argentina e do Brasil emitiram, dando ênfase ao mecanismo de cooperação científica e tecnológica, ligados à políticas de fomento ao desenvolvimento, sempre em marcos de cooperação sul-sul. A esse respeito, Lechini afirma que

a cooperação sul-sul ou cooperação entre países periféricos refere-se a uma cooperação essencialmente política, que aponta a reforçar as relações bilaterais e/ou formar coalizões nos foros multilaterais, para obter maior poder de negociação conjunto. Baseia-se no pressuposto de que é possível criar uma consciência cooperativa que permita aos países do Sul afrontar os problemas comuns (...). é uma construção política que, por usa própria natureza, requer certos pressupostos básicos comuns (LECHINI, 2009, pp. 99, 100).

Tudo parecia indicar que o Acordo Quadro viria a suplantar o Memorando de 1997. Sem dúvida, a falta de uma institucionalização do mesmo, fez com que, em quatro anos, não se tenha registrado avanços significativos. É neste ponto que voltamos a formular a mesma pergunta que nos fizemos acerca da relação entre o MAE e o GTBD: os objetivos e a função prática do Acordo Marco superpõem-se com os objetivos e funções do GTBD? Infelizmente, como o GTBD não está institucionalizado, não se conta com material acessível para analisar esse ponto de grande importância para terminar de compreender as idas e vindas da cooperação política em matéria de defesa entre Argentina e Brasil.

5.2.2 - A era K 2005-2008. Criação do Mecanismo de Integração de Coordenação Bilateral

Após a reformulação da cooperação em defesa a nível bilateral, as Presidências Nestor Kirchner e Luis Inácio Lula da Silva começaram a fortalecer o eixo latino-americano de suas políticas exteriores e de defesa. Sem dúvida, enquanto a Argentina mantinha um perfil sul-americano em sua política exterior, o Brasil começou a dar maior ênfase na diversificação

“das suas relações internacionais, direcionando a outros poderes regionais, que também tem um componente de segurança” (FLEMES, 2005. p. 137), que começou a gerar receios no governo argentino, que reclamava uma maior atenção de seu vizinho.

No mês de janeiro de 2006, Nestor Kirchner voltou a visitar o Brasil. A reunião presidencial foi de certa importância, porque aconteceu em meio a acusações cruzadas entre ambos os governos, por questões comerciais do MERCOSUL. Kirchner viajou acompanhado dos ministros da Economia, de Relações Exteriores, de Planejamento e da Saúde, assim como também do presidente da Câmara dos Deputados, dos chefes dos blocos oficiais da Câmara dos Deputados e do Senado, do senador e ex-ministro da Defesa, José Pampuro, do governador de Misiones e do Secretário Legal e Técnico da Presidência. No marco desta visita, assim como o fizera o presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996, Kirchner fez um discurso para o Parlamento brasileiro.¹¹⁹ Em tal reunião

ambos os governos estabeleceram a disposição de trabalhar em conjunto, de maneira ativa e solidária, para a solução de situações que pudessem afetar a paz e a estabilidade regional, [refletindo uma predisposição a] estabelecer canais mais fluidos, procurando fortalecer a relação a partir, também, da identificação e manejo da crise (CORTES, CREUS, 2009. p. 130).

O aspecto mais destacado da reunião foi a criação do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, que implica em reuniões presidenciais a cada seis meses, reuniões ministeriais, com a mesma periodicidade, e reuniões de vice-chanceleres a cada três meses. Os presidentes instruíram, nesta ocasião, a manutenção de uma regularidade nas reuniões previstas nos mecanismos de integração e coordenação bilateral, de forma a produzir relatórios sobre os avanços alcançados para serem levados às reuniões semestrais dos presidentes (GONÇALVES, 2009 p. 174).

Finalmente, com relação ao último ano da gestão presidencial de Nestor Kirchner, um documento do governo afirma que, durante 2007, a Argentina intensificou o diálogo bilateral com o Brasil, elaborando um documento de caráter estratégico-metodológico, que contém as concordâncias entre ambos os países (CHEFIA DE GABINETE DE MINISTROS, 2007. p. 19). Todavia, esse documento não é de caráter público e não pudemos ter acesso a ele.

Em dezembro de 2007, com a chegada de Cristina Fernández Kirchner à Presidência, a política externa argentina sofreu algumas mudanças. Principalmente, no que diz respeito a

¹¹⁹ Kirchner e Lula reúnem-se em meio à crise do MERCOSUL. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=773215 Acesso em 22 junho 2010.

certo distanciamento da Venezuela, devido a um escândalo político em torno de suposta contribuição venezuelana à campanha presidencial argentina (GONÇALVES, 2009 p. 173) e uma abertura maior em relação aos países europeus.

Na Presidência de Fernández Kirchner, as relações com o Brasil foram aprofundadas. Durante o primeiro ano de gestão de Cristina Fernández e o segundo mandato de Lula, as relações bilaterais pareceram ser cordiais, com uma intensidade denominada pelo governo argentino como inédita, no marco do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral. Durante 2008, último ano analisado na presente investigação, os mandatários realizaram duas reuniões bilaterais no âmbito do citado Mecanismo.

Na primeira delas, que aconteceu em Buenos Aires, em fevereiro de 2008, ambos os presidentes assinaram a Declaração da Casa Rosada.¹²⁰ Nela, reiteraram que a não intervenção e o respeito ao direito internacional são princípios fundamentais da política exterior de ambos os países; expressaram sua satisfação pelos avanços na construção da União Sul-americana de Nações (UNASUL); ressaltaram o alcance do encontro no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral como marco significativo no aprofundamento da associação estratégica Argentina-Brasil; receberam um informe de projetos selecionados para serem desenvolvidos nesta primeira etapa; e aprovaram os cronogramas de trabalho. Entre os acordos assinados, destacam-se os de Cooperação Espacial; Satélite argentino-brasileiro de Observação de Oceanos; Cooperação Nuclear; continuidade dos Grupos de Trabalho de Defesa; Produção Conjunta do veículo “Gaucho”; e Cooperação Aeronáutica. Assim como na visita de Kirchner ao Brasil, em 2006, o presidente Lula viajou acompanhado de uma comitiva composta pelo chanceler, os ministros da Justiça, da Defesa, de Minas e Energia, seu assessor Marco Aurélio Garcia e o chefe da Petrobrás.

Finalmente, em agosto de 2008 e logo após as diferenças surgidas no âmbito da Organização Mundial do Comercio, nos meses anteriores, e posteriormente à Declaração da Casa Rosada, Fernández de Kirchner e Lula advogaram, novamente, pelo reforço da aliança liberal. Nesta oportunidade, a presidente argentina referiu-se a uma aliança produtiva, que busca captar novos mercados (GIACCAGLIA, 2009. p. 85).

¹²⁰ Argentina e Brasil ratificaram suas relações bilaterais e acordaram medidas para a paz social e a luta contra a fome. Disponível em: http://www.casarosada.gov.ar/index.php?id=1709&option=com_content&task=view Acesso em 24 junho 2010.

Na visita da presidente ao Brasil, no marco do segundo encontro do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, em setembro de 2008, reafirmaram a importância da associação estratégica, assinando uma declaração conjunta. Estas declarações foram acompanhadas pela assinatura de dezessete acordos de cooperação, incluindo um na área de defesa e segurança, que complementava aquele assinado em 2005. Destacamos na declaração, que os presidentes:

Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento do MERCOSUL – principal âmbito de integração regional para ambos os países do ponto de vista político, social e econômico-comercial.,(...)
 Aprofundar as negociações Sul-Sul. (...)
 Ressaltaram a importância da assinatura do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), em Brasília, no dia 23 de maio de 2008. (...)
 Reiteraram a importância de que a associação estratégica entre os dois países continue gerando resultados tangíveis e benefícios mútuos nas mais diversas áreas do relacionamento bilateral (DECLARAÇÃO CONJUNTA VISITA DE ESTADO AO BRASIL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2008).

Depois, ressaltaram certos aspectos das áreas trabalhadas no Mecanismo. Entre eles, destacamos:

4. Cooperação Espacial: Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos
 Reafirmaram o caráter estratégico da cooperação espacial entre o Brasil e a Argentina e a necessidade de avançar rapidamente no desenvolvimento, construção e lançamento de um satélite conjunto para a observação costeira e oceânica.
8. Indústria Naval
 Expressaram satisfação com a assinatura, no dia 11 de julho de 2008, do "Acordo Marco Internacional de Reciprocidade, Cooperação e Complementaridade" entre o "Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore" (SINAVAL) e a "Federación de la Indústria Naval Argentina" (FINA), que tem por objetivo fomentar a integração produtiva, baixar os custos de produção regional e evitar a necessidade de importação de embarcações novas e usadas de origem extra-regional.
 Reconheceram a importância estratégica, para ambos os países, de uma maior integração de suas indústrias navais.
 Manifestaram satisfação pela constituição, em 3 de março de 2008, da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN) e pela realização do Seminário Binacional Brasil-Argentina de Cooperação Nuclear (Foz do Iguaçu, 26 a 28 de maio de 2008).
 Aprovaram os 30 projetos estruturantes de implementação prioritária propostos pela COBEN, nas áreas de reatores e rejeitos nucleares, ciclo de combustível, aplicações nucleares e regulação.
 Ressaltaram a importância das discussões sobre a constituição de uma Empresa Binacional de Enriquecimento (EBEN)
- Subcomissão de Defesa e Segurança
17. Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa
 Congratularam o Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa pela identificação e início dos trabalhos nos primeiros 16 projetos abaixo relacionados nas áreas terrestre, naval e aeronáutica e a definição de um cronograma de cooperação entre as indústrias aeronáuticas de ambos os Países:
 - a. Manutenção de turbinas navais, a ser executado pela ARA no Arsenal de Comandante Espora;
 - b. Recuperação de motores de mísseis;
 - c. Manutenção de motores diesel;

- d. Cooperação e Intercâmbio de informações sobre reparo e recuperação de "staves" Sonar;
- e. Projeto de Reparação de Meia Vida do Submarino ARA "San Juan";
- f. Desenvolvimento e construção de um Navio Patrulha Oceânico Multi-Propósito;
- g. Modernização de veículos anfíbios;
- h. Modernização do sistema de transmissão de dados Link Fraternal;
- i. Intercâmbio de informações sobre simulação de vôo de mísseis (algoritmo de vôo);
- j. Pesquisa e Desenvolvimento Conjunto de modelos matemáticos de propagação do som em águas pouco profundas;
- k. Cooperação e Intercâmbio de Informações sobre fusão de dados entre bases de dados;
- l. Cooperação e Intercâmbio de Informações sobre o radar ativo de direção final de míssil;
- m. Pool Logístico para aquisição e intercâmbio de sobressalentes;
- n. Sistema de Catalogação Comum;
- o. Sistema de Certificação / Homologação de Produtos de Defesa;
- p. Desenvolvimento conjunto, entre os Exércitos Brasileiro e Argentino, de um Veículo Leve de Emprego Geral Aerotransportável e fabricação de um lote piloto.

Cooperação Aeronáutica

No âmbito da Cooperação Aeronáutica, destacaram que a indústria aeronáutica brasileira e o Governo Argentino têm mantido tratativas buscando a elaboração um plano de negócios incluindo avaliações das capacidades da Área Militar Córdoba (AMC) e definição de um cronograma de ações para as Qualificações e Certificações necessárias a futuras fases de fornecimento de partes e componentes aeronáuticos para a indústria brasileira, bem como a busca da viabilidade de inserção de produtos aeronáuticos brasileiros no mercado argentino.

(...)

Instruíram que as autoridades competentes dos Ministérios da Defesa e dos Ministérios da Fazenda e Orçamento, Planejamento e Gestão brasileiros e de Economia da Argentina promovam reunião para que possam identificar as fontes de financiamento necessárias e aprovar as dotações orçamentárias para a execução dos projetos identificados como de interesse comum, solicitando às instituições financeiras oficiais de ambos os países (BNDES, BNA, e BICE) a assistência técnica necessária (DECLARAÇÃO CONJUNTA VISITA DE ESTADO AO BRASIL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2008).

Destaca-se, na Declaração, a ênfase dada ao terreno da cooperação em defesa acerca de questões de cooperação horizontal, como estava refletido no Acordo Quadro de 2005, assim como a ausência de questões de coordenação de políticas de defesa e sobre questões estratégicas como as Missões de Paz da ONU. Estes últimos pontos, com maior presença nas aproximações e documentos assinados durante as décadas de 1980 e 1990, pareceram, como veremos na última seção, terem sido deslocados ao foro regional da UNASUL, questão que consideramos crítica, devido ao fato de que Argentina e Brasil ainda não haviam alcançado acordos substantivos e sustentáveis no tempo sobre ditos temas.

5.3 - A cooperação militar no século XXI: domínio militar ou controle civil?

Durante os primeiros oito anos do século XXI, destacam-se, na relação bilateral Argentina-Brasil, os avanços em matéria de cooperação militar. A regularidade alcançada, a partir de 1997, pelos corpos castrenses na implementação dos mecanismos de coordenação bilateral, contrasta de forma chamativa com aquela dos mecanismos políticos.

A seguir, desenvolveremos o decorrer da cooperação militar durante os últimos oito anos, os exercícios combinados, intercâmbio de pessoal, iniciativas várias de cooperação e o desenvolvimento das Reuniões de Estado-Maior Conjunto, para finalmente analisar os avanços do controle civil sobre a cooperação militar.

5.3.1- Os exercícios combinados

*Tabela 7. Exercícios combinados Argentina-Brasil
2000, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006 e 2008*

Exército

Ano	Lugar	Atividade
Outubro 2001	Brasil	Exercício “Iguazu II”. Planejamento de ações de apoio a organismos de defesa civil ante desastres naturais.
Dezembro 2002	Argentina	Exercício combinado “Lazo Fuerte 2002”. Organização de um Comando combinado para o planejamento de uma operação militar convencional.
2004 novembro	Argentina	Exercício combinado de operações convencionais “Duende”.
Outubro 2004	Brasil	Exercício combinado de operações convencionais “Lazo Fuerte 2004” Exercício de gabinete, combinado de operações convencionais.
Novembro 2004	Brasil	Exercício combinado de operações convencionais “SACI”. Exercício combinado de operações convencionais
Novembro 2005	Argentina	Exercício combinado de operações convencionais “Duende” Exercício combinado de operações convencionais
Novembro 2005	Brasil	Exercício combinado de operações convencionais “SACI” Exercício combinado de operações convencionais

Fonte: <http://www.oas.org/csh/spanish/mfcinfo.asp#AMFCS> Acesso em 15 abril 2010.

Fonte: <http://www.novamaioria.com/ES/PESQUISAS/defesa/041222a.html> Acesso em 22 maio 2010.

Marinha

Ano	Lugar	Atividade
Agosto 2000	Argentina	Jogo de Guerra de Nível estratégico operacional.
Outubro-novembro 2000	Argentina	Operativo Fraternal XX.
Setembro 2002	Brasil	Operação TEMPEREX. No porta-aviões brasileiro

		São Paulo.
Maio 2004	Brasil	Operação ADEREX. Operações convencionais.
Julho 2004	Argentina	Operação FRATERNO XXIII.
Outubro 2005	Brasil	Operação FRATERNO XXIV.
Novembro 2008	Argentina	Operação FRATERNO.
Julho 2008		Operação ADEREX II. Operações convencionais.

Fonte: <http://www.oas.org/csh/spanish/mfcinfo.asp#AMFCS> Acesso em 15 abril 2010.

Fonte: <http://www.novamaioria.com/ES/PESQUISAS/defesa/041222a.html> Acesso em 22 maio 2010.

Aeronáutica

Ano	Lugar	Atividade
Junho 2001	Fronteira Argentina-Brasil	Operação Plata I. Detecção de aviões intrusos.
Maio 2004	Brasil	Operação Plata II. Perseguição de voos ilegais na fronteira de ambos os países. Participaram 150 efetivos brasileiros e 165 efetivos argentinos. Posteriormente, realiza-se, mas alguns com a participação do Uruguai e outros com a participação do Uruguai e do Paraguai.

Fonte: <http://www.oas.org/csh/spanish/mfcinfo.asp#AMFCS>. Acesso em 15 abril 2010.

Fonte: <http://www.novamaioria.com/ES/PESQUISAS/defesa/041222a.html> Acesso em 22 maio 2010.

Como se pôde observar nas tabelas apresentadas, o desenvolvimento de exercícios combinados a nível bilateral entre Argentina e Brasil sofreu um considerável incremento em comparação com a década anterior. Enquanto que o histórico Exercício Naval Fraternal continuou desenvolvendo-se com regularidade, a Forças Aérea, que já havia levado a cabo a Operação TANBA, em 1997, começou a implementar de forma irregular a Operação Plata, que após suas duas primeiras edições começou a agregar os países fronteiriços.

Com relação à Aeronáutica, Fletes destaca que “as únicas duas manobras subregionais que o Brasil desenvolveu, em 2001, foram feitas com a Argentina” (FLETES, 2005. p. 144). Dado que relacionamos com o fato de que houve outros exercícios combinados nos quais a Argentina e o Brasil confluíram durante os últimos oito anos, muitos deles com os Estados Unidos (como o tradicional UNITAS) e muitos outros com Chile, Paraguai e Uruguai. Um fato que se destaca é como o desenvolvimento desses exercícios pode chegar a fomentar uma consolidação na cooperação entre as Forças. Exemplo disso foi que, em 22 de junho de 2004, uma vez finalizada a Operação Plata II, os comandantes em chefe das Forças Aéreas assinaram uma declaração conjunta para que a cooperação perdurasse (RELATÓRIO DE MEDIDAS DE CONFIANÇA MÚTUA PARA A OEA, ARGENTINA, 2005).

No caso da Marinha, destaca-se que após a entrada no porto do porta-aviões brasileiro “Minas Gerais”, em 1997, o Brasil manteve operativo seu novo porta-aviões, “São Paulo”, em 2001, no qual se retomaram as práticas de decolagem de aeronaves da Marinha argentina, em 2002, com a realização do Exercício TEMPEREX. Este exercício não foi realizado novamente nos anos posteriores, permitindo-nos chamar atenção para este fato, no período de 2003-2005, uma vez que nesse último ano, o porta-aviões brasileiro sofreu um acidente, após o qual começou sua reparação e remodelamento, encontrando-se novamente operativo em agosto de 2009,¹²¹ permitindo a previsão, novamente, de manobras combinadas.

Finalmente, destacamos o incremento no desenvolvimento dos exercícios combinado nos Exércitos. Enquanto que, antes de 1997, nunca haviam desenvolvido nenhum exercício, durante os últimos oito anos realizaram, em duas ocasiões, as operações “SACI”, “DUENDE” E “LAÇO FORTE”, e em uma ocasião, o Exercício Iguazú, em matéria de defesa civil.

5.3.2 - *As Reuniões do Estado-Maior Conjunto*

Mantendo a continuidade desde 1997, foram realizadas onze reuniões de consulta – a última foi em 2009 – entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina e o Estado-Maior da Defesa do Brasil. O procedimento destas atividades bilaterais é atribuição do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCO) e aprovado pelo Ministério da Defesa que, em certas ocasiões consideradas relevantes, emite diretrizes aos membros castrenses que participam do evento.¹²² O objetivo das reuniões é compartilhar experiências através de apresentações, buscando estabelecer “entendimentos”, que é o mais específico que este mecanismo de cooperação militar pode conseguir.¹²³

Quanto às reuniões bilaterais do Estado-Maior de cada Força, em 2008 aconteceu a VIII Conferência Bilateral do Estado-Maior do Exército e também da Marinha, e a XVI Reunião de Conversação entre os Chefes do Estado-Maior da Aeronáutica. As atas resultantes destas reuniões não são remetidas ao EEMFFAA.

¹²¹ O porta-aviões São Paulo volta à ativa após 4 anos em reforma. Disponível e: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090729/not_imp409999,0.php Acesso el 24 junho 2010.

¹²² Com relação a esse ponto, assinalou-nos que desde 2005, tem havido um crescente interesse por parte das autoridades ministeriais quanto ao desenvolvimento das reuniões. Isto se tem traduzido em um diálogo mais fluido entre as autoridades civis e os mandatários castrenses, os quais, em algumas ocasiões, são incluídos nos processos de debate do plano político da defesa. Entrevista realizada com o major Rodolfo Etchegaray, chefe de Divisão Subregional de Relações Internacionais, Chefia V Planejamento, Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. (11/05/2010)

¹²³ Entrevista realizada com o major Rodolfo Etchegaray, chefe de Divisão Subregional de Relações Internacionais, Chefia V Planejamento, Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. (11/05/2010)

A seguir, apresentaremos um resumo dos temas abordados nas Reuniões de Consulta, no período de 2000-2008.

III Reunião de Consulta. Buenos Aires, 26 y 27/10/2000.

- Incorporação de novos termos ao glossário comum de termos.
- Operações de manutenção de paz. Decidiu-se realizar um estudo de compatibilidade dos regulamentos sobre operações de paz; ratificar a presença de alunos e oficiais instrutores brasileiros no CAECOPAZ; continuar a análise da situação das missões de paz; manter canais para a participação de representantes do outro país nos contingentes nacionais: (até dois oficiais, um capitão e um tenente, e até dois suboficiais, um suboficial principal e um primeiro sargento).
- Identificaram-se riscos e ameaças comuns: terrorismo, narcotráfico, grandes espaços vazios, impacto sobre o meio ambiente, armas de destruição em massa, restrições ao acesso à ciência e tecnologia de ponta. Combinou-se iniciar reuniões bilaterais de inteligência para seu prosseguimento.
- Emprego das Forças Armadas na gestão de catástrofes. Identificar possibilidades de cooperação para estabelecer um Manual de Procedimentos Comuns com a participação do governo e da academia.
- Bases para um acordo de cooperação científica e tecnológica na área das Forças Armadas, unificando projetos, e a definição da autoridade de coordenação por parte de cada um dos países. Decidiu-se realizar inventários e todo submetê-lo à visão dos Ministérios de Defesa e das Chancelarias.
- Projeto – apresentado pela Argentina – de acordo de abastecimentos e serviços logísticos recíprocos. Analisou-se a dificuldade do projeto e se indicou a necessidade de envolver outras áreas governamentais junto à necessidade de contar com a aprovação das três Forças de cada país.
- Estrutura do Comando e controle do sistema de defesa. Decidiu-se continuar as pesquisas conjuntas.
- Incremento do intercâmbio de oficiais argentinos e brasileiros nas escolas militares de especialização, aperfeiçoamento e altos estudos. Com ênfase nos centros de estudos estratégicos, inteligência militar, planejamento e determinação de novas ameaças.

IV Reunião de consulta. Fortaleza, 29 e 30/08/2001.

- Medidas de Confiança Mútua. Propôs-se que as mesmas passassem a se denominar “Medidas de cooperação militar em âmbito regional”.

- Bases funcionais do EMCFFAA para 2001, no marco da revisão da defesa. Apresentação argentina.
- Apresentação do sistema de comunicações existente e que dá suporte ao sistema de comando e controle nos níveis estratégico, militar e operacional. Este último referindo-se ao emprego conjunto/combinado das Forças Armadas. Combinou-se implementar um plano em três fases, a primeira sendo um vínculo baseado na internet, e-mails, foros, intercâmbio de documentos.
- O planejamento militar em nível estratégico, militar e operacional. Metodologia. Houve uma análise conjunta e comparação.
- Bases para um acordo binacional destinado ao controle do espaço aéreo para neutralizar limitar e/ou restringir voos ilícitos. Decidiu-se promover a criação de mecanismos bilaterais permanentes sobre o tema.
- A segurança subregional no contexto da globalização, os interesses e ameaças comuns. Decidiu-se promover estudo sobre uma possível arquitetura de um modelo de segurança cooperativa bilateral.
- Gestão de catástrofes desde a ótica das Forças Armadas. Combinou-se elaborar procedimentos para o apoio mútuo entre as Forças Armadas.
- Projeto –argentino- de acordo de abastecimento e serviços logísticos recíprocos.
- Bases para um acordo de cooperação científica e tecnológica na área das Forças Armadas unificando projetos. Decidiu-se que o Brasil elaboraria uma proposta.

V Reunião de Consulta. Buenos Aires, 21/03/2003.

- Medidas de Confiança Mútua. Apresentou-se uma relação das medidas.
- Gestão de catástrofes, modos de ação destinados a fomentar seu vínculo. Assinalou-se que estava sendo tratado pelos Ministérios de Relações Exteriores.
- Intercâmbio de experiência sobre a estruturação dos sistemas de comando e controle estratégico militar e operacional. A Argentina iniciaria um foro virtual de discussão argentino-brasileiro e o Brasil propôs seu formato de mensagens e-mail.
- Projeto de acordo de abastecimento e serviços logísticos recíprocos. Elaborou-se e apresentou-se um projeto.
- Estudos sobre arquitetura de segurança cooperativa bilateral. Reconheceu-se a integração política y econômica como necessária para a arquitetura de segurança regional; que as Forças Armadas são um instrumento eficaz de integração e que o fortalecimento das relações entre o EMCFFAA e o EMD contribui para a cooperação e integração de um

sistema de segurança bilateral.

- As ameaças não tradicionais e seu efeito sobre os interesses nacionais. Combinou-se intercambiar informação sobre ameaças que impliquem participação militar.
- Prevenção de conflitos e manejo de crise regional. Combinou-se estabelecer um foro permanente dos Estados-Maiores Conjuntos para compartilhar critérios para uma visão estratégica comum, gerar suporte doutrinário comum para a reflexão estratégica, identificar interesses comuns e espaços de cooperação para a gestão de crises, promover e incentivar diálogos dentro das políticas de defesa de ambos os países.
- Experiência argentina e brasileira em operações de paz. A delegação brasileira visitou o CAECOPAZ .

VII Reunião de Consulta. Buenos Aires, 12 a 16/10/2005.

- Medidas de cooperação militar em âmbito regional.
- Troca de experiência relativas à estruturação dos sistemas de comando e controle estratégico e operacional. Expôs-se o funcionamento do foro bilateral.
- Projeto de acordo de fornecimento e serviços logísticos recíprocos. Apresentado na V Reunião e posto à consideração das autoridades ministeriais, a delegação brasileira declarou que o Ministério de Defesa havia rechaçado o projeto.
- Lei de ingresso e egresso de tropas. Exposição argentina.
- Lei de derrubada de aeronaves do Brasil. Exposição brasileira.
- Experiência em operações e logística na missão de paz no Haiti (lições aprendidas).
- Aplicações em apoio à decisão e desafios ao comando e controle das operações. Exposições.
- Estudos sobre a integração de comunicações táticas das Forças Armadas para facilitar o comando e o controle em operações combinadas, em um cenário de forças multinacionais com a coordenação da ONU.
- Participação de oficiais de ambos os Estados-Maiores como observadores nos exercícios conjunto/combinados.
- Avanços no glossário de termos comuns.

IX Reunião de Consulta. Buenos Aires, 24 a 28/10/2007.

- Simpósio de Investigação e Produção para a Defesa (SINPRODE) 2007. Exposição argentina.
- Manejo de crise político-estratégica de assistência humanitária. Argentina expôs suas experiências na Bolívia e no Peru e os exercícios com esses países e Chile. Propôs-se

realizar exercícios similares com o Brasil.

- Situação atual do Haiti e as perspectivas das operações de paz – Missão MINUSTAH.
- Doutrina militar de defesa. Exposição brasileira.
- Centro de Comunicações movil conjunto. Exposição argentina sobre este projeto.
- Inter-operacionalidade de sistemas e serviços em comando e controle. Exposição brasileira.
- Operações combinadas – experiência de doutrina de comando, controle, inteligência, operações e logística. Argentina expressou a necessidade de um documento de integração militar regional entre os dois países.
- Recursos naturais como hipóteses de conflito, visão argentina: fontes de energia, minerais para novas tecnologias.
- Estrutura, missão, organização e cadeia de comando do CAECOPAZ.
- Acordo para intercâmbio de informação sobre disponibilidade de armazenamento para otimização conjunta de transporte. Proposta argentina seria avaliada pelo Ministério da Defesa brasileiro e outros organismos de governo.
- Argentina ofereceu vagas para cursos no CAECOPAZ para instrutores, oficiais e suboficiais brasileiros.
- Combinou-se manter a participação de oficiais brasileiros como observadores nos exercícios que o EMCFFAA realiza na região em matéria de catástrofes e proteção civil.
- Modificou-se o termo “de confiança mútua” por “cooperação militar em âmbito regional.”

X Reunião de Consulta. Salvador, Bahia, 30/10 a 2/11/2008.

- Centro de catalogação das Forças Armadas – CECAFA – do Brasil.
- Legislação sobre remuneração dos militares no Brasil.
- Sistema de inteligência das Forças Armadas da Argentina.
- Sistema de inteligência de defesa do Brasil.
- Doutrina logística para operações de paz – Experiências relacionadas com Planejamento e execução da logística em operações de manutenção da paz. Exposição argentina baseada nos manuais da ONU.
- Ministério da Defesa e experiências doutrinárias em operações combinadas. Exposição brasileira.
- O EMCFFAA, experiências doutrinárias em operações conjuntas. Exposição argentina.
- Combinaram-se intercâmbios e visitas entre o CECAFA e a Direção Geral de Logística Conjunta da Argentina, a partir de 2010, e entre a Escola Superior de Guerra, no Brasil, e

a Escola Superior Conjunta da Argentina.

- O EMD do Brasil encaminharia ao Estado-Maior do Exército brasileiro proposta de Memorando de Entendimento para intercâmbio de um oficial argentino, desde 2009, no Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPAZ)¹²⁴.
- Combinou-se intercambiar informação dos órgãos de inteligência sobre o Haiti.
- Compromisso de intercambiar informação sobre o transporte marítimo até o Haiti para aproveitar os espaços.
- A Argentina propôs um grupo de trabalho sobre estratégia militar, a referendo da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa brasileiro.

Os principais temas tratados durante as seis Reuniões de Consulta giraram em torno do intercâmbio de informação sobre os sistemas militar e de defesa de cada país, exploração das possibilidades de cooperação bilateral, missões de paz, o intercâmbio de pessoal e troca de experiências de cada um dos países. Por meio do formato de exposições e grupos de trabalho para cada tema, elaboraram-se propostas que seriam enviadas às autoridades do Ministério da Defesa para sua aprovação. A cooperação logística e a estruturação dos sistemas de comando e controle estratégico e operacional tiveram uma forte presença nas reuniões. A substituição de “Medidas de Confiança Mútua” por “Cooperação Militar em Âmbito Regional” foi proposta em 2001 e aprovada em 2007. Notamos que os debates em torno da arquitetura de segurança cooperativa bilateral, dos recursos naturais como hipóteses de conflito e das convergências estratégicas, que se viram refletidas nos mecanismos militares, não tiveram o mesmo tratamento a nível político.

5.3.3- Intercâmbio de pessoal

O intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas da Argentina e do Brasil manteve-se fluido durante os últimos anos, conseguindo uma estabilidade que associamos ao funcionamento das reuniões bilaterais entre o Estado-Maior Conjunto e de cada uma das Forças, especialmente. O intercâmbio funcionou em dois níveis: intercâmbio de cadetes e de oficiais. Enquanto o primeiro não teve avanços, entre oficiais a cooperação funcionou bem.¹²⁵

Sobre os cadetes só se relatam experiências isoladas, como visitas recíprocas em 2000, 2004 e 2005, por parte dos Exércitos, e em 2004 e 2006 da Aeronáutica. Sem dúvida, todas

¹²⁴ Implementado durante 2009.

¹²⁵ Ver no presente trabalho: ANEXO. INTERCÂMBIO DE PESSOAL ENTRE AS FORÇAS ARMADAS DA ARGENTINA E DO BRASIL NOS ANOS 2000, 2004, 2005, 2006 E 2008.

estas visitas foram de poucos dias de duração. A Argentina afirma haver emitido diversos convites ao Brasil para intercambiar cadetes, mas o Brasil nunca respondeu.¹²⁶ Destacamos que a Argentina intercambia, fluidamente, cadetes com a Bolívia, o Paraguai e Peru,¹²⁷ antigos aliados no pensamento tradicional de hipóteses de conflito com países vizinhos. Diante deste ponto, assinala-se que não se revisou o funcionamento destes mecanismos adequados à lógicas tradicionais de balance estratégico, remanescentes de inércias burocráticas até os dias atuais.

Outra forma de intercâmbio de cadetes é através das viagens de fim de curso, que realizam as Forças. Esta modalidade recebe uma importância especial na Marinha, devido ao fato de que suas viagens são de caráter instrutivo e de maior duração que as realizadas pelo Exército e pela Aeronáutica (viagens com duração média de um mês). No Anexo do presente trabalho vemos que guarda-marinhas da Marinha argentina realizaram viagens de instrução ao Brasil, e vice-versa, em 2004, 2006 e 2008, enquanto no Exército só observamos registro no ano 2000, de uma viagem por vários países da região. A Aeronáutica não registra nenhuma viagem.

A decisão sobre o destino da viagem está relacionada, essencialmente, a questões orçamentárias, além do fato de que os militares preferem ir para os Estados Unidos ou Europa (por questões tecnológicas, etc.). Não há uma política a respeito, salvo entendimentos surgidos das reuniões bilaterais, nas quais se convida à Argentina a participar das viagens com destinos altamente variáveis.¹²⁸ Para os oficiais, “a participação em exercícios e cursos se transformou em moeda de cada dia”, sendo que “nas Escolas de Guerra há, permanentemente, oficiais com vínculo à contraparte bilateral” (FLEMES, 2005. p. 144).

Como podemos observar no Anexo do presente trabalho, a cooperação e o intercâmbio de oficiais têm um alcance amplo. Somado aos oficiais de enlace, existe um permanente intercâmbio de instrutores, oficiais fazendo curso durante meses no país vizinho, visitas contínuas sobre diversos aspectos e sistemas de estágio.

Na Argentina, atualmente, as Forças Armadas propõem, sob uma série de contingentes [Angela Mo2]estabelecidos pela Secretaria de Assuntos Internacionais da Defesa (mas que

¹²⁶ Entrevista realizada com o major Rodolfo Etchegaray, chefe de Divisão Subregional de Relações Internacionais, Chefia V Planejamento, Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. (11/05/2010)

¹²⁷ Entrevista realizada com a Subsecretária de Formação do Ministério da Defesa, Sabina Frederic. (21/10/2009).

¹²⁸ Entrevista realizada com o major Rodolfo Etchegaray, chefe de Divisão Subregional de Relações Internacionais, Chefia V Planejamento, Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. (11/05/2010)

respondem às dinâmicas históricas de domínio das Forças Armadas), os alunos e os destinos. A dinâmica de contato, seleção e intercâmbio é dominada, tradicionalmente, pelos militares. Por isso, apesar do fato de que quem define o contingente é o Ministério da Defesa, o relativo ao intercâmbio e à cooperação bilateral é informado pelas Forças ao EEMCFFAA.¹²⁹ Nota-se um esforço para reverter esta situação¹³⁰ desde a Subsecretaria de Formação do Ministério da Defesa, criada em 2007, que tem como objetivo estabelecer o controle civil sobre a formação. Sem dúvida, atualmente, seu foco está nos programas educativos e na reforma curricular e de seleção de professores. Sobre isso, fomos informados que as Forças Armadas (o Exército e a Marinha, uma vez que a Aeronáutica está criando recentemente uma área de formação), através de suas direções de formação e educação, enviam as relações de destinos e os nomes dos oficiais indicados à Secretaria de Assuntos Internacionais da Defesa, sem passar pela Subsecretaria.¹³¹ A falta de coordenação entre os órgãos assinalados permite o domínio militar sobre esses temas.

5.3.4 - Iniciativas várias

Em primeiro lugar, apresentamos uma medida à qual já nos referimos no Capítulo 4, que é a incorporação, desde meados da década de 1990, de um oficial e um suboficial brasileiro ao contingente argentino dispersado em Chipre, na Missão de Paz das Nações Unidas. Esta medida foi acordada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. A Argentina mantém esta política com Chile (em 2005, enviou 14 efetivos), Paraguai (enviou 14 efetivos) e Peru (enviou 26 efetivos).

Projeto Gaucho. Começou em abril de 2004, quando os Estados-Maiores dos Exércitos firmaram um projeto tecnológico bilateral de construção de um veículo leve, de emprego geral, aerotransportável (VLGA), denominado “Gaucho”. Foi uma iniciativa argentina de confiança mútua, que não envolvia tecnologia de ponta, como um avião, ou questões nucleares.¹³² A partir daí, os representantes técnicos do projeto realizaram várias reuniões, até que, em julho de 2008, no Brasil, teve lugar a “2º Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Argentina” da “Subcomissão de Cooperação Terrestre “ e “Projeto Gaucho”

¹²⁹ Entrevista realizada com Roberto Bloch, Assessor do Secretário de Assuntos Internacionais, Ministério da Defesa. (18/05/2010)

¹³⁰ Entrevista realizada com a Subsecretária de Formação do Ministério da Defesa, Sabina Frederic. (21/10/2009).

¹³¹ Entrevista realizada com a Subsecretária de Formação do Ministério da Defesa, Sabina Frederic. (21/10/2009).

¹³² Entrevista realizada com o coronel (R) Héctor Florez. (08/07/2009).

(RELATÓRIO DE MEDIDAS DE CONFIANÇA MÚTUA PARA A OEA, ARGENTINA, 2009). Os objetivos do projeto são: fomentar a indústria autopartista local, dotar os Exércitos de um veículo leve e de fácil transporte para introduzir, também, no mercado civil e fortalecer os laços de integração e cooperação entre ambos os Exércitos. Até os dias atuais fabricaram-se 2 protótipos, de um deles a Argentina fabricou 8 unidades durante 2007. Atualmente, o projeto Gaucho encontra-se em um impasse devido às dificuldades de comercializar o veículo, sendo que o Brasil não mostrou interesse em adquirir unidades.

Outra medida de cooperação, no âmbito das Marinhas, são as reuniões anuais do Comitê Naval Operativo. Seus objetivos são coordenar o intercâmbio de pessoal e o planejamento de exercícios combinados. Em 2008, teve lugar o Sétimo Comitê, na base de Puerto Belgrano, na Argentina, durante o qual “avaliaram-se os adestramentos combinados previstos para os meses entrantes e combinaram-se intercâmbios de pessoal e cursos”, centrando-se na edição seguinte do FRATERNOS, a possível edição, em 2009, do exercício ARAEX e a possibilidade de realizar um exercício de resgate de submarinos.¹³³

Outras reuniões bilaterais foram a VI Reunião Bilateral de Inteligência do Exército (2004); V Encontro de Comandantes Logísticos das Forças Aéreas (2004); II Simpósio de Busca e Resgate das Forças Aéreas (2004); Reunião bilateral do Chefe de Estado-Maior do Exército com o Comandante do Exército Brasileiro (2005); XIII Conferência Bilateral de Inteligência das Forças Aéreas (2008); Reunião de Trabalho Teórico e Prático sobre Calibragem e Operação de Sondas Multibeam entre as Marinhas (2008); VIII Reunião Comitê Hidrográfico OMI (2008, Marinhas). Durante 2005 reuniu-se, por duas vezes, o Comitê de Comandantes dos Exércitos do MERCOSUL e associados, uma vez em Buenos Aires (março), e, na segunda oportunidade, em Brasília (setembro). Esta instância castrense convoca, também, países da região andina, como Equador e Colômbia.¹³⁴

Outro tipo de iniciativas refere-se à manutenção de unidades nas instalações do outro país, como as tarefas de reparação e manutenção de submarinos argentinos, no Rio de Janeiro, e a manutenção e reparação de um sistema de lançadores de mísseis brasileiros, em 2004, na Argentina. Nesse ano, a Marinha argentina realizou uma visita técnica às turbinas Tyne, no Brasil, e submarinos argentinos tiveram manutenção e reparação no Brasil. Outra duas

¹³³ Realizou-se o sétimo Comitê Naval Operativo. Disponível em: <http://www.gacetamarinera.com.ar/?idSec=7> Acesso em 01 abril 2010.

¹³⁴ MERCOSUR e associados analisam cooperação em desastres naturais. Disponível em: http://www.infolatam.com/entrada/mercosur_y_asociados_analizan_cooperacio-5469.html e Sexta Reunião do Comitê de Comandantes de Exércitos do MERCOSUR e Associados. Disponível em: <http://www.ejercito.mil.co/index.php?idcategoria=192082> Acesso em 15 junho 2010.

iniciativas das quais não obtivemos maiores informações referem-se a uma reunião desenvolvida em 2004, entre as Marinhas, sobre um Projeto de Patrulheiros de Alto Mar e uma reunião, em 2006, entre as Forças Aéreas, para avaliar dados de um radar meteorológico (RELATÓRIO DE MEDIDAS DE CONFIANÇA MÚTUA PARA A OEA, ARGENTINA, 2005, 2007).

5.4- Criação da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-americano: Como se pode entender a cooperação bilateral com o Brasil?

Um fato que mudou o eixo das relações bilaterais em matéria de defesa foi a proposta e constituição da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Como uma proposta brasileira, o CDS começou a tomar forma durante 2008, quando o ministro Jobim realizou uma série de viagens pela América do Sul, para angariar apoio para a criação do organismo.¹³⁵ Foi por ocasião destas viagens, durante a visita de Jobim à Argentina, que a ministra da Defesa, Nilda Garré, declarou que os dois países têm “uma cisão comum sobre a segurança regional” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008) e Jobim afirmou que “a cooperação deve passar pelo plano científico-tecnológico e os exercícios militares conjuntos, além dos intercâmbios de pessoal castrense” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008). Estas declarações indicam que as relações entre ambos os países se incrementariam, somando-se à criação do CDS, funcionando desde 2009, ocupando-se de temas que ambos os países vêm tratando durante os últimos anos.

A criação do CDS transformou as relações fazendo com que o enfoque do Ministério da Defesa argentino se orientasse em torno do mesmo. Não obstante, os entrevistados foram unânimes em afirmar que a criação do CDS não significaria o abandono dos mecanismos bilaterais com o Brasil, uma vez que o CDS impulsiona ditos mecanismos. Reuniões bilaterais continuam, mas em torno do CDS, cuja concretização parece que a Argentina tomou como própria, após iniciativa brasileira. Apesar das reticências argentinas iniciais com a Comunidade Sul-americana de Nações, parece agora prevalecer uma visão de “ceder à realidade e orientar-se para uma atitude que se pode definir como de resignação ante os fatos

¹³⁵ Dois trabalhos interessantes sobre este processo são “La Defensa en la Política Exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa” de Hector Luis Saint-Pierre (disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/1b12ab804fda364bb164ff8bf7fc5c91/DT50-2009_Saint-Pierre_Defesa_Politica_exterior_Brasil.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=1b12ab804fda364bb164ff8bf7fc5c91 Acesso em 11 de julho 2010) e o de Angela Moreira “Consejo Sudamericano de Defensa: Hacia una integración regional en Defensa” (Disponível em: <http://www.resdal.org> Acesso em 18 maio 2010).

consumados” (CORTES, CREU, 2009. p. 136). Ou seja, se o Brasil impulsionou um mecanismo regional funcional a seus interesses, a Argentina tomará a iniciativa e buscará direcioná-lo aos seus próprios.¹³⁶

Desta maneira, com a criação do CDS, a relação parece entrar em uma etapa de direção ignota, inclusive se o CDS não lograr sua implementação definitiva. A análise do período 2000-2008 mostra uma situação na qual, político-diplomaticamente, Argentina e Brasil percebem divergências estratégicas, gerando-se, em alguns momentos, contradições e situações incômodas:

No plano das ações estes atores constituem-se em *parceiros* estratégicos, formando alianças quando as circunstâncias as fomentem e desestimulando-as quando estas não convêm aos próprios interesses, sejam políticos e/ou econômicos (CORTES, CREU, 2009. p. 138).

A pesar de existir um consenso no caráter da relação estratégica bilateral, parece persistir uma defasagem entre o discurso e a prática política, que não permite “às diplomacias da Argentina e do Brasil proporem, de maneira sincera e factível, seus objetivos e interesses em torno do vínculo bilateral” (CORTES, CREU, 2009. p. 138). Acreditamos que isso se reflete no fato de que, após três décadas de aproximações, Argentina e Brasil não tenham sido podido nunca elaborar um documento sobre questões estratégicas no campo da defesa.¹³⁷ As reuniões presidenciais consolidaram-se e parecem avançar a um nível de institucionalização pragmática, contrastando com a indefinida relação em nível de defesa, que parece variar em seus objetivos através do tempo, sem consolidar-se de forma transparente em suas ações.

O avanço e a consolidação da cooperação militar têm seu lado negativo na relativa autonomia das Forças Armadas de ambos os países, para dirigir a cooperação, uma vez que “o atual sistema permite às três Armas o estabelecimento de seus próprios canais de comunicação com suas contrapartes” (FLEMES, 2005. p. 142)”. No caso do Brasil,

a relativa autonomia das Forças Armadas brasileiras em relação à cooperação militar deve-se, particularmente, ao fato de que, desde 1999, não tem havido nenhuma oficina política que se encarregue da coordenação das medidas político-militares, dos serviços armados e dos Estados-Maiores (FLEMES, 2005. p. 143).

¹³⁶ Podemos ver este ponto refletido no fato de que a Argentina logrou posicionar o ex-presidente Nestor Kirchner como Secretário Geral da Unasul, mudando a sede da Secretaria, momentaneamente, para Buenos Aires. Ainda com relação ao CDS, viu-se um forte impulso argentino na constituição de um Centro Sul-americano de Estudos Estratégicos, com sede em Buenos Aires, e a criação de um Colégio de Defesa Sul-americano, também com sede em Buenos Aires.

¹³⁷ Atualmente, se está trabalhando com uma visão comum entre Argentina, Brasil e Uruguai, em matéria de recursos naturais: petróleo, água doce, gás e biodiversidade. Isso, juntamente com a cooperação tecnológica industrial são os dois grandes temas atualmente. Entrevista realizada com Roberto Bloch, Assessor d Secretário de Assuntos Internacionais, Ministério da Defesa. (18/05/2010).

Em certa medida, a mesma situação ocorre na Argentina, que apesar de contar com uma Secretaria de Assuntos Internacionais e uma Sub-secretaria de Formação, ainda não estabeleceu mecanismos de coordenação e direção sobre as políticas de cooperação militar, como já acontece com o intercâmbio de estudantes e oficiais.

Conclusões incertas para um tema inconcluso

Em uma interessante reflexão, Saint-Pierre pergunta-se o motivo pelo qual deveria haver uma política cooperativa entre Argentina e Brasil e, frente à questão, assinala que tal cooperação deveria existir porque: sua aliança estratégica promoveria uma “densidade defensiva” insólita na região; o fato de o Brasil fazer fronteira com todos os países da América do Sul, à exceção de Chile e Equador, proporciona uma projeção subcontinental a esta cooperação estratégica; esta densidade defensiva funcionaria como um centro gravitacional estratégico de enorme poder na América do Sul, atraindo os demais países a integrarem-se a dita cooperação, para resolver dissuasivamente, através de negociação, os problemas específicos sul-americanos, que por ventura venham a ameaçar a paz e a tranquilidade nesta parte do continente, sem intervenção de potências extra-regionais (SAINT-PIERRE, 2003. p. 20. Em WINAND, 2006. p. 128). Agora sim: por que esta cooperação foi tão imperfeita ao longo destes vinte e cinco anos?

Através do desenvolvimento do trabalho, pudemos observar, principalmente, duas questões. Primeiramente, a marcada diferença entre os processos de cooperação militar conduzidos pelas Forças Armadas e aqueles administrados pelas autoridades políticas dos Ministérios de Defesa.

Os processos de cooperação militar, cujo crescimento se registra a partir de 1997, mantiveram uma regularidade em seu funcionamento, não observada nos processos de cooperação política. Indubitavelmente, entendemos que essa regularidade está relacionada à modelos de escasso controle civil, nos quais as coincidências e interesses corporativos do setor castrense prevalecem. A esse respeito, Flandes assinala que

“no campo da cooperação internacional, as Forças Armadas argentinas perseguem o interesse próprio de sua instituição, com grande folga, no entanto, o Ministério da Defesa quase não expressa seus objetivos políticos sobre os quais as Forças Armadas possam enforçar-se.” (FLEMES, 2005. p. 137)

Enquanto do lado brasileiro “a institucionalização da cooperação em matéria de defesa entre Argentina e Brasil não se efetivou devido, em grande parte, à inconstância dos objetivos do Brasil em relação a seu vizinho (WINAND, 2006. p. 105), “as intenções da Argentina em relação ao Brasil nunca foram claras para a diplomacia de Brasília [fazendo com que] a cooperação tenha ficado presa entre os vai-e-vem argentinos e a inflexibilidade brasileira” (RUSSELL, TOKATLIAN, 2003 pp. 58, 59). De maneira que

“os custosos processos de reconstrução da desconfiança, construção e consolidação da confiança mútua brasileiro-argentina, não redundaram em uma cooperação estratégica, pela falta de consenso, de interesse e de vontade política para conseguir sua constituição” (WINAND, 2006. p. 137).

Quanto ao conceito de segurança cooperativa, encontramos-nos diante de uma dualidade propositiva/descritiva do mesmo, atada ao seu caráter político, o que dificulta sua aplicação. A análise acadêmica desenvolvida em torno do mesmo – majoritariamente na década de 1990 –, não logrou uma homogeneização do conceito. Entendemos que o conceito de comunidade pluralista de segurança (CPS), de Deutsch, é mais adequado para analisar a relação argentino-brasileira em matéria de defesa.

A invalidez do conceito de segurança cooperativa

O conceito de segurança cooperativa, assim como o conceito de segurança, possui características subjetivas. Dessa maneira, entendemos que sua gênese no texto de Carter, Perry e Steinbruner é netamente propositiva. Tais autores buscavam “o princípio correspondente para a segurança internacional do pós-Guerra Fria” (CARTER; PERRY; STEINBRUNER, 1996. p. 184). Assim, o conceito tem sua razão de ser no contexto no qual foi desenvolvido, fim da Guerra Fria, auge das políticas de desarmamento e controle de armamentos, e confiança nas Nações Unidas como ente interventor e mediador dos conflitos inter-estatais. Nesse marco, o governo argentino o adotou em seu discurso, colocando-o junto à segurança global que o governo procurava. O conceito teve um caráter netamente utilitarista.

Sem dúvida, as análises acadêmicas posteriores trataram o conceito descritivamente. Assim, ele foi tomado como um esforço coletivo, um ambiente, um enfoque amplo, um modelo, uma estratégia parcial, um conjunto de medidas políticas. O problema surgiu no fato de que essas definições pareciam aglutinar e mesclar vontades estatais de incorporarem-se aos regimes internacionais de segurança, com a consecução de medidas de confiança mútua, sem chegar a pensar na vontade dos Estados em cooperar mutuamente com uma coordenação de suas políticas de defesa. Acreditamos que este último poderia ser uma ponte em encontro a um desenvolvimento do conceito. Ainda que nos pareça que esse conceito se aproxima da descrição do que Deutsch, há trinta anos, denominava “CPS”.

Existe uma comunidade pluralista de segurança entre Argentina e o Brasil?

Retornando a Deutsch, podemos identificar a existência de uma CPS quando (1) entre os Estados que a compõem há uma compatibilidade de valores políticos fundamentais; (2) há capacidade dos governos e dos estratos politicamente importantes para responder de forma recíproca às mensagens, necessidades e ações, de forma veloz, adequada e sem recorrer à violência; (3) há previsibilidade mútua dos aspectos pertinentes da conduta política, econômica e social de uns com relação aos outros.

No caso de Argentina e Brasil, identificamos a existência do ponto 1, uma coincidência quanto ao ponto 2, no que concerne à não recorrer à violência, mas não ainda de forma clara quanto à capacidade de resposta rápida e adequada, como pode demonstrou a crise de 1997, em torno da aliança extra-OTAN e o Conselho de Segurança, e logo em 2004, em torno da criação da Comunidade Sul-americana de Nações. Tanto que o ponto 3 tem a particularidade de haver avançado no que concerne às reuniões presidenciais e aos encontros entre as Forças Armadas – com a particularidade já assinalada –, mas não entre os Ministérios da Defesa, onde os desentendimentos acontecem frequentemente.

Por outro lado, se tomamos os três processos que Deutsch indica para o estabelecimento da CPS: (1) atrativo decrescente e improbabilidade de guerra entre as unidades políticas participantes segundo a percepção dos governos, elites e, talvez, populações; (2) difusão de movimentos e tradições intelectuais a favor da integração e a preparação do clima político para a CPS; (3) desenvolvimento e prática de hábitos e capacidades de atenção mútua, comunicação e sensibilidade recíproca, de modo a possibilitar a preservação das expectativas estáveis de paz e mudança pacífica entre elas. Observamos que os processos 1 e 2 foram se consolidando a partir de 1983. Com relação ao ponto 3, exitoso em nível geral, no que se refere à cooperação em defesa teve um decorrer instável ao longo do tempo, com mecanismos criados e abandonados, congelamento das relações, reformulação cíclica das formas de cooperação e falta de acordo em questões de política e estratégia de defesa. Dessa forma, vemos que a CPS entre Argentina e Brasil ainda se encontra em uma fase embrionária, após conseguir uma maturidade incompleta em matéria de cooperação em defesa. Para finalizar, faremos umas breves conclusões com base nas três fases de construção de uma CPS desenvolvidas no nosso trabalho.

No capítulo 3 analisamos a fase correspondente ao *nascimento* de uma CPS. Depois de haver desenvolvido no capítulo 2 a história da relação bilateral Argentina-Brasil desde o século XIX, identificando os episódios de tensão que a marcaram e vendo como se construíram as percepções de rivalidade, desconfiança e inimizade. Vimos como, a partir de

1983-1985, os governos democráticos procuram revisar a história e construir um novo tipo de relação. A vontade presidencial foi vital em dito momento, enquanto que na esfera acadêmica crescia um movimento pró-cooperação/integração. A resistência a esse processo pareceu ancorar-se nos setores mais conservadores e nacionalistas de cada país, os quais foram perdendo peso político de maneira progressiva e constante durante aqueles anos. Destaca-se, nesse período, o entendimento em matéria nuclear, área que suscitava, desde os anos 1950, maiores desconfianças entre ambos os países.

No capítulo 4, no qual analisamos o período 1990-1999, mostramos como se consolidou a confiança mútua entre os dois Estados. Constituiu-se o MERCOSUL, os Exércitos e as Forças Aéreas começaram a realizar, pela primeira vez, exercícios combinados, institucionalizou-se a cooperação em questões nucleares, criaram-se – ainda que sem implementação – mecanismos de cooperação em defesa e os presidentes definiram a relação em termos de uma aliança estratégica. Sem dúvida, a política unilateral argentina de alinhamento com os Estados Unidos deixou em segundo plano a relação com o Brasil. A Argentina pareceu dar como certa a consolidação da confiança mútua com o Brasil, na qual se priorizou particularmente o plano econômico – definido como vital ao interesse nacional argentino. Esse fato fez com que a cooperação em defesa não avançasse mais além do plano retórico, sem registrarem-se retrocessos, mas sem gerar avanços significativos no plano político.

Finalmente, no capítulo 5, analisamos a etapa denominada de maturidade incompleta da CPS, na qual se nota uma maior cooperação em matéria de defesa. Durante os últimos oito anos, várias questões nos levam a afirmar que Argentina e Brasil entraram em uma etapa de maturidade incompleta em sua CPS. Nesse período, ambos os países decidiram reativar os mecanismos criados em 1997 – MCC e MAE – mais, após um impulso no começo da década, foram novamente esquecidos. Em 2005, a cooperação pareceu reformular-se com o acordo marco de cooperação, não obstante, dito acordo não estabeleceu reuniões periódicas e pouco é o que se sabe a respeito de seu êxito. Por outro lado, desde o ano 2000, está funcionando o Grupo de Trabalho Bilateral em Defesa argentino-brasileiro, do qual não há informação, além de que possuem funções superpostas com os mecanismos e acordos mencionados. As reuniões presidenciais estabelecidas com um caráter semestral são um claro indicativo da relação estratégica que ambos os países impulsionam. Nelas, a questão da defesa é seguida desde os Ministérios, a partir dos acordos existentes.

Até 2005, o foco da cooperação parecia dirigido à coordenação de políticas, transparência de informação e estabelecimento de posições comuns ante a diversos foros internacionais. Tal comportamento mudou no ano citado, priorizando-se a cooperação tecnológica e científica, especialmente impulsionada pelo Brasil. Os objetivos anteriores a 2005, apesar de não terem sido descartados, pareceram se desvanecer à luz de duas questões. A primeira delas foi o surgimento de desentendimentos entre ambos os Ministérios de Defesa, nos quais brigas burocráticas começaram a surgir. A segunda foi a criação do CDS, foro sul-americano ao qual o Ministério argentino dirige seus esforços para captar as sedes dos organismos criados.

Uma relação bilateral que ainda não amadureceu no terreno da defesa para se constituir plenamente em uma CPS, corre o risco de se debilitar diante do possível fracasso de um foro de maiores dimensões, no que ambos os países parecem apostar – Argentina principalmente –, como também pode debilitar a relação se um dos parceiros se sente abandonado pelo outro, diante de um mecanismo multilateral. Retomamos, aqui, a ideia de que a Argentina e o Brasil poderiam converter-se em um centro gravitacional estratégico, podendo “levar à integração dos demais países vizinhos em termos de colaboração em políticas de defesa” (CORTES, 2004. p. 132).

Finalmente, assinalamos que, enquanto grande parte dos entrevistados vê com preocupação o futuro do sistema de defesa argentino, destacando que este se encontra deteriorado em suas capacidades operativas – o que faz com que a Argentina já não seja *atrativa* para os países vizinhos para cooperar –, entendemos que a falta de um maior controle civil sobre os âmbitos de cooperação internacional castrenses, constitui um dos maiores déficits para poder alcançar a maturidade completa da CPS.

O futuro da cooperação bilateral em matéria de defesa, a partir de 2008, parece começar a girar em torno do êxito do CDS. Seu êxito ou fracasso marcarão a pauta para a relação argentino-brasileira continuar pela atual vereda ou retomar sua oscilação histórica.

ANEXO

ANEXO

**INTERCÂMBIO DE PESSOAL ENTRE AS FORÇAS ARMADAS DA ARGENTINA E
DO BRASIL NOS ANOS 2000, 2004, 2005, 2006 E 2008**

Exército

Ano	Lugar	Atividade
Agosto 2000	Brasil	2 cadetes argentinos estiveram no Brasil.
Setembro 2000	Brasil	17 suboficiais argentinos visitaram o Brasil.
Outubro 2000	Argentina- Brasil	Intercâmbio de comandos regionais com o Brasil, entre GGUUCC setores.
Março-Agosto 2000	Brasil	Um oficial superior argentino participou do Curso CEAEPE no Brasil.
Janeiro-Dezembro 2000	Brasil	Um oficial chefe esteve como intermediário na Escola de Comando e Estado-Maior do Brasil.
Janeiro-Dezembro 2000	Argentina	Um oficial chefe do Brasil esteve como intermediário na Escola de Comando e Estado-Maior da Argentina.
Março-Junho 2000	Brasil	Um oficial subalterno esteve no Brasil no Curso Operações na Selva.
Setembro-Dezembro 2000	Brasil	Um oficial subalterno esteve no Brasil no Curso Básico de Inteligência.
Junho-Setembro 2000	Brasil	Um suboficial esteve no Brasil no Curso Operações na Selva.
Junho 2000	Argentina	17 suboficiais do Brasil realizaram uma visita à Argentina.
Outubro 2000	Argentina	Intercâmbio de experiências VC TAN SK105 com o Brasil.
Outubro 2000	Argentina	Visita de membros da Escola Superior de Estratégia (CEPAEX) do Brasil à Argentina.
Dezembro 2000	Argentina	Viagem de formatura AMAN na Argentina.
Fevereiro-Dezembro 2000	Argentina	Um oficial superior do Brasil participou do Curso Superior de Defesa Nacional na Argentina.
Fevereiro-Dezembro 2000	Argentina	Um oficial chefe do Brasil participou do Curso do Comando e Estado-Maior na Argentina.
Julho-Dezembro 2000	Argentina	Um oficial subalterno do Brasil participou do Curso Avançado de Inteligência na Argentina.
Maio 2004	Brasil	Intercâmbio de dois cadetes.
Maio 2004	Argentina	Intercâmbio de dois aspirantes.
Dezembro 2003- Novembro 2005	S/I	Um oficial intermediário no Curso de Comando e Estado-Maior.
Setembro-Dezembro 2004	S/I	Curso Básico de Inteligência (1 oficial).
Junho-Agosto 2004	S/I	Curso Operações na Selva (1 oficial).
Janeiro-Junho 2004	S/I	Curso Avançado de Inteligência (1 oficial).
Julho-Agosto 2004	S/I	Curso Operações na Selva (1 oficial).
Fevereiro-Abril 2004	S/I	Curso Básico de Inteligência (1 oficial).

Abril 2004	Brasil	Visita de uma Comissão da Chefia IV a São Paulo, à fábrica Agrale, para conhecer o <i>jeep</i> Maroua.
Julho 2004	Argentina	Visita de generais e coronéis da Escola de Guerra do Brasil.
Novembro 2004	Argentina	Visita de observadores de exercício universitário de gestão de crises do Brasil.
Julho 2005	Brasil	Curso Operações na Selva (1 oficial).
Julho 2005	Brasil	Curso Operações na Selva (1 suboficial).
Março-Julho 2005	Brasil	Curso CEAPE.
Agosto-Outubro 2005		Curso Básico de Inteligência (1 oficial).
Junho 2005	Argentina-Brasil	Intercâmbio de 3 especialistas no tema de Educação Superior.
Junho 2005	Argentina	Intercâmbio de 1 especialista do Exército em Aviação.
Julho 2005	Argentina	Visita “prêmio” de 40 alunos do Curso de Formação de sargentos.
Agosto 2005	Argentina/Brasil	Intercâmbio de dois cadetes.
Agosto 2005	Argentina	Visita “prêmio” de 42 alunos do Curso de aperfeiçoamento de sargentos.
Outubro 2005	Argentina	Visita de 40 oficiais do CPAEx.
Mai 2005	Brasil	Visita de 3 oficiais ao HARAS militar.
Junho 2006	Brasil	Intercâmbio de analistas para participar do Ciclo de Estudos Estratégicos do Exército do Brasil.
Julho 2006	Argentina	Visita do sr. general Alessio Ribeiro Souto, do Exército Brasileiro.
Agosto 2006	Brasil	Concorrência de dois professores ao Ciclo de História Militar e Liderança da ECEME.
Agosto 2006	Argentina	Intercâmbio de analistas do Exército brasileiro para visitar o Centro de Estudos Estratégicos e participar do “Seminário de Liderança” da ESG.
Agosto 2006	Argentina	Intercâmbio de especialistas em Planejamento.
Setembro 2006	Argentina	Concorrência de dois professores do Exército brasileiro ao jogo de simulação estratégico inter-universitário “Belgrano” da ESG (para ampliar conhecimento sobre manobra e gerenciamento de crises).
Outubro 2006	Argentina	Visita de oficiais do CPAEx
Novembro 2006	Brasil	Intercâmbio de observadores do Exercício Tático (em terreno) com a ECEME (area 3 D E)
Março 2006	Brasil	Visita do JEMGE ao Brasil para a transferência da Conferência dos Exércitos Americanos.
Março 2006	Argentina	Visita do chefe do Estado-Maior general do Exército e do Diretor da DIDEP para a apresentação do Projeto GAUCHO.
Janeiro 2006-Dezembro 2007	Brasil	Curso de Comando e Estado-Maior.
Janeiro-Dezembro 2006	Brasil	Aperfeiçoamento de oficial de Arsenal.

Janeiro-Março 2006	Argentina	Formação de dois escaladores militares.
Maio 2008	Brasil	Intercâmbio de Informação sobre Formação do Oficial na Academia Militar de Agulhas Negras do Exército do Brasil.
Maio 2008	Argentina	Intercâmbio de professores da Escola de Guerra do Exército do Brasil.
Setembro 2008	S/I	Intercâmbio de especialistas em Comunicação Institucional com o Exército do Brasil.
Fevereiro-Dezembro 2008	S/I	Formação de oficial de Estado-Maior – 2º Ano.
Março-Dezembro 2008	S/I	Mestrado em Estratégia e Geopolítica – 2º Ano.
Janeiro-Novembro 2008	S/I	CEM - Professor na Escola de Comando e Estado-Maior.
Janeiro-Novembro 2008	S/I	Aperfeiçoamento oficial de Ing
Janeiro-Novembro 2008	S/I	Aperfeiçoamento oficial de Com
Janeiro-Novembro 2008	S/I	Curso de Aperfeiçoamento de Material Bélico.
Setembro-Dezembro 2008	S/I	Curso de Operações na Selva - suboficiais
Março 2008	S/I	Treinamento Tático para Blindados - oficiais
Março 2008	S/I	Treinamento Tático para Blindados - suboficiais
Fevereiro-Junho 2008	S/I	Curso de Operações na Selva - oficiais
Agosto-Dezembro 2008	S/I	Cursos de Capacitação e Adestramento para suboficiais das Armas.
Março-Junho 2008	S/I	Curso Intermediário de Inteligência para Oficiais.
Agosto 2008	S/I	Conferência Especializada sobre Meio Ambiente.

Fonte: <http://www.oas.org/csh/spanish/mfcinfo.asp#AMFCS> Acesso em 15 abril 2010.

S/I: Sem Informação.

Marinha

Ano	Lugar	Atividade
Julho-Novembro 2000	Brasil	Um guarda-marinha argentino embarcou no Navio-Escola do Brasil.
Julho-Novembro 2000	Argentina	Um guarda-marinha do Brasil embarcou no Navio-Escola da Argentina.
2000	Argentina-Brasil	Um oficial chefe participou do Curso de Comando do Estado-Maior (e reciprocamente no Brasil).
Abril e Setembro 2000	Argentina-Brasil	Curso de Oficial de Controle de trânsito marítimo (reciprocamente no Brasil).
2000	Argentina	Dois oficiais chefes do Brasil participaram do Curso do Comando de Estado-Maior na Argentina.
2000	Argentina-Brasil	Cooperação técnico-científica e logística em matéria de interesse comum com o Brasil (Manutenção de meios materiais da ARA e MB nas oficinas navais de sua contraparte).
Novembro 2000	Argentina	Reunião de atualização do programa de contribuição na formação de pilotos da MB com o Brasil.
Novembro 2004	Brasil	Campanha Antártica no barco brasileiro Ary Rongel.

Junho 2004	Brasil	Embarque no NSS Felinto Perry.
Novembro 2004	Brasil	Embarque na unidade submarina durante operação Unitas.
Julho-Agosto 2004	Brasil	Embarque em unidade tipo Fragata.
Junho-Outubro 2004	Brasil	Embarque em Viagem de Instrução.
Janeiro-Dezembro 2004	Brasil	Curso de Comando do Estado-Maior.
Fevereiro-Dezembro 2004	Argentina	Oficial brasileiro mestrando em Defesa Nacional, na Escola de Defesa.
Março 2004	Argentina	Curso OCONTRAM.
Janeiro-Dezembro 2004	Brasil	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do CDN (CAOCFN).
Agosto-Novembro 2004	Argentina	Cinco visitas oficiais, uma delas do Comandante da Marinha e outra do Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.
Janeiro-Março 2004	Argentina	Visitas operativas da Marinha Brasileira.
Agosto-Setembro 2004	Argentina	Intercâmbio da Área Logística DIAB.
Fevereiro-Dezembro 2004	Argentina	Intercâmbio de oficial de Infantaria da Marinha.
Setembro 2004	Argentina	Observador do Exercício Imara com Execução de tiro real.
Novembro-Dezembro 2004	Brasil	Estágio na área de sistemas navais.
Novembro 2006	Brasil	Participação no Encontro Nacional de Estudos Estratégicos.
Dezembro 2006	S/I	Campanha Antártica de Verão – Participação de um piloto de helicóptero como integrante da Diretoria Maior CA12
Janeiro-Dezembro 2006	Argentina/ Brasil	Intercâmbio de oficial de Infantaria da Marinha.
Março 2006	S/I	Estágio SIAG.
Mai-Junho 2006	S/I	Embarque controle recursos pesqueiros e voo CTM.
Junho-Dezembro 2006	Brasil	Embarque para viagem de instrução.
Novembro-Dezembro 2006	Brasil	Embarque em navio de desembarque DOCA “Rio de Janeiro”.
Janeiro-Dezembro 2006	S/I	Curso na Escola de Guerra Naval, do Comando do Estado-Maior.
Mai-Junho 2006	Argentina	Escalas técnicas de unidades da Marinha brasileira em rios argentinos.
Junho 2006	Argentina	Visita oficial de unidades da Marinha brasileira.
Agosto 2006	S/I	Visita oficial do Diretor de Abastecimentos.
Março 2006	S/I	Visita de um oficial do TGN pelo 236º aniversário do CPO.
Setembro 2006	S/I	Estágio na área logística.
Setembro 2006	S/I	Estágio na área de Planejamento, Execução e Controle de Orçamento.
S/I	Brasil	Simpósio de observadores Turbomeca.
S/I	Brasil	Estágio na Direção de Abastecimento da Marinha

		brasileira para expor na Argentina posteriormente.
Novembro 2006	S/I	Visita profissional de treinamento para a manutenção. Tyne/Olympus.
Outubro 2008	Brasil	Visita à fábrica de veículos Marruá.
Novembro 2008	Argentina	Visita técnica Astilleros Río Santiago.
Maio 2008	Brasil	Embarque no navio de salvamento "Felinto Perry".
Julho 2008	S/I	Simpósio "Planejamento Militar". Intercâmbio de informação sobre doutrina e organização militar.
Janeiro 2008	Brasil	Campanha antártica em Ary Rongel. Visitas de intercâmbio de pessoal a unidades e institutos militares.
Abril-Dezembro 2008	Argentina	Embarque em viagem de instrução na Fragata Libertad (XXXIX).
Maio 2008	S/I	Embarque em unidades COFM.
Junho-Dezembro 2008	Brasil	Embarque em viagem de instrução.
Julho 2008	Brasil	Embarque de suboficial ARA em operação ADEREX II.
Fevereiro-Dezembro 2008	S/I	Curso ext.Prof. Esc. intendência.
Fevereiro-Dezembro 2008	S/I	Curso CUCOM-NA.
Fevereiro-Dezembro 2008	S/I	Curso (EGN) do Comando do Estado-Maior.
Março-Dezembro 2008	Brasil	Curso Especial de Altos Estudos de Política e Estratégia (CEAEPE).
Agosto-Setembro 2008	Argentina	Curso Visita, Registro e captura.
Outubro-Novembro 2008	S/I	Curso NCAGS - <i>Naval Cooperation And Guidance For Shipping</i> .
Abril 2008	Argentina	Escala Técnica Unidade MB BP "Guajará", "Guaropé", "Gravataí".
Abril 2008	Argentina	Visita Oficial Comandante de Submarinos MB.
Maio 2008	Argentina	Visita oficial do comandante da MB.
Maio 2008	Argentina	Escala técnica unidade MB BP "cte. Varella".
Janeiro 2008	S/I	Assessor Arg. Coord. Área Marítima Atlântico Sul (CAMAS).
Setembro 2008	S/I	Estágio sistema dançadores Albatros (EN ARPB).
Setembro 2008	S/I	Estágio na área de Planejamento, Execução e Controle de Orçamento (EN DIAB).
Outubro 2008	S/I	Estágio na área de Planejamento, Execução e Controle de Orçamento.
Novembro 2008	S/I	Seminário sobre cartas de navegação eletrônica ENC E ECDIS.
Novembro 2008	S/I	Intercâmbio em gerenciamento de radiofrequências de uso militar (EN SICO).
Julho 2008	S/I	Observador em exercício Ctról. Tráf. Marit. BRASIL TRAM 08.
Outubro 2008	S/I	Observador em exercício "COAMAS".

Fonte: <http://www.oas.org/csh/spanish/mfcinfo.asp#AMFCS>. Acesso em 15 abril 2010.

S/I: Sem informação.

Aeronáutica

Ano	Lugar	Atividade
Setembro 2000	Argentina	Visita de um oficial e cinco cadetes da Escola de Aviação Brasileira à Escola de Aviação Militar Argentina.
Julho-Agosto 2000	Argentina	Visita de membros da Escola de Especialistas de Aeronáutica do Brasil à Escola de Suboficiais da Força Aérea Argentina.
Fevereiro-Dezembro 2000	Argentina-Brasil	Um oficial chefe da Argentina e outro do Brasil reciprocamente participam do Curso de Estado-Maior.
Setembro 2000	Argentina	Brasil participa em um Curso de Política e Estratégia Aeroespacial (CPEA) na Argentina.
Outubro e Novembro 2000	Argentina-Brasil	Intercâmbio recíproco de instrutores (Oficiais Subalternos) de avião Tucano (T 27).
Novembro 2000	Brasil	23 oficiais. Chefes e subalternos argentinos estiveram no Brasil em relação ao Simulador de avião Tucano (T 27).
Outubro 2004	Argentina	Visita de cadetes da Academia da Força Aérea brasileira.
Junho 2004	Brasil	Visita de cadetes da academia da Força Aérea argentina.
Agosto-Outubro 2004	Argentina	Curso no Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA).
Junho-Julho 2004	Brasil	Simulado Avião Tucano (T-27).
Outubro 2004		Intercâmbio de Esquadrões de Caça.
Agosto e Novembro 2004	Brasil/Argentina	Intercâmbio entre Chefes do Centro de Informação e Controle (CIC).
Agosto 2004	S/I	Intercâmbio de pilotos de Caça.
Junho 2004	Argentina	Visita à Div. de Ensaio de voo e ao Inst. Tecnológico da Aeronáutica.
Outubro 2004	Argentina	Visita da delegação do Curso de Política e Estratégia Aeroespacial da FAB.
Agosto 2004	Brasil	Visita ao Centro de Comunicação Social da FAB.
Mai 2004	S/I	Intercâmbio de instrutores do avião Tucano (T-27).
Novembro-Dezembro 2004	S/I	Intercâmbio de tripulantes de busca e resgate.
Outubro 2004	Argentina	Visita de um oficial brasileiro à Escola de Guerra Aérea.
Outubro 2005	Argentina	Visita de 3 aspirantes e 2 oficiais da Escola de Especialistas da Aeronáutica brasileira à Escola de Suboficiais da FAA.
Setembro e Novembro-Dezembro	Argentina/Brasil	Intercâmbio de Pilotos de Caça.
Setembro 2005	Brasil	Viagem de Estudo de Curso por parte de uma delegação de 40 pessoas, entre civis e militares, do Curso de Políticas e Estratégia Aeroespacial (CPEA).
Setembro 2005	S/I	Intercâmbio entre 1 Chefe do Centro de Informação e Controle (CIC).

Agosto 2005	S/I	Intercâmbio de um piloto de reconhecimento.
Setembro 2005	S/I	Intercâmbio de um tripulante de helicópteros com missão de tiro aéreo.
Setembro 2005	Brasil	Visita de membros da Escola de suboficiais da FAA à Escola de Especialistas da Aeronáutica.
Setembro 2005	S/I	Intercâmbio de um instrutor brasileiro de Avião Tucano (T-27) das academias.
Outubro e Novembro 2005	Argentina/ Brasil	Intercâmbio de um piloto de Caça.
Junho e Julho 2005	Brasil	Treinamento de 2 pilotos argentinos em simulador de avião Tucano (T-27).
Janeiro-Dezembro 2005	Argentina	Um oficial assiste ao Curso de Comando e Estado-Maior.
Novembro 2005	Argentina/ Brasil	Intercâmbio de um paraquedista com missão de resgate em combate.
Agosto 2005	Argentina	Um oficial assiste ao Curso de segurança de vôo.
Setembro 2005	Argentina	Um oficial assiste ao Curso de comunicação social.
Novembro 2005	Argentina	Um oficial assiste à tomada de medidas antropométricas.
Junho 2006	Brasil	Intercâmbio de 2 oficiais e 2 suboficiais tripulantes de Busca e Salvamento.
Junho 2006	Brasil	Intercâmbio de 1 piloto de Caça.
Mai 2006	Brasil	Intercâmbio entre Chefes de CIC.
Outubro 2006	Brasil	Intercâmbio de 3 pilotos de reconhecimento.
Julho 2006	Brasil	Intercâmbio de 1 oficial e um suboficial paraquedistas com missão de resgate em combate.
Setembro 2006	Brasil	Intercâmbio de 1 oficial Instrutor de helicópteros.
Setembro 2006	Brasil	Visita de 1 oficial e 1 suboficial à divisão de ensaios em voo e Al ITA.
Março 2006	Brasil	Visita ao Centro da Amazônia.
Setembro 2006	Brasil	Visita ao Centro Técnico Aeroespacial.
Novembro 2006	Brasil	Visita de 2 oficiais à SECPRM.
Agosto 2006	Argentina	Visita de 1 oficial e 3 cadetes da Academia da FAB à Escola de Aviação Militar.
Setembro 2006	Argentina	Intercâmbio de 1 instrutor de avião Tucano (T-27).
Outubro 2006	Argentina	Intercâmbio de 2 oficiais e 2 suboficiais tripulantes de Busca e Resgate.
Setembro 2006	Argentina	Intercâmbio de 1 piloto de Caça.
Setembro 2006	Argentina	Intercâmbio de 1 oficial e 1 suboficial, Chefe de CIC.
Junho 2006	Argentina	Intercâmbio de 3 oficiais tripulantes de reconhecimento.
Agosto 2006	Argentina	Intercâmbio de 2 oficiais tripulantes de helicóptero em missão de tiro aéreo.
Setembro 2006	Argentina	Intercâmbio de 1 oficial e 3 suboficiais paraquedistas em missão de combate em resgate.
Agosto 2006	Argentina	Intercâmbio de 1 oficial instrutor de helicópteros.
Junho 2006	Argentina	2 oficiais brasileiros assistem a um encontro técnico-logístico.
Junho 2006	Brasil	8 oficiais assistem a um treinamento em simulador de

		avião Tucano (T-27).
Março-Dezembro 2006	Brasil	Curso de Comando e Estado-Maior.
Setembro 2006	Brasil	1 oficial e 1 civil participam do Curso de Comunicação Social.
Junho 2006	Brasil	2 oficiais visitam o Departamento de Ensino da Aeronáutica.
Setembro 2006	Argentina	1 oficial realiza viagem de Estudos do Curso Política e Estratégia Aeroespaciais.
Agosto 2006	Argentina	1 oficial e 1 suboficial realizam uma visita técnica do ILA ao IUA.
Agosto 2006	Argentina	1 oficial y 1 suboficial realizam uma visita técnica de Medicina Aeroespacial.
Junho 2006	Argentina	2 oficiais e 2 suboficiais assistem ao Curso de Comandante de Missão e ao curso de voo (LFE).
Novembro 2006	Argentina	2 oficiais assistem ao Curso de Plana Maior.
Mai 2008	Argentina	Intercâmbio de Pilotos de A1 e A4.
Agosto 2008	Argentina	Intercâmbio entre Chefes do Centro de Informação e Controle (CIC).
Outubro 2008	Argentina	Intercâmbio de Tripulantes de Reconhecimento.
Novembro 2008	Argentina	Intercâmbio de Equipes de Resgate em Combate.
Setembro 2008	Argentina	Viagem de Estudos do CPEA aos países do Cone Sul.
Agosto 2008	Argentina	Intercâmbio entre a Direção de Material Aeronáutico e Bélico e o Centro de Manutenção Aeronáutico.
Outubro 2008	Argentina	Intercâmbio de Operadores de Estações SITFAA.
Setembro 2008	Argentina	Intercâmbio Técnico-Operacional de Hospitais de Campanha.
Mai 2008	Brasil	Intercâmbio de Tripulantes de Reconhecimento.
Agosto 2008	Brasil	Intercâmbio de Tripulantes de Helicóptero com Missão de Tiro Aéreo.
Setembro 2008	Brasil	Intercâmbio de Equipes de Resgate em Combate.
Dezembro 2008	Brasil	Intercâmbio de Medicina Aeroespacial.
Setembro 2008	Brasil	Intercâmbio entre Chefes do Centro de Informação e Controle (CIC).
Dezembro 2008	Brasil	Intercâmbio Técnico-Logístico.
Outubro 2008	Brasil	Intercâmbio de Tecnologia Aeroespacial (CTA).
Setembro 2008	Argentina	Visita de Estudo e Técnica a Argentina.
Setembro 2008	Argentina	Intercâmbio de Tripulantes de Helicóptero com Missão de Tiro Aéreo.
Mai 2008	Brasil	Intercâmbio de Pilotos A1 e A4.
Mai e Junho 2008	Brasil/Argentina	Intercâmbio de Escolas de Aviação.
Mai e Junho 2008	Brasil/Argentina	Intercâmbio de Instrutores de Escolas de Aviação.
Fevereiro-Dezembro 2008	Brasil	Curso de Comando e Estado-Maior.
Junho 2008	Argentina	Curso de Comandante de Missão.
Junho 2008	Brasil	1º Turno de Treinamento Simulador de Avião Tucano.

Junho 2008	Brasil	2º Turno de Treinamento Simulador de Avião Tucano.
Setembro 2008	Brasil	3º Turno de Treinamento Simulador de Avião Tucano.
Fevereiro-Dezembro 2008	Brasil	Curso de Comando e Estado-Maior.
Novembro-Dezembro 2008	Brasil	Curso de Inspetor de Manutenção.
Novembro-Dezembro 2008	Argentina	Curso de Manutenção em Simulador de Avião A4.

Fonte: <http://www.oas.org/csh/spanish/mfcinfo.asp#AMFCS>. Acesso em 15 abril 2010.

S/I: Sem informação.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES MEY, E. Palabras de apertura. En: **Memorias del 2do Simposio de Estudios Estratégicos Argentino-Brasileño**. San Pablo: 1988.
- BAENA SOARES, Joao Clemente. **Sem medo da diplomacia**. FGV Editora. Río do Janeiro: 2006.
- BOCALANDRO, R. A. Situación estratégica continental, regional y nacional. En: **Segundas jornadas sobre defensa nacional**. Círculo Militar. Buenos Aires: 1998.
- BOLOGNA, A. B. La inserción argentina en la sociedad internacional. En: _____ **La política exterior argentina 1994/1997**. Ediciones C.E.R.I.R. Rosario: 1998.
- BONIFACINO, E., B. Posibles situaciones de litigio nacionales. En: **Segundas jornadas sobre defensa nacional**. Círculo Militar. Buenos Aires: 1998.
- BORGES DE MACEDO, U. A Escola Superior de Guerra, sua Ideologia e Transito para a Democracia. En: **POLÍTICA E ESTRATÉGIA**. Sao Paulo: Centro de Estudos Estratégicos CONVÍVIO-Sociedade Brasileira de Cultura, 1988. Trimestral.
- BOTELHO GOSÁLVEZ, Raul. **Proceso del subimperialismo brasileño**. Editorial Universitaria de Buenos Aires. Buenos Aires: 1974.
- CAMILIÓN, O. La evaluación argentina. En: _____ (compiladora). **Argentina-Brasil. El largo camino de la integración**. Legasa. Buenos Aires: 1988.
- CANOURA, M. A. Importancia de la Industria Bélica para la Seguridad Nacional. **Memorias del 2do Simposio de Estudios Estratégicos Argentino - Brasileño**. San Pablo: 1988
- CARTER, A. B.; STEINBRUNER, J. D.; PERRY, W. J. Excerpts from a New Concept of Cooperative Security. En: _____ **Strategy and Force Planning**. Newport: Naval War College Press, 1996.
- CASTRO, J. En: _____ **Seguridad Cooperativa y Procesos de Integración**. Publicaciones CESPAL. Buenos Aires: 1994.
- CAVAGNARI FILHO, G, S. La perspectiva brasileña. En: _____ (compiladora). **Argentina-Brasil. El largo camino de la integración**. Legasa. Buenos Aires: 1988.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Editora UnB. Brasilia: 2008.
- CISNEROS, A., ESCUDE, C. **Historia General de las Relaciones Exteriores de La República Argentina**. CARI. Buenos Aires: 2000. Disponible en: <http://www.argentina-ree.com/historia.htm> Acceso el 20 junio 2010.

- COHEN, R. Cooperative Security: From individual Security to International Stability. En: **_____ Cooperative Security: New horizons for International Order**. Alemania: The George C. Marshall European Center for Security Studies, The Marshall Papers N° 3, 2001.
- COLACRAI, M. Los aportes de la Teoría de la Autonomía, genuina contribución sudamericana. En: _____(organizadores). **“Argentina e Brasil. Vencendo os Preconceitos” As várias arestas de uma concepção estratégica**. Editora Revan. Rio de Janeiro: 2009.
- CORTES, M. J. Argentina e Brasil nos anos 1990: Convergencias e divergencias em uma relação estratégica. En: _____ (organizadores). **Ensayos Latino-Americanos de Política Internacional**. Editora Hicitec. São Paulo: 2004.
- CORTES, M. J. y CREUS, N. Argentina-Brasil. Intensidad variable en una relación estratégica inevitable. En: _____(organizadores). **“Argentina e Brasil. Vencendo os Preconceitos” As várias arestas de uma concepção estratégica**. Editora Revan. Río de Janeiro: 2009.
- COSTA, T. G. Condiciones para la integración de políticas de defensa en la región del MERCOSUR. En: REVISTA SER EN EL 2000. N° 7. Buenos Aires: SER en el 2000, 1995.
- DEL POZZI, Cesar H. **Una visión de las Operaciones Navales Combinadas (de Argentina y Brasil) y su contribución a la Seguridad Cooperativa Regional**. Santiago de Chile: REDES, 2003. Disponible en: <http://www.ndu.edu/.../Academic-Papers/5.Strategic-Studies/6.Cooperative-Regional-Defense/1.%20Pozzi-final.doc>. Acceso el 15 diciembre 2009.
- DEUTSCH, Karl W. **El análisis de las relaciones internacionales**. Editorial Paidós. Buenos Aires: 1974.
- DIAMINT, R. La agenda de seguridad de Argentina. En: REVISTA FUERZAS ARMADAS Y SOCIEDAD. Año 8, N° 3. Santiago de Chile: 1993.
- DONADIO, M. Del conflicto a la cooperación: los mecanismos de concertación en la Seguridad del Cono Sur. En: COLECCIÓN. Buenos Aires: Escuela de Ciencias Políticas Universidad Católica Argentina, 1997. ISSN 0328-7998.
- DONADIO, Marcela. **La relación fines-medios más adecuada para la estrategia militar argentina de cara a los desafíos y oportunidades de la próxima década. 2001**. Disponible en: <http://www.resdal.org/producciones-miembros/main-ult.html>. Acceso el 15 diciembre 2009.

- ESCUDE, Carlos. Realismo Periférico. **Fundamentos para la nueva política exterior argentina**. Planeta. Buenos Aires: 1992
- EVANS, Gareth. **Cooperating for peace: the global agenda for the 1990s and beyond**. Allen & Unwin. St. Leonards, 1993.
- FERREIRA, O. S. Mecanismos de Defensa Común en América del Sur. En: **Memorias del 2do Simposio de Estudios Estratégicos Argentino - Brasileño**. San Pablo: 1988.
- FERRER, J. En:_____. **Seguridad Cooperativa y Procesos de Integración**. Publicaciones CESPAL. Buenos Aires: 1994.
- FICHERA, A, y ESTEBAN, C. D. E. Criterios Rectores para Formulación de Medidas de Confianza en un Ámbito de Seguridad Cooperativa para el Cono Sur. En: _____ (editores). **Medidas de Confianza Mutua en América Latina**. Flacso, Stimson Center. Santiago de Chile: 1994.
- FLEMES, Daniel. **Brazil's cooperative leadership in Southern Latin America's security policies**. Dissertation.de. Berlin: 2005.
- FONTANA, Andrés (coordinador). **Argentina-OTAN. Perspectivas sobre la Seguridad Global**. CARI-GEL. Buenos Aires: 1993.
- FONTANA, Andrés. **Seguridad Cooperativa: Tendencias Globales y Oportunidades para el Continente Americano**. ISEN. Buenos Aires: 1996.
- FRAGA, R. La cuestión militar en los noventa. En: INFORMACIONES DEL EXTERIOR. Buenos Aires: Fundación Honrad Adenauer, 1994. ISSN 0177-7521.
- GARCIA, J. L. (et al). **Fuerzas Armadas Argentinas, el cambio necesario. Bases políticas y técnicas para una reforma militar**. Editorial Galerna. Buenos Aires: 1987.
- GASS, A. La visión argentina. En: _____ (compiladora). **Argentina-Brasil. El largo camino de la integración**. Legasa. Buenos Aires: 1988.
- GIACCAGLIA, C. Argentina y Brasil: la búsqueda de autonomía en el escenario internacional ¿Autonomía solidaria o solitaria? En:_____ (organizadores). **“Argentina e Brasil. Vencendo os Preconceitos” As várias arestas de uma concepção estratégica**. Editora Revan. Rio de JAneiro: 2009.
- GONÇALVES, W. Argentina Contemporanea numa perspectiva brasileira. En:_____ (organizadores). **“Argentina e Brasil. Vencendo os Preconceitos” As várias arestas de uma concepção estratégica**. Editora Revan. Rio de JAneiro: 2009.
- GRECCO, Jorge y GONZÁLEZ, Gustavo. **Argentina: el Ejército que tenemos**. Editorial Sudamericana. Buenos Aires: 1990.
- HARDY VIDELA, D. A. La Seguridad Cooperativa. Un modelo de seguridad estratégica

- en evolución. **Revista de Marina**. N° 6, 2003.
- HIRST, M. Las perspectivas del diálogo bilateral. En: _____ (compiladora). **Argentina-Brasil. El largo camino de la integración**. Legasa. Buenos Aires: 1988.
 - JEFATURA DE GABINETE DE MINISTROS, OBSERVATORIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, COORDINACIÓN GENERAL DEL CUERPO DE ADMINISTRADORES GUBERNAMENTALES. **Políticas de defensa y seguridad internacional**. Buenos Aires: 2007. Disponible en: http://www.sgp.gov.ar/contenidos/ag/paginas/opp/docs/2007/40_OPP_2007_DEFENSA.pdf Acceso el 06 junio 2010.
 - JERVIS, Robert. **Hypotheses on Misperception**. World Politics, Vol. 20, No. 3 (Apr., 1968.). Disponible en: <http://www.jstor.org/stable/2009777>. Acceso el 12 diciembre 2009.
 - KROPP, T. En:_____. **Seguridad Cooperativa y Procesos de Integración**. Buenos Aires: Publicaciones CESPAL. Buenos Aires: 1994.
 - LANUS, J., A. La Argentina ante el mundo de la Posguerra Fría. En:_____(editor). **La política exterior argentina en el nuevo orden mundial**. FLACSO, GEL. Buenos Aires: 1992.
 - LLAIRÓ, M. Simetrías e asimetrías nas relações argentino-brasileiras, 1966-1974. En: _____ (organizadores). **Ensayos Latino-Americanos de Política Internacional**. Editora Hicitec. São Paulo: 2004.
 - LECHINI, G. Argentina y Brasil en la cooperación Sur-Sur. En:_____(organizadores). **“Argentina e Brasil. Vencendo os Preconceitos” As várias arestas de uma concepção estratégica**. Editora Revan. Rio de Janeiro: 2009.
 - LEYTON, C. M. Introducción al factor de hostilidad: De la seguridad cooperativa a la seguridad por la cooperación/disuasión. En: FUERZAS ARMADAS Y SOCIEDAD. Santiago de Chile: FLACSO Chile, 1997. ISSN: 0717-1498.
 - LÓPEZ, Ernesto. **Ni la ceniza ni la gloria. Actores, sistema político y cuestión militar en los años de Alfonsín**. Universidad Nacional de Quilmes. Quilmes: 1994.
 - LÓPEZ, Ernesto. ¿Un sistema subregional de seguridad? En: REVISTA FUERZAS ARMADAS Y SOCIEDAD. Santiago de Chile: 2000.
 - MALATLIAN, T. Brasil, Argentina e o Pan-Americanismo: De Monroe ao ABC. En: _____(organizadores). **Ensayos Latino-Americanos de Política Internacional**. Editora Hicitec. São Paulo: 2004.
 - MÁRMORA, L. A Integração Brasil-Argentina: Riscos, Possibilidades, Custos. En: POLÍTICA E ESTRATÉGIA. Sao Paulo: Centro de Estudos Estratégicos CONVÍVIO-

- Sociedade Brasileira de Cultura, 1988. Trimestral.
- MATHIAS, S. K., MEI, E. As relações Brasil-Argentina e a política externa do Presidente Geisel (1974-1979). En: _____ (organizadores). **Ensayos Latino-Americanos de Política Internacional**. Editora Hicitec. São Paulo: 2004.
 - **Memorias del 1er Simposio de Estudios Estratégicos Argentino-Brasileño**. Buenos Aires: 1987.
 - **Memorias del 2do Simposio de Estudios Estratégicos Argentino-Brasileño**. San Pablo: 1988.
 - **Memorias del 3er Simposio de Estudios Estratégicos Argentino-Brasileño**. Buenos Aires: 1989.
 - **Memorias del 4to Simposio de Estudios Estratégicos Argentina-Brasil-Uruguay y Paraguay**. Brasilia: 1990.
 - **Memorias del 5to Simposio de Estudios Estratégicos Argentina-Brasil-Uruguay y Paraguay**. Montevideo: 1991.
 - MENEM, C., S. Discurso. En: _____ (coordinador) **Argentina-OTAN. Perpectivas sobre la Seguridad Global**. CARI-GEL. Buenos Aires: 1993.
 - MIHALKA, M. Cooperative Security: From Theory to Practice. En: ____ **Cooperative Security: New horizons for International Order**. Alemania: The George C. Marshall European Center for Security Studies, The Marshall Papers N° 3, 2001.
 - MILANESE, J. P. Argentina y Brasil: Hacia un proceso de seguridad cooperativa. **Agenda Internacional**. Año 1, N° 4, 2005.
 - MILTON, S. E. Brasil e Argentina: da rivalidade à entente. En: REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Brasilia: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1993. ISSN 0034-7329.
 - MINISTERIO DE DEFENSA. **Ministerio de Defensa**. Buenos Aires: 1996.
 - MORAES NETO, Geneton. **Os segredos dos presidentes**. Editora Globo. Sao Paulo: 2005.
 - MOREIRA, Ángela. **Consejo Sudamericano de Defensa: Hacia una integración regional en Defensa**. Buenos Aires, 2008. Disponible en: <http://www.resdal.org>. Acceso el 15 mayo 2010.
 - NOHLEN, D. Consideraciones acerca de la Cuenca del Plata como sistema de relaciones internacionales. El papel de la Argentina en el proceso de cooperación y conflicto. En: _____(compiladores). **El poder militar en la argentina 1976-1981**. Editorial Galerna. Buenos Aires: 1983.

- PARADISO, José. Sobre integración, equilibrio de poder y la relación entre Brasil y Argentina. En: _____ (compiladores). **Instituciones, democracia e integración regional en el MERCOSUR**. Prometeo Libros. Buenos Aires: 2006.
- PEÑA, F. La Argentina en un mundo que cambia: prioridades de la política exterior argentina a partir de los años 70. En: _____(compiladores). El poder militar en la argentina 1976-1981. Editorial Galerna. Buenos Aires: 1983.
- RESTREPO, Cesar A. **La Nueva Seguridad Hemisférica**. Bogotá: Fundación Seguridad & Democracia, 2004.
- ROJAS ARAVENA, F. Las Medidas de Confianza Mutua y de Seguridad como instrumento para la paz y la estabilidad. En _____ **Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina. Edición 2008**. SER en el 2000. Buenos Aires: 2008.
- ROJAS ARAVENA, F. y HOECKER, M., R. Construyendo un régimen cooperativo de seguridad en el Cono Sur de América Latina. Elementos conceptuales, políticos y estratégicos. En: FUERZAS ARMADAS Y SOCIEDAD. Santiago de Chile: FLACSO Chile, 2002. ISSN: 0717-1498.
- RUSSELL, R., TOKATLIAN, J. G. **El lugar de Brasil en la política exterior argentina**. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires: 2003.
- RUSSELL, R. Política exterior y veinte años de democracia: Un primer balance. En: _____(compiladores). **La historia reciente. Argentina en democracia**. Edhasa. Buenos Aires: 2004.
- SACCONI, M. A. La “mercosurización” de la política exterior argentina. En: _____ **La política exterior argentina 1994/1997**. Ediciones C.E.R.I.R. Rosario: 1998.
- SAÍN, Marcelo. **Los levantamientos carapintada**. (dos volúmenes). Centro Editor de América Latina. Buenos Aires: 1994.
- SAÍN, M., F. Vaivenes y eficacia de la política militar del primer gobierno de Carlos Menem (1989-1995). En: FUERZAS ARMADAS Y SOCIEDAD. Santiago de Chile: FLACSO Chile, 1997. ISSN: 0717-1498.
- SAINT-PIERRE, Hector L. **La Defensa en la Política Exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa**. Disponible en: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/1b12ab804fda364bb164ff8bf7fc5c91/DT50-2009_Saint-Pierre_Defensa_Politica_exterior_Brasil.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=1b12ab804fda364bb164ff8bf7fc5c91. Acceso el 11 de julio 2010.
- SAINT-PIERRE, Héctor L. **Las nuevas amenazas como subjetividad perceptiva**. 2003.

Ponencia presentada en el III Simposio Regional sobre Seguridad y Defensa, Centro de Graduados del CHDS. Santiago de Chile. Disponible en: <http://www.resdal.org/Archivo/d00001dc.htm#1>. Acceso el 15 julio 2009.

- SAINT-PIERRE, H. L., PEREIRA A. C. J., WINAND, E. C. A. Compasao e descompasao da cooperacao em segurança entre Brasil e Argentina. 2004. En: _____(organizadores). **Ensayos Latino-Americanos de Política Internacional**. Editora Hicitec. São Paulo: 2004.
- SANTANA MOREIRA, A. L. A Guerra das Malvinas como intensificadora de tendencias: as Medidas de Confianza Mutua (MCM) entre as Marinhas de Brasil e Argentina. En: _____(organizadores). “**Argentina e Brasil. Vencendo os Preconceptos**” **As várias arestas de uma concepção estrategica**. Editora Revan. Rio de Janeiro: 2009.
- SIEPES, R. Perón e a integração latino-americana: O Brasil e a terceira posição peronista (1946-1955). En: _____(organizadores). **Ensayos Latino-Americanos de Política Internacional**. Editora Hicitec. São Paulo: 2004.
- STARES, P. Seguridad Cooperativa. En: REVISTA MILITAR. N° 732, Buenos Aires: 1995.
- SUNKEL, Guillermo. **La Paz no es noticia. Los discursos sobre la paz en la prensa de tres países sudamericanos**. Comisión Sudamericana de Paz. Buenos Aires: 1987.
- TIBILLETI, L., MARTÍNEZ P. La relación estratégica Argentina-Brasil. Su evolución reciente con vistas a UNASUR. En: _____(organizadores). “**Argentina e Brasil. Vencendo os Preconceptos**” **As várias arestas de uma concepção estrategica**. Editora Revan. Rio de Janeiro: 2009.
- WALDNER, T. G. Palabras de inicio. **Memorias del 1er Simposio de Estudios Estratégicos Argentino - Brasileño**. Buenos Aires: 1987
- WINAND, Erica. **A segurança internacional na política externa do Brasil: Idas e vindas no processo de construção e consolidação da confiança mútua com a Argentina (1985-1994)**. Dissertação de mestrando. Unesp-Franca: 2006.
- YOUNG, Oran. **International cooperation building regimes, natural resources and the environment**. Cornell University Press. Londres: 1989.

Documentos Oficiais

- Declaración Conjunta sobre Energía Nuclear. Foz de Iguazú, 30 de noviembre de 1985.
- Declaración Conjunta sobre Política Nuclear. Viedma, 1986.

- Memorando de entendimiento entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil de Consulta y Coordinación. Río de Janeiro, 22 de abril de 1997.
- Libro Blanco de la República Argentina. Buenos Aires, 1999.
- Declaración Ministerial de Buenos Aires. Buenos Aires, 28 de abril de 2000.
- Revisión de la Defensa 2001. Buenos Aires, 2001.
- Documento de Integración entre Argentina y Brasil, Comunicado Conjunto elaborado por Luiz Inácio Lula Da Silva y Néstor Kirchner. Brasilia, 11 de Junio de 2003
- Memorando de Entendimiento. Asunción, 15 de agosto de 2003
- Consenso de Buenos Aires. Buenos Aires, 16 de octubre de 2003.
- Declaración Conjunta sobre Política Nuclear. Puerto Iguazú, 30 de noviembre de 2005.
- Acuerdo Marco sobre Cooperación en el Ámbito de la Defensa entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil. Puerto Iguazú, 30 de noviembre de 2005.
- Declaración Conjunta. Visita de Estado a Brasil de la Presidenta de la República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Brasilia, 8 de septiembre de 2008.
- Actas de las Reuniones de Consulta entre el Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas de Argentina y el Estado Mayor de las Fuerzas Armadas de Brasil. Años 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2003, 2005, 2007 y 2008.
- Reporte de Medidas de Confianza Mutua ante la OEA, Argentina 2000, 2004, 2005, 2006, 2008. Disponibles en: <http://www.oas.org/csh/spanish/mfcinfo.asp#AMFCS> Acceso el 20 marzo 2010.

Entrevistas

- Entrevista realizada con o Presidente da ONG SER en el 2000, Luis Tibiletti. (15/04/2009)
- Entrevista realizada con o ex Viceministro de Defesa (2000-2001) Ángel Tello. (09/06/2009)
- Entrevista realizada com a ex-chefe de Gabinete do Ministro de Defesa (2004-2005), y Professora da Universidade Torcuato Di Tella, Rut Diamint. (06/07/2009)
- Entrevista realizada com o Coronel (R) Héctor Florez. (08/07/2009)
- Entrevista realizada com o Tenente Coronel (R) Juan Carlos Melián Massera. (10/07/2009)
- Entrevista realizada com o ex-Ministro de Defesa da Argentina (1986-1989 y 2001-2003), Horacio Jaunarena. (15/07/2009)

- Entrevista realizada com a Subsecretária de Formação do Ministério de Defena. (21/10/2009)
- Entrevista realizada com o Major Rodolfo Etchegaray, Jefe de División Subregional Relaciones Internacionales, Jefatura V Planeamiento, Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. (11/05/2010)
- Entrevista realizada com Roberto Bloch, Assessor do Secretário de Assuntos Internacionais, Ministério de Defesa. (18/05/2010)

Noticias

- Kirchner y Lula se reúnen en medio de la crisis del MERCOSUR. Disponible en: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=773215 Acceso el 22 junio 2010
- Argentina y Brasil ratificaron sus relaciones bilaterales y acordaron medidas para la paz social y la lucha contra el hambre. Disponible en: http://www.casarosada.gov.ar/index.php?id=1709&option=com_content&task=view Acceso el 24 junio 2010.
- Historia Argentina, Capítulo XIII. Disponible en: <http://www.portalplanetasedna.com.ar/alfonsin.htm> Acceso el 05 abril 2010.
- Alfonsín purges 41 military commanders. Disponible en: <http://news.google.com/newspapers?nid=1300&dat=19831216&id=BIcQAAAAIABAJ&sjid=HJUDAAAIAIBAJ&pg=4731,55271> Acceso el 12 marzo 2010
- El tercer ministro de Defensa de Alfonsín dimite por mala salud y discrepancias en el Gobierno.
http://www.elpais.com/articulo/internacional/JAUNARENA/_HORACIO/ARGENTINA/DE_SAPARECIDOS_Y_DICTADURA_MILITAR_/1976-1982/tercer/ministro/Defensa/Alfonsin/dimite/mala/salud/discrepancias/Gobierno/elpepiint/19860604elpepiint_18/Tes/ Acceso el 01 abril 2010.
- La historia secreta del frustrado submarino a propulsión nuclear. <http://old.clarin.com/suplementos/zona/2005/09/18/z-03801.htm> Acceso el 22 mayo 2010.
- Perfil de la Empresa. <http://www.invap.net/about/perfil.html> Acceso el 01 abril 2010.
- El Acta de Copacabana. <http://edant.clarin.com/diario/2004/03/17/p-00402.htm>
 - Estados Unidos no quiere que la Triple Frontera refugie terroristas. http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=459614. Acceso el 20 junio 2010
- Conflicto abierto en el corazón del Mercosur. <http://edant.clarin.com/diario/1997/08/20/t-00401d.htm> Acceso el 14 junio 2010.

- Le bajaron el tono, pero sigue la pelea con Brasil.
<http://edant.clarin.com/diario/1997/08/20/t-00201d.htm> Acceso el 14 junio 2010.

Una historia de intrigas. <http://edant.clarin.com/diario/1997/08/24/t-00601d.htm> Acceso el 14 junio 2010.

- Chile criticó la alianza militar entre EE UU y la Argentina.
<http://edant.clarin.com/diario/1997/08/21/t-00801d.htm> Acceso el 14 junio 2010.

- La Argentina y el Brasil encontraron una salida para la crisis por la ONU.
<http://edant.clarin.com/diario/1997/08/24/t-00201d.htm> Acceso el 14 junio 2010.

- Información de prensa N° 029/08. <http://www.mindef.gov.ar/info.asp?Id=1392&bus=3>.
Acceso el 20 marzo 2008.

La venta del portaaviones frustra una señal a EE.UU.
http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=68318 Acceso el 14 junio 2010.

- Estadísticas de accidentes en las Fuerzas Armadas.
http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=173298 Acceso el 14 junio 2010.

- Durante 2004 se incrementaron significativamente los ejercicios militares con fuerzas extranjeras. <http://www.nuevamayoria.com/ES/INVESTIGACIONES/defensa/041222a.html>
Acceso el 22 mayo 2010.

- Porta-aviões São Paulo volta à ativa após 4 anos em reforma.
http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090729/not_imp409999,0.php Acceso el 17 junio 2010.

- Se llevó a cabo el séptimo Comité Naval Operativo.
<http://www.gacetamarinera.com.ar/?idSec=7> Acceso el 01 abril 2010.

- Mercosur y asociados analizan cooperación en desastres naturales
[.http://www.infolatam.com/entrada/mercosur_y_asociados_analizan_cooperacio-5469.html](http://www.infolatam.com/entrada/mercosur_y_asociados_analizan_cooperacio-5469.html)
Acceso el 15 junio 2010.

- Sexta Reunión del Comité de Comandantes de Ejércitos de MERCOSUR y Asociados.
<http://www.ejercito.mil.co/index.php?idcategoria=192082> Acceso el 15 junio 2010.